

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

IVAN COLANGELO SALOMÃO

**O DESENVOLVIMENTO EM CONSTRUÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A
PRÉ-HISTÓRIA DO PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO**

Porto Alegre

2013

IVAN COLANGELO SALOMÃO

O DESENVOLVIMENTO EM CONSTRUÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A
PRÉ-HISTÓRIA DO PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Economia na Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Economia, com
ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

Porto Alegre

2013

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

CIP - Catalogação na Publicação

Salomão, Ivan Colangelo

O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro / Ivan Colangelo Salomão. -- 2013.
190 f.

Orientador: Pedro Cezar Dutra Fonseca.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Economia Brasileira . 2. História do Pensamento Econômico. 3. Desenvolvimentismo. I. Fonseca, Pedro Cezar Dutra, orient. II. Título. I

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

IVAN COLANGELO SALOMÃO

O DESENVOLVIMENTO EM CONSTRUÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A
PRÉ-HISTÓRIA DO PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 23 de setembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca (UFRGS) – Orientador

Prof. Dr. Fausto Saretta (UNESP)

Prof. Dr. Marcelo Milan (UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Maria Heloisa Lenz (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão ao professor Pedro Cezar Dutra Fonseca pelo empenho na orientação deste trabalho, de cujas imprecisões, contudo, eu o eximo por completo. Pela dedicação lhana e rigorosa, injustificada apenas por nossa relação de proveitos assimétricos da qual me fiz o maior beneficiado.

Aos demais professores da UFRGS, em especial, a Marcelo Milan e Maria Heloisa Lenz, pelas proveitosas sugestões ao projeto as quais foram posteriormente incorporadas ao trabalho final.

Aos meus alunos, à Universidade de Caxias do Sul e a todo o universo que a circunscreve, pelo aprendizado que me proporcionaram ao longo destes três valiosos anos.

À Maqueli, pela paciência e dedicação inarráveis durante essa jornada, muitas vezes, fastidiosa. O meu profundo agradecimento.

À minha mãe Hilda, credora eterna, pela compreensão ilimitada e pelo exemplo de vida.

E ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) indispensável apoio financeiro.

RESUMO

Assunto recorrente na literatura econômica, o desenvolvimentismo latino-americano passou a ocupar a agenda da pesquisa acadêmica a partir dos anos 1950, quando a sua gênese e o seu significado histórico como fenômeno econômico e político tornaram-se objeto de estudo de distintos cientistas sociais. Este trabalho parte da concepção de que, em suas origens, três foram as correntes as quais se amalgamaram para a sua formação: nacionalismo, industrialização e papelismo. Assim, embora haja relativo consenso de que, no Brasil, a política desenvolvimentista aparece de forma mais nítida após 1930 com o processo de substituição de importações, esta tese propõe-se a analisar a obra de três autores, típicos representantes de cada uma dessas vertentes, com o propósito de levantar evidências para robustecer a hipótese de que se trata de um fenômeno cuja origem remonta ao final do século XIX. Para tanto, destaca-se a originalidade do pensamento de Serzedello Correa, Amaro Cavalcanti e Rui Barbosa, autores os quais, em período de pleno domínio da ortodoxia econômica, procuraram não apenas afastar-se do paradigma tradicional, como também avaliar a pertinência de tais ideias ao que entendiam ser a realidade de um país exportador de produtos primários. Indo além, fizeram uma precoce e enfática defesa da intervenção estatal, da industrialização e da necessidade de “construção nacional”, motivo pelo qual podem ser considerados como precursores do desenvolvimentismo brasileiro que ganhou expressão ao longo do século XX.

Palavras-chave: Economia Brasileira. História do Pensamento Econômico. Desenvolvimentismo. Nacionalismo. Industrialização. Papelismo. Serzedello Correa. Amaro Cavalcanti. Rui Barbosa.

ABSTRACT

A recurrent issue in economic's literature, Latin-American *developmentalism* started to occupy the academic research agenda from the 1950's on, when its genesis and its historical meaning as an economic and political phenomenon became the object of study of several social scientists. This work stems from the conception that, in its origins, there were three elements which amalgamated for its formation: nationalism, industrialization and *papelism*. This way, despite the consensus that, in Brazil, the *developmentalist* policies appear in a clearer way after 1930 with the importation substitution process, this thesis aims to analyze the oeuvre of three authors, typical representatives of these currents of thought, with the purpose of bringing out evidences to fortify a hypothesis related to a phenomenon whose origins remounts to the end of XIX century. In order to achieve this, it highlights the originality of Serzedello Correa, Amaro Cavalcanti and Rui Barbosa's economic thoughts, which attempted not only to move away from the traditional paradigm, but also to adapt and validate the relevance of those ideas to what was deemed to be the country's reality, marked as a primary products export economy. Moreover, they made a premature and emphatic defense of the industrialization and of the necessity of a "national breeding", reasons why they can be considered one of the Brazilian and Latin-American *developmentalist* precursors that gained importance along the XX century.

Keywords: Brazilian Economy. History of Economic Thought. *Developmentalism*. Nationalism. Industrialization. *Papelism*. Serzedello Correa. Amaro Cavalcanti. Rui Barbosa.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DE DETERMINADAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS (1881-1890) ... 171

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO: APONTAMENTOS PRELIMINARES	15
2.1 UMA DIGRESSÃO METODOLÓGICA: O ESTUDO DA HISTÓRIA DAS IDEIAS ECONÔMICAS NO BRASIL	15
2.2 AS CONTROVÉRSIAS SOBRE AS ORIGENS DO DESENVOLVIMENTISMO: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO	19
2.2.1 Heterodoxia no Brasil agrário-exportador.....	19
2.2.2 A Revolução de 1930: um marco interpretativo.....	23
2.3 AS INFLUÊNCIAS ESTRANGEIRAS	28
2.3.1 Alexander Hamilton e o Sistema Americano	29
2.3.2 Friederich List e o Sistema Nacional de Economia Política	30
2.4 O POSITIVISMO E AS ORIGENS DO DESENVOLVIMENTISMO	34
2.4.1 Auguste Comte e a doutrina positivista.....	35
2.4.2 A introdução e a difusão do positivismo no Brasil.....	37
2.4.3 Considerações finais	43
3 A CONCEPÇÃO DE UM PAÍS: O NACIONALISMO DE SERZEDELLO CORREA	44
3.1 RAÍZES HISTÓRICAS DO NACIONALISMO BRASILEIRO	45
3.1.1 As revoltas nativistas no período colonial.....	45
3.1.2 Da emancipação política ao anticlímax monárquico.....	50
3.1.3 As rebeliões nacionalistas no Brasil imperial (1822-1848).....	53
3.2 LIBERALISMO E NACIONALISMO NO BRASIL AGRÁRIO-EXPORTADOR	54
3.2.1 As ideias estavam no lugar?	55
3.2.2 O nacionalismo liberal.....	58
3.2.3 O nacionalismo agrário.....	60
3.2.4 O nacionalismo autoritário	65
3.3 INNOCENCIO SERZEDELLO CORREA: VIDA, OBRA E NAÇÃO	69
3.3.1 Serzedello Correa: militar, republicano e nacionalista.....	70
3.3.2 A gestão de Serzedello Correa no Ministério da Fazenda (08/1892 - 04/1893).....	73

3.4 O PENSAMENTO NACIONALISTA DE SERZEDELLO CORREA	76
3.4.1 Em defesa da harmonia produtiva	77
3.4.2 Nacionalismo e intervenção estatal	78
3.4.3 Industrialização e subdesenvolvimento	81
3.4.4 A proteção tarifária: abrangência e utilidade.....	82
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
4 AMARO CAVALCANTI E A LUTA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL.....	88
4.1 O LONGO AMANHECER: O SURGIMENTO DA INDÚSTRIA NO BRASIL OITOCENTISTA	88
4.1.1 As origens da indústria brasileira	89
4.2 O PENSAMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO NO SÉCULO XIX.....	91
4.2.1 O surgimento das associações industriais.....	93
4.2.1.1 A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904)	94
4.2.1.2 A Associação Industrial (1881-1883).....	96
4.2.1.3 O Centro Industrial do Brasil (1904-1931).....	98
4.2.2 A industrialização na obra de Amaro Cavalcanti	100
4.3 AMARO CAVALCANTI E O AUTO-RETRATO DO BRASIL.....	101
4.4 O ESTADO E SUAS RAZÕES: A INTERVENÇÃO ESTATAL COM VISTAS À INDUSTRIALIZAÇÃO	102
4.4.1 O papel da indústria para o desenvolvimento econômico	106
4.4.2 As atividades agrícola e de importação: o atraso da economia brasileira	108
4.4.3 A falsa dicotomia entre as indústrias artificiais e naturais	109
4.5 INDUSTRIALIZAÇÃO E SOBERANIA NACIONAL: O PROTECIONISMO TARIFÁRIO	111
4.5.1 Do político liberal à negação do liberalismo	113
4.5.2 O protecionismo aduaneiro: a proposição de um projeto político.....	114
4.6 A POLÍTICA MONETÁRIA PRÓ-INDUSTRIALIZAÇÃO: O PAPELISMO EM AMARO CAVALCANTI.....	116
4.6.1 A crítica ao padrão-ouro e a inviabilidade da moeda metálica.....	117
4.6.2 O papel-moeda e a industrialização.....	119
4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
5 O INTERVENCIONISMO ESTATAL PRÓ-CRESCIMENTO ECONÔMICO: RUI BARBOSA E O PAPELISMO.....	123
5.1 AS CONTROVÉRSIAS MONETÁRIAS NO BRASIL IMPERIAL.....	123

5.1.1	O padrão-ouro e o debate monetário europeu do século XIX	124
5.1.2	A paridade cambial e a unidade bancária: os metalistas	127
5.1.3	A moeda fiduciária e a liberdade emissora: o papelismo	128
5.1.4	O papelismo na obra de Rui Barbosa	131
5.2	O COMBATENTE EM CONSTANTE FORMAÇÃO: APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS	133
5.3	O LIBERALISMO EM RUI BARBOSA	137
5.3.1	As influências anglo-saxônicas	138
5.3.2	A defesa da federação	139
5.4	O PRIMEIRO GABINETE REPUBLICANO: A PRÁXIS DO PENSAMENTO PAPELISTA	140
5.4.1	A conjuntura financeira do crepúsculo imperial.....	141
5.4.1.1	O ministério João Alfredo (03/1888 – 06/1889)	141
5.4.1.2	O interregno Ouro Preto (06/1889 – 11/1889)	143
5.4.2	A reforma bancária e a política monetária desenvolvimentista.....	146
5.4.2.1	A emissão lastreada em títulos públicos.....	147
5.4.2.2	A pluralidade bancária.....	151
5.4.3	A política fiscal do governo revolucionário: o contracionismo do desenvolvimento.....	155
5.5	RUI BARBOSA E A ORIGEM DO DESENVOLVIMENTISMO	158
5.5.1	Industrialização e os primórdios da substituição de importações.....	158
5.5.1.1	A reforma alfandegária.....	160
5.5.1.2	O direito de importação em ouro	163
5.5.2	O nacionalismo em Rui Barbosa	165
5.6	UM BALANÇO DA GESTÃO RUI BARBOSA	168
5.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
6	CONCLUSÃO.....	174
	REFERÊNCIAS.....	176

1 INTRODUÇÃO

“Uma das singularidades da história do Brasil é que este é um país que se pensa contínua e periodicamente.” A constatação de Octavio Ianni (2000, p. 55) não apenas explica a profusão de cientistas sociais que se dispuseram a analisar a história do país em suas múltiplas particularidades, como também reflete a importância da contribuição que os diversos intérpretes brasileiros ofereceram ao desenvolvimento da historiografia nacional.

Refere-se Ianni a autores cujas obras colocam e recolocam problemas históricos e teóricos “a partir de dilemas e perspectivas que se criam quando ocorrem rupturas históricas”. Momentos capitais para a formação e a transformação da sociedade brasileira, tais circunstâncias suscitam questionamentos que exigem análise com ampla fundamentação empírica e cuja evolução reside, invariavelmente, no contraditório. Justifica-se, portanto, a afluência de explicações, interpretações e teses que se multiplicam, se complementam e polemizam. Nas palavras do autor: “Daí a pluralidade de visões do Brasil; e a pluralidade de Brasis.” (IANNI, 2000, p. 56).

A amplitude analítica inerente a tais acontecimentos restringe a possibilidade de se lograr o consenso entre os distintos estudiosos. Eventos dessa natureza exigem apreciação multiprismática que evidencie os diferentes aspectos que os envolvem, gerando análises, não raro, conflitantes. Trata-se, este, do caso do desenvolvimentismo, definido por Fonseca (2013, p. 28) como:

A política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.

Concebido no final do século XIX, quando, no desenrolar dos acontecimentos políticos e econômicos que emolduraram o fim do regime imperial, autores passaram a pensar o Brasil e a problematizar os caminhos para suplantar os desafios impostos a uma nação que havia pouco se reconhecia como tal.

Fenômeno de magnitude histórica e de relevância incontestável para a atual configuração social, política e econômica do país, a pesquisa sobre as origens do desenvolvimentismo requer análise exaustiva não apenas por motivação de cunho historiográfico, mas principalmente para fazer avançar o debate acerca desta ideologia tão cara à constituição do

Brasil contemporâneo. Faz-se oportuno, desta maneira, um estudo pormenorizado da obra dos autores que, resilientes ao contexto intelectual em que estavam inseridos, lançaram as bases do pensamento desenvolvimentista.

Ainda que não tenham sido nobilitados com o epíteto de “intérpretes” do Brasil¹, estes autores não se limitaram apenas a conjecturar as alternativas políticas de que dispunham os líderes da República recém-instalada. Imbuídos pelo espírito de construção de um novo país surgido no processo que depôs a Monarquia, cada interpretação trazia consigo propostas concretas de ação, elucidando a influência positivista para a formação do desenvolvimentismo².

Desta forma, este trabalho propõe-se a resgatar a contribuição de três dos principais precursores do pensamento desenvolvimentista brasileiro, cujas teses já se apresentavam pelo menos desde a última década do regime imperial. Pretende-se, assim, demonstrar que, posteriormente concatenadas, as ideias que se fundiram para erigir as bases do desenvolvimentismo faziam-se presentes em um período anterior àquele em que este ideário foi adotado como política econômica.

Serzedello Correa, Amaro Cavalcanti e Rui Barbosa encabeçaram o grupo de autores os quais, de forma precoce, passaram a patrocinar as ideias que viriam a compor o chamado “núcleo duro” do desenvolvimentismo. Ainda que difusa e não sistematizada, a defesa destas causas – a saber, a industrialização, o nacionalismo e o intervencionismo pró-crescimento – precedeu a concepção da ideologia a qual, adotada por sucessivos governantes, tornou-se notadamente responsável pelo maior crescimento econômico auferido por um país ocidental durante a “era de ouro” do capitalismo contemporâneo.

A historiografia tradicionalmente reserva a alcunha desenvolvimentista – tanto em sua fase nacionalista, quanto na associada ao capital estrangeiro – à política econômica empregada após a década de 1930, em especial, aos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Do ponto de vista da experiência histórica, há, portanto, relativo consenso entre os analistas de que se trata, o desenvolvimentismo, de um fenômeno vivenciado no século XX.

¹ Conforme destaca Fonseca (2008b, p. 699), reserva-se este distintivo aos “autores que procuraram formular visões estruturantes e cosmológicas sobre a formação histórico-social brasileira, em busca de seus traços definidores, de suas peculiaridades e de seus percalços.”

² Neste sentido, Fonseca (2008b, p. 700) qualifica a contribuição destes intelectuais ao ressaltar que eles “não só interpretavam, no sentido contemplativo, mas de suas construções intelectuais decorriam propostas e alternativas. [Suas interpretações] supunham, conscientemente ou não, a convicção de que havia uma nação a ser construída, assentada na crença segundo a qual o futuro estava nas mãos e ao alcance das decisões tomadas naquele momento.”

O fato histórico não pressupõe, contudo, concomitância com seu corpo teórico subjacente. Ainda que o conjunto destas medidas tenha sido, de fato, levado a cabo somente após o fim da República Velha, as evidências apontam que, ao menos no plano das intenções, o desenvolvimentismo havia muito se pronunciava no meio jornalístico, militar e, em especial, no ambiente político.

Ideário imanente ao processo deliberado de industrialização verificado a partir da ascensão de Vargas ao poder central, o alcance das políticas de orientação desenvolvimentista faz de seu espólio objeto de pesquisa obrigatório para qualquer trabalho que se incumba da tarefa de analisar a realidade brasileira. Publicamente incriminado e politicamente desconstruído a partir de meados da década de 1980, o desenvolvimentismo – ou, ao menos, o *core* de seu arcabouço teórico – voltou a pautar o debate econômico nacional desde os primeiros indícios da atual crise financeira global³.

O ardor com que detratores e entusiastas propugnam suas respectivas versões quanto aos desdobramentos deste fenômeno não se justifica apenas por posicionamentos ideológicos antagônicos. A amplitude dos resultados positivos, bem como a das implicações onerosas desta estratégia de desenvolvimento justifica a análise minuciosa, sob os mais diferenciados prismas, de todos os aspectos que o envolveram, em particular, daqueles que suscitam divergências.

Substancia a relevância deste trabalho a discordância metodológica por ele implicitamente estimulada. Para determinados analistas, os fatos históricos não obedecem necessariamente à hipótese da antecedência das ideias em relação à *práxis* dos homens. Conforme a qualificação de Franco (2008, p. 2), “a história econômica cisma em contradizer a máxima keynesiana: não parecem ser as ideias que produzem as grandes iniciativas da política econômica, pelo contrário, aquelas parecem se formar como racionalizações *a posteriori* de medidas tomadas de modo mais ou menos intuitivo pelos ministros e praticantes da época.”

Esta ressalva atua por corroborar a saliência deste programa de pesquisa. Ao aceitar ser “revelador, e possivelmente mais útil, como exercício da história do pensamento econômico, nos debruçarmos sobre leis e instituições *efetivamente praticados* do que sobre o pensamento [...] de um economista específico”, Franco (2008, p. 2) minimiza a influência do

³ Para uma apreciação detida do suposto retorno dessa política econômica sob o chamado “novo-desenvolvimentismo”, ver, por exemplo, Bresser-Pereira (2003, 2006, 2010), Sicsú *et alii* (2005), Paula (2005), Belluzzo (2009), Fonseca e Cunha (2010), Carneiro (2012), Bastos (2012), Gonçalves (2012), Bielschowsky (2012), Oreiro (2012), Mollo e Fonseca (2013) e Paulani (2013).

contexto político e social sobre os rumos da história ao descasar as ideias de seus representantes.

Isto posto, buscou-se, neste trabalho, evidenciar os elementos que viriam a caracterizar o futuro desenvolvimentismo, mas que ainda restringiam-se a ideias independentes as quais não configuravam um projeto formalmente elaborado. Assim como a dialética de Hegel, economia ricardiana e o socialismo utópico, isolados, não encerravam o marxismo, o nacionalismo, a defesa da industrialização e o papelismo, apartados, tampouco abarcavam a envergadura do projeto desenvolvimentista em sua completude. Conforme ressalta Fonseca (2004a, p. 2), “sem uma política consciente e deliberada não se pode falar em desenvolvimentismo. Este não pode ser reduzido a simples medidas de expansão da demanda agregada, a manifestações nacionalistas ou a reivindicações corporativistas em defesa da indústria.”

Este balizamento metodológico permite demonstrar que a combinação entre as diferentes correntes não se fazia, àquela ocasião, imperiosa; somada a ideias positivistas, a confluência das três vertentes viabilizou a formação da doutrina somente em meados do século XX. Deste modo, argumenta-se que da união dessas causas surgiu um fenômeno inédito o qual não apenas extrapolou o sentido individual de cada uma delas, como também se sobrepôs ao alcance prático e ao significado teórico de seu simples somatório.

Com o intuito de ratificar este entendimento, investigou-se a obra dos três autores supracitados, relacionando-os a cada uma das três correntes de pensamento, muito embora tenha se observado, em diversos momentos, uma inevitável e saliente intersecção entre elas.

A pesquisa baseou-se, portanto, no pensamento de homens que refletiam o país entre o ocaso do Império e a proclamação da República. Tratava-se de intelectuais, políticos e burocratas a quem Ianni (2000, p. 70) ofereceu a alcunha de “os clássicos”⁴: testemunhas do crepúsculo imperial e atores diligentes no processo de abolição da escravatura, suas análises versavam sobre temas como a ordem, o progresso e a formação da sociedade civil, da nação e do Estado brasileiro.

⁴ Classificação, esta, que ainda inclui os “precursores” – os quais, mergulhados em uma sociedade escravocrata, se debruçaram sobre questões como as raças e o povo – e os “novos”, autores do século XX que alçaram um nível superior de sistematização de suas ideias sob os auspícios da moderna cultura das ciências sociais.

Pertencentes à célebre “geração 1870”⁵, Serzedello Correa, Amaro Cavalcanti e Rui Barbosa tornaram-se representantes precípuos das três correntes basilares do desenvolvimentismo. Além da contemporaneidade, a coexistência geográfica concorreu de modo decisivo para a formação da aura de efervescência política e intelectual daquele momento histórico⁶. Migrantes de outras regiões do país, estes três personagens encontraram no Rio de Janeiro pré-republicano – capital política, industrial, financeira e cultural do Brasil – o ambiente ideal para o amadurecimento e a divulgação de suas ideias⁷.

Tratou-se de uma época em que o conflito entre tradição e modernidade emoldurou a configuração das estruturas institucionais do país⁸. Do ponto de vista econômico, o momento caracterizou-se pelo auge do crescimento voltado para fora; na seara social, foi o período em que se travou a luta pela abolição do cativo; no campo político, testemunhou-se o fim da Guerra do Paraguai e a publicação do Manifesto do Partido Republicano⁹. Formava-se, assim, o cenário propício para o lançamento das bases de um novo modelo de desenvolvimento.

Além desta breve introdução, o trabalho está organizado em mais quatro capítulos. Apresentam-se, no primeiro deles, as controvérsias acerca das origens do desenvolvimentismo, bem como a influência de autores estrangeiros e do positivismo para a gênese do fenômeno.

⁵ Integravam este grupo nomes como os de Quintino Bocaiúva (1836-1912), Luis Pereira Barreto (1840-1923), Assis Brasil (1857-1938), Júlio de Castilhos (1860-1903), Tobias Barreto (1839-1889), Sílvio Romero (1851-1914), Capistrano de Abreu (1853-1927), entre outros. Compunham, em sua maioria, grupos politicamente marginalizados pela Monarquia os quais nutriam, em comum, uma crítica coletiva às instituições, práticas, valores e modos de agir do *status quo* imperial. Homens de atuação política e intelectual concomitante, formavam um conjunto heterogêneo, não sendo possível defini-los em termos de escolarização, classe social ou origem regional. Para uma análise detalhada da atuação da geração 1870, ver Alonso (2000, 2002).

⁶ A manifestação extra-acadêmica caracterizou a atuação desse grupo formado, em sua maioria, por bacharéis de estilo rebuscado e oratória esmerada. A veiculação de suas ideias através de periódicos, dos romances de folhetim, dos grêmios literários e das sociedades secretas outorgava-lhes um significativo poder de persuasão social.

⁷ Conforme sinaliza Kugelmas (2003), a despeito da heterogeneidade de pontos de vista e da diversidade nas formas de metabolização dos temas, o que os unia era “a perspectiva crítica ante o *status quo* da sociedade imperial, sua situação de relativa marginalização em face do núcleo de poder constituído pelos saquaremas – conservadores infensos a quaisquer mudanças – e, como corolário, o papel por eles desempenhado de paladinos de propostas reformistas.”

⁸ De acordo com a descrição de Carvalho (1998, p. 119), os contornos do processo de modernização material e intelectual que se observava no país podiam ser representados por distintos elementos, tais como “as novidades tecnológicas: a estrada de ferro, a eletricidade, o telégrafo, o telefone, o gramofone, o cinema, o automóvel, o avião; eram as instituições científicas: Manguinhos, Butantã, a Escola de Minas, as escolas de medicina e engenharia; eram novas idéias, o materialismo, o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo social, o livre-cambismo, o secularismo, o republicanismo; era a indústria, a imigração européia, o branco; era a última moda feminina de Paris, a última moda masculina de Londres, a língua e a literatura francesas, o dândi, o flâneur; e era também o norte-americanismo, o pragmatismo, o espírito de negócio, o esporte, a educação física. Antigo, tradicional, atrasado, era o português, o colonial, o católico, o monárquico; era o índio, o preto, o sertanejo; era o bacharel, o jurista, o padre, o pai-de-santo; era o centralismo político, o parlamentarismo, o protecionismo, o espiritualismo, o ecletismo filosófico.”

⁹ O Manifesto Republicano de 1870, publicado em 3 de dezembro no jornal carioca *A República*, foi assinado por Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça e outros 56 membros dissidentes do Partido Liberal.

Em seguida, analisa-se a formação do pensamento nacionalista com base na produção de Serzedello Correa. No terceiro capítulo, examinam-se os caminhos da causa pró-industrialização por meio da obra de Amaro Cavalcanti. Por fim, expõe-se a defesa da primeira e mais controversa experiência papelista do regime republicano através da argumentação de que se utilizou Rui Barbosa.

2 A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO: APONTAMENTOS PRELIMINARES

Assim como no desenrolar dos fenômenos históricos, a evolução das ideias também responde a fatores das mais variadas ordens. Do contexto institucional à conjuntura internacional, o desenvolvimento intelectual brasileiro forjou-se, especialmente no decorrer do século XIX, em meio às transformações políticas, econômicas, culturais e sociais que concomitantemente moldavam a realidade nacional.

A condição periférica a que sempre esteve relegado o país no cenário internacional, porém, suscita controvérsias acerca da factibilidade de ter havido ideias originalmente brasileiras. O célebre trabalho de Raymundo Faoro (1987), em cujo título o autor questiona diretamente a existência de um pensamento político no Brasil, elucida de modo preciso a polêmica que circunscreve o tema na literatura especializada. Se extrapolado para o campo da Economia Política, o ceticismo do autor encontraria objeções igualmente contrapostas¹⁰.

Deste modo, após uma breve reconstituição da história das ideias e do ensino econômico no Brasil, discorrer-se-á sucintamente acerca das influências teóricas estrangeiras, do debate contemporâneo sobre as origens do desenvolvimentismo e da relevância do positivismo para a formação desta ideologia.

2.1 Uma digressão metodológica: o estudo da história das ideias econômicas no Brasil

O desenvolvimento deste trabalho exige um aparte metodológico devido à singularidade de seus escopos. Por se tratar de um estudo acerca da história do pensamento de determinados autores brasileiros, não se pretende investigar o desdobramento dos acontecimentos econômicos do país, tampouco explicar a história a partir das ideias que a embasaram. Esta digressão aufere contornos prestadios a esta pesquisa uma vez que os três personagens selecionados não se diplomaram em Economia nem exerceram a carreira acadêmica.

¹⁰ Trata-se, estas, de algumas das obras seminais que procuraram sistematizar a formação de um pensamento brasileiro em diversas áreas do conhecimento: Paim (1967), Crippa (1978), Chacon (1977), Saldanha (1963), Costa (1956b), Lima (1978) e Machado Neto (1969).

No Brasil, as ideias tornaram-se objeto de pesquisa sistematizada quando da proliferação dos programas de pós-graduação a partir dos anos 1970¹¹. Conforme assinala Carvalho (2000a), a história intelectual realizada até então podia ser sumarizada em dois tipos de abordagem. O primeiro deles procurava, apenas e tão somente, expor e reproduzir o pensamento de cada autor isoladamente, centrando a análise no pensador, cujas ideias supunha-se possível interpretar com exatidão. Havia, ainda, os que, com o intuito de identificar possíveis estirpes intelectuais, buscavam agrupá-los ao redor de determinadas correntes de pensamento – como as categorias clássicas de liberalismo, positivismo, socialismo, fascismo etc. –, combinando a apreciação de suas convicções com o contexto em que estavam inseridas. Já no segundo grupo, predominava o esforço de interpretar as ideias como ideologias vinculadas a interesses de classes sociais ou mesmo do Estado, deslocando a ênfase do autor para o ambiente político-institucional em que se desenvolviam.

No que concerne à formação de um pensamento econômico brasileiro, mantém-se válida a esquematização sugerida por José Murilo de Carvalho. Entretanto, uma peculiaridade que deve ser incorporada à análise da evolução desse campo do conhecimento foi a incontestável influência estrangeira sobre a constituição das escolas pátrias. Em decorrência, o prestígio de que gozavam as ideias importadas da Europa retardou a possibilidade de se formular alternativas teóricas à condução da política econômica nacional.

Por outro lado, há autores os quais assentam com a possibilidade de que já se ensaiava a consolidação de um incipiente pensamento econômico eminentemente brasileiro ao longo do século XIX. Conforme relata Gremaud (2001), ainda que a penetração da Economia Política no país tenha se ocupado em divulgar a ideologia liberal que pululava nas economias centrais, o pensamento que aqui se desenvolvia ganhava texturas originais, percebidas tanto na centralidade da atividade comercial quanto na maior importância atribuída à intervenção do Estado na defesa dos interesses nacionais¹². Esta singularidade pode ser atribuída não apenas à simbiose de doutrinas divergentes, mas principalmente à adequação dessas teorias a uma realidade distante daquela em que surgiram. Aponta neste mesmo sentido o entendimento

¹¹ Os primeiros programas de pós-graduação em Economia foram criados ao longo da década de 1970, os quais delinearão as diferentes vertentes ideológicas do pensamento econômico no Brasil. Trabalhos como os de Franco (1992), Versiani (1997), Loureiro (1997), Anuatti Netto (1997) e Ganem e Tolipan (2000) apresentam um histórico dessas escolas.

¹² Conforme argumenta Rocha (1996), a Economia Política foi introduzida no Brasil pelo próprio Estado português. A matéria servir-lhe-ia de sustentação ideológica em um momento de desestruturação política ao aproveitar-se das promessas de prosperidade e de conciliação de interesses que nova ciência procurava difundir.

de Vieira (1960, p. 8), em cuja visão as ideias que aportavam no Brasil já se faziam pautar pelas circunstâncias em que eram aplicadas¹³:

Não desconhecemos as origens europeias e principalmente latinas de nossa cultura; não poderíamos negar o grande conteúdo alienígena do pensamento dos cultores da Economia Política no Brasil. Precisamos indagar, porém, das transformações sofridas pelas doutrinas, alhures nascida, em virtude da reação da nossa própria cultura e da observação dos nossos próprios fatos.

Fato era que os primeiros analistas econômicos brasileiros não tinham por objetivo contribuir para o desenvolvimento teórico da disciplina. Homens de elevado sendo prático – dentre os quais se destacaram os vanguardistas José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, Manuel de Arruda Câmara, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sé, André João Antonil e Vicente Coelho de Seabra Silva Teles –, procuravam apenas interpretar as doutrinas importadas sob a ótica nacional e adaptá-las à realidade brasileira (LIMA, 1978, p. 64).

O ensino de Economia Política foi oficialmente instituído, porém, somente após a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro. Com a cátedra concedida por D. João VI, em 1808, a José da Silva Lisboa¹⁴ (o Visconde de Cairu), a disciplina passou a ser difundida, principalmente, nas faculdades de Direito¹⁵, estendendo-se, posteriormente, aos cursos politécnicos.

A divulgação restrita da teoria econômica entre os universitários brasileiros do século XIX perdurou até o início dos anos 1900, quando surgiram as primeiras escolas de Comércio. Em 1926, foi homologado o ensino das Ciências Econômicas e Comerciais como pré-requisito para os que seguiam a carreira de Contabilidade. Duas décadas mais tarde, criou-se a

¹³ O autor considera inevitável a formulação de uma Economia Política nacional devido às peculiaridades que as diferentes doutrinas encontravam ao desembarcar em solo brasileiro: “Impossível ainda se torna negar a existência de um pensamento econômico no Brasil. [...] Contentamo-nos a estudar as doutrinas econômicas através dos seus representantes estrangeiros, como se no Brasil nada tivesse sido feito, como se o pensamento econômico aqui estivesse ausente, como se tivéssemos perdido a virtude de formar juízos sobre as realidades econômicas e financeiras.” (VIEIRA, 1960, p. 7).

¹⁴ Para Furtado (1982, p. 94), tratava-se do “mais lúcido representante da *intelligentsia* da classe agrícola colonial”, o qual, quatro anos antes de ser indicado para a “Aula” de Economia Política, já havia publicado os seus *Princípios de Economia Política*, obra que buscava divulgar as ideias de Adam Smith, de quem fora discípulo durante a sua passagem pela Inglaterra.

¹⁵ Na faculdade de Direito do Recife, destacou-se a atuação de dois dos precursores entre os economistas políticos brasileiros: Lourenço Trigo de Loureiro (autor de *Elementos de Economia Política*, de 1854) e Pedro Autran de Mata Albuquerque (cujas principais obras foram: *Elementos de Economia Política*, de 1844, *Novos Elementos de Economia Política*, de 1851, *Preleções de Economia Política*, de 1859, *Manual de Economia Política*, de 1873 e *Catecismo de Economia Política*, de 1880), os quais foram posteriormente substituídos por Aprígio da Silva Guimarães e José Joaquim Tavares Belford. Já em São Paulo, os primeiros docentes responsáveis pela cadeira de Economia Política foram Carlos Carneiro de Campos, Luis Pedreira do Couto Ferraz, Joaquim Vieira de Carvalho e José Luis de Almeida Nogueira. Para a lista completa dos professores de Economia das principais escolas brasileiras do século XIX, ver Lima (1978).

Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, vinculada à Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, inaugurando o primeiro curso de Economia integrado a uma estrutura universitária¹⁶.

Somente após o estabelecimento formal de cursos regulares é que o estudo da Economia Política nacional atingiu um patamar superior de sistematização científica. Conforme a esquematização de Malta (2011), a pesquisa contemporânea acerca do pensamento econômico brasileiro pode ser dividida em três grupos principais. O primeiro busca interpretar a obra de autores específicos, com destaque para os nomes de Roberto Simonsen, Celso Furtado e Ignácio Rangel¹⁷. O segundo grupo versa sobre temáticas específicas, como reforma agrária, distribuição de renda ou política educacional. O último conjunto, em consonância com os propósitos desta tese, procura reunir argumentos que apontem para a existência de uma Economia Política propriamente brasileira, cujas principais contribuições são as de Mantega (1984), Bielschowsky (2004), Biderman, Cozac e Rego (1995), Loureiro (1997), Mantega e Rego (1999), Bielschowsky e Mussi (2002, 2005) e Szmerecsányi e Coelho (2007).

Entre todos estes esforços de pesquisa, a autora confere destaque aos trabalhos de Mantega (1984) e Bielschowsky (2004) devido à formalização por eles empreendida com base em recortes analíticos teoricamente fundamentados. O primeiro autor, sob uma perspectiva marxista, procura formular uma “árvore genealógica da Economia Política brasileira”, reconstituindo a trajetória teórica dos principais pensadores nacionais do século XX e ordenando-os em correntes analíticas afins¹⁸; já Bielschowsky, cuja obra assenta-se sobre uma matriz schumpeteriana, delinea sua análise ao redor do conceito de ciclo ideológico do desenvolvimentismo, explorando o extenso material produzido a este respeito – alheio aos círculos acadêmicos, em sua maioria – no período de 1930 a 1964.

Diante do exposto, nota-se que os principais autores os quais se dispuseram a analisar a formação do pensamento desenvolvimentista detiveram-se a elementos da história intelectual brasileira do século XX. Como forma de alargar o entendimento acerca das origens

¹⁶ Para uma análise detalhada da evolução da Ciência Econômica no Brasil, ver Vieira (1981).

¹⁷ São os casos de Falangiello (1972) e Maza (2002), cujos textos analisam o pensamento de Roberto Simonsen; de diversos trabalhos sobre a obra Celso Furtado – como, por exemplo, as coletâneas organizadas por Bresser Pereira e Rego (2001) e por Sabóia e Carvalho (2007); e de trabalhos sobre as ideias de Ignácio Rangel, como a antologia coordenada por Mamigonian e Rego (1998).

¹⁸ O autor estrutura o pensamento desenvolvimentista brasileiro em três diferentes grupos: (1) O modelo de substituição de importações, vinculado a Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Ignácio Rangel, cuja principal filiação institucional foi a CEPAL; (2) O democrático-burguês, cujas mais relevantes fontes foram o PCB e o ISEB, através da produção de autores como Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães; e (3) O modelo de subdesenvolvimento capitalista, elaborado por André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos.

desta ideologia, justifica-se a diligência retroativa empenhada neste trabalho, no qual se buscará por elementos que ratifiquem a tese de que as ideias as quais comporiam o “núcleo duro” do desenvolvimentismo já se faziam ouvir desde, pelo menos, o crepúsculo imperial.

2.2 As controvérsias sobre as origens do desenvolvimentismo: um debate contemporâneo

A historiografia econômica brasileira delega aos eventos transcorridos em 1930 relevância basilar para a interpretação da evolução histórica do país. A crise econômica mundial e o golpe de Estado de novembro daquele ano representam, com efeito, marcos não desprezíveis para as transformações por que passariam o Brasil. Argumenta-se neste trabalho, porém, que as bases da estratégia de desenvolvimento levada a cabo a partir da ascensão de Vargas ao poder central já se faziam presentes quando do rompimento da hegemonia política do setor cafeeiro.

Deste modo, procurar-se-á demonstrar que a gênese das ideias as quais forjaram a estrutura do desenvolvimentismo não se deu de forma súbita. Resultado de um processo de condicionantes históricos e de amadurecimento intelectual, não apenas antecedeu a sua prática enquanto política consciente e deliberada, como também foi concebido em um período de pleno exercício do liberalismo econômico.

2.2.1 Heterodoxia no Brasil agrário-exportador

Conquanto divergentes em pontos acessórios, pode-se observar saliente intersecção entre as acepções dos principais autores contemporâneos dedicados ao estudo do desenvolvimentismo. É o dissenso, porém, que deve se tornar o foco do analista que se encarrega de agregar elementos originais ao debate, colaborando, dessa forma, com o avançar da ciência.

Responsável por diversos trabalhos publicados acerca do tema, Pedro Cezar Dutra Fonseca oferece uma nova contribuição ao entendimento do fenômeno – a qual será empregada como referência teórica na elaboração deste trabalho. Sistematizando as origens do pensamento desenvolvimentista, o autor inova ao determinar as três vertentes que, posteriormente encadeadas, viriam a formar o “núcleo duro” da doutrina: o nacionalismo, a industrialização e o intervencionismo pró-crescimento (FONSECA, 2004a, p. 2).

A lógica subjacente a seu raciocínio visa a embasar a hipótese de que, no plano das ideias, a concepção do ideário remonta a décadas anteriores à sua implementação como política econômica propriamente dita. Ainda assim, ressalta o autor que “nem sempre os três elementos do ‘núcleo duro’ aparecem associados historicamente”, de modo que, para se falar em desenvolvimentismo, portanto, deve-se verificar a “associação daqueles em um *conjunto comum* de ideias concatenado e estruturado.” (FONSECA, 2004a, p. 2, grifos do autor).

Esta premissa reforça a tese a ser defendida neste trabalho. Não se tenciona refutar a ideia consensual de que, no Brasil, tratou-se o desenvolvimentismo de um fenômeno do século XX. O fato de as ideias que o fundamentaram não terem sido apresentadas de modo sistematizado ao longo do seu processo de formação não atenua a argumentação a ser aqui desenvolvida. Pelo contrário: pretende-se demonstrar que, no plano dos conceitos – e não necessariamente na prática cotidiana da administração pública –, as origens da doutrina antecederam a política econômica deliberada e consciente.

Neste sentido, intenta-se demonstrar que o desenvolvimentismo não irrompeu de forma espontânea e repentina, tampouco surgiu em decorrência da crise econômica iniciada com a quebra da bolsa de valores em Nova Iorque. Tratou-se, pelo contrário, de um típico processo de construção política e intelectual, fruto da realidade brasileira e da consciência gradual de determinados atores de sua elite em relação à situação de atraso em que vivia o país. De modo que, ao grupo que assumiu o poder em 1930 não se fazia totalmente desconhecido o corpo das ideias desenvolvimentistas – embora qualificações de rumo e de vulto foram a ele posteriormente adicionadas.

Outrossim, admite-se que, em determinada medida, tratou-se a política desenvolvimentista praticada no Brasil de uma necessidade histórica. Conforme a definição de Bresser-Pereira (2011), se a adoção deste modelo refletiu uma “estratégia de desenvolvimento”, pressupõe-se, então, a existência de outras opções aos formuladores da política econômica. Nada impeliu o governo que assumiu o poder em 1930 a alterar as bases da economia nacional e buscar a internalização do seu centro dinâmico. A condição de altivo ofertante mundial de um número reduzido de matérias-primas não deixara de ser, pois, uma alternativa plausível. Assim sendo, o desenvolvimentismo deve ser caracterizado não apenas como uma iniciativa ousada, mas também, e principalmente, como um projeto cuja concretização exigia um esforço consciente e deliberado.

Ainda que em caráter localista, medidas levadas a cabo por governos subnacionais durante a República Velha sinalizam a existência de determinadas ideias embrionárias –

muitas das quais já materializadas em políticas públicas – que posteriormente viriam a ser adotadas pelo governo central. O caso mais eloquente diz respeito à presidência de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930). Conforme assinala Fonseca (2004b, p. 12), o “desenvolvimento” passava a habitar a retórica oficial de modo deliberado e intencional¹⁹. O emprego do termo “marcha” no discurso de Getúlio não era fortuito; antes, evidenciava a noção de que a superação do atraso não brotaria espontaneamente, mas “deveria resultar de decisão organizada, implementada com determinação e disciplina.”²⁰

A pesquisa de João Antônio de Paula sobre as transformações econômicas por que passou o estado de Minas Gerais no início do século XX também ratifica este entendimento. Ao analisar a trajetória política e intelectual do ex-governador mineiro João Pinheiro da Silva²¹, o autor reforça a tese de que as ideias e, em determinadas situações, indícios da própria política desenvolvimentista já se faziam presentes no programa do governo mineiro antes de 1930²².

Tema caro a determinados setores do pensamento desenvolvimentista, o Protecionismo – cunhado por Pinheiro com letra maiúscula – havia muito se anunciava em sua plataforma política. O governador mineiro não fez desta medida, porém, a panaceia para a crise que se abatia sobre a economia brasileira: “Se a solução econômica do aumento das riquezas de um povo dependesse, exclusivamente, de um golpe de tarifas alfandegárias, certo não haveria povos pobres no mundo.” (*apud* BARBOSA, 1966, p. 16).

Com base nestas evidências, portanto, Paula (2004) confere à política concebida pelo governo Pinheiro, no início do século XX, características típicas de um programa

¹⁹ Para Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi, a inclusão da ideia de desenvolvimento ao discurso dos governantes e burocratas deu-se somente após a posse de JK: “Em 1956 já estava superada a situação de perplexidade e indefinição dos rumos econômicos que havia afetado o país nos anos anteriores, como resultado da crise política. A ideologia desenvolvimentista incorporava-se, **neste momento**, à retórica oficial do governo.” (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2005, p. 9, grifos meus).

²⁰ A prioridade da matéria extrapolava o discurso do governador do estado. A centralidade do crédito e da atuação estatal no fomento à produção materializou-se, a 22 de junho de 1928, na criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, ao qual caberia “fazer a defesa de nossa produção, constituindo um propulsor da riqueza e do progresso.” (*apud* FONSECA, 2004b, p. 14).

²¹ João Pinheiro, governador de Minas Gerais por duas ocasiões (em 1890 e no período 1906-1908), perfilava entre os republicanos históricos de seu estado natal. Sua consciência industrializante tomou corpo, principalmente, a partir de sua gestão frente ao Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, em 1903. Para um estudo completo acerca do pensamento de João Pinheiro, ver Barbosa (1966) e, especialmente, Gomes (2005).

²² O programa de Pinheiro afrontava alguns dos dogmas consensuais ao conservador *establishment* mineiro da época. As matérias que guiaram a atuação de seu governo podem ser sumarizadas em quatro pontos principais: (1) Protecionismo da indústria mediante tarifas adequadas; (2) Valorização da educação em seus diversos níveis; (3) Valorização da organização cooperativista; e (4) Busca da modernização da estrutura produtiva (PAULA, 2004, p. 272).

desenvolvimentista²³: “João Pinheiro, em seu ideário e suas políticas, guarda relação com o que se chama hoje de ‘perspectiva desenvolvimentista’” (p. 261); “Pinheiro ensaiou o projeto de desenvolvimento que, *malgré tout*, e com as diferenças devidas, foi [posteriormente] experimentado no Brasil (p. 273)”; e “Sob vários e decisivos aspectos, a plataforma política de João Pinheiro anunciava os tempos do desenvolvimentismo que viriam pós-1930.” (p. 276).

Há analistas os quais, indo além, corroboram este entendimento de modo oblíquo. Na célebre obra em que procura demonstrar que a presença do Estado brasileiro durante a República Velha fez-se mais significativa do que supõe o entendimento consagrado pela literatura, Topik (1987) advoga uma consciência embrionária por parte da burocracia estatal responsável pela gestão pública naquele momento²⁴.

Discorrendo acerca de quatro grandes temas – sistema financeiro, defesa do café, infra-estrutura ferroviária e industrialização –, o autor atesta que, a despeito da descentralização político-administrativa observada no período, o governo central atuou de modo muito mais aprofundado do que os próprios entes federados²⁵.

Ainda que, de modo geral, a intervenção no sistema financeiro visasse à estabilização cambial e monetária, a ação do governo acabava, indiretamente, por exercer expressivo controle sobre o mercado bancário. Além disso, argumenta o autor que a política fiscal executada pelos sucessivos governantes que assumiram o poder federal entre a proclamação da República e o golpe de 1930 teria apresentado um caráter mais expansionista do que a exercida pela própria gestão de Vargas.

A atuação do governo republicano correspondia, no entanto, menos a um planejamento deliberado do que à defesa do setor agro-exportador. Subproduto da política de valorização dos gêneros exportáveis, o crescimento industrial do período teria respondido à

²³ Ponto de vista, este, compartilhado por outros observadores da história mineira do século XX. Para Dulci (1999, p. 46), a gestão de Pinheiro foi “modernizante e abrangente”, tendo procurado “diversificar o sistema produtivo, sem descuidar do café e de melhorar a qualidade da produção através de sua atualização tecnológica.” Opinião semelhante é defendida por Iglesias (1982, p. 121): “João Pinheiro foi um crente na política voltada para a economia, um precursor do que modernamente se chamaria desenvolvimentismo.”

²⁴ Para Topik (1987, p. 35), a intervenção do governo federal não respondia à pressão de grupos sociais, tais como a burguesia, a classe média, os trabalhadores ou os investidores estrangeiros. Tratava-se, na opinião do autor, de uma iniciativa oriunda da própria burocracia estatal, que, se não formava um grupo completamente autônomo, contava com determinada independência política e administrativa.

²⁵ O autor arrola uma série de dados os quais buscam embasar a sua tese: antes do colapso do comércio exterior, em 1929, o Estado brasileiro era proprietário de 2/3 das ferrovias, da maior empresa de navegação, dos principais portos, do maior banco comercial e de três das mais bem-sucedidas empresas hipotecárias (TOPIK, 1987, p. 11).

maior disponibilidade de recursos, ao câmbio favorável e à febre no mercado de ações²⁶. Tratou-se de mais um resultado não-intencional, uma vez que as intervenções correspondiam, geralmente, a operações conjunturais de salvamento, não sendo resultado, portanto, de um “planejamento desenvolvimentista.” (TOPIK, 1987, p. 189).

Há os que, retroagindo ainda mais o espectro analítico, relacionam as origens da doutrina às práticas mercantilistas²⁷. Para Gonçalves (2012), tratou-se o nacional-desenvolvimentismo – por ele cunhado como “o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo” – de uma “concepção neo-mercantilista do século XIX”. Se, por um lado, o prefixo designativo (neo) discrimina as diferenças históricas produzidas pelo espaçamento de três séculos, por outro, interliga a gênese da ideologia moderna à prática vigente nos países europeus na época das grandes navegações: “As raízes do pensamento desenvolvimentista no Brasil e na América Latina estão nas ideologias e políticas de desenvolvimento econômico associadas ao mercantilismo [...] e nas cópias fiéis realizadas em países como Estados Unidos e Alemanha.” (GONÇALVES, 2012, p. 4).

Em que pese a apresentação de evidências ratificadas por diferentes autores, a existência de um grupo político cujas ideias preanunciavam uma heterodoxia precoce durante a República Velha divide a opinião dos analistas, conforme será exposto a seguir.

2.2.2 A Revolução de 1930: um marco interpretativo

Há autores, por outro lado, que oferecem ao debate interpretações destoantes, enriquecendo o entendimento histórico do desenvolvimentismo. Estudioso do assunto ao qual dedicou parte expressiva de sua produção intelectual, Ricardo Bielschowsky, ex-dirigente da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) no Brasil, interpreta o fenômeno sob ótica semelhante, advogando uma singularidade cronológica, porém, que vai de encontro à tese a ser defendida neste trabalho – o horizonte temporal a partir do qual desenvolve sua análise. Para o autor, as origens do ideário desenvolvimentista justapõem-se

²⁶ Corroborando a interpretação clássica de Fishlow (1972), Topik (1987, p. 185) atesta explicitamente que a atuação deliberada do governo federal, antes de 1930, ensejou o início de um significativo processo de substituição de importações: “O Brasil passou por uma fase de industrialização resultante na substituição de muitos produtos importados ao longo da Primeira República, devido à política oficial.”

²⁷ Embora se procure demonstrar a existência de ideias pré-desenvolvimentistas anteriores a 1930, a tese a ser aqui defendida não as retrocede ao período colonial ou às práticas mercantilistas. Deve-se esta discordância a divergências metodológicas as quais se evidenciarão no decorrer do trabalho.

claramente à adoção da política econômica²⁸: “As origens do desenvolvimentismo são o período 1930-45.” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 78).

No tópico em que apresenta “o esboço do projeto desenvolvimentista”, o autor admite a “existência de uma consciência industrialista desde o século XIX”, negando-lhe relevância histórica, contudo, devido à ausência de um corpo sistematizado de ideias (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 248). Pode-se inferir, a partir desta constatação, que, para Bielschowsky, a defesa de uma política de industrialização, por si só, poderia caracterizar o rascunho de um projeto desenvolvimentista. Reforça esta ilação a afirmação simplificadora de que “desde suas origens, o desenvolvimentismo foi uma ideologia econômica com fortes vínculos com o nacionalismo.” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 103). Depreende-se, portanto, que, em sua visão, o nacionalismo tampouco compunha necessariamente uma das vertentes formadoras da doutrina, mas que, exogenamente, apenas influenciou a sua concepção.

Deste modo, baseado na hipótese de que o desenvolvimentismo foi concebido a partir de 1930, Bielschowsky outorga a determinados autores a distinção de precursores intelectuais da doutrina, desmembrando-os em três grupos: os pertencentes ao setor privado, ao público não-nacionalista e ao público nacionalista.

A primeira a se constituir, ainda na década de 1930, foi a corrente privada, tendo sido o industrial paulista Roberto Cochrane Simonsen o seu grande expoente. Bielschowsky demonstra que a contribuição destes empresários ganhou relevância em meio à criação dos departamentos de estudos econômicos recém-estabelecidos no âmbito da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), presidida pelo próprio Simonsen, e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), comandada por Euvaldo Lodi.

O setor público não-nacionalista, “pouco numeroso, mas influente”, não pregava uma ruptura unilateral com o capital estrangeiro, a despeito do ceticismo em relação ao tema que entre eles imperava. Esta corrente ganhou um *locus* institucional para a divulgação de suas ideias e práticas com a formação da Comissão Mista Brasil–Estados Unidos (CMBEU), em

²⁸ Em diversas passagens da obra, o autor reforça esta percepção: “Podemos caracterizar a ‘origem’ do projeto desenvolvimentista [...] os quinze anos que se seguiram ao colapso simultâneo da economia cafeeira e do poder hegemônico das oligarquias regionais.” (Ibid., p. 248). Em trabalho posteriormente publicado, Bielschowsky e Mussi reiteram esta periodização metodológica: “O processo de **elaboração do projeto** desenvolvimentista passou, no período, por quatro subperíodos, que descrevem um ciclo ideológico: nascimento (1930-1945), amadurecimento (1945-1955), auge (1956-1960) e crise (1961-1964).” (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2005, p. 3, grifos meus).

1951. Seus principais adeptos foram Horacio Lafer, Lucas Lopes e, principalmente, Roberto Campos²⁹.

O terceiro e último grupo, o público nacionalista, tinha por divergência com os demais a inclinação por ampliar a intervenção do Estado na economia. Seus líderes mais relevantes foram Américo Barbosa de Oliveira, Rômulo de Almeida e, especialmente, Celso Furtado, cujos seguidores vieram a se reunir sob a égide do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), fundado em 1952. Este conjunto de pensadores influenciou de modo especial os movimentos finais do segundo mandato de Vargas, quando da radicalização do governo brasileiro em relação aos interesses estrangeiros.

Outro aspecto que suscita divergência entre os analistas refere-se à consciência da política de desenvolvimento empenhada ao longo da década de 1930. Para Bielschowsky (2004, p. 253), foram dois os fatores históricos que deram sustentação ao nascimento deste projeto: o vigoroso surto industrial observado a partir de 1933 e a criação de instituições de regulação e controle das atividades econômicas.

No seu entender, o que ocorria ao longo do período de 1930-1945 era “uma primeira e limitada tomada de consciência da problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar, que então se instalava nas instituições.”³⁰ (2004, p. 250). Coerente em sua argumentação, refuta a ideia de uma política deliberada de desenvolvimento industrial no primeiro governo Vargas:

Não se pode afirmar que se tenha gerado no período um projeto de industrialização articulado e perfeitamente definido. Faltavam coordenação entre os órgãos, recursos financeiros que permitissem uma continuidade mínima nos trabalhos e, sobretudo, **uma diretriz geral de política econômica que cobrisse com um embasamento ideológico abrangente e definitivo suas atividades pioneiras de planejamento econômico** (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 258, grifos meus).

²⁹ A historiografia brasileira tradicionalmente confere a Roberto de Oliveira Campos o estigma de economista ortodoxo, liberal e monetarista. De fato, quando ministro de Castello Branco, Campos tornou-se ferrenho defensor do controle da base monetária como forma de combate à inflação. Em obras anteriormente publicadas, entretanto, defendia o planejamento do Estado como instrumento de promoção de um processo de industrialização intensiva.

³⁰ O autor confirma este entendimento ao incluir posteriormente outro grupo de atores, os industriais, entre os que passaram a se dedicar às questões teóricas e políticas referentes à industrialização: “No período 1930-1945 houve uma primeira e limitada tomada de consciência do projeto, por parte de uma pequena elite de empresários reunidos em entidades como a FIESP e a CNI e, sobretudo, por parte de um pequeno núcleo de técnicos governamentais, civis e militares, que formavam o quadro técnico das novas instituições criadas pelo Estado centralizador de Vargas, especialmente a partir de 1937.” (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2005, p. 3).

Em sua consagrada obra acerca dos condicionantes e dos resultados do Plano de Metas, Carlos Lessa corrobora a interpretação de Bielschowsky de modo reiterado e assertivo. O autor não apenas assevera a absoluta falta de consciência da política engendrada pelos governos Vargas e Dutra, como também posterga as origens do ideário e da política desenvolvimentista para a década de 1950.

Somente após cruzarem os anos 1950, assegura o autor, é que “as principais tendências de evolução da economia puderam encontrar apoio em esquemas conscientes de política”. Para Lessa, desde o ocaso da República Velha até o início da segunda metade do século XX, “a política econômica esteve basicamente condicionada a comportamentos externos que definiram seu perfil” [...], período em que “não se vislumbrou uma preocupação definida e consciente com o desenvolvimento.” (LESSA, 1982, p. 11).

O interregno compreendido entre a tomada do poder central pelo ex-governador gaúcho e o início de seu segundo mandato, em 1951, teria sido marcado “por ausência quase total de interesse pelo tema, tratando-se de uma industrialização extensiva, não decidida.”³¹ Lessa conclui seu raciocínio atestando que, ao longo destas duas décadas, “a industrialização surgiu como uma decorrência e não de um objetivo principal intencionalmente perseguido, razão pela qual podemos qualificá-la de ‘**não intencional.**’” (LESSA, 1982, p. 13, grifos meus).

Para este autor, portanto, somente a partir de meados dos anos 1950 é que se pôde verificar uma primeira aproximação ao desenvolvimentismo, quando “todos os esforços foram intencionalmente dirigidos à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial.” Para sustentar sua tese, Lessa argumenta que apenas no início daquela década passou-se a observar “uma sucessão de medidas de política econômica visando à modificação da estrutura econômica nacional, que, em seu conjunto, consubstanciam uma formulação inicial da política de desenvolvimento.” (LESSA, 1982, p. 20).

Referência intelectual no cenário do aventado “novo-desenvolvimentismo” contemporâneo, Luiz Carlos Bresser-Pereira também adere à hipótese de que as bases do desenvolvimentismo surgiram após a revolução que pôs fim à hegemonia das oligarquias cafeicultoras: “É sem dúvida a partir de 30, ou, se quisermos ser mais exatos, é o no decorrer

³¹ À exceção, porém, dos instrumentos cambiais, aos quais delega a condição de “principal, se não única ferramenta de política econômica” responsável pelos “estímulos não intencionais” à industrialização verificada naquele período (Ibid., p. 15).

dos anos trinta que tem início a decolagem do desenvolvimento brasileiro.” (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 28).

Em sua visão, aos burocratas do governo faltava clareza acerca dos rumos a que as políticas públicas conduziavam a economia nacional: “O novo governo adotou logo uma política nitidamente industrializante”, muito embora “as medidas que mais estimularam o arranque da economia brasileira e o seu desenvolvimento industrial tenham sido tomadas **por acaso.**” (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 31, grifos meus). Em trabalho publicado décadas depois, o autor reforça o seu entendimento inicial: “A partir dos anos 1930 ou, pelo menos, dos anos 1950, os países latino-americanos adotaram uma estratégia nacional de desenvolvimento bem-sucedida, baseada na teoria econômica do desenvolvimento e na teoria econômica estruturalista latino-americana.” (BRESSER-PEREIRA, 2011, p. 2).

No que se refere à construção intelectual deste projeto, Bresser-Pereira rejeita a tese da precedência das ideias em relação ao programa de governo ao supor concomitantes a experiência histórica e seu embasamento teórico: “Os notáveis economistas, sociólogos, cientistas políticos e filósofos que formularam essa estratégia nos anos 1950 reuniram-se na CEPAL, em Santiago, e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no Rio de Janeiro.” (BRESSER-PEREIRA, 2011, p. 7).

Não se pretende minimizar a incontestável contribuição que o surgimento deste órgão proporcionou à difusão não apenas das diretrizes, mas também, e principalmente, das políticas desenvolvimentistas. O que se almeja demonstrar é que, antes mesmo de a CEPAL ser criada, em 1948, ideias semelhantes às suas já encontravam adeptos no Brasil, inclusive com presença no discurso oficial.

Conforme demonstra Fonseca (2000a), o que outrora se limitavam a críticas parciais associadas a interesses específicos, passaram, depois da constituição desse organismo, a ser reconhecidas pela comunidade internacional como saber científico. De fato, esta instituição desempenhou relevante papel ao conferir lastro teórico a ideias que, embora fossem defendidas havia muito por autores brasileiros e latino-americanos, somente na década de 1950 é que foram transformadas em programa de pesquisa, com linguagem e forma mais rigorosas.

No que concerne à limitação de consciência, Ianni (1996), Draibe (1985) e, especialmente, Fonseca (1987, 2003) oferecem indícios que contrariam a suposição de Bielschowsky, Lessa e Bresser-Pereira. Ao ressaltarem a intencionalidade subjacente à

criação de diversas instituições voltadas à promoção da indústria ainda na década de 1930, os autores procuraram atenuar a referida hipótese³². Fonseca (2003), por exemplo, arrola inúmeros atos levados a cabo pelo governo Vargas – da política tarifária à criação de órgãos na burocracia estatal voltados a este fim, analisando, ainda, os próprios discursos presidenciais –, demonstrando que a política anticíclica de defesa do setor cafeeiro não ensejou o surto industrial de modo colateral, como sustenta Celso Furtado em sua interpretação clássica.

A reconstituição deste debate contemporâneo faz-se relevante não apenas para sancionar a atualidade do tema; ainda que não se pretenda encerrar a polêmica que circunscreve a questão, a relevância histórica e historiográfica do fenômeno justifica o empenho que esta contribuição busca oferecer à matéria.

Assim sendo, este trabalho procura ratificar a pertinente observação tecida por Carvalho (1998, p. 119), para quem “as batalhas históricas, ou os eventos em geral que envolvem conflitos, são travados pelo menos duas vezes. A primeira quando se verificam na forma de evento, a segunda quando se trata de estabelecer sua versão histórica ou sua memória.” A primeira é uma batalha histórica, a segunda um combate historiográfico.

2.3 As influências estrangeiras

Se o fenômeno do nacional-desenvolvimentismo esteve diretamente associado aos acontecimentos transcorridos na América Latina ao longo do século XX, não se pode atenuar a influência das ideias e experiências internacionais sobre a formação deste ideário.

A expressiva similaridade histórica existente entre o Brasil republicano e algumas das nações de industrialização tardia – com destaque para os Estados Unidos e a Alemanha – tornava natural o cotejamento entre as políticas praticadas pelos distintos governos. É por este motivo que os três intelectuais estudados neste trabalho (notadamente Rui Barbosa, o mais erudito deles) recorriam exaustivamente a autores e *policymakers* estrangeiros a fim de embasar seus argumentos.

³² No sentido amplo do termo, Fonseca (2003) se refere às instituições como órgãos, políticas públicas e discurso, baseando sua metodologia analítica na concepção de Zysman (1994), para quem as instituições são fundamentais na reconstrução histórica porque moldam experiências nacionais e regionais concretas, possibilitando diferentes conformações históricas.

2.3.1 Alexander Hamilton e o Sistema Americano

A mais assídua referência cabia ao estadista norte-americano Alexander Hamilton (1757-1804). Nomeado por George Washington como o primeiro secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Hamilton não apenas encetou um dos mais vigorosos projetos de desenvolvimento já adotados por uma economia capitalista, como também lançou as bases teóricas de sua política.

No período em que ocupou o cargo (1789-1795), Hamilton submeteu ao Congresso norte-americano diversos relatórios que versavam sobre questões conjunturais da economia do país³³. O mais longo e aprofundado deles, Relatório sobre Manufaturas (1791), ganhou notoriedade ao expor em detalhes os motivos pelos quais o governo deveria proteger a produção industrial norte-americana, tornando-se, assim, a principal obra de referência para os que defendiam o chamado Sistema Americano³⁴.

O programa preconizado por Hamilton em muito se assemelhava ao que pregariam os desenvolvimentistas latino-americanos um século depois, podendo ser sumarizado em três pontos principais: (1) Defesa da indústria infante através de medidas protecionistas; (2) Investimentos públicos em infra-estrutura, principalmente, na rede de transportes; e (3) Fortalecimento do sistema financeiro o qual pudesse instrumentalizar uma política monetária e creditícia que favorecesse a produção e o comércio.

O projeto norte-americano pressupunha, portanto, uma ativa participação do Estado na vida econômica do país. Conforme ressalta Chang (2004), a partir daquele momento o governo dos Estados Unidos passou a intervir diretamente em diversas áreas, tais como na educação, no fomento da indústria bélica através da preferência nas compras governamentais, no financiamento de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, entre outras.

Inspirada nas gestões de Jean-Baptiste Colbert (1696-1715), na França, e de Isabel I (1558-1603), na Inglaterra, a estratégia hamiltoniana contou, no plano político, com a diligente atuação do secretário de Estado Henry Clay (1777-1852), posteriormente aclamado como o “pai” do Sistema Americano em função da ardorosa defesa de políticas protecionistas

³³ Por ordem cronológica, foram estes os documentos redigidos por Hamilton no decorrer de sua gestão: *Primeiro Relatório sobre o Crédito Público* (1790), *Operações da Lei que impõe Direitos sobre a Importação* (1790), *Segundo Relatório sobre o Crédito Público* (1790) e *Relatório sobre o Estabelecimento de uma Casa da Moeda* (1791).

³⁴ O epíteto, cunhado posteriormente por Henry Clay, buscava distingui-lo da teoria econômica hegemônica, o Sistema Britânico, representado pelo liberalismo de Adam Smith.

quando presidente da Câmara dos Deputados³⁵. Em consonância com o que pregava Hamilton, Clay também defendia a construção de rodovias e o estabelecimento de um banco central que encorajasse os empreendimentos produtivos. Foi a participação decisiva na aprovação da tarifa protecionista de 1812, porém, o episódio que lhe garantiu a distinção entre os políticos desenvolvimentistas norte-americanos do século XIX.

Além do exemplo estadunidense, o então recente processo de industrialização levado a cabo por Bismarck na Prússia e, posteriormente, na Alemanha unificada inspirou de modo particular os autores brasileiros da era pré-desenvolvimentista.

2.3.2 Friederich List e o Sistema Nacional de Economia Política

A política mercantilista que embasou o projeto de Alexander Hamilton a partir dos anos 1820 também fundamentou o processo de industrialização observado na Alemanha do final deste mesmo século. O desenvolvimento econômico dos reinos germânicos esteve fortemente baseado na estratégia arquitetada pelo economista Gregor Friederich List (1789-1846), tido por determinados autores como o precursor da Escola Histórica Alemã (EHA).

Alçado à cátedra da disciplina de Administração e Política da Universidade de Tübingen aos 28 anos de idade, List teve que renunciar ao posto em 1819 devido a desentendimentos políticos. Elegeu-se deputado na Câmara de Württemberg, de onde foi expulso em 1822 e sentenciado a dez meses de encarceramento. Anistiado, emigrou para os Estados Unidos em 1825, onde residiu por cinco anos até, finalmente, retornar à Alemanha.

O período do exílio não lhe rendeu apenas dividendos financeiros³⁶, mas contribuiu também para o seu amadurecimento intelectual. Ao tomar contato com o vertiginoso desenvolvimento por que passava aquele país, List passou a questionar a universalidade da teoria clássica britânica. Diante da nova realidade testemunhada *in loco*, desqualificou os conhecimentos previamente adquiridos nos manuais europeus, aos quais se referiu da seguinte maneira:

[As teses liberais] só tenderiam a desencaminhar-me da via certa. A melhor obra sobre Economia Política que se possa ler naquele país moderno é a

³⁵ Diversos foram os autores norte-americanos que defendiam essa concepção de desenvolvimento, entre os quais Mathew Carey (1760-1839), Henry Baird (1825-1912), autor de *Protection of home labour*, Joseph Wharton (1826-1909), responsável por *National self protection* e, principalmente, Henry Carey (1793-1879), cuja principal obra foi *Harmony of Interests*.

³⁶ List adquiriu rendimentos expressivos com a descoberta de carvão na desvalorizada propriedade rural que havia adquirido quando chegou ao país.

vida real. [...] Ali se pode observar como regiões selvagens se transformam em Estados ricos e poderosos; e o progresso, que exige séculos na Europa, ali acontece às vistas de todos. [...] Esse livro da vida real, estudei-o com seriedade e diligência, comparando com meus estudos, experiências e reflexões anteriores (LIST, 1986, p. 5).

Foi nos Estados Unidos que o autor concebeu a teoria que viria a embasar o processo de desenvolvimento econômico de sua terra natal. Por solicitação da Sociedade da Filadélfia para a Promoção da Indústria Nacional, List elaborou um documento apresentado na Convenção Nacional dos Protecionistas, em 1827. As “doze cartas” publicadas no jornal *National Gazette* – e posteriormente compiladas em um livro sob o título de *Outlines of a New System of Political Economy* – compuseram a base de sua principal obra, *Sistema Nacional de Economia Política*, de 1841.

O projeto listiano de desenvolvimento reforçava, portanto, os principais traços da estratégia proposta por Hamilton³⁷, podendo, assim, ser sumarizado em três pontos basilares: nacionalismo, industrialização via proteção tarifária e intervenção estatal no domínio econômico.

Baseava-se o nacionalismo do autor na distinção entre os entes individual e social. A intermediação de interesses deveria ser assumida pela figura soberana da nação, a qual nortearia os respectivos povos rumo ao desenvolvimento: “Diria que a característica básica deste meu sistema reside na NACIONALIDADE [...], a qual é o interesse intermediário entre individualismo e a humanidade inteira.” (LIST, 1986, p. 5, grifos no original).

Em que pese a centralidade da indústria manufatureira em sua concepção, List pressupunha a harmonia produtiva entre os diversos setores econômicos da nação. Em sua visão, um país industrializado tenderia a estimular a agricultura de modo ainda mais profícuo ao oferecer-lhe máquinas e equipamentos os quais aumentariam a sua produtividade; o setor primário, por sua vez, atuaria como um fornecedor cativo de insumos e matérias-primas, gerando um verdadeiro ciclo virtuoso de fortalecimento do mercado interno. À indústria caberia, portanto, a incumbência de fomentar as demais forças produtivas, conduzindo o processo de desenvolvimento.

Do ponto de vista macroeconômico, a defesa do órgão industrial empunhada por List aludia aos mesmos prejuízos a que se refeririam, décadas mais tarde, os autores brasileiros. A

³⁷ Além da reiterada inspiração na obra de Alexander Hamilton, List também foi influenciado pelo filósofo italiano Antonio Serra e pelo diplomata escocês James Stuart (1712-1780).

impossibilidade de uma economia primário-exportadora lograr a estabilidade do balanço de pagamentos já se fazia notar em seus escritos, tese posteriormente consagrada pela CEPAL sob o desígnio da deterioração dos termos de intercâmbio:

A experiência tem demonstrado repetidas vezes que, nas nações agrícolas, cujo mercado manufatureiro está exposto à livre concorrência por parte de uma nação que já atingiu a supremacia manufatureira, com frequência o valor da importação de bens manufaturados ultrapassa de muito o valor dos produtos agrícolas exportados, o que por vezes, ocasiona repentinamente uma exportação extraordinária de metais preciosos (LIST, 1986, p. 183).

Por negar às forças de mercado a faculdade de sobrepujar essa situação, List vislumbrava na intervenção estatal o meio mais adequado de se fomentar o desenvolvimento das economias periféricas. Com base em seus ensinamentos é que se fez imprescindível o papel ativo do governo alemão durante a célere industrialização observada no final do século XIX³⁸.

Deste modo, o mais importante instrumento de política econômica ao qual o ente público deveria recorrer era a proteção tarifária que visasse a reservar o mercado interno aos produtores nacionais. A este mecanismo List conferiu a alcunha de “protecionismo educador”, uma estratégia transitória que futuramente garantiria às empresas alemãs condições de competir com as estrangeiras. Em termos teóricos, a barreira alfandegária atuaria diretamente sobre a natureza das vantagens comparativas ricardianas, conferindo-lhes um caráter dinâmico: estas não dependeriam apenas da diferença de produtividade entre o capital e o trabalho dos diferentes países; a vantagem poderia ser criada tão logo fossem adotadas as políticas adequadas.

Sua rejeição ao liberalismo clássico, porém, não pressupunha a negação do sistema capitalista. Conforme destaca Fonseca (2000b, p. 6), a insuficiência do mercado não impunha sua supressão, mas “políticas pró-ativas que corrigissem seus efeitos perversos, de modo que o Estado não o substituísse, mas que ambos atuassem complementarmente.” Além disso, List considerava que as políticas intervencionistas com vistas à industrialização deveriam ser limitadas no tempo e no espaço, não devendo ser transformadas “em regras de política econômica.”

³⁸ Além do protecionismo aduaneiro, o papel do Estado alemão envolveu estímulos à acumulação de capital e à importação de mão de obra qualificada (de britânicos e belgas, principalmente); a criação de empresas estatais (siderurgia, armamentos, ferrovias etc.) e a interferência na organização produtiva das empresas privadas (GONÇALVES, 2012).

Neste sentido, seria válida e útil apenas a proteção adotada por países considerados “aptos” – aqueles com um território de proporções avantajadas e população expressiva –, pois somente estes poderiam estimular a produção em escala compatível com a sua própria demanda interna. Caso contrário, o livre-cambismo ainda teria um papel relevante a cumprir, auxiliando no desenvolvimento da atividade agrícola antes de se lançar as bases de um processo de industrialização. Assim, o intervencionismo tarifário não deveria ser vulgarizado, uma vez que, para determinadas economias, a especialização agrícola poderia ser a melhor ou, até mesmo, a única solução (FONSECA, 2000b).

Tratava-se, este, do caso dos estados alemães em meados do século XIX³⁹. Aos países de área restrita e demografia diminuta, os quais não lograssem a edificação de Estados nacionais sólidos, List recomendava a integração econômica com outras nações em condições similares. Por proposição de sua autoria é que os reinos alemães celebraram a união aduaneira conhecida como *Zollverein*⁴⁰, a qual, além de eliminar a cobrança alfandegária entre os seus membros, criou uma tarifa externa comum, condição base para a futura unificação política sob a hegemonia da Prússia⁴¹.

Conforme apontado anteriormente, List também é tido por diversos autores como o precursor da Escola Histórica Alemã⁴², cuja principal característica residia no enfoque histórico aplicado à análise econômica⁴³. Os pensadores alemães ligados à EHA condenavam o arcabouço smithiano ao suporem inválidas receitas abstratas as quais, desconsiderando as

³⁹ No Congresso de Viena, em 1815, estabeleceram-se as barreiras tarifárias entre os 38 estados que comporiam a Confederação Alemã. A articulação para aboli-las tomou corpo somente a partir do início dos anos 1820, processo que culminou com a criação da união alfandegária, em 1834, e na unificação política décadas mais tarde (NASCIMENTO, 2001).

⁴⁰ Formado inicialmente por 22 estados para um período inicial de oito anos, tratou-se o *Zollverein* de uma união estritamente alfandegária que visava, em último plano, a substituir “importações” de fora do perímetro germânico.

⁴¹ Dentre todos os reinos e principados alemães, a Prússia se destacava pelo elevado grau de institucionalização de seu Estado. Conforme assinala Fonseca (2000b), contudo, a realidade da Alemanha de List não acalentava aspirações de maior envergadura: tratava-se de estados sem Estado, mercado, bancos, leis, regulamentos, moedas locais. O processo de unificação percorreu, até o estabelecimento do Segundo Império, em 1871, um longo caminho de guerras, cenário suplantado somente após as “vitórias” prussianas a partir de 1864.

⁴² Conforme a oportuna ressalva de Vieira e Maximo (2013), a noção de uma “Escola de pensamento alemã” não poderia estar associada a uma nacionalidade específica. O único elemento que poderia distingui-la, e ainda assim com restrições, seria a unificação em torno da língua, uma vez que o espaço territorial hoje associado ao país foi, ao longo do século XIX, “uma verdadeira arena de batalhas”.

⁴³ Os autores da EHA são tradicionalmente divididos em dois grupos principais: os vanguardistas, liderados por Wilhelm Roscher (1817-1894), Bruno Hildebrand (1812-1878) e Karl Knies (1821-1898), todos professores universitários; e a escola “jovem”, que tomou corpo a partir dos anos 1870, cujos principais integrantes foram Gustav Schmoller (1838-1917), Adolph Wagner (1835-1917), Werner Friedrich Knapp (1842-1926), Karl Bücher (1847-1930), Ludwig Joseph Brentano (1844-1931), Werner Sombart (1863-1941), Max Weber (1864-1920) e Georg Arthur Spiethoff (1873-1957). Segundo Vieira e Maximo (2013), a primeira geração parece ter estado mais próxima da economia política inglesa, ao passo que os membros da escola “jovem”, recuperando a tradição cameralista, desenvolveram críticas mais profundas ao liberalismo britânico.

particularidades culturais, políticas e sociais, garantiriam o desenvolvimento da riqueza das nações em qualquer tempo e espaço⁴⁴.

A metodologia subjacente à análise da EHA pretendia desconstruir a universalidade da teoria clássica, relativizando o alcance de formulações econômicas que generalizassem a aplicabilidade das políticas públicas. O historicismo alemão procurava, assim, alicerçar em argumentos históricos as diferenças entre as trajetórias da Alemanha e da Inglaterra, demonstrando, a partir deles, que as leis econômicas não poderiam ignorar o contexto em que se inseriam.

O pensamento econômico alemão do século XIX não se limitou, contudo, apenas a rechaçar as teorias e o método científico propagados a partir da Grã-Bretanha. Os autores da EHA também empenharam-se em apresentar novas hipóteses teóricas e proposições políticas, configurando uma agenda heterodoxa que viria a influenciar a concepção de um grupo relevante de autores latino-americanos (FONSECA, 2000b).

O enfoque nas especificidades históricas de cada economia embasaria a luta dos atores desenvolvimentistas no Brasil republicano. Conforme assinalava Gerschenkron (1962), o fenômeno de industrialização dos países atrasados apresentava características peculiares se comparado aos casos paradigmáticos da Revolução Industrial. Dentre as mais salientes, a aura ideológica em que se desdobraram os diferentes processos emoldurou as respectivas empreitadas: na pioneira Inglaterra não haveria sido preciso um reforço idealista em favor do estabelecimento da manufatura; já em um país periférico e de estrutura produtiva arcaica, como era o Brasil imperial, não bastava apenas a argumentação técnica e o apoio político. Foi preciso um significativo empenho de acomodação social, de apoio institucional e de sustentação ideológica para suplantar as barreiras favoráveis à manutenção do *status quo* agrário-exportador.

2.4 O positivismo e as origens do desenvolvimentismo

A gênese do pensamento desenvolvimentista não resultou do produto da simples união das três vertentes analisadas neste trabalho. Para firmar-se como política econômica, a junção

⁴⁴ De acordo com Vieira e Maximo (2013), ao rejeitar com veemência a metodologia clássica, a EHA “teria acabado por se perder em análises históricas descritivas extensas e exaustivas, caindo no mal-entendido de abandonar a tentativa de elaborar generalizações teóricas.” Esta suposta incapacidade de elaborar teorias próprias e originais teria culminado em sua fatídica derrota na “batalha dos métodos” travada com os autores pertencentes à Escola Austríaca.

de uma conduta nacionalista com medidas pró-industrializantes e práticas de intervenção fiscal e monetária foi revestida, ainda, pelo invólucro positivista.

De todas as particularidades da filosofia formulada por Comte, tratou-se de seu viés racional e científico a principal contribuição por ela oferecida à formação do desenvolvimentismo. Ao atestar a imprescindibilidade da atuação humana como única maneira de se transformar a realidade social, o positivismo emoldurou a ideologia subjacente à política que viria a ser adotada por sucessivos governantes brasileiros após 1930.

2.4.1 Auguste Comte e a doutrina positivista

O pensamento ocidental do século XIX esteve diretamente sugestionado pelo crepúsculo da revolução iluminista e pela propagação da Economia Política – ciência, esta, que se incumbira da ousada missão de explicar a natureza e as causas da riqueza (e da pobreza) das nações no momento em que os frutos da Revolução Industrial passavam a acentuar o contraste entre as trajetórias das distintas economias europeias.

Foi neste contexto que o filósofo francês Auguste Comte (1798-1857) – secretário do pensador socialista Henri de Saint-Simon durante sete anos e por quem foi assaz influenciado – lançou as bases do positivismo a partir de meados dos anos 1830.

Tratava-se de uma doutrina filosófica e social que, inicialmente, procurava valorizar o humanismo e a racionalidade científica. O pensamento de Comte alcançou um segundo estágio a partir do relacionamento fugaz que manteve com Clotilde de Vaux, o qual viria a balizar sobremaneira os rumos de suas ideias, em especial, na exacerbação de sua faceta altruísta.

Convicto de que as religiões não deveriam ser pautadas pelo culto ao abstrato, mas pela busca da elevação moral do homem, Comte vislumbrou a necessidade de se criar uma nova crença a qual ressignificasse o conceito do “ser supremo”⁴⁵. Com o advento da chamada religião positivista, a solidariedade e o amor ao próximo é que deveriam guiar a conduta de seus adeptos: não se haveria de amar pessoas ou deuses em específico, mas a humanidade de um modo geral. Coerente com o seu dogma socializante, Comte refutava a ideia sobrenatural do direito em benefício da naturalidade do dever em relação a outrem.

⁴⁵ A despeito do questionamento perene acerca da existência de um ente divino, Comte não dedicou parte significativa de sua obra à polêmica. Ainda assim, a laicidade do Estado tornou-se uma das principais reivindicações de sua doutrina.

Neste sentido é que se destaca a função “moderadora” da mulher na sociedade positiva. Para Comte, as mulheres atuavam como o “sustentáculo das providências sociais”, cabendo-lhes uma única missão: a de amar. Em que pese o viés patriarcal da sua concepção gênero-social, a filosofia positivista era caracterizada por seus seguidores como um ente propriamente feminino devido ao lugar sagrado reservado às “almas amigas” – figuras personificadas por Clotilde de Vaux, responsável pela regeneração moral de Comte e de suas ideias.

Sem abdicar da dimensão humanista da doutrina, as sucessivas obras publicadas pelo autor passaram, paulatinamente, a ressaltar os aspectos racionais e científicos de seu pensamento⁴⁶. Disposto a desconstruir o misticismo em que estariam envoltas as ciências sociais, Comte contrapôs a concretude do termo “positivo” à abstração inerente à pregação religiosa: tratava-se do “real frente ao quimérico, do útil frente ao inútil, do certo frente ao incerto, do preciso frente ao vago, do orgânico frente ao inorgânico, e do simpático frente à intolerância.” (*apud* RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 17). Desse modo, para fundamentar o método empregado por sua filosofia retilínea, Comte eximiu-se de explorar a causalidade dos fenômenos, procurando apenas descobrir as “leis sociais” através do uso combinado do raciocínio e da observação.

O cânone positivista baseava-se, portanto, na premissa de que o saber científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. Desse modo, excluindo toda intervenção apriorística de noções abstratas, o positivismo, “como um regime definitivo da razão humana frente à ação dissolvente da metafísica”, esteve intimamente relacionado ao progresso tecnológico observado ao longo do século XIX, aplicando o método indutivo das ciências naturais para, assim, repudiar o liberalismo romântico em favor do planejamento social.

Buscando roteirizar os estágios por que o conhecimento humano deveria obrigatoriamente passar, Comte formulou a chamada “lei dos 3 estados”, a qual evidencia o destaque oferecido pelo autor à racionalidade científica: (1) Estado Teológico-fictício, em que se explica a realidade por meio de entidades transcendentais ou supranaturais; (2) Metafísico-abstrato, no qual se utilizam de entidades ocultas ou abstratas para esclarecer os eventos sociais; e (3) Positivo-científico, etapa final e definitiva, em que não se busca a motivação dos fenômenos, mas apenas explicá-los de acordo com as leis experimentalmente demonstradas, subordinando a imaginação à observação.

⁴⁶ Trata-se, estas, das principais obras redigidas por Auguste Comte, nas quais o autor desenvolve larga e metodicamente o seu pensamento: *Curso de Filosofia Positiva* (6 volumes, 1830-1842), *Discurso preliminar sobre o espírito positivo* (1844) e *Sistema de política positiva ou tratado de sociologia instituindo a religião da humanidade* (4 volumes, 1851-1854).

Se extrapolada para o campo da Economia Política, a esquematização sugerida por Comte contribui para elucidar o entendimento positivista acerca do fenômeno do desenvolvimento econômico. Somente quando se abdicasse de regras metafísicas – termo de que o autor se utiliza recorrentemente para se dirigir ao liberalismo clássico – e se empreendesse um planejamento baseado em leis científicas é que as sociedades, norteadas pela ação do Estado, superariam os entraves que as mantinham presas ao atraso.

2.4.2 A introdução e a difusão do positivismo no Brasil

Se, na Europa, o positivismo apresentava um caráter predominantemente econômico – tendo sido adotado, inclusive, por setores da burguesia industrial interessados no auxílio do Estado às suas atividades –, a doutrina adquiriu um viés mais político tão logo aportou na principal ex-colônia portuguesa.

De acordo com Lins (1967, p. 18), verificou-se a primeira manifestação positivista no Brasil ainda em 1844, quando o médico baiano Justiniano da Silva Gomes apresentou à Faculdade de Medicina da Bahia a tese *Plano e método de um curso de Filosofia*, na qual aludia explicitamente à “lei dos 3 estados” e ao método positivo. Não se tratou, este, do único intelectual brasileiro a frequentar diretamente Auguste Comte. Diversos foram os discípulos do mestre francês que retornaram ao Brasil e concorreram para a divulgação da matéria no país, como Antonio Machado Dias, Antonio de Campos Belos, Agostinho Roiz da Cunha, Felipe Ferreira de Araújo Pinho e, especialmente, Nisia Floresta Brasileira Augusta⁴⁷ (SOARES, 1998, p. 89).

Foi na Faculdade de Direito do Recife que a doutrina passou a ser propagada de forma sistemática, granjeando adeptos para além dos muros acadêmicos. Por iniciativa de Tobias Barreto e de Sílvio Romero, aquele “bando de ideias novas” passou a ser difundido por diversos estados nordestinos pelos componentes da chamada “Escola do Recife”, formada, entre outros nomes, por intelectuais como Clovis Bevilacqua, Fausto Cardoso e Tito Lívio de Castro (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 68).

⁴⁷ O destaque alcançado por Nisia Augusta deveu-se, entre outros motivos, ao seu vanguardismo no debate acerca dos direitos femininos. Em parceria com Comte, a autora também publicou obras de cunho político, especialmente voltadas ao combate à escravidão (SOARES, 1998, p. 89).

Tratou-se do médico Luis Pereira Barreto, filho de cafeicultores que se estabeleceram no oeste paulista, o primeiro propagandista da doutrina no estado de São Paulo⁴⁸. Barreto tomou contato com a filosofia comtiana quando de sua formação na Bélgica, alinhando-se à posição religiosa de Laffite assim que retornou da Europa, em 1864⁴⁹. Para Luis Barreto, o Brasil representava um retrato apurado do estado metafísico-abstrato, uma vez que a situação de anarquia moral e mental impregnada pelo catolicismo e pelo romantismo coexistia com o espírito científico e industrial que se formava no país.

Já na capital do Império, a incumbência de iniciar os jovens estudantes da Escola Militar⁵⁰ na doutrina francesa coube ao general Benjamin Constant⁵¹. Em 1876, Constant esteve entre os fundadores da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, entidade a qual, cinco anos mais tarde, daria origem ao famigerado Apostolado. Conforme a observação de Lemos (1997), o militar fluminense interpretou o ideário positivista de um modo deveras peculiar, corroborando a metodologia comtiana ao mesmo tempo em que repudiava o sectarismo e a intolerância política de alguns de seus pares.

Tal qual a divisão sofrida na França pelo espólio intelectual de Comte logo após o seu falecimento, os positivistas brasileiros também se viram apartados pelas diferenças entre a atuação dos chamados ortodoxos, ligados à religião da Humanidade e apoiados por Pierre Laffite⁵², e os ditos heterodoxos, mais comedidos na divulgação da palavra do filósofo de Montpellier e que, por isso, fizeram-se mais próximos de Émile Littré, outro destacado discípulo de Comte.

Os integrantes do primeiro grupo, liderados por Miguel Lemos (1854-1916) e Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927), interpretavam as obras de Comte de modo literal, adotando uma postura por vezes radical em relação a temas caros aos positivistas, como a

⁴⁸ A influência positivista na Faculdade de Direito de São Paulo refletiu-se na criação de diversos jornais dedicados ao tema: *A Luta*, *A República*, *O Federalista* e *A Evolução* são alguns dos sugestivos nomes dos periódicos através dos quais a jovem elite letrada que se reunia no Largo de São Francisco divulgava suas ideias (SOARES, 1998, p. 113).

⁴⁹ Ao fixar residência em São Paulo, Barreto publicou suas duas principais obras, *Filosofia Teológica* (1874) e *Filosofia Metafísica* (1876), livros nos quais procurava analisar o Brasil tendo por base a “lei dos 3 estados”.

⁵⁰ A propagação do ideário comtista não se limitou à academia em que atuava Benjamin Constant. Incumbiram-se da mesma tarefa os docentes da Escola da Marinha, da Escola de Medicina e do Imperial Colégio Pedro II, além dos representantes de instituições não acadêmicas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁵¹ A propaganda positivista no Rio de Janeiro tampouco se restringiu ao universo acadêmico. Diversos foram os jornais, publicados na capital, que se dedicavam ao tema: *A Razão*, *O Rebate*, *A Crença* e *A Crônica do Império* foram alguns dos mais relevantes títulos (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 69).

⁵² De acordo com Alonso (1995, p. 10), “os ‘lafitistas completos’ eram capazes de sacar da manga um trecho de Comte para cada uma das situações cotidianas, tendo nele um mestre e na sua obra, uma bíblia.” A autora ressalta, porém, que a classificação em ortodoxos e heterodoxos (ou lafitistas/litreístas) não abarcava todas as variedades brasileiras, uma vez que “a adoção do positivismo no Brasil obedeceu não a variáveis estritamente doutrinárias, mas, principalmente, a contingências regionais, políticas e mesmo intelectuais.”

abolição do cativeiro e a extinção do regime imperial. Além disso, cultuavam com idolatria extremada a figura de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux, justificando o juízo depreciativo que lhes impunha a sociedade brasileira.

Devido a este tipo de excentricidade é que se tornou célebre a observação de Sérgio Buarque de Holanda, segundo o qual os positivistas brasileiros tinham “secreto horror à realidade”. Ao enfatizarem aspectos secundários do cotidiano nacional e, assim, proporem soluções dogmáticas retiradas textualmente das obras de Comte, o autor atentava para a ausência de sensibilidade sociopolítica na adaptação dos ensinamentos originais ao contexto tropical.

Assim, foi no Rio de Janeiro que o positivismo ortodoxo brasileiro estabeleceu o principal centro de irradiação da doutrina. Fundado em 1881 por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, o Apostolado tornou-se a congregação maior dos seguidores de Comte no país, além de abrigar a sede da Igreja Positivista do Brasil.

Por discordar da postura hesitante de Laffite em relação à punição proposta ao correligionário Ribeiro de Mendonça – um fazendeiro escravista do Vale do Paraíba cujas práticas iam de encontro ao postulado pela doutrina –, Lemos rompeu com o líder francês, provocando a dissidência do núcleo brasileiro em 1883. Deste momento em diante, a influência do grupo entrou em constante declínio, limitando-se à esfera do Apostolado e de seus seguidores mais próximos⁵³.

Já os que seguiam a liderança de Littré, como Alberto Sales (1857-1904) e o próprio Benjamin Constant (1836-1891), adotavam o discurso comtista de modo mais maleável, relativizando, por exemplo, o fanatismo religioso dos ortodoxos. Na opinião de Carvalho (1990, p. 139), esta facção propunha “um bolchevismo de classe média” mediante um voluntarismo político com o qual acreditavam poder moldar a marcha da história pela ação de uma vanguarda política organizada e disciplinada.

A reconhecida postura altruísta do “Fundador da República” foi um dos traços da doutrina que melhor caracterizava a atuação dos positivistas brasileiros. Ainda que se tratasse da solidariedade um dos pilares da pregação original de Comte, o grupo orientado por

⁵³ Além das vestes talares e da adoção de um calendário paralelo, os positivistas ortodoxos opuseram-se à vacinação obrigatória, em 1904, alegando tratar-se de um atentado contra a liberdade individual. A reação a mais esta conduta extravagante contribuiu em muito para a erosão da já tênue credibilidade do grupo (COSTA, 1956a, p. 38).

Constant apresentou uma clara defesa de setores sociais menos favorecidos⁵⁴, como, por exemplo, no posicionamento favorável às greves ocorridas em 1906 (COSTA, 1956a, p. 64).

Na concepção do general, a transformação da realidade deveria passar pela persuasão e pela conscientização moral dos agentes envolvidos, evitando, assim, qualquer espécie de litígio político, social ou militar. Foi com esta justificativa que as lideranças positivistas do país opuseram-se à política externa do gabinete Rio Branco (1871-1875), por considerá-las desnecessária e demasiadamente beligerantes e imperialistas.

Sem embargo, a suposta feição pró-trabalhadores dos positivistas não se tornou consensual entre os distintos analistas. Fonseca (1993, p. 413), por exemplo, atesta que os líderes do Partido Republicano Riograndense (PRR) não apresentavam uma posição inequívoca e apriorística a favor do proletariado; tampouco se comprometiam com políticas que visassem à desconcentração de renda. Nas palavras do autor, o “progresso dentro da ordem supõe exatamente acumulação de capital sem quaisquer vínculos distributivistas [...]: o positivismo propõe a acumulação para o capital e o bom comportamento para o trabalho.” A doutrina, portanto, não vislumbrava uma reforma social, de modo que o seu caráter progressista só se manifestaria na defesa do desenvolvimento das relações capitalistas e da industrialização⁵⁵.

Uma segunda característica comum aos positivistas brasileiros residia na formação técnico-científica da maioria de seus partidários. Tratava-se de militares, médicos, engenheiros⁵⁶ – verdadeiros antípodas dos bacharéis. A atuação desta “contra-elite”, conforme a acepção de Alonso (1995), fez-se em nome do discurso científico subjacente à crítica às instituições imperiais e aos seus pilares de legitimação: o liberalismo e o indianismo dos literatos românticos. Foi neste sentido que o positivismo, com sua ênfase na ordem gerida por uma classe de sábios, encontrou a guarida ideal entre cientistas e generais, os quais

⁵⁴ Benjamin Constant fundou, em 1875, uma organização de seguros – a Associação de Socorros à Invalidez – visando a auxiliar a já relevante parcela da população que não auferia os meios suficientes para a sua própria reprodução. A reconhecida preocupação social dos ortodoxos levou Torres (1946, p. 311) a afirmar que “na atmosfera liberaloide do Império, Teixeira Mendes haveria de parecer, de fato, o socialista mais avançado do Brasil.”

⁵⁵ O caráter dúbio do positivismo gaúcho pode ser simbolicamente verbalizado pelo lema adotado por seus seguidores: conservar melhorando. Se por um lado propunham uma atuação deliberada do Estado como meio de sanar as falhas do mercado e desenvolver as forças produtivas, por outro, não concebiam uma revolução das estruturas sociais em benefício da classe trabalhadora (RODRÍGUEZ, 1980).

⁵⁶ De acordo com Heinz (2009), a presença de uma esmagadora maioria de engenheiros nas primeiras posições da burocracia gaúcha sugere “um protagonismo desse grupo profissional – e, por decorrência, da Escola de Engenharia – entre os positivistas do Rio Grande do Sul.”

propunham que as decisões antes tomadas com base em critérios eminentemente políticos passassem a ser problematizadas de acordo com os métodos da nascente ciência social.

Coerente com a visão racionalista e meritocrática do comtismo, os positivistas, do ponto de vista político, cerravam as fileiras republicanas⁵⁷. As críticas ao regime imperial não partiam apenas da cúpula militar desprestigiada desde a vitoriosa campanha no Paraguai. A nascente classe média urbana que passava a compor a burocracia estatal também começou a clamar por critérios claros e objetivos no aparelhamento dos quadros do governo, consolidando um discurso de feições modernas incompatíveis com as instituições monárquicas. Para João Pinheiro, admirador da política positiva, os sistemas e métodos inerentes a um governo republicano fariam deste modelo o único “capaz de eliminar a pobreza e introduzir o tão almejado progresso em todas as áreas.”

Por posicionamentos desta natureza é que parcela significativa do grupo responsável pela derrocada do Império esteve direta ou indiretamente influenciada pelas ideias positivistas⁵⁸. Corroborando a observação de Alonso (1995, p. 6), nada mais adequado para dar forma à crítica ao Segundo Império “do que uma filosofia científica, antiliberal e republicana como o positivismo.”

Republicanos, ainda que não exatamente democratas. Tornava claro o viés antiliberal e autoritário do positivismo o despreço pela política representativa e pelo sistema colegiado de deliberação. Conforme observa Silva (2011), este movimento renovador, baseado no critério da “seleção das capacidades”, apresentava um caráter eminentemente elitista e aristocrático. João Pinheiro⁵⁹, por exemplo, abominava o que se conhecia por “partidarismo” e Carlos Peixoto, outra liderança do positivismo mineiro, desabonava abertamente o voto popular.

Não se faziam raras as vezes em que o termo democracia era imediatamente qualificado com predicados ontológicos nos discursos dos atores positivistas. Para Teixeira Mendes, por exemplo, “a metafísica democrática, deísta e panteísta [...] criava obstáculos **despóticos** à regeneração humana.” (*apud* COSTA, 1956a, p. 50, grifos meus). Desta sorte, os

⁵⁷ Conquanto tenha sido uma das principais lideranças positivistas no Brasil, Benjamin Constant parecia não se interessar diretamente pelas novidades políticas. Conforme aponta Lemos (1997), “não há indicação de que [Constant] se tenha sensibilizado com o lançamento do Manifesto Republicano e do Partido Republicano em 1870.” Muito embora a versão predominante insiste em atribuir-lhe o papel de “evangelizador” da jovem oficialidade republicana, o autor indica que o general “era visto pela mocidade militar, em grande parte republicana e positivista, como um portador privilegiado de virtudes pessoais e intelectuais, mas não como uma influência política.”

⁵⁸ A reformulação de um dos principais símbolos do novo regime, a bandeira republicana, esteve diretamente inspirada no lema positivista: “O Amor por princípio, e a Ordem por base; o Progresso por fim.”

⁵⁹ O governador mineiro não ocultava a sua admiração pelo ditador mexicano Porfirio Díaz em função de sua obra administrativa, planejada e elaborada pelos chamados “científicos” (SILVA, 2011, p. 265).

seguidores de Comte adotaram a expressão “ditadura científica” – a qual não deveria ser pejorativamente relacionada a um governo despótico e autocrático – para designar o tipo ideal de gestão baseada na racionalidade e na metodologia científica.

O positivismo gaúcho ratificava esta percepção de modo reiterado e deliberado. A Constituição estadual outorgava ao chefe de governo a premissa de promulgar leis, atenuando, assim, o papel institucional do Poder Legislativo. Procurando justificar a interferência em responsabilidades alheias, o líder máximo do partido afirmava não poder basear o seu governo em decisões compartilhadas com o parlamento local, sob o risco de torná-lo nada aquém do que “caótico” (RODRÍGUEZ, 1980, p. 114).

Conquanto já se fizesse presente em diversos estados brasileiros⁶⁰, a dimensão alcançada pela penetração do positivismo no Rio Grande do Sul tornou paradigmática a experiência política e administrativa deste estado devido, mormente, à influência sobre os eventos históricos que a sucederam em nível nacional. Tratou-se, afinal, dos atores responsáveis pela transposição da bem-sucedida experiência regional para a realidade federal⁶¹.

A orientação positivista adotada pelos governantes gaúchos que assumiram o poder após a instalação do regime republicano – e, mais especificamente, a partir da vitória na guerra civil federalista – consagrou o modelo riograndense posteriormente afamado como “castilhismo”. Governador por duas oportunidades (1891 e 1893-1898) e responsável direto pela redação da Constituição estadual promulgada em 14 de julho de 1891, Júlio Prates de Castilhos interpretou o comtismo de forma *sui generis*, conferindo-lhe traços inéditos de modo a adaptá-lo à realidade local. Tornou-se, assim, principal líder político e intelectual do grupo que comandou a política gaúcha – e, após 1930, a brasileira – de modo incontestado.

A experiência política e administrativa de aproximadamente quatro décadas acumulada pelos republicanos sulistas esteve, para Bosi (2001), na raiz das transformações por que passou o país após a ascensão de Vargas ao poder central⁶². Abertamente antiliberal

⁶⁰ Conforme destaca Lins (1967), a doutrina já havia se espalhado entre os intelectuais de vários estados do Norte e Nordeste do país. Além das províncias já citadas, dentre os locais onde a sua chegada fez-se mais expressiva, destacam-se o Maranhão, o Ceará, o Pará e a Paraíba.

⁶¹ Heinz (2009, p. 279) define os positivistas do Rio Grande do Sul como “uma elite de funcionários e de homens públicos, que tinham em comum certo distanciamento do mundo da elite liberal e de seus quadros mentais.”

⁶² Quando de sua chegada ao governo federal, Getúlio Vargas rompeu com dogmas do positivismo e passou a utilizar-se de instrumentos condenados pelo grupo gaúcho do qual fazia parte, tais como uma política fiscal expansiva que preconizasse, quando necessário, um orçamento deficitário, empréstimos públicos como meio de fomentar a produção e o estabelecimento de uma legislação trabalhista capitaneada pelo Estado.

nas práticas econômicas e autoritária na esfera política, a gestão implementada pelos dirigentes do PRR esteve diretamente marcada pelo positivismo, oportunamente classificado por Heinz (2009, p. 264) como “político, instrumental e militante”.

2.4.3 Considerações finais

O surgimento do positivismo contribuiu para a consolidação da ideia de que caberia ao ente público nortear o desenvolvimento da sociedade, tão vilipendiada no contexto intelectual em que a doutrina foi gerada. Ao negar as concepções teológicas da história, as quais apontavam para um destino pré-traçado e sujeito aos desígnios da vontade divina, a filosofia comtiana delegava ao homem a construção da sua própria trajetória. Os positivistas voltavam-se, assim, a uma “utopia” a ser alcançada: o progresso intelectual e moral, fundamentos do progresso material.

Sob o entendimento de que o futuro almejado pela sociedade não adviria espontaneamente, o positivismo suplantou a discussão acerca da necessidade da intervenção estatal; debatia-se, agora, com que extensão e em quais condições esta se faria mais conveniente. Baseado em leis científicas e na realidade dos fatos, o governo esclarecido – a “ditadura positiva” – adotaria as medidas justas e cabíveis, não se apegando a dogmas abstratos e amadorísticos.

Ao negarem à “mão invisível” smithiana e ao mercado auto-equilibrado a capacidade de assegurar as condições necessárias para a acumulação de capital, os positivistas definiam o Estado, em aliança com a iniciativa privada, como a entidade responsável pela viabilização do progresso por excelência. Edificava-se, assim, a instituição positivista a qual Bosi (2001, p. 274) classificou de Estado-Providência: “Um vasto e organizado aparelho público que ao mesmo tempo estimula a produção e corrige as desigualdades do mercado.”

Desta feita, a filosofia positiva contribuiu de modo fundamental para a gênese do desenvolvimentismo ao conceber “a história como um processo em construção, de responsabilidade da ação dos homens e, mais especificamente, dos governos, os quais devem nortear sua *práxis* em políticas efetivas visando a um futuro desejável.” (FONSECA, 2008a, p. 13). Ao somatório das ações nacionalistas, industrializantes e intervencionistas faltava um último elemento necessário para a plena configuração histórica do desenvolvimentismo: a defesa de uma ação racional com o propósito de construir um futuro desejável.

3 A CONCEPÇÃO DE UM PAÍS: O NACIONALISMO DE SERZEDELLO CORREA

A mais antiga vertente formadora do pensamento desenvolvimentista foi a composta pelos atores nacionalistas, cujas primeiras manifestações remontam ao período colonial. Este nacionalismo embrionário se expressava, àquele período, através de revoltas regionais as quais se opunham a toda opressão inerente do pacto colonial. E foi justamente este caráter localista que as impediu de serem caracterizadas, neste primeiro momento, como um processo consciente e de envergadura coletiva.

Se durante a vigência do exclusivo metropolitano as rebeliões nacionalistas estiveram envoltas em uma aura política – com destaque para os levantes que antecederam a chegada da Corte portuguesa e o conseqüente rompimento do monopólio colonial –, foi a partir do início do Segundo Reinado que o movimento incorporou um viés mais econômico em suas reivindicações, substituindo o antigo inimigo externo pelo embate contra os grupos sociais que aqui o representavam⁶³.

Foi neste contexto que surgiram figuras como a de Inocêncio Serzedello Correa, militar cuja destacada atuação política e intelectual fez de seu nome uma das principais lideranças nacionalistas no alvorecer republicano. A conjuntura econômica do período em que Correa ocupou alguns dos mais elevados cargos públicos do país – quando a monocultura de exportação já demonstrava ser incapaz de reverter os recorrentes déficits externos – reforçou a convicção do autor na possibilidade de se desenvolver os demais setores da economia nacional de modo sistêmico.

A despeito da saliente intersecção com causas paralelas observada no decorrer do regime imperial, o nacionalismo ainda não pressupunha necessária a industrialização. Conquanto as pautas destes dois grupos pudessem ser coadunadas em diferentes situações, observar-se-á que a quantidade não desprezível de nuances entre ambas recomenda ao analista a separação metodológica dos temas até, pelo menos, meados do século XX. É neste sentido que Lima (1988, p. 71) afirma ter havido não apenas um tipo de nacionalismo, mas, sim, várias de suas versões.

⁶³ Neste sentido é que Lessa (2008, p. 243) reitera a funcionalidade da ameaça estrangeira para o fortalecimento da retórica nacionalista: “A mais óbvia matriz de nacionalismo surge quando, sendo necessário para o Estado Nacional defender território e povo, é alavancado o temor, ou seja, o nacionalismo surge como escudo, alimenta a sensação de pertinência a um corpo especial, para o popular ameaçado em seus direitos.”

Após uma descrição sucinta dos mais relevantes movimentos nativistas do período colonial e do Império, discorrer-se-á acerca dos conceitos de liberalismo e nacionalismo no Brasil agrário-exportador. A seguir, reconstituir-se-á a trajetória política de Serzedello Correa para, em seguida, apresentar as principais características de seu pensamento nacionalista.

3.1 Raízes históricas do nacionalismo brasileiro

A eclosão das primeiras manifestações nacionalistas respondeu a motivações diversas no decorrer da história do Brasil; da luta contra a escravatura à insatisfação com a baixa qualidade de vida da população nativa. Ainda assim, a concatenação cronológica do transcorrer histórico faz com que tais eventos tornem-se passíveis de alguma sistematização metodológica.

A periodização oferecida por Sodré (1960, p. 12) corrobora este entendimento ao pressupor em três os distintos momentos do nacionalismo brasileiro: os levantes que precipitaram a Independência, a movimentação que precedeu a proclamação da República e, por fim, a articulação que desembocou na chamada “Revolução brasileira” de 1930.

Não obstante tenham se restringido a agitações pontuais no tempo e no espaço, não se deve negligenciar a contribuição das chamadas revoltas nativistas para o despertar da consciência nacional. Ao se oporem, na maioria das vezes, à opressão tributária e ao sistema de privilégios atinente ao mercantilismo português, várias foram as tentativas de se contrapor ao poder discricionário com que a Coroa tolhia o desenvolvimento da economia brasileira, conforme será exposto a seguir.

3.1.1 As revoltas nativistas no período colonial

Os movimentos nacionalistas patrocinadas por aqueles que se levantavam contra o exclusivo metropolitano responderam pelas primeiras demonstrações incipientes de um certo auto-reconhecimento nacional. Embora não encampassem uma proposta clara de emancipação política, esses protestos, ao expressarem o descontentamento com determinados aspectos da situação colonial, podem ser considerados como a forma mais embrionária do nacionalismo brasileiro. Em comum, apontavam para a nascente divergência de interesses entre a Corte e os colonos aqui nascidos ou estabelecidos.

Influenciados diretamente por ideias e eventos estrangeiros – em especial, a Independência dos Estados Unidos da América (1776) e a Revolução Francesa (1789-1799) –, alguns desses enfrentamentos reproduziam o pensamento liberal que, naquele mesmo momento, se espalhava a partir da Europa⁶⁴. Muito embora para determinados autores⁶⁵ a “pobreza ideológica” tenha sido o denominador comum a essas inquietações do século XVII, a elite que liderou as principais revoluções na Bahia e em Pernambuco, por exemplo, foi diretamente influenciada pelas Luzes oriundas do Velho continente.

Ainda que circunscritos à região em que eclodiram, esses eventos vanguardistas inspiraram o surgimento dos movimentos os quais desembocariam, décadas mais tarde, na emancipação política do país. É neste sentido que Fausto (2009, p. 63) afirma que a formação da consciência nacional passaria, “obrigatoriamente, pela regional.”

Uma das primeiras revoltas que granjearam, *a posteriori*, algum reconhecimento supra-regional foi a chamada Revolta dos Beckman, ocorrida em 1684, no Maranhão. Sem vislumbrar a independência de fato, o motim procurou rechaçar a restrição de se escravizar a mão de obra indígena imposta pelos jesuítas. O veto, entre outras consequências, aumentava os custos da coleta das “drogas do sertão” (cacau, guaraná, pimenta, castanhas etc.), reduzindo, assim, a margem de lucro dos produtores.

Ao se indispor contra a exclusividade no fornecimento de bens e braços africanos de que dispunha a Companhia de Comércio do Maranhão – criada e composta exclusivamente por portugueses –, os insurgentes, comandados pelos irmãos Manuel e Tomas Beckman, tomaram o poder, instituíram um governo provisório, aboliram o monopólio da Companhia e expulsaram os religiosos. Após a intervenção do novo governador da província, a rebelião foi facilmente debelada, seus líderes presos e condenados à força.

A crise açucareira por que passavam os engenhos do litoral nordestino – devido, primordialmente, à concorrência da cana-de-açúcar produzida nas Antilhas – ensejou a eclosão de inúmeras revoltas de caráter nacionalista. Tratou-se a Guerra dos Mascates (1711) de uma batalha travada entre a aristocracia rural de Olinda e os comerciantes recifenses (pejorativamente denominados de “mascates”, imigrantes portugueses, em sua maioria),

⁶⁴ Ainda que filtrado pelos interesses portugueses, conforme argumentam Bennassar e Marin (2000, p. 180), o iluminismo influenciou a atuação da elite letrada brasileira, a qual, na maioria dos casos, encabeçou os movimentos rebeldes.

⁶⁵ Costa (1999), por exemplo, defende que, até o final do século XVII, os levantes caracterizaram-se como reações de cunho muito mais pragmático do que ideológico.

devido à dívida financeira que a decadente elite olindense amalhara junto aos burgueses do Recife quando a lavoura não mais lhes cobria sequer os custos da produção.

Ao litígio econômico somou-se a rivalidade política entre as duas municipalidades – uma vez que o Recife era administrado pela Câmara de Olinda –, combinação que incitou a contenda assim que a Coroa portuguesa apoiou os comerciantes recifenses ao elevá-los à condição de vila independente. Contrariados, os senhores de engenho da capital (Olinda) invadiram e dominaram o município recém-emancipado, patrocinando a ideia de se criar, em Pernambuco, um governo republicano e independente. O novo governador nomeado pelo rei repeliu a ofensiva dos latifundiários brasileiros, prendeu as principais lideranças do movimento e as enviou a Lisboa. A próspera burguesia portuguesa do Recife saiu-se vitoriosa ao ser confirmado o nome da, agora, vila como a nova sede da capitania.

O destaque econômico e intelectual que a produção aurífera conferia à província de Minas Gerais fez de seu território o palco de duas das principais revoltas contra o governo português do século XVII. A primeira delas, conhecida como Revolta de Vila Rica (1720), respondeu, basicamente, a um fator tributário: descontentes com a instalação das casas de fundição as quais visavam a dirimir o contrabando do ouro em pó e, conseqüentemente, a aumentar o recolhimento dos impostos sobre a extração do metal, os revoltosos marcharam sobre a capital (Mariana) a fim de obter do governador o compromisso de extinguir os postos fiscais. Traídos pela palavra do intendente, os proprietários das minas foram perseguidos e deportados, tendo sido o líder do movimento, Filipe dos Santos, enforcado e esquartejado.

A crise econômica a qual, em reduzido espaço de tempo, passou a acometer a região mineradora acelerou-se de modo expressivo a partir da década de 1770, favorecendo, assim, a formação do ambiente em que se deu a mais conhecida e inspiradora das revoltas contra a Coroa: a Inconfidência Mineira (1789)⁶⁶. Apesar do viés econômico subjacente ao levante – tratava-se de uma evidente reprovação à cobrança da chamada “derrama”, tributo instituído sempre que a arrecadação fiscal não atingisse o equivalente a 100 arrobas de ouro –, a revolução possuía, esta sim, claros objetivos emancipacionistas.

Contrariada com a nomeação do governador que ratificou a cobrança do imposto – o qual asfixiava não apenas os produtores, mas a sociedade em geral –, a elite mineira organizou-se ao redor do movimento em cujos intentos estavam o de estimular a produção

⁶⁶ Conforme destaca Sodré (1960, p. 14), o sistema colonial funcionou a contento enquanto os senhores de engenho representaram os interesses da metrópole no território brasileiro, atuando como seus verdadeiros “procuradores”. Esta relação foi enfraquecida e posteriormente rompida com o fortalecimento da economia mineira, quando os interesses da elite local já não se coadunavam com os da Coroa em Lisboa.

industrial (proibida desde 1785), instalar uma universidade em Vila Rica e, principalmente, romper com o pacto colonial e proclamar um governo republicano.

A heterogeneidade social marcava as fileiras dos revoltosos – dos intelectuais, passando por religiosos, militares e até proprietários de terra. Ainda assim, tornava evidente a aura elitista da rebelião o silêncio em relação à causa abolicionista, a qual contrariava os interesses da aristocracia rural, presente em peso no grupo revolucionário.

Denunciado por três portugueses que obtiveram o perdão de suas dívidas em troca de informações sobre a revolta, a agitação foi abortada antes mesmo de que qualquer desdobramento concreto inflamasse a população. Entre as dezenas de conspiradores, onze foram condenados à forca, todos provenientes das camadas sociais inferiores⁶⁷. Tornava-se clarividente, assim, a ideia de ter sido, esta, mais uma sublevação a partir da e para a elite. Se do ponto de vista das ideias, tratou-se da insurreição de maior alcance e inspiração da história do Brasil colonial, como fato material, entretanto, não passou de um evento nulo.

Se a Inconfidência Mineira foi um movimento de causas e repercussões políticas e econômicas, o menos notório levante deflagrado em Salvador, em 1798, foi uma manifestação essencialmente popular. Nas palavras de um de seus principais analistas, tratou-se a Conjuração Baiana da “primeira revolução social brasileira.” (RUY, 1970).

Profundamente influenciados pelas ideias liberais de igualdade social difundidas na fase do terror da Revolução Francesa⁶⁸, os comandantes da insubordinação – homens letrados pertencentes à maçonaria, cujo apoio maciço se encontrava na massa composta por artesãos, alfaiates e soldados desempregados – também defendiam, em princípio, causas eminentemente políticas, como a independência e a instalação de um governo republicano. Fez-se natural, entretanto, a incorporação posterior da bandeira máxima do levante, o fim da escravidão, uma vez que a Salvador do início do século XIX já apresentava expressivos contrastes sociais entre a opulência dos ricos comerciantes portugueses e a vasta camada de miseráveis brasileiros, descendentes de africanos, em sua esmagadora maioria (BENNASSAR; MARIN, 2000, p. 179).

⁶⁷ Tratou-se do militar Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, o mais ilustre de seus representantes. Mirando galgar postos mais elevados na corporação, Tiradentes transformou a insatisfação pessoal com a sua condição socioeconômica em motivação para contestar a dominação portuguesa, tornando-se um dos principais agitadores do movimento.

⁶⁸ Conforme destaca Costa (1982, p. 16), a influência do pensamento ilustrado sobre todos os levantes pré-Independência podia ser aferida pela repulsa aos “abomináveis franceses” nutrida pelos setores ligados à Monarquia. Alardeava-se, inclusive, a existência de um “partido francês” na região das Minas devido à apreensão de obras de Montesquieu, Diderot, D’Alambert, Turgot, entre outros autores, na biblioteca do Cônego Luiz Vieira da Silva, uma das lideranças do movimento.

Quando, para além das propostas liberais e emancipacionistas, a frente popular do conflito passou a exigir a igualdade completa de direitos e uma democracia racial plena, a elite branca abandonou o movimento, enfraquecendo-o sobremaneira. Após a denúncia anônima da autoria dos manuscritos apócrifos que circulavam pela cidade, o governo prendeu os principais nomes do motim, recaindo apenas sobre os líderes mulatos, porém, a pena capital. A perseguição implacável da Coroa portuguesa buscava alertar a população de que qualquer tentativa de rebeldia seria igual e brutalmente repelida.

A última conspiração pró-independência de relevo a tomar corpo antes da emancipação do país foi a Insurreição Pernambucana (1817). Composto por atores de diversos segmentos sociais – dos religiosos e artesãos, passando pelos latifundiários e senhores de engenho –, o grupo revolucionário também propunha a emancipação política e a proclamação de um regime republicano.

Circulavam por toda a província as mesmas causas liberais que se espalharam pelos municípios de Vila Rica e Salvador havia duas décadas. Ao contrário do ocorrido nestes dois casos, todavia, os revoltosos lograram instalar um governo republicano por um período de mais de dois meses, fazendo com que seus ideais se alastrassem por outros estados nordestinos rapidamente.

A rebelião esteve diretamente associada às consequências econômicas decorrentes da severa seca por que passou a região pernambucana produtora de açúcar e algodão. Somada ao forte descontentamento com a crescente voracidade tributária do governo central para arcar com a instalação da Coroa no Rio de Janeiro, a insatisfação com os privilégios de que gozavam os comerciantes portugueses ensejou um forte sentimento antilusitano na população em geral⁶⁹. O alcance e a repercussão das ideias disseminadas a partir do Recife levaram Fausto (2009) a caracterizar esta contenda, do ponto de vista de suas realizações concretas, como o mais saliente dos levantes do Brasil colonial.

A inquietação enfraqueceu-se devido ao receio dos latifundiários em abolir o cativo. Forças militares deslocadas a partir da capital da província e de Salvador cercaram a cidade e renderam facilmente as tropas revolucionárias. O empenho da repressão, o despreparo dos líderes rebeldes e o desacordo quanto à questão escravista aniquilaram as pretensões do

⁶⁹ Embalavam as investidas dos revolucionários de 1817 brados de “Viva a Pátria”, “Viva a liberdade” e “Mata marinheiro” (em referência aos portugueses), em uma clara demonstração do viés anticolonial do movimento. Além disso, conta-se que, numa manifestação simbólica de nacionalismo, os revoltosos excluíram de suas mesas o pão e o vinho europeu em benefício da farinha de mandioca e da aguardente nacional (COSTA, 1982, p. 17).

governo provisório. Encerrava-se, assim, aquela que Oliveira Lima descreveu como “a mais espontânea, a menos desorganizada e mais simpática das nossas numerosas revoluções.”

Mais uma vez, assistia-se à hesitação das elites em função do profundo receio que nutriam em relação ao povo. Nas palavras de Costa (1982, p. 24), os movimentos revolucionários sofriam de uma fraqueza congênita: “As enormes distâncias sociais que separam a reduzida elite dos letrados da massa inculta, composta de escravos, negros e mulatos livres ou alforriados, descendentes de escravos e brancos miseráveis” abortavam quaisquer possibilidades de um processo coeso e coletivo transgredir a submissão à metrópole.

Foi neste ambiente de contestação do domínio português sobre os rumos do país que o desdobramento de eventos geopolíticos na Europa precipitou a vinda da Corte para o Brasil, a qual, menos de quinze anos depois, resultou no rompimento definitivo do pacto colonial.

3.1.2 Da emancipação política ao anticlímax monárquico

A interrelação existente entre os fenômenos políticos e os de natureza econômica delineou a movimentação que culminou com a independência do Brasil. Fruto indireto da ideologia burguesa que se alastrava a partir da Europa, a emancipação do país respondeu à necessidade de expansão do mercado consumidor requerida pela Revolução Industrial, a qual se chocava frontalmente com a manutenção da prerrogativa comercial lusitana. Neste sentido é que se pode afirmar que a revolução tecno-produtiva inglesa veio a oferecer as condições que faltavam para que o pacto colonial fosse finalmente rompido.

Em sua obra clássica sobre a Independência brasileira, Costa (1982) enfatiza a interligação entre a crise do sistema colonial e o crepúsculo do capitalismo comercial. A objeção inglesa aos monopólios de que gozava Portugal forçou D. João VI a adotar medidas liberalizantes as quais exacerbaram as divergências entre os luso-brasileiros e as elites lisboetas. Assimilado de modo diferente pelos dois lados – para os metropolitanos, almejava-se cercear os poderes do monarca; para os colonos, ansiava-se pela liberdade comercial –, o liberalismo atuou como um verdadeiro catalisador no processo de emancipação do país.

A transposição da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro consagrou-se na literatura como o início do movimento de Independência do Brasil⁷⁰. A conseqüente ruptura do

⁷⁰ As perturbações políticas por que passavam alguns dos países europeus no final do século XVIII influenciaram de maneira decisiva os movimentos emancipacionistas em suas colônias americanas. Para Furtado (1982), os conflitos na Europa de fato catalisaram o processo de independência do Brasil, embora

monopólio comercial, por sua vez, inaugurou o processo que transferiria à Inglaterra a subserviência política e econômica antes dedicada a Portugal por imposição do exclusivo metropolitano. Por este motivo é que se deve analisar este evento de maneira conjugada aos acontecimentos os quais vieram a desembocar no 7 de setembro de 1822.

Tratou-se da Abertura dos Portos às Nações Amigas⁷¹, em janeiro de 1808, o primeiro ato deste longo enredo, o qual estabelecia inicialmente uma tarifa geral *ad valorem* de 24% sobre todas as importações. Já em 1810, com a celebração do Tratado de Comércio e Navegação, o príncipe português outorgava uma tarifa de 15% aos produtos importados da Inglaterra, de 16% aos portugueses e de 24% aos demais. E, após a Independência, o governo imperial ainda assinou acordos comerciais com várias outras nações europeias, estendendo-lhes o mesmo tratamento, medidas que praticamente alienaram a ex-metrópole ibérica do comércio exterior brasileiro.

Uma década depois, a eclosão da Revolução Liberal na cidade do Porto, em 1820, foi o evento que, finalmente, precipitou a sucumbência do pacto metropolitano⁷². As lideranças do movimento, cientes do domínio político, militar e econômico que a Inglaterra passara a exercer sobre Portugal, trataram de propagar o ideário liberal com o fito de livrar o país do jugo britânico, e não propriamente com o de recolonizar o Brasil, conforme se alardeava no Rio de Janeiro. Diante da exigência do retorno de D. João VI a Lisboa imposta pelos revoltosos portugueses, o Príncipe Regente abandonou o país e abdicou do trono em nome de seu herdeiro, um jovem de apenas 22 anos de idade.

Na nova sede do Reino, o chamado Partido Brasileiro, composto por latifundiários, burocratas e líderes da maçonaria, exigia a permanência do príncipe herdeiro no Brasil, a quem caberia assumir a chefia do país prestes a se emancipar. Conforme destaca Faoro (2001), a exacerbação do debate entre as elites dos dois lados do Atlântico, no início dos anos 1820,

tenham prolongado o período de dificuldades econômicas que se iniciara com a decadência do ouro. Prado Jr. (1980, p. 124) defende que já se fazia sentir o declínio do pacto colonial antes mesmo da invasão do reino português pelas tropas napoleônicas, pois este estava intimamente atrelado à decadência do capitalismo comercial e à sua paulatina substituição pelo industrial. Assim, as vantagens que o livre-cambismo a este oferecia impuseram exogenamente o fim do exclusivo comercial entre as ex-potências ibéricas e suas colônias na América.

⁷¹ Deveu-se à imperiosidade das circunstâncias a maneira diligente com que D. João assinou o tratado quando a esquadra ainda se encontrava em Salvador, antes mesmo de aportar no Rio de Janeiro. Uma vez que o comércio ultramarino português havia sido praticamente interrompido pelas tropas francesas, não restava alternativa a um país tão dependente do setor externo, como era o Brasil colonial, que não a aceitação da “proposta” britânica (PRADO JÚNIOR, 1980, p. 127).

⁷² Orquestrado pelas organizações maçônicas portuguesas, o movimento tinha por objetivo afastar os ingleses e outros estrangeiros do controle militar do país e promover a “salvação e a independência de Portugal”, com a criação de um governo constitucional (NEVES, 2011, p. 112).

emoldurou a sucessão dos acontecimentos os quais culminaram no dia do Fico (9 de janeiro de 1822) e, meses depois, no suposto Grito do Ipiranga.

A interpretação histórica da independência brasileira dividiu os autores desde as primeiras publicações contemporâneas. Para Francisco Adolfo Vernhagen, um dos pioneiros entre os historiadores brasileiros, o rompimento do pacto colonial caracterizou-se muito mais pela continuidade do que pela ruptura com o sistema até então vigente. Opinião semelhante teve o monarquista Manuel Oliveira Lima, para quem a Independência não passou de um “desquite amigável”, uma vez que se mantiveram as estruturas sociais do regime anterior, com destaque para a escravidão e a monarquia.

No entendimento de Sérgio Buarque de Holanda, não houve associação direta entre a emancipação política e o surgimento de um sentimento pátrio, contrariando a opinião de José Honório Rodrigues, para quem a Independência pode ser interpretada como o florescimento de uma nova consciência nacional. Entre as duas visões dicotômicas, Fernando Novais e Carlos Guilherme da Mota propuseram uma leitura equidistante ao afirmarem ter se tratado, o Sete de setembro, do “início de uma longa ruptura” a partir da qual emergiu, paulatinamente, a concepção da nacionalidade brasileira (NEVES, 2011, p. 101).

Se o legado deste evento suscita divergências das mais variadas ordens, a excentricidade do caso brasileiro parece angariar determinado consenso. Para além do rompimento pacífico, porém longo e escalonado, a consagração de um regime monárquico, a ser encabeçado por um imperador europeu, tratou-se de um fenômeno único entre as ex-colônias latino-americanas. Depreende-se deste fato que, além da ínfima participação popular e da inexistência da figura do “povo brasileiro” durante todo o processo, a emancipação, seus condicionantes e suas consequências foram limitados ao que interessava às classes dominantes, apenas (SODRÉ, 1960). Nas palavras de Lessa (2008, p. 242), a transferência da Coroa havia apenas “reciclado” e incorporado as antigas elites à Corte, afastando, assim, o risco de uma ruptura abolicionista e republicana.

Conquanto formalmente emancipado, o Brasil levaria décadas para problematizar de forma autônoma os entraves políticos, sociais e econômicos herdados dos três séculos de colonização lusitana. A realidade do país recém-criado corroborava a ressalva de Hannah Arendt (1988), para quem os conceitos de “liberdade” e “libertação” não correspondem, na prática, à mesma situação: a “libertação pode ser a condição da liberdade, mas que não leva automaticamente a ela”. Deve-se a este hiato ao fato de que, mesmo independente, o país

continuou economicamente subjugado ao exterior, motivo pelo qual se assistiu a uma série de novas revoltas nacionalistas as quais foram contidas somente na metade do século XIX.

3.1.3 As rebeliões nacionalistas no Brasil imperial (1822-1848)

A emancipação política não atenuou os ânimos patrióticos que se viam aflorar desde o final do século XVIII. A onda de altercações observada após 1822 foi amainada somente ao final da década de 1840, já sob o reinado de D. Pedro II.

Concentradas no período regencial, as sublevações não demonstravam um claro e unívoco viés nacionalista. Conforme observa Fausto (2009, p. 88), nem todas se enquadravam numa moldura única, de modo que as peculiaridades regionais é que de fato delinearão tais manifestações. Em comum, verbalizavam a insatisfação social em relação às difíceis condições de vida a que se via submetida a população brasileira.

Tão logo D. Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte, um levante iniciado em Olinda espalhou-se por diversos estados nordestinos, naquela que ficou conhecida como a Confederação do Equador (1824). Propagando ideais republicanos e federalistas, o movimento também apresentava um caráter nacionalista ao repudiar os benefícios de que desfrutavam os comerciantes portugueses nas cidades litorâneas da região. Tratava-se de uma clara continuação – mais popular e urbana, porém – da insurreição iniciada em 1817, a qual só seria totalmente debelada em 1848. Pernambuco tornava-se, assim, um centro liberal e irradiador das insatisfações sociais daquela região.

Após a abdicação do monarca, uma série de novas rebeliões eclodiu pelo país⁷³. A descentralização política do decênio regencial (1831-1840), a qual incentivou a disputa entre as elites locais, respondeu pelo sincronismo das revoltas deste período. Dentre as que apresentaram alguma face nacionalista, as chamadas Setembrada e Novembrada, irrompidas, respectivamente, no Maranhão e em Pernambuco, inauguraram a era beligerante ainda em 1831, tendo por principal motivação o desarmamento, quando não, a expulsão dos portugueses que residiam nessas províncias.

Mais longo enfrentamento bélico já ocorrido no Brasil – e cujos desdobramentos se fizeram assaz impactantes na política nacional –, a eclosão da Revolução Farroupilha (1835-1845) respondeu a uma confluência de motivos políticos e econômicos. Ainda assim, não se

⁷³ Dentre as mais relevantes, podem-se destacar a Cabanagem (Pará, 1835), Sabinada (Bahia, 1837) e Balaiada (Maranhão, 1838) e as Revoluções Liberais (São Paulo e Minas Gerais, 1842).

pode negligenciar a clara reivindicação nacionalista do movimento contra a política tarifária supostamente vantajosa ao charque importado da região platina. Ignorando as vantagens de que dispunha a produção estrangeira, baseada em mão de obra livre e em técnicas mais avançadas, os estancieiros gaúchos atentaram contra as tropas do governo imperial proclamando, por um curto espaço de tempo, um governo autônomo.

Considerada o último motim de vulto ocorrido durante o Império, a Revolução Praieira (1848) – cujo simbolismo fez-se ainda maior em virtude da concomitância com as diversas rebeliões democráticas que varriam a Europa naquele mesmo ano – também respondeu a insatisfações de naturezas distintas. Em que pese a multiplicidade das reivindicações, a causa nacionalista mostrou-se novamente presente ao incitar as manifestações antilusitanas que resultaram no assassinato de alguns comerciantes portugueses no Recife.

As insubordinações observadas neste período capital da história brasileira vislumbravam a interposição de duas vertentes de pensamento, àquele momento, contíguas – nacionalismo e liberalismo, ideologias que viriam a empunhar causas divergentes décadas mais tarde. Somente após a estabilização política no Segundo Reinado é que surgiram, portanto, as bases para a consolidação de um pensamento verdadeiramente nacionalista com vistas ao desenvolvimento do país.

3.2 Liberalismo e nacionalismo no Brasil agrário-exportador

Um dos temas que, de forma paulatina, passaram a dividir a elite intelectual do país recém-emancipado foi a incorporação das ideias liberais que pululavam na Europa iluminista. A evolução dialética do pensamento fez com que o nacionalismo brasileiro surgisse em um ambiente no qual imperava a sua futura negação, o liberalismo.

Neste sentido é que o debate acerca da adaptação das ideias liberais no Brasil galgou a atenção de distintos analistas a partir dos anos 1970. A célebre citação de Sérgio Buarque de Holanda preanunciava a controvérsia em que se envolveria a questão: “Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa terra.”

3.2.1 As ideias estavam no lugar?

A adequação do ideário liberal à realidade de um país em que predominavam instituições diretamente ligadas ao regime monárquico dividiu os autores que se dispuseram a analisar o tema, cuja polêmica a ele subjacente auferiu novos contornos a partir do artigo seminal de Schwarz (2001).

Ideologia adotada pela burguesia europeia que se levantava contra o sistema de privilégios do *Ancien Régime*, o liberalismo expressava as aspirações de uma classe interessada em organizar a sociedade em bases novas, restringindo o arbítrio do monarca e organizando o Estado de forma a representar os seus interesses⁷⁴. Em última instância, a burguesia buscava eliminar as barreiras que impossibilitavam o desenvolvimento do capitalismo industrial, cuja vitória política se deu com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789.

Importadas sem filtros, tais ideias não encontraram nos trópicos a coesão da estrutura socioeconômica europeia, tornando-se, assim, incapazes de romper com os laços e valores tradicionais. Adotado pela oligarquia agro-exportadora e pelos setores ligados ao comércio importador, o liberalismo brasileiro esbarrava na manutenção do regime “a ser deposto” para locupletar-se, aqui, como uma ideologia de fato. Nas palavras de Schwarz (2001), havia “quase uma sensação” tangível da inadaptabilidade destas ideias ao ambiente brasileiro. Daí, portanto, estarem fora de lugar.

Para além de todos os seus desdobramentos, a consagração de um governo imperial após a emancipação política de 1822 respondia, por si só, pela inadequação que o ideário iluminista experimentaria no Brasil. O escravismo, por sua vez, expressava sua mais eloquente contradição, uma vez que o cativo desmentia as ideias liberais ao negar sua premissa mais elementar.

O descasamento entre o liberalismo e a realidade brasileira manteve-se presente mesmo após a abolição da escravatura e o advento republicano. Para Schwarz, a “ideologia do favor” – o segundo elemento delineador de sua tese – conservou a base da estrutura social vigente desde a emancipação política. Em amplo sentido, do favor é que dependia a

⁷⁴ As reivindicações da burguesia poderiam ser resumidas nos seguintes pontos: direito de propriedade, isonomia perante a lei e liberdade de representação política. Ou então, nas palavras de Schwarz (2001, p. 5), “a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva e a ética do trabalho.”

sobrevivência material da vasta camada de homens livres⁷⁵: “Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional.” (SCHWARZ, 2001, p. 5).

Tratava-se da arbitrariedade subjacente ao favor o elemento responsável pela inaplicabilidade do liberalismo no Brasil. Instituição de aceitação “quase universal”, era tão incompatível com as ideias liberais quanto o escravismo, pois as absorvia e as deslocava, gerando, assim, “um padrão particular.” Praticando a exceção à regra, o favor atribuía “independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio.” (SCHWARZ, 2001, p. 7).

O autor associa esta realidade à “desfaçatez” da classe dominante, sugerindo que os países periféricos teriam que tomar emprestado dos centrais determinadas formas – como, por exemplo, o romance, o sistema parlamentar e as normas jurídicas – que os tornassem mais “civilizados”. Ainda que não pudessem ser integralmente praticadas, as ideias liberais eram, ao mesmo tempo, indescartáveis, pois se prestavam a conferir um verniz erudito à “envergonhada e rancorosa” elite tropical. Adotado com orgulho e de forma ornamental, o liberalismo servia como prova de modernidade e distinção de uma elite apegada a práticas políticas e sociais retrógradas (BENTIVOGLIO, 2002).

Na visão de Ricupero (2008), a tese de Schwarz não expressaria um fato – a inadequação de certas referências intelectuais a um dado contexto social –, mas indicaria um processo, de formação, que se completaria na forma. Implícito a este movimento encontrava-se a aspiração de se superar a situação de subordinação colonial, estabelecendo-se um quadro de maior autonomia o qual identificaria o surgimento da nação recém-emancipada.

Já para os que se opunham à tese da inadequação do liberalismo no Brasil, não havia sentido em classificar tais ideias como deslocadas de seu ambiente original devido à funcionalidade por elas revelada como instrumento de combate ideológico: em um primeiro momento, o ideário liberal foi empregado na luta contra o sistema colonial; lograda a Independência, passou a justificar a crescente hegemonia dos latifundiários ligados ao setor exportador.

É neste sentido que Franco (1976), uma das primeiras analistas a contestar a análise de Schwarz, envolve o debate no processo de evolução da economia capitalista. Para a autora, o

⁷⁵ O favor teria contado, na visão de Schwarz (2001, p. 5), com a benemerência dos autores que o analisaram por ser menos violento do que a escravidão: “O favor é a nossa mediação quase universal e sendo mais simpático do que o nexa escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção.”

conceito de liberalismo surgiu com a dominação econômica imposta pela nascente burguesia industrial, cumprindo, portanto, a sua utilidade *ad hoc* aos que dele se utilizavam para justificar suas posições.

Baseada na dicotomia em que se assenta a teoria da dependência, a autora sustenta que tanto o centro quanto a periferia favoreceriam o processo de constituição e de reprodução do capital, distanciados, apenas, pelo tempo e pelo espaço. Compondo o mesmo sistema de produção, ambos os pólos carregariam, destarte, o conteúdo essencial – o lucro –, não havendo, pois, contradição na adoção do liberalismo no Brasil escravocrata:

Assim como todos os seus predecessores, insistindo na originalidade da combinação brasileira de capitalismo e escravidão, país colonial e país burguês, Roberto [Schwarz] seria vítima da mesma miragem ao imaginar que uma ‘diferença essencial’ distingue as nações metropolitanas, sedes do capitalismo, núcleo hegemônico do sistema, dos povos coloniais, subdesenvolvidos e periféricos (FRANCO, 1976).

Corroborando este entendimento a análise tecida por Fernandes (1987). Ao internalizar os centros de poder e nativizar os círculos sociais que os controlavam, a Independência pressupunha dois elementos dialéticos: o revolucionário, representado pela ruptura do estatuto colonial; e o conservador, evidenciado pelos propósitos de preservar e fortalecer uma ordem social que respeitasse os interesses das elites nativas. Assim sendo, a absorção do liberalismo por parte dos grupos os quais encabeçaram aquele movimento esteve na origem das concepções que impulsionaram os conflitos com o Reino, assumindo um “nítido caráter instrumental.” Diversamente do que se proclamava, conclui o autor que o liberalismo exerceu influências sociais construtivas em várias direções concomitantes, não podendo ser aqui caracterizado como “postigo, farisaico ou esdrúxulo” (FERNANDES, 1987, p. 35).

É neste sentido que estes autores defendem que a suposta contradição entre escravismo e liberalismo no contexto agrário-exportador não passou de um oxímoro. A interpretação de Franco (1976) e Fernandes (1987) é consubstanciada quando se distinguem os conceitos de liberalismo político do econômico, como posteriormente o fizeram diferentes analistas, dentre os quais Coutinho (1976) e Bosi (2001). Conforme ressalta este autor, coube à retórica escravista demonstrar que a ideologia da doutrina clássica poderia aplicar-se perfeitamente à realidade brasileira. Indo além, argumenta Bosi que a origem geográfica ou cronológica das ideias não determina para todo sempre seu destino e seu valor, relativizando, assim, a tese de Schwarz.

A contribuição dessa leitura intermediária aponta para a plasticidade com que o conceito de liberalismo foi absorvido pela elite agrária brasileira: economicamente liberal, propugnava as vantagens ricardianas da especialização produtiva; politicamente conservadora, rejeitava, coerentemente, a liberação do cativo, configurando uma ideologia classificada por Bosi (2001, p. 212) como “liberal-escravista”.

Outros autores ratificam o entendimento de que teria sido possível a coexistência harmônica do pensamento liberal com uma sociedade escravocrata. De acordo com Rouanet (1991), o liberalismo brasileiro só poderia ser interpretado à luz da realidade política, econômica e social do Brasil, assinalando a familiaridade com que as elites locais conviviam com este suposto contrassenso. Para Nogueira (1984), as ideias não estariam fora de lugar pela adaptação a que se submeteram ao desembarcarem em um ambiente não apenas de pensamento, mas, principalmente de práticas políticas e sociais conservadoras.

Isto posto, faz-se prudente ressaltar que, durante o período colonial, nacionalismo e liberalismo não se opunham necessariamente, como viria a ocorrer a partir de meados do século XIX; ao contrário, compunham, naquele momento, as faces de uma mesma moeda, conforme será argumentado a seguir.

3.2.2 O nacionalismo liberal

Fora de lugar ou não, o fato é que, desde meados do século XVII, diversos foram os atores que aqui representavam e verbalizavam os interesses dos grupos diretamente relacionados ao ideário liberal. Introduzido no Brasil através do *Correio Braziliense*, editado em Londres por Hipólito José da Costa, o liberalismo tropical teve em Silvestre Pinheiro Ferreira seu primeiro teórico brasileiro e em José Bonifácio de Andrada seu mais ilustre defensor político.

Desde as suas primeiras manifestações, o liberalismo brasileiro subdividiu-se em três diferentes vertentes⁷⁶. Os eventos que culminaram na emancipação do país representaram as primeiras expressões liberais do século XIX. As revoltas que eclodiram no decênio compreendido entre as décadas de 1830 e 1840 marcaram a segunda fase do movimento liberal, cujo ápice político deu-se com as rebeliões do período regencial. O terceiro estágio

⁷⁶ Já para Carvalho (1990), eram duas as principais linhagens do liberalismo existentes no Brasil até a proclamação da República: a propagada pelos Estados Unidos, baseada em Montesquieu, e a oriunda da França, que tinha em Rousseau seu principal ideólogo. Quando do advento republicano, por sua vez, três foram as ideologias que disputaram o poder: o liberalismo à americana, o jacobinismo francês e o positivismo.

precedeu a instauração do regime republicano, quando a ideologia já havia absorvido aspectos da causa nacionalista.

Macedo (1997) sistematiza os diferentes momentos por que passou o liberalismo no Brasil independente, classificando-os como radical, doutrinário e cientificista. O primeiro grupo, republicano e nacionalista, indispunha-se, primordialmente, contra o alegado despotismo de D. Pedro I. Com efeito, suas principais bandeiras circunscreviam a oposição aos privilégios de que gozavam os portugueses recém-instalados no Rio de Janeiro. Frei Caneca, Cipriano Barata⁷⁷, Diogo Feijó e Teófilo Otoni foram seus mais importantes protagonistas. Resultado direto da atuação destes personagens, a formação do Partido Liberal, na década de 1840, viria a consagrar, ainda que apenas no epíteto, a ideologia liberal⁷⁸.

O segundo grupo, cujo lema “liberdade com ordem” denotava o seu viés conservador, notabilizou-se pela parcimônia de suas proposições. Suas principais causas podiam ser resumidas na defesa de uma monarquia constitucional, na descentralização administrativa e na subordinação da igualdade à liberdade. Justiniano José da Rocha, Bernardo Pereira Vasconcelos e Paulino Soares de Souza (o Visconde do Uruguai), foram os seus representantes mais notáveis. Reticentes em relação à causa escravista, perderam influência conforme a bandeira abolicionista galgava posições no parlamento e na sociedade.

O terceiro movimento liberal observado no Brasil imperial fortaleceu-se após a onda nacionalista que se espalhou pelo país após a Guerra do Paraguai (1864-1870)⁷⁹. Ao extrapolarem as questões de cunho político, o grupo trazia novos temas para o debate intelectual, voltando-se para as temáticas social, econômica, religiosa, entre outras. Republicanos moderados, lutavam por causas como o federalismo, o abolicionismo, a educação básica e o laicismo do Estado. Compuseram este grupo, entre outros nomes, figuras como as de Gaspar Silveira Martins, Aureliano Cândido Tavares Bastos, Tobias Barreto, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero e Clóvis Beviláqua. Após a promulgação da Constituição

⁷⁷ Ao médico Cipriano Barata foi delegada a alcunha de “o homem de todas as revoluções” em função de seu nacionalismo e liberalismo radicais, os quais embasavam as críticas que tecia ao absolutismo monárquico. De acordo com Prado Jr. (1957), Barata singularizou a sua atuação política pela forte ligação que manteve com as classes menos favorecidas da sociedade. Envolvido nas principais agitações populares ocorridas no período em que viveu, o político baiano esteve preso, por este motivo, por mais de doze anos. Ainda assim, jamais interrompeu a militância jornalística, editando diferentes periódicos de dentro do cárcere, razão que levou Prado Jr. (1957, p. 214) a condecorá-lo com o distintivo de o “maior jornalista do povo brasileiro”.

⁷⁸ A intersecção de interesses e práticas que havia entre os dois principais partidos políticos do Império – o Partido Liberal e o Partido Conservador – foi assim descrita por um observador contemporâneo: “Nada mais parecido a um luzia (liberal) do que um saquarema (conservador) no poder.” (WEFFORT, 2006, p. 184).

⁷⁹ A conflagração concorreu, de fato, para reforçar um ainda hesitante sentimento nacional. A manutenção do sistema escravista após a vitória militar, entretanto, anulou grande parte dessa aura coletivista surgida a partir do triunfo das tropas (CARVALHO, 1990, p. 32).

de 1891, de forte viés positivista, os liberais cientificistas perderam paulatinamente a influência de outrora, tendo sobrevivido praticamente no ostracismo até o fim do Estado Novo (MACEDO, 1997, p. 121).

Outro destacado conjunto de autores cuja influência sobre o liberal-nacionalismo fez-se recíproca foi o dos chamados nacionalistas agrários, cuja principal bandeira residia no enaltecimento do setor agrícola como vocação natural da economia brasileira.

3.2.3 O nacionalismo agrário

Faz-se relevante salientar que, naquele momento, nem toda manifestação nacionalista pressupunha obrigatória a industrialização como projeto de desenvolvimento econômico. A existência desta corrente de pensamento, a dos nacionalistas agrários, evidencia que a relação entre nacionalismo e indústria não foi coincidente nem linear ao longo da história. Dentre os autores dessa vertente, destacam-se, Américo Werneck (1855-1927), Alberto Torres (1865-1917), Oliveira Viana (1883-1951) e Eduardo Frieiro (1889-1982).

Extrapolando o exercício de pensamento normativo, o nacionalismo agrário penetrava os domínios da moral, associando certo ufanismo à glorificação da natureza privilegiada do país. Ao aclamarem a vida rural como o destino da economia e da sociedade brasileira, delegavam os males da civilização ao processo de industrialização por que passava o país ao final do século XIX.

A atuação do engenheiro fluminense Américo Werneck caracterizou-se pela plasticidade de seu pensamento. Abolicionista, militou pela revogação do cativo nos inúmeros periódicos nos quais atuou como jornalista. Após a queda do Império, elegeu-se deputado e ocupou alguns cargos na administração pública federal, sem alcançar uma posição de maior destaque político, porém. Como executivo, seu maior empreendimento foi a construção de um suntuoso balneário no município mineiro de Águas Virtuosas, para onde havia migrado em 1891, balizando o programa de urbanização da cidade de acordo com o modelo das estâncias europeias.

A concepção econômica de Werneck consistia na harmonia entre os diferentes setores produtivos do país. Ainda que não considerasse excludentes as atividades agrária e industrial, o autor sugeria que o governo priorizasse o desenvolvimento da produção agrícola dada vantagem natural de que gozava a nação de território continental: “País novo, despovoado, de

recursos limitadíssimos e de moeda depreciada, precisamos concentrar nossas forças em primeiro lugar na transformação do solo.” (*apud* LUZ, 1975, p. 90).

Em que pese a sua clara inclinação à exploração das atividades primárias, Werneck não ignorava a relevância de se viabilizar as indústrias de base para o desenvolvimento do país. Ao reclamar abertamente a defesa do setor metalúrgico, “cujo desenvolvimento advogo há muitos anos, por ver nele a base do progresso nacional e do nosso edifício financeiro”, o autor demonstrava a necessidade de se fomentar, também, o estabelecimento de determinados setores fabris no país (*apud* CARONE, 1977, p. 28).

O nacionalismo de Américo Werneck é caracterizado, desse modo, pela defesa da utilização de instrumentos que visassem à proteção moderada dos produtores brasileiros. Tratou-se o favorecimento dos fornecedores nacionais nos processos de licitação pública de uma de suas principais propostas. O prejuízo temporário em que incorreria o governo ao ver-se compelido a adquirir “por um ano ou dois uma mercadoria, talvez inferior a sua concorrente estrangeira”, seria plenamente recompensado pelo resultado obtido, uma “compensação larga e duradoura por alguns sacrifícios momentâneos.” (*apud* CARONE, 1977, p. 31).

Diante da crise cambial que se abateu sobre a primeira década republicana, o autor propunha que a única maneira de se reorganizar o sistema financeiro brasileiro seria valorizar a taxa de câmbio por meio da proteção alfandegária à indústria, a qual, diminuiria, por sua vez, as importações. Ainda assim, discriminava as que seriam merecedoras do amparo estatal daquelas que não se adaptariam à realidade econômica nacional, criadas, em sua maioria, “exclusivamente para a jogatina e a fraude.” (*apud* CARONE, 1977, p. 29).

Evidencia a propensão agrarista de Werneck a clara distinção entre indústrias naturais e artificiais subjacente ao seu projeto de reforma tarifária. Conquanto protecionista, sugeria que o governo não deveria avaliar “as indústrias parasitárias, que nos impõem sacrifícios inúteis”, mas, tão somente, privilegiar a adoção de taxas as quais protegessem “principalmente a produção agropecuária.” (*apud* LUZ, 1975, p. 90).

Tratou-se do jurista e jornalista Alberto de Seixas Martins Torres o mais consagrado intelectual deste grupo. Escritor prolífico, Torres foi o autor de maior impacto não apenas pela extensão de sua obra, mas também por seu aguerrido espírito militante. Suas críticas nasceram

de desilusões vivenciadas no cotidiano da atividade política, passando da prática à teoria após ter exercido diversos cargos públicos⁸⁰.

A primeira e, talvez, mais exacerbada de suas causas foi o seu patriotismo radical, o qual partia do princípio de que “todas as atividades exercidas por estrangeiros eram nocivas ao país.” Torres hostilizava os brasileiros urbanos por acreditar que as suas atividades beneficiavam os “países colonizadores” em detrimento da obra nacional. Xenófobo, opunha-se à entrada de imigrantes estrangeiros que aqui desembarcavam no bojo da política de substituição da mão de obra escrava (BARIANI JUNIOR, 2007, p. 4).

O chauvinismo subjacente à sua concepção nacionalista chegava a beirar, em determinadas passagens, a ingenuidade panfletária à lá Policarpo Quaresma: “Somos um dos povos mais sensatos e inteligentes do mundo.” (TORRES, 1982b, p. 55). Para Torres, “nenhum povo tem melhores estímulos morais e mais alta capacidade moral que o nosso.” (TORRES, 1982a, p. 45). Acreditava, ainda, que o Brasil era “um país destinado a ser o esboço da humanidade futura.” (TORRES, 1982b, p. 135).

A segunda de suas principais bandeiras era a valorização extremada da vida rural. Diante do processo urbanizatório que recém se iniciava no Brasil, exaltava as virtudes da realidade campestre em detrimento do cotidiano das cidades. Imobilizado em sua rígida dicotomia geográfica, atestava que a vida urbana era “fictícia e artificial”. Ufanista, enaltecia as matas virgens, as riquezas naturais e a superioridade da vida do campo, sugerindo que o homem deveria “regressar ao trabalho da produção – as indústrias da terra”, pois o “Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda a ação que tenta desviá-lo desse destino é um crime contra sua natureza e contra os interesses humanos.” (TORRES, 1982a, p. 214).

A originalidade e, àquele momento, a excentricidade de suas ideias marcaram a transição da hegemonia das doutrinas liberais – predominantes durante a República Velha – para a articulação de um ideário centralizador. Sua obra elevou-lhe a um dos pilares que embasou a formação do chamado pensamento autoritário da década de 1930⁸¹.

⁸⁰ Além da carreira intelectual, Alberto Torres exerceu os seguintes mandatos políticos: deputado estadual (1892-1893), deputado federal (1894-1895), ministro da Justiça (1895), governador do Estado do Rio de Janeiro (1898-1900) e, por fim, ministro do Supremo Tribunal Federal (1901-1907).

⁸¹ Fez-se nítida a inspiração dos ideólogos autoritários no pensamento de Alberto Torres. Ainda jovem, Oliveira Viana saudou os textos de Torres quando de sua publicação, tornando-se referência constante no discurso conservador da época. Além disso, figuras ligadas às correntes autoritárias e ao Integralismo fundaram, em 1932, a *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, destinada a promover debates políticos e a difundir suas ideias (CIOTOLA, 2010).

Trata-se, esta, da terceira característica marcante no pensamento de Alberto Torres: o autoritarismo que permeia sua concepção de sociedade parte da interpretação de que o Brasil era um país caótico e desorganizado. Imerso no influente conservadorismo fluminense, conforme descreve Fernandes (2007), acreditava que a democracia plena só poderia ser alcançada por meio de um Estado forte e centralizador.

A responsabilidade indelegável deste ente onipotente era a de “formar o povo”, dever que extrapolava as possibilidades de execução de uma democracia representativa: “Formar o homem nacional é o primeiro dever do Estado moderno.” (TORRES, 1982b, p, 229). Para tanto, o autor propunha a criação de um Poder Coordenador, cujo papel seria o de “construir, coordenar e organizar o país”, monitorando todas as suas esferas sociais.

Do que se tratava para Torres, afinal, o “homem nacional”? O autor indicava que para se alcançar um patamar mais alto de desenvolvimento, o cidadão deveria possuir “fortes vínculos nacionais de civismo e patriotismo, base de uma consciência nacionalista que louvava a organização rígida do Estado.” (*apud* REZENDE, 2000, p. 38). O Estado como demiurgo da sociedade, portanto, pressupunha, implícita ou explicitamente, a tese de que “a sociedade civil é débil, pouco organizada, gelatinosa”, justificando, dessa forma, sua autoridade e supremacia na incumbência de balizar o progresso do país (IANNI, 2000, p. 57).

A impossibilidade de se sistematizar o pensamento de diferentes autores em categorias herméticas reside no ecletismo temático de suas interpretações. Trata-se, este, do caso de Francisco José Oliveira Viana⁸², aqui analisado como um nacionalista agrário cuja obra permitiria classificá-lo, porém, como um típico representante do nacionalismo autoritário dos anos 1930.

Apesar de a questão nacional ter se tornado o objeto principal de sua produção intelectual, Oliveira Viana ocupou-se de outros assuntos nem sempre a ela diretamente relacionados. Segundo Costa (1956), três foram os principais temas presentes em suas análises: o sertão, as raças e a centralização política.

Apegado às coisas do campo, de onde raramente saía, Oliveira Viana representou a sociologia das grandes propriedades rurais: “Nós somos o latifúndio”, atestava o autor. Defendeu, ainda, a volta do homem ao campo e a distribuição de terras como meio de resolver

⁸² Oliveira Viana, jurista de formação, nasceu no município de Rio Seco de Saquarema (RJ), em 20 de junho de 1883. Especializado em questões trabalhistas, atuou no recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, mais especificamente na comissão responsável pela redação da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), de 1942.

os problemas do Brasil de seu tempo, embora não atribuísse a estas propostas um caráter normativo; apenas reconhecia a vida campestre como sendo a base da sociedade brasileira (WEFFORT, 2006, p. 262).

O regionalismo herdado do modelo colonial teria atuado como uma barreira à afirmação de um sentimento nacional. Trata-se, esta, da premissa elementar a partir da qual o autor delinea toda sua obra. A impossibilidade de se criar um ideal nacional deveu-se à divisão fragmentária do território em capitânicas, incentivando a ligação direta com a metrópole ao mesmo tempo em que a população se dispersava em núcleos regionais incomunicáveis: “Nada disto, nem sentimentos, nem estrutura são produtos de improvisação, e sim do tempo dos fatores históricos, dos fatores sociais, econômicos e agrários. Somos um país de baixa densidade demográfica de população dispersa e ganglionar.” (VIANA, 1999, p. 261).

Por esse motivo é que o pensamento de Oliveira Viana pode ser classificado como agrarista. Segundo o autor, foi a população rural que constituiu as matrizes da nacionalidade e que singularizou a entidade do povo brasileiro. Viana sustenta que a gênese e o desenvolvimento da sociedade ocorreram a partir de uma configuração social fundamentalmente campestre, baseada no grande latifúndio, no trabalho escravo e nas relações de dependência pessoal.

A dimensão continental do território brasileiro oportunizou a consolidação dessas “ilhas isoladas” e, por consequência, o desenvolvimento de sentimentos e representações regionais. A fim de se superar tais diferenciações localistas e de se criar um senso patriótico é que se faria necessária a instituição de um sistema político autoritário capaz de sobrepujar tais regionalismos. Neste sentido é que Viana defendia a centralização política e o estabelecimento de um organismo coeso e coordenado que conferisse um espírito coletivo e nacional ao país desintegrado⁸³. A seu ver, a federalização administrativa atuaria apenas no sentido de reforçar os laços de dependência e submissão dos homens livres aos proprietários de terra.

Sua descrição do Brasil colonial desenvolve-se a partir do contraste entre a vitalidade do universo agrário e a estagnação das cidades empobrecidas. Aglomerações populacionais

⁸³ É neste sentido que o autor rechaçava o modelo republicano de governo, conferindo ao Império a responsabilidade não apenas pela manutenção da unidade territorial do país, mas também pelo “prestígio, grandeza [...] e uma longa fase de moralidade, legalidade, justiça, liberdade.” (*apud* CINTRA, 2011, p. 8).

isoladas em um ambiente bucólico, a vida urbana era caracterizada pela dependência em relação aos latifúndios, representados como o legítimo núcleo da vida social brasileira.

Neste contexto é que se fazia oportuna a emergência de um governo autoritário. Viana procura desmistificar a aura em que estava envolto o discurso liberal-republicano – inspirado por “ideais exógenos” à realidade brasileira –, procurando responsabilizá-lo pelas mazelas sociais. Indo além, atestava que aqueles que se insurgiram contra o antigo Poder Moderador não agiam em prol da liberdade política por ele supostamente negada, mas apenas reforçaram as tendências centrífugas de nossa formação social as quais embaraçavam a formação da unidade nacional.

Embora simpático à centralização administrativa, Oliveira Viana não a considerava um fim em si mesmo. Tratava-se, apenas, de um meio através do qual o ente público ofereceria as condições necessárias ao esclarecimento da sociedade, a qual somente estaria apta a gozar das liberdades observadas nos países desenvolvidos se fosse previamente guiada pelo Estado.

A visão edulcorada do autor em relação ao elemento rural entrelaçava-se à necessidade de um governo centralizador que se tornasse responsável pela formatação do legítimo, e único, sentimento nacional. Ao lado do sertanismo que emergiu e espraiou-se a partir do início do século XX, o pensamento autoritário ganhou nova forma e conteúdo nos anos 1920, vindo a se tornar a ideologia norteadora do grupo que ascendeu ao poder na década subsequente.

3.2.4 O nacionalismo autoritário

Tornou-se consensual na literatura a associação entre a ideologia política do Estado Novo e o pensamento de autores como, além do próprio Oliveira Viana, Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Francisco Campos, entre outros. Herdeiros de uma tradição intelectual conservadora cujas raízes remontam ao século XIX – tendo sido o Visconde do Uruguai e o Marquês São Vicente seus mais célebres representantes –, estes personagens influenciaram sobremaneira a estruturação do projeto varguista. Em comum, defendiam um regime político autoritário como o mais adequado à realidade brasileira e opunham-se ao caráter “exótico” da democracia liberal, considerada mera cópia dos modelos anglo-saxônico e francês.

Um de seus mais ilustres propagandistas foi o médico por formação, e jornalista por ofício, Antônio José de Azevedo Amaral. Nascido em 1881, no Rio de Janeiro, Amaral veio a

falecer precocemente, no mesmo município, aos 61 anos de idade. Defensor da intervenção estatal na economia, advogava a atuação do ente público como o único capaz de estabelecer um processo exitoso de industrialização. Assim como Oliveira Viana, Amaral também responsabilizou o liberalismo adotado pela elite agrária pela dificuldade de se criar um sentimento nacional entre os brasileiros.

O primeiro traço característico de sua interpretação histórica reside no repúdio ao modelo de colonização lusitano⁸⁴. Diferentemente dos ingleses, os quais levaram a cabo uma estratégia que imprimia uma direção cultural e civilizatória permanente em suas colônias, os portugueses conduziram um processo de expansão ultramarino que teria se reduzido, em grandes termos, à mera extração de recursos naturais.

Amaral retrata o Estado português através da figura caricata de um verdadeiro usurpador da riqueza nacional, reduzindo-o a um “parasita transatlântico”. A metáfora tornar-se-ia central em sua obra, pois à realidade a ela subjacente o autor creditou a origem do atraso brasileiro, invocando-a ao longo de toda sua narrativa histórica.

A segunda e mais relevante característica de sua interpretação refere-se à visão economicista conferida ao fenômeno do desenvolvimento. Para Amaral, a identidade nacional seria concebida pela sua independência econômica, e não por uma determinada concepção política ou social. Em sua opinião, o processo de formação da nacionalidade brasileira já havia se desencadeado desde meados do século XVIII, quando se observou um primeiro surto industrial autóctone em Minas Gerais.

O autor atribui relevância significativa ao empreendedorismo individual. Esta percepção reflete-se no destaque oferecido à trajetória de Irineu Evangelista de Souza (o Barão e, posteriormente, Visconde de Mauá), cujo retrato de industrial bem-sucedido opunha-se ao universo rural, dominado por uma classe retrógrada e refratária à modernização⁸⁵. Amaral delegava à livre-iniciativa da civilização anglo-saxônica o desenvolvimento econômico e político desta sociedade: não eram os *clubs*, as ligas e os sindicatos que o encantavam, mas a máquina a vapor, o telégrafo, as indústrias e as estradas de ferro que faziam da Inglaterra o arquétipo do futuro brasileiro (CINTRA, 2011, p. 14).

⁸⁴ O viés racista de Amaral se evidencia quando, para além da questão econômica da colonização exploratória, o autor aborda a suposta inferioridade étnica do povo ibérico, uma vez que este se compôs pela miscigenação de “semitas e mouros” (AMARAL, 1935, p. 108).

⁸⁵ Diante do surto de industrialização que se verificava no Estado de São Paulo, Amaral revelava sua admiração pelo “espírito paulista”, o *ethos* econômico que fez com que ali surgisse e se desenvolvesse uma economia dinâmica e moderna. Era preciso, deste modo, difundir para o restante da nação esse espírito empreendedor (AMARAL, 1930, p. 240).

É neste sentido que o autor vinculava o nacionalismo à industrialização. Em sua perspectiva, apenas um projeto industrializante poderia conduzir o país à “verdadeira” independência nacional, incumbência, esta, que deveria ser necessariamente assumida pelo Estado:

Uma Nação destituída de qualquer forma de atividade industrial constitui verdadeiro contra-senso sociológico. Realmente se a ideia nacional envolve o conceito de uma existência autônoma [...] é evidente que uma sociedade obrigada a suprir-se fora de seu território dos artigos manufaturados de cujo consumo não pode prescindir é desprovida dos requisitos essenciais da organização nacional (AMARAL, 1930, p. 143).

As forças do atraso ligadas ao mundo rural e às classes parasitas que se ocupam do Estado representavam o que Amaral classificou como “ameaça” ao projeto nacional. Neste sentido é que o autor exime a fragmentação política e social pela desintegração nacional, responsabilizando a ausência de uma coordenação econômica por este vazio de sentimento pátrio. Tratava-se, portanto, de eliminar o Estado político, vinculado ao Poder Legislativo, “inútil e anacrônico”, para que o Executivo moderno assumisse um caráter técnico e racional, coordenando as atividades produtivas, o processo de industrialização e o desenvolvimento econômico.

Pode-se afirmar, desse modo, que autoritarismo e industrialização têm um sentido complementar no pensamento de Azevedo Amaral. Conforme destaca Abreu (2011, p. 3), estes elementos mantiveram entre si uma relação linear e dialética, “em que aquele (autoritarismo) seria uma condição para garantir a unidade nacional e instituir os órgãos necessários ao pleno desenvolvimento desta (industrialização), que, por sua vez, irá gerar a riqueza e consolidar a soberania do Estado nacional.”

Ao Estado centralizador, representante dos interesses coletivos, caberia, portanto, coordenar o planejamento e o desenvolvimento econômico do país, desde que em harmonia com as “entidades representativas do empreendimento privado”⁸⁶. A sua concepção intervencionista restringia-se, dessa forma, a estimular os investimentos privados, não devendo ser comparada ao dirigismo econômico dos estados totalitários.

Além do meio e da raça, o autor também atribuía a fatores culturais, históricos e, principalmente, políticos o êxito econômico dos diferentes países. Evidencia-se, desta feita,

⁸⁶ Ao contrário do amadorismo que teria vigorado na administração pública brasileira até o golpe de 1930, Amaral exaltava a necessidade de um “determinismo da produção”, o qual guiasse a passagem de uma “economia empírica para um regime de sistematização racionalizada na produção da riqueza e na sua distribuição.” (AMARAL, 1938, p. 236).

sua concepção positivista: Azevedo Amaral não poderia ser classificado como um evolucionista típico, pois incumbia à atuação do homem a responsabilidade de transformar a realidade social, alterando, assim, o “vagaroso desenvolvimento evolutivo”, através do que foi por ele mesmo definido como “revolucionismo” (OLIVEIRA, 1982, p. 52).

Assim sendo, observa-se que o nacionalismo de Azevedo Amaral baseava-se em uma clara leitura econômica acerca da atrasada realidade brasileira. Para se superar esta situação, far-se-ia necessária, portanto, a atuação de um governo centralizador que lograsse balizar o desenvolvimento das forças produtivas sem a interferência de barreiras político-institucionais.

A inclinação pelo fortalecimento do poder central foi compartilhada por outros intelectuais simpáticos ao regime discricionário liderado por Getúlio Vargas⁸⁷. Tratou-se do jurista Francisco Luís da Silva Campos um de seus mais notáveis representantes. Nascido em 1891, na cidade de Dores do Indaiá, Minas Gerais, faleceu em Belo Horizonte, em 1968. Além de ter ocupado diversos cargos públicos⁸⁸, Campos foi um dos responsáveis pela elaboração da Constituição brasileira de 1937 e pela redação do Ato Institucional número 1, de 1964.

Francisco Campos é considerado o mais reacionário dos intelectuais ligados ao Estado Novo. De acordo com Medeiros (1978), pode-se sumarizar o seu pensamento em quatro vetores principais: “Uma visão apocalíptica da época; uma compreensão da sociedade moderna como sociedade de massa; uma concepção autoritária e antiliberal do Estado; e, por fim, uma apologia das elites, vislumbradas como agentes da história.”

A esta concepção política estava diretamente relacionada sua visão depreciativa acerca da democracia de partidos, por ele considerada simbolicamente como a “guerra civil organizada e codificada”. O regime discricionário encetado após o golpe de 1937 foi positivamente interpretado como resultado de um imperativo de salvação nacional, já que o direito ao voto era pelo autor classificado como o “mito do sufrágio universal”. É nesse sentido que o regime ditatorial era tido como o caminho necessário para criar o verdadeiro sentimento nacional. Em comum com outros intérpretes autoritários, Campos concebia “uma

⁸⁷ A corrente nacionalista autoritária não esgotou o campo do pensamento conservador no Brasil do início do século XX, cujo espectro abrangia ainda a vertente fascista (Integralismo) e o denominado tradicionalismo católico, que teve em Jackson de Figueiredo e em Alceu de Amoroso Lima (o Tristão de Ataíde) seus nomes mais importantes (FAUSTO, 2001).

⁸⁸ Eleito deputado estadual em 1919 e federal em 1921, assumiu o cargo de Secretário do Interior do governo mineiro em 1926 e o Ministério da Educação e Saúde em 1930. Já no Estado Novo, tomou posse no Ministério da Justiça em 1937 e, em janeiro de 1943, foi nomeado representante brasileiro na Comissão Jurídica Interamericana, cargo que exerceu até 1955.

modernização do país de cima para baixo, prescindindo das mobilizações populares, especialmente quando não-controladas.” (FAUSTO, 2001, p. 46).

Neste sentido, a legitimidade da atuação dos partidos políticos também passou a ser contestada pelo autor, que vislumbrava na democracia representativa uma ameaça ao bom funcionamento da máquina pública⁸⁹: “Se a democracia de partidos já não comportava a luta política própria da época democrática e liberal, as novas formas de antagonismo político, peculiares ao nosso tempo, agravaram de modo impressionante os perigos que a democracia de partidos representa para a ordem e a paz pública.” (CAMPOS, 1942, p. 295).

Justificava a sua concepção intervencionista no campo econômico o desequilíbrio intrínseco às forças de mercado. Enquanto as corporações representavam os interesses de seus controladores, tratava-se do poder público a institucionalização da justiça, de modo que a verdadeira licitude reclamada pela sociedade só seria encontrada sob os auspícios do Estado. Nos países em que a economia não se sujeitasse à regulação do governo, a liberdade se reduziria aos anseios dos mais poderosos, visto que, na ausência da justa arbitragem estatal, a medida da soberania passaria a ser a força.

Em suma, o nacionalismo implícito ao pensamento de Francisco Campos faz-se presente no repúdio à livre atuação dos agentes políticos e econômicos. Ao incumbir o poder público pelo desenvolvimento do país em sua plenitude, o autor rechaçava a interferência externa neste processo, delegando somente ao Estado brasileiro a responsabilidade pelo progresso social e produtivo da nação.

Agraristas ou autoritários, contemporâneos ou porvindouros, o fato é que, em comum, os atores e autores nacionalistas acima apresentados influenciaram e foram influenciados pelo pensamento de Serzedello Correa, cuja trajetória política e intelectual será analisada a seguir.

3.3 Innocencio Serzedello Correa: vida, obra e nação

A necessidade de se promover a “segunda independência” do país configurou o principal traço delineador do pensamento de Serzedello Correa. Para se atingir este antigo objetivo – a autonomia econômica –, Correa questionava a alocação eficiente dos recursos

⁸⁹ De modo correlato, Campos também minimizava a relevância do Poder Legislativo para o bom cumprimento das responsabilidades públicas: “O parlamento não dispõe de tempo, nem a sua organização, nem os seus processos de trabalho são adequados a uma tarefa para cujo desempenho se exigem condições especiais, que não podem encontrar-se reunidas em um corpo político, cujo recrutamento se faz de pontos de vista inteiramente estranhos à competência que lhe é delegada pelas constituições.” (CAMPOS, 1942, p. 343).

produtivos via mecanismos de mercado e advogava a intervenção do Estado como único meio de se patrocinar o desenvolvimento industrial e nacionalizar as riquezas brasileiras.

As ideias preconizadas por Serzedello vinham a público em virtude de sua atuação política – através dos discursos parlamentares ou dos relatórios ministeriais – e de sua produção intelectual. Trata-se, estas, das principais obras publicadas pelo autor e nas quais se baseia este estudo: **Relatório do Ministério das Relações Exteriores** (1892), **Relatório do Ministério da Fazenda** (1893), **O problema econômico no Brasil** (1903), **Discurso sobre a Caixa de Conversão** (1906), **Uma figura da República: páginas do passado** (1919) e **Elementos de Economia Política** (1919).

3.3.1 Serzedello Correa: militar, republicano e nacionalista

Innocencio Serzedello Correa nasceu em Belém do Pará, em 16 de junho de 1858. Filho de portugueses pertencentes à elite aristocrática de Lisboa, ficou órfão de pai ainda em tenra idade, momento a partir do qual sua família passou a viver sob constante restrição financeira. Auxiliado por meio de contatos pessoais, ingressou na mais prestigiada entidade de ensino da capital paraense, o Seminário Menor da Diocese, onde concluiu o ciclo de educação básica.

Em 1874, ainda adolescente, mudou-se para o Rio de Janeiro com o objetivo de ingressar na Escola Militar da Corte, onde veio a formar-se engenheiro militar e mestre em Ciências Físicas e Biológicas⁹⁰. Diplomado, tornou-se professor da mesma instituição, na qual lecionou diversas disciplinas nas áreas de exatas e biológicas⁹¹. Serzedello ainda retornou à carreira docente nos últimos anos de sua vida, quando assumiu a cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

⁹⁰ Graduado com mérito, Serzedello conquistou a admiração de Benjamin Constant ao responder com desenvoltura incomum as perguntas realizadas pelo mestre na banca da disciplina de Mecânica Racional. Em homenagem ao desempenho do pupilo, Constant decretou feriado na escola após a avaliação de Correa: “É o exame mais belo e profundo a que tenho assistido depois que sou professor na Escola Militar.” (PINHEIRO, 2008, p. 10).

⁹¹ Durante visita realizada à escola, em 1885, o imperador assistiu à aula de Biologia ministrada por Serzedello Correa. Ao final da exposição, que ultrapassara a duração regulamentar por solicitação do monarca (“Guarde seu relógio, comandante. Preleções como esta, ouvem-se sem cogitar do tempo.”), D. Pedro afirmou que não conheceu docente mais qualificado do que o militar paraense: “Ouvi na Europa muitas conferências de professores de renome universal, porém nunca ouvi uma só mais brilhante, mais clara e mais bela do que esta lição.” Em retribuição, ordenou o soberano que o apresentassem com o que desejasse o professor (PINHEIRO, 2008, p. 11).

A instrução marcial alcançou uma dimensão que extrapolava a sua formação acadêmica. Foi na Escola Militar que Correa conheceu o professor e seu futuro mentor intelectual, o general Benjamin Constant Botelho de Magalhães, cuja influência expressar-se-ia na defesa da causa abolicionista⁹², nas convicções positivistas e, principalmente, na postura nacionalista que o autor imprimiu à sua ação política.

“Incontrolavelmente” republicano⁹³, Serzedello teve participação fundamental no golpe militar que derrubou o Império⁹⁴. Designado para articular o levante com a Marinha – Força que, às vésperas do motim, ainda não havia aderido totalmente ao movimento –, Correa coordenou os últimos arranjos durante o célebre baile da Ilha Fiscal, uma semana antes da deposição do regime.

Na manhã do dia 15 de novembro de 1889, marchou junto com Deodoro da Fonseca e outros militares republicanos (como Sólton Ribeiro, Sena Madureira e o próprio Benjamin Constant) sobre o Campo de Santana, onde depuseram o Visconde de Ouro Preto e proclamaram a República. Diante da sucumbência pacífica do último chanceler do Império⁹⁵, Correa foi escalado pelo marechal a escoltar os líderes monarquistas a fim de garantir-lhes a integridade física.

Sob o regime republicano, a carreira de Serzedello Correa suplantou os quartéis para adentrar a arena política. Em 1890, foi nomeado governador do Paraná e eleito deputado constituinte por seu estado natal no final do mesmo ano. Foi conduzido à Câmara Federal ainda em outras três oportunidades, representando as províncias do Rio de Janeiro (1895), do Mato Grosso (1906) e, novamente, do Pará (1902 e 1912).

Foi no governo de Floriano Peixoto, porém, que Serzedello alcançou o auge de sua trajetória política, ocupando quatro ministérios em um período inferior a dois anos: Relações

⁹² Representando o Clube Militar, Correa redigiu, em 1887, juntamente com o oficial Jaime Benévolo, uma célebre carta endereçada à princesa Isabel, na qual solicitavam, em nome da instituição, a abolição imediata do cativo (MACHADO, 1972, p. 14).

⁹³ Serzedello Correa pertencia à “ala dos namorados” da República, homens que, por ela, arriscariam a vida. Em determinada ocasião, questionado pelo imperador se ainda mantinha a fervorosa convicção republicana, respondeu-lhe orgulhosa e laconicamente: “Muito, majestade.” (FONTOURA, 1959, p. 13).

⁹⁴ Dentre os motivos que explicariam a deposição do Império pelo Exército, liderado pelo mais monarquista de seus generais, Saes (2011, p. 36) aponta para duas prováveis causas: (1) a divergência entre a ideologia meritocrática das Forças Armadas e o patriarcalismo do regime monárquico, cuja gestão era considerada arcaica pelos militares; e (2) a existência de um já encorpado projeto político próprio – nacionalista, intervencionista e industrializante – no seio militar.

⁹⁵ Perante a ordem de prisão do Visconde de Ouro Preto e de seu gabinete, Floriano Peixoto, responsável pela segurança do Campo de Santana, interveio e dissuadiu o marechal: “Manuel, este não era o trato.” Questionado porque não havia reagido à invasão pelas tropas de Deodoro com a mesma bravura que demonstrara na campanha contra o Paraguai, respondeu: “Na guerra, lutávamos contra o inimigo externo; aqui, somos todos brasileiros.” (MACHADO, 1972, p. 26).

Exteriores (02/1892 - 06/1892), Agricultura e Viação (06/1892 - 12/1892), Fazenda (08/1892 - 04/1893) e Justiça e Interior (interino). Sob a presidência de Nilo Peçanha, por fim, tomou posse como prefeito do Distrito Federal em julho 1909, cargo que ocupou até novembro do ano subsequente.

À testa da primeira pasta, liderou o contencioso territorial com a Argentina na questão das Missões⁹⁶, oportunidade em que introduziu o jurista José Maria Paranhos⁹⁷ (o Barão do Rio Branco) na diplomacia internacional ao nomeá-lo como o representante brasileiro na disputa. Além disso, assinou tratados de comércio com a França e Alemanha, e estabeleceu as diretrizes dos acordos ulteriormente consagrados com os Estados Unidos⁹⁸ e Portugal. Já na célere passagem pela pasta da Agricultura e Viação, seu principal legado foi o início das obras de modernização do porto de Santos⁹⁹, responsável pelo escoamento de grande parte do café produzido no oeste paulista.

Meses após ter sido exonerado do Ministério da Fazenda, Serzedello Correa enfrentou, em setembro de 1893, seu mais dramático revés político. Mesmo não tendo se envolvido diretamente na articulação da Revolta da Armada, a relação já desgastada com o marechal Floriano Peixoto rendeu-lhe nove meses de encarceramento¹⁰⁰. A recusa em sublevar-se contra os marinheiros revoltosos liderados pelo almirante Custodio de Melo – amigo pessoal de Serzedello e principal oponente militar de Floriano –, foi explicada através da mesma carta em que encaminhou seu pedido de demissão do Exército, instituição à qual retornaria apenas na primeira década do século XX (REGO, 1989, p. 33).

⁹⁶ Influenciado pelo positivismo já arraigado na alta cúpula do Exército, acreditava que não se podia facultar ao Estado o dever da promoção do povoamento e da ocupação territorial, temas caros à oficialidade militar (CORREA, 1980, p. 24).

⁹⁷ Contrariando a preferência de Floriano, que havia indicado o Barão de Ladário para o cargo, Serzedello insistiu no nome do jovem advogado para liderar a representação brasileira no contencioso regional, no qual os mediadores norte-americanos deram ganho de causa ao Brasil cinco anos depois (CORREA, 1959, p. 79).

⁹⁸ Apesar do caráter liberal do convênio assinado com os EUA, o resultado do acordo mostrou-se favorável aos produtores brasileiros dado o aumento expressivo das exportações para aquele país (CORREA, 1893, p. 121).

⁹⁹ A questão da infra-estrutura ocupava posição central nas propostas de Serzedello Correa. Discorrendo acerca das condições das vias de transporte brasileiras, afirmava que sistemas de transporte e comunicação falhos representariam um grande óbice ao desenvolvimento, pois eram vitais para a unificação e o fortalecimento do mercado nacional (CORREA, 1903, p. 289). Fazia-se necessário, também, o aperfeiçoamento da navegação – de cabotagem ou intercontinental – como forma de tornar as exportações brasileiras independentes das frotas mercantes estrangeiras.

¹⁰⁰ No período em que esteve detido, sua mãe passou por restrições financeiras ainda mais acentuadas. Ciente dessa situação, Floriano tornou-a pública entre seus ministros, momento a partir do qual a progenitora de Correa passou a receber, mensalmente, 3 contos de réis de um patrocinador anônimo (CORREA, 1959, p. 48). Questionado porque não mandara libertar seu ex-colaborador diante da situação de penúria em que se encontrava sua família, o marechal respondeu: “Não posso. Ele iria para a revolta; e eu não quero que a República perca essa assombrosa atividade e esse caráter.” (PINHEIRO, 2008, p. 16). Sua libertação foi posteriormente intermediada pelo ministro Justiça e futuro presidente da República, Rodrigues Alves, seu adversário político e ideológico.

Além da trajetória militar, acadêmica e política, Correa atuou ainda como um dos principais líderes industrialistas ao longo das três primeiras décadas republicanas, embora jamais tenha sido um empresário propriamente dito. Presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional nos últimos dois anos de existência da instituição, tornou-se o primeiro dirigente do Centro Industrial do Brasil, fundado em 1904, cargo que ocupou por oito anos consecutivos. Afastado da vida pública desde meados da década de 1920, faleceu no Rio de Janeiro, em 1932, aos setenta e quatro anos de idade.

3.3.2 A gestão de Serzedello Correa no Ministério da Fazenda (08/1892 - 04/1893)

O primeiro ministro a ocupar a pasta da Fazenda do governo Floriano Peixoto foi o cafeicultor paulista Rodrigues Alves. O marechal justificou a orientação ortodoxa adotada inicialmente realçando a conveniência da estratégia parcimoniosa e escalonada: antes de levar a cabo uma política nacionalista e industrializante condizente com as convicções militares¹⁰¹, fazia-se imperativo apaziguar o caos financeiro em que se encontrava a jovem República. Superada esta primeira etapa, Floriano substituiu o comando da economia por um auxiliar cujas convicções subscrevia em sua quase totalidade.

Marcada pela instabilidade financeira e cambial, a conjuntura econômica em que Serzedello Correa assumiu o Ministério da Fazenda, em agosto de 1892, desautorizava a adoção de medidas de largo alcance. Neste contexto, foram duas as principais resoluções por ele executadas durante a sua gestão: a reforma alfandegária, de novembro de 1892, e a reforma bancária, concluída em dezembro do mesmo ano.

A reestruturação tarifária expressou o viés protecionista que o ministro procurava imprimir ao novo governo, uma vez que elevava os direitos de importação em 30% para bens manufaturados que já se produziam no Brasil, como têxteis e móveis. Além disso, reduzia a cobrança para itens que reforçassem o incipiente processo substitutivo de importações, como máquinas e equipamentos. Foram deliberações desta natureza que conferiram ao interregno Floriano Peixoto determinado consenso na literatura acerca de sua clara orientação pró-manufatureira (LUZ, 1975; SCHULZ, 1994; TOPIK, 1987).

¹⁰¹ Conquanto não adotasse uma atuação claramente definida, o grupo militar ligado a Floriano Peixoto, reconhecido pela alcunha de “jacobinos”, propugnava, envolto em um tom nitidamente nacionalista, causas como a repulsa ao liberalismo econômico e o intervencionismo estatal com vistas à industrialização.

O projeto de industrialização, abortado antes mesmo de que fossem observados quaisquer proventos concretos, não alcançaria os resultados esperados devido ao recorrente desequilíbrio financeiro que se avizinhava desde o final dos anos 1880. A situação de insolvência em que se encontravam dois dos principais bancos emissores da praça fluminense – o Banco da República (BR) e o Banco do Brasil (BB) – exigiu do governo a adoção de medidas de saneamento as quais evitassem a propagação de uma crise sistêmica.

Diante deste cenário, apresentavam-se ao ministro duas alternativas: a encampação das emissões bancárias pelo governo¹⁰², transformando estas casas em bancos de depósitos e descontos, apenas; e a reorganização das duas instituições, opção de execução ainda mais improvável e arriscada.

Após três banqueiros recusarem o seu plano de salvamento de uma terceira casa que também se encontrava em estado pré-falimentar (o menos importante Banco Rural Hipotecário), Correa viu-se compelido a propor a fusão do BR com o BB. Ainda que necessária, o ministro não ignorava os sacrifícios que a ação imporia ao Tesouro, dadas as condições privilegiadas que foram oferecidas à constituição do novo negócio.

Os balanços dos bancos indicavam, de fato, que ambos se encontravam em situação crítica. Embora ancorada em motivos técnicos¹⁰³, havia, porém, condicionantes políticos que moviam a decisão do governo: por se encaixarem na clássica categoria *too big to fail*, a fusão tornava ainda mais clara a justificativa e a urgência para a intervenção oficial, bem como o uso de recursos públicos para garantir o êxito da operação.

A forte oposição conservadora ao projeto contribuiu para a sua reprovação inicial na Câmara dos Deputados¹⁰⁴. Paralelamente à hesitação do próprio presidente da República em relação à conveniência da empreitada, o influente deputado metalista Francisco Glicério liderou a maioria parlamentar responsável pela primeira derrota do governo. Diante da ameaça de demissão de seu ministro da Fazenda, o marechal atuou junto aos deputados e a reforma foi finalmente aprovada em 17 de dezembro de 1892. Em contrapartida, Serzedello

¹⁰² A operação de encampação consistia na transferência do total de emissões de papel-moeda dos bancos para o setor público, junto com os respectivos lastros, cabendo ao governo substituir as emissões bancárias na circulação por papel-moeda do Tesouro. Procurando atenuar o risco bancário, o governo decretou, assim, a “socialização das perdas” caso se tornasse inviável o resgate de diversos ativos de baixa qualidade (FRANCO; LAGO, 2011, p. 17).

¹⁰³ O ministro solicitou ao conselheiro Ewerton de Almeida, burocrata do Tesouro, um detalhado estudo acerca da situação contábil dos bancos, em cujos relatórios tornou-se claro o risco de insolvência de ambas as instituições (MACHADO, 1972, p. 84).

¹⁰⁴ Os principais banqueiros fluminenses – com destaque para Guai, Mayrink e Camilo de Andrade, apoiados por veículos conservadores, como o Jornal do Comércio – patrocinaram verdadeira campanha em oposição ao projeto de fusão proposto pelo ministro da Fazenda, contribuindo sobremaneira para o seu insucesso inicial.

aceitou as duas condições impostas pelo presidente da República: que se mantivesse o novo banco sob a designação de Banco da República do Brasil e que o capital social da instituição fosse de 100 mil contos, e não de 50 mil, como planejara o ministro.

Além da fusão, a proposta de Correa instituía uma inovação polêmica, os chamados “auxílios à indústria”: cédulas de denominações menores as quais remuneravam o portador em 4% de juros ao ano, a serem amortizadas em duas décadas, cujo objetivo era o de “socorrer as necessidades das indústrias nacionais que tenham condições de vitalidade.” (CORREA, 1893, p. 73). A pedido das associações industriais, o parecer que recomendava o subsídio pecuniário – na ordem de 100 mil contos, no total – foi citado pelo próprio Floriano em sua requisição para que o Congresso ratificasse a medida. Mais uma vez, a causa industrial balizava os propósitos do ministro, em cuja justificativa atentava-se para o fato de que “muitas empresas industriais, por carência de capital circulante, atento ao retraimento do numerário se achavam à porta da ruína.” (CORREA, 1893, p. 74).

Ainda que Serzedello tenha se empenhado para distinguir os excêntricos bônus da emissão comezinha de moda – “Eles nenhuma semelhança têm com o papel-moeda, sendo até por sua natureza, a ele contrários” (CORREA, 1893, p. 74) –, havia, na prática, uma diferença ínfima entre os expedientes. Tratava-se de uma versão ainda mais ousada dos “auxílios à lavoura” a que recorrera o Visconde de Ouro Preto em 1888. O ministro procurava salvar, agora, não apenas os bancos em dificuldade, atenuando os riscos dos sempre ruidosos custos de uma crise sistêmica, mas, principalmente, as empresas consideradas viáveis surgidas na euforia especulativa do encilhamento.

Além de ter se tornado único banco oficial brasileiro, ao novo Banco da República do Brasil havia sido garantida, ainda, a exclusividade para emitir moeda¹⁰⁵. Aliada à prerrogativa de nomear o presidente, o vice-presidente e um diretor, a fusão corroborava, assim, a ideia de uma estatização velada do BRB. Resiliente às diversas críticas que recebeu dos setores

¹⁰⁵ Em oposição às convicções monetárias de Amaro Cavalcanti e Rui Barbosa, o positivista Serzedello Correa jamais demonstrou simpatia, ainda que implícita, pelo recurso da moeda fiduciária. Diversas foram as passagens em que o autor enaltecia as vantagens da moeda metálica em detrimento do curso forçado: “O princípio da ciência financeira teve consagração legal pela **sábria lei de 1846**, que autorizou o governo a efetuar operações de crédito para o resgate do papel-moeda até a sua equivalência ao padrão legal do ouro [...] iniciando-se, assim, uma política financeira de acordo com os princípios da ciência e as leis que regem os mercados monetários no mundo civilizado.” (CORREA, 1893, p. 75, grifos meus); “Não necessito mostrar as vantagens de abolirmos o curso forçado. Estão na consciência da Câmara os perigos que tem em seu bojo, os males que acarreta. Se uma boa moeda tem como característica a elasticidade, o circular, não há, senhores, pior moeda do que aquela que venho de descrever (CORREA, 1906, p. 673); “Nos países de papel-moeda, as quedas de cambio não têm limite [...]. Por isso que o papel-moeda é a pior de todas as moedas: ele se torna excessivo pelas facilidades que têm os governos de emití-lo para solver crises.” (CORREA, 1919, p. 35).

liberais, Serzedello jamais abdicou dos proveitos que a medida havia oferecido ao sistema financeiro do país: “A fusão [dos bancos] foi um dos poucos serviços que, como ministro da Fazenda, pude prestar à República.” (CORREA, 1959, p. 74).

Conquanto não tenha logrado atenuar a crise financeira – a qual se arrastaria, pelo menos, até a reestruturação da dívida externa, em 1898 – Serzedello Correa pôde exibir, ao final de sua gestão, uma valorização substantiva da taxa de câmbio (de 5 para 18 *pence* por mil-réis¹⁰⁶) e um número expressivo de indústrias que havia se consolidado sob a combinação de sua política aduaneira protecionista, de leis mais liberais para a formação de companhias anônimas e da contínua expansão do crédito¹⁰⁷ (FRANCO; LAGO, 2011. p. 14).

Ainda assim, a queda do ministro deveu-se mais a motivos políticos do que a divergências programáticas ou a adversidades conjunturais propriamente ditas. Esboçada pelo ex-ministro Rui Barbosa, a instalação do Tribunal de Contas da União, em janeiro de 1893, desagradou Floriano Peixoto. Ao barrar a nomeação, feita pelo próprio presidente, de um irmão de Deodoro para o Ministério da Viação, Serzedello implodiu o que restava de sua relação com o “Marechal de Ferro”. Alegando ter sido instituído um órgão que sobrepujava a autoridade do “líder máximo da República”, Floriano exonerou seu ministro da Fazenda em abril daquele ano, oito meses após alçá-lo ao principal cargo público do país¹⁰⁸.

3.4 O pensamento nacionalista de Serzedello Correa

A visão nacionalista, concebida quando do contato com os oficiais positivistas da Escola Militar, expressava-se em Serzedello Correa com traços quase chauvinistas. A convicção de que o Brasil poderia tornar-se uma nação desenvolvida condicionava-se, apenas e tão somente, à adoção de políticas “sensatas” e condizentes com a realidade de um país novo e subalterno. O percurso histórico por que passaram as economias europeias legitimava

¹⁰⁶ A apreciação da moeda nacional ao longo deste período respondeu a, basicamente, dois motivos: a colheita da safra de café neste ínterim e ao empréstimo de 3,7 milhões de libras contratado junto à casa *Rothschild & Sons*, em Londres (CORREA, 1893, p. 85).

¹⁰⁷ No final de 1896, o papel-moeda em circulação já totalizava 712 mil contos, valor 39% superior ao observado em novembro de 1891. Nesse período, as emissões do Tesouro haviam aumentado de 167 mil para 372 mil contos devido aos inesperados gastos militares, mas, sobretudo, aos empréstimos e ajustes com que se comprometeu o governo na instituição do BRB (FRANCO; LAGO, 2011).

¹⁰⁸ Ao receber um telegrama do principal secretário de Floriano durante uma festa na residência de Gustavo Câmara, na qual se solicitava a sua assinatura para a reformulação da estrutura do TCU, Serzedello entendeu que se tratava do presságio de sua exoneração. Por iniciativa própria, antecipou-se ao marechal e redigiu o próprio pedido de exoneração do cargo, publicado em 27 de abril de 1893 (MACHADO, 1972, p. 114).

a sua esperança: “Não é, pois, o sentimento nativista que me anima, e sim um alto sentido de patriotismo, que eu mesmo admiro em estrangeiros.” (*apud* MACHADO, 1972, p. 130).

Dentre as mais relevantes características de seu pensamento econômico destacam-se a visão harmônica da estrutura produtiva brasileira, a defesa intransigente da nacionalização das riquezas naturais capitaneada pelo Estado e o apoio enfático à causa industrial via, mormente, proteção alfandegária.

3.4.1 Em defesa da harmonia produtiva

Uma das principais peculiaridades do pensamento nacionalista de Serzedello Correa era a sua leitura sistêmica do problema econômico brasileiro. O autor creditava ao desenvolvimento simétrico das forças produtivas e à complementaridade entre as atividades agrária e industrial a superação estrutural do atraso em que se encontrava a economia nacional.

A defesa da produção agrícola ocupa mais da metade de sua principal obra, na qual o autor elenca uma série de medidas de proteção e fortalecimento de diversos setores – com destaque para o café, tido por ele como “a principal fonte de produção do país, e sobre a qual repousa quase totalidade de riqueza do Brasil.” (CORREA, 1903, p. 94). Diante da queda do preço do principal *treadable* brasileiro observada na última década do século XIX, Correa arrolava as políticas que haveriam de ser adotadas pelo governo a fim de estancar a sua desvalorização – como a garantia de crédito aos produtores e a monopolização estatal do comércio internacional como forma de aumentar o poder de barganha na negociação com os compradores estrangeiros. Por fim, propunha, ainda, uma incisiva atuação diplomática com vistas à redução das tarifas dos países importadores e ao incentivo à popularização do produto.

Culturas regionais também recebiam a consideração do autor, que apresentava propostas minuciosas com o intuito de potencializar a produção de diversos setores, como o da cana-de-açúcar, cacau, algodão, beterraba, entre outros. Além disso, Correa dedicou à pecuária a mesma relevância estratégica para o desenvolvimento econômico de determinadas regiões do país, aventando sugestões de políticas setoriais a fim de agregar valor aos produtos derivados de distintos rebanhos.

De modo geral, Serzedello delegava o atraso da agropecuária brasileira à ausência de políticas públicas que fomentassem o desenvolvimento técnico do setor. Para embasar sua argumentação, o autor defrontava a realidade do Brasil com o progresso técnico observado na

produção argentina, concluindo que a expressiva diferença de produtividade entre os dois países devia-se, basicamente, ao investimento do governo daquele país em ciência aplicada à agronomia e zootecnia¹⁰⁹.

3.4.2 Nacionalismo e intervenção estatal

A necessidade de se libertar da dependência econômica em relação aos países centrais caracteriza a diretriz do pensamento de Serzedello Correa. Para romper com a dominação a que se submetia o Brasil, o autor considerava obrigatória a nacionalização das riquezas pátrias. Se livre politicamente¹¹⁰, o país ainda não havia logrado a sua autonomia material e produtiva devido à aceitação de ideologias estrangeiras que se lhe entravam pelos portos¹¹¹: “Na ordem dos interesses econômicos somos, ainda hoje, uma colônia.” (CORREA, 1903, p. 19). A trajetória do país pós-1822 era descrita pelo autor como a de “uma nação que fez a sua emancipação política e que, dia a dia, mais e mais, apertou os laços de colônia que a prendiam ao estrangeiro.” (CORREA, 1903, p. 23).

Diante “deste estado de coisas” é que se fazia não apenas conveniente, mas indispensável que o governo brasileiro adotasse uma “política econômica sábia, prudente, criteriosa, mas **profundamente nacional**.” (CORREA, 1903, p. 24, grifos meus). Nacional e obrigatoriamente capitaneada pelo Estado. Correa contestava a viabilidade de o desenvolvimento econômico dar-se através da livre atuação das forças de mercado, cabendo ao ente público, portanto, nortear este processo.

Ainda que por vezes reducionista, a divisão metodológica por ele oferecida evidencia de modo esquemático a sua concepção de política econômica. Serzedello classificava os modelos de Estado em três tipos: socialista, individualista e eclético. A recusa aos dois primeiros baseava-se em motivos de origem comum – a veemência com que ambas as doutrinas rechaçavam o pólo oposto do sistema: no socialismo, todas as responsabilidades

¹⁰⁹ Para este fim, o autor defendia a criação de uma instituição pública voltada à pesquisa agropecuária nos moldes do que veio a se tornar a Embrapa, criada pelo governo militar em 1973 (CORREA, 1903, p. 193).

¹¹⁰ Serzedello sustentava que o “Brasil, país novo” e que ainda não se livrara da condição de colônia, deveria, através de instrumentos públicos, concluir o seu processo de desenvolvimento levado pelas mãos do Estado. Para Correa, o Império havia realizado as “tarefas políticas”; caberia ao novo regime, portanto, o encargo de completá-las do ponto de vista econômico (CORRÊA, 2008).

¹¹¹ Convicto de que o liberalismo europeu não se adequaria às necessidades das economias periféricas, o autor procurava justificar o atraso destes países à aceitação da ideologia estrangeira: “A nossa nacionalidade constituiu-se em período em que errôneas e falsas doutrinas sobre a indústria comercial tinha foros de cidade.” (CORREA, 1903, p. 76).

recairiam sobre o Estado; já para os individualistas, as forças de mercado deveriam sobrepujar-se às estatais, reduzindo-as a uma posição quase figurativa¹¹².

A adoção do ecletismo justificar-se-ia pelo equilíbrio com que se situava entre as outras duas escolas. Assim como a planificação absoluta esbarrava em impedimentos práticos, a atuação do livre-mercado tampouco se mostrava adequada a economias subdesenvolvidas, restando ao “Estado disciplinador”, pois, contrapesar esta relação: “Nos povos novos, a iniciativa individual é muitas vezes fraca, e a ação do Estado precisa se fazer sentir para realizar melhoramentos necessários à vida humana.” Concluindo de modo relativamente simplista, considerava o comedimento do ecletismo um “meio termo [...] onde parece residir a verdade.” (CORREA, 1919, p. 19).

Caso atuasse “sem a estreiteza da escola individualista e sem os exageros das teorias socialistas”, o Estado representaria “um vigoroso elemento de progresso material.” (CORREA, 1903, p. 24). Além da necessária ação supletiva na área social – incumbência exclusiva do ente público –, o planejamento estatal, condição *sine qua non* para o desenvolvimento, era descrito pelo autor como uma “grande força econômica que deve governar a sociedade e presidir os seus destinos de acordo com a vontade nacional.” (CORREA, 1919, p. 47). A relevância da intermediação estatal permeava a arquitetura de seu pensamento econômico:

Sem um plano geral, sistemático e persistentemente executado por largos anos e que obedeça à preocupação de desenvolver as nossas fontes de produção, amparar e proteger nossas indústrias e nacionalizar uma grande parte dos lucros que o exercício da atividade comercial e industrial vai criando entre nós, impossível será dar solução ao problema econômico (CORREA, 1903, p. 22).

A proposta de nacionalizar as riquezas do país encontrava na remessa de lucros ao exterior o seu mais saliente adversário. Ao defender o seu projeto de lei que regulamentava o envio desses recursos, afirmava o autor que “85% dos lucros da atividade comercial não nos pertenciam”¹¹³, porcentagem ainda inferior aos recursos expatriados por diversos outros setores, como os de transporte marítimo, financeiro e, principalmente, das companhias de seguro (CORREA, 1903, p. 22).

¹¹² Muito embora rechaçasse a capacidade de o mercado alocar de modo eficiente os recursos disponíveis, Correa reconhecia os proveitos da livre iniciativa dos agentes racionais: “De todas as forças econômicas, o mais importante é o indivíduo.” (CORREA, 1919, p. 16). Além disso, mostrava-se um defensor enfático da propriedade privada, afirmando que se tratava de “um bem natural e de grandes vantagens para a humanidade. A ciência prova que ela está de acordo com a natureza humana. [...] A propriedade individual é a base da civilização humana.” (CORREA, 1919, p. 23).

¹¹³ Anos mais tarde, em 1919, afirmou que a parcela dos lucros “da atividade comercial que não nos pertencem” já ultrapassava a marca de 90% (CORREA, 1919, p. 28).

A repulsa às condições favoráveis oferecidas às empresas estrangeiras de seguro compunha o cerne de sua luta pela nacionalização de lucros. Definidas por ele como “verdadeiras bombas de sucção de toda a economia pátria” (CORREA, 1903, p. 86), a proposta de Correa sugeria que estas companhias se submetessem ao mesmo tratamento tributário imposto às nacionais, de modo que aquelas não mais gozassem de “vantagens atentatórias ao nosso amor próprio, ao nosso patriotismo, aos nossos brios. Excelência, nós não somos a Beócia!”, exclamava em mensagem enviada diretamente ao ministro da Fazenda da época (CORREA, 1903, p. 84).

Outro setor que também deveria passar obrigatoriamente pela regulação estatal era o dos recursos naturais, cuja abundância no subsolo brasileiro não isentava o país de ser um grande importador de minérios. A participação do Estado na exploração mineral far-se-ia ainda mais conveniente tendo-se em vista a necessidade latente de acumulação de lastro – mais especificamente, de metais preciosos – por parte das autoridades monetárias. A parcimônia da sua proposta de nacionalização dos lucros aqui auferidos poderia ser sucintamente resumida nos dizeres do próprio autor: o que se propunha era, simplesmente, a “incorporação lenta, segura e contínua de todos esses elementos que nos vem do exterior, por um conjunto de medidas que criem óbices à remessa para fora de todas as nossas economias, que tenham o poder de ir aclimando aqui parte dos lucros.” (CORREA, 1903, p. 72).

Não obstante clamasse explicitamente contra a dominação econômica imposta pelos países industrializados, Correa não adotava um discurso exatamente xenófobo¹¹⁴. Ciente da relevância do capital financeiro internacional para o desenvolvimento da produção brasileira, aquiescia ao emprego adequado destes recursos no país: “Bem sei que um país novo precisa do elemento estrangeiro, especialmente o português, o qual nos traz trabalho e capitais.” (CORREA, 1903, p. 72).

Em que pese a aparente contradição que o autor mantinha em relação ao capital forâneo, é neste sentido que se faz original a sua luta pela industrialização do Brasil, por ele empunhada nas diversas arenas que ocupou ao longo de sua trajetória política e intelectual.

¹¹⁴ Remetendo-se à exaustivamente citada “segunda independência” de que carecia o país, Correa não propunha um conflito aberto com os países centrais, mas apenas o entendimento de que se tratava a competição internacional de um fato inevitável: “Os nossos antepassados fizeram a nossa independência política e nos legaram o problema da nossa independência econômica, que temos comprometido e não sabemos resolver. Não é combatendo o estrangeiro, não é mantendo o fermento de ódios que nos dividem que o conseguiremos. É entrando em concorrência com ele, mas pelo trabalho inteligente.” (*apud* BACKES, 2011, p. 103).

3.4.3 Industrialização e subdesenvolvimento

Dentre as diferentes causas que apontavam para um objetivo correlato ao que movia os atores nacionalistas, tratou-se a industrialização de uma das principais bandeiras defendidas pelo general ao longo de sua vida pública. Escopo, este, que haveria de ser alcançado, mais uma vez, através da intervenção do Estado.

Serzedello Correa atuou, desde meados da última década imperial¹¹⁵, como um elo entre os industriais e a oficialidade militar, cuja campanha pela industrialização remontava aos anos 1860, quando a defesa extemporânea de uma política de proteção tarifária já se fazia presente nas páginas de periódicos como *O Militar* (SAES, 2011, p. 50).

A rejeição à propalada vocação agrária do país resume de modo sucinto o eixo de seu pensamento. Ao contrapor-se ao pretenso antagonismo entre as causas da indústria e da agricultura, Correa condenava a concepção – a qual “ninguém se arriscava a contestar e de valor, por assim dizer, axiomático” – de que o Brasil era um país essencialmente agrícola (CORREA, 1903, p. 144). Indo além, o autor tampouco consentia com a dicotomia excludente entre as indústrias ditas naturais e artificiais: “Devo afastar a ideia corrente em muitos espíritos de que só devemos amparar o que chamam eles indústrias naturais – isto é, indústrias que têm em nosso país a matéria-prima. [...] Indústria natural é um contrassenso.” (CORREA, 1903, p. 130). Tratava-se, esta, da posição adotada pelos próprios empresários, os quais propalavam não apenas a possível afinidade entre ambos os ramos produtivos, como também isentavam a nascente (e pouco eficiente) indústria brasileira pela carestia de vida que assolava a população (LEME, 1978, p. 161).

A despeito do zelo que dedicava à produção agrícola, Serzedello não a julgava capaz de, num primeiro momento, solucionar os déficits do balanço de pagamentos e, no longo prazo, remodelar a estrutura da economia brasileira. Propunha, deste modo, esforços que visassem à diversificação da produção nacional, com destaque para o desenvolvimento do setor manufatureiro: “Não se iludam os homens que têm nas mãos os destinos do país, a solução do café e da lavoura é parcial e não terá o alcance desejado se não adotarmos uma política econômica que defenda, incrementa e avigore nossas indústrias.” (CORREA, 1903, p. 21).

¹¹⁵ Correa assumiu a luta pela industrialização do país de forma explícita e direta durante o governo conservador de Campos Sales. Até este momento, a sua atuação, menos focada, abarcava temas amplos e genéricos, ainda que condizentes com a sua postura desde sempre nacionalista (LUIS NETO, 1980, p. 12).

Ainda assim, Correa mostrava-se levemente inclinado à defesa das indústrias que processassem matérias-primas (como a fiação) em detrimento das que trabalhassem com produtos já acabados (a tecelagem, por exemplo). O autor também conferia ênfase às indústrias de base – “cuja utilidade na vida industrial dos povos não se pode medir” (CORREA, 1903, p. 209) – em virtude das facilidades de se explorar os recursos minerais que abundavam o território brasileiro.

Sua defesa intransigente da ação estatal na luta pela industrialização não pressupunha, porém, medidas de maior ousadia no campo fiscal. Conforme ressalta Fonseca (2008a, p. 12), Correa defendia a austeridade em termos de política econômica, rechaçando o déficit público como meio de fomento à atividade empresarial. Esta prerrogativa seria encontrada no discurso de outros atores, conforme será apresentado ao longo desta pesquisa.

Dentre os diversos motivos pelos quais uma nação deveria empenhar esforços em industrializar a sua economia, Correa resumia o seu quase proselitismo de forma lacônica: apenas a indústria, enfim, seria capaz de lograr a “independência nacional de um país novo”. Tomando-se como exemplo as nações que já haviam realizado a sua revolução burguesa-industrial, o autor delegava a prosperidade destes países à “superioridade do estado econômico complexo e a solidariedade das indústrias de produção.”

A via para se alcançar este patamar mais elevado de desenvolvimento passaria obrigatoriamente pelos instrumentos de política pública, como a concessão de prêmios, a preferência nacional nas licitações públicas e, principalmente, o protecionismo alfandegário.

3.4.4 A proteção tarifária: abrangência e utilidade

O meio pelo qual o nacionalismo de Serzedello Correa manifestou-se de modo mais eloquente foi através do protecionismo alfandegário. Para o autor, entre todos os instrumentos disponíveis para se fomentar o desenvolvimento econômico, tratava-se da tarifa o mais importante deles. Neste sentido, delegava à sua instrumentalização equivocada o atraso do país: “Que nossos desastres residem quase sempre no modo por que é confeccionada a nossa tarifa.” (*apud* MACHADO, 1972, p. 140).

No posto de presidente da comissão central de tarifas da Câmara dos Deputados, Correa havia sido um dos principais responsáveis pela aprovação da reforma de 1896, tida como a mais protecionista desde a de 1879, proposta por Antonio Costa Pinto. Ao sugerir

correlação obrigatória entre defesa tarifária e nacionalismo, o general considerava imperiosa a adoção de uma política protecionista por um governo que se concebesse efetivamente nacionalista: “Julgo imprescindível ao futuro engrandecimento de minha pátria a convicção da necessidade de uma política comercial eminentemente nacional, que comece reservando à nossa produção os nossos mercados internos.” (CORREA, 1903, p. 134). Ciente da centralidade da demanda interna como indutora do desenvolvimento da produção nacional, Serzedello fez da abolição dos impostos interestaduais outra de suas principais propostas de política econômica: “Essa medida é urgente e necessária, já em benefício da ordem política, já em proveito da ordem econômica.”

A originalidade da política aduaneira por ele concebida assentava-se na proteção uniforme da produção nacional, não a restringindo apenas à controversa causa industrial. Para o autor, o governo haveria de acolher as demandas dos produtores brasileiros em sua totalidade: “Venho pregando a campanha de uma política econômica eminentemente nacional, de amparo, de proteção razoável às nossas indústrias, à nossa produção agrícola.” (CORREA, 1903, p. 109).

Desse modo, Serzedello conferia ao liberalismo características quase metafísicas, próprias àqueles que se atinham às ideias importadas da Europa: “Aconselham-nos o liberalismo somente os que amam mais utopias do que a pátria.” (CORREA, 1903, p. 138). Neste sentido, às práticas de livre-comércio adotadas pelo governo imperial em nome da estabilização dos preços o autor delegava a situação rudimentar das forças produtivas nacionais: “A política do *laissez faire, laissez passer* [...] retardou o nosso progresso, que nos acorrentou no comércio ao regime dos monopólios e, na indústria, a só produzir o que havia de mais grosseiro e imperfeito.” (CORREA, 1903, p. 131).

A crítica à liberdade de comércio era personificada pela figura dos comerciantes importadores, muitos dos quais imigrantes europeus¹¹⁶. Partindo da premissa de que eram “profundamente antagônicos os interesses de um comércio todo estrangeiro, que só quer viver da importação, e os interesses de uma indústria nacional” (CORREA, 1903, p. 77), o autor

¹¹⁶ O polêmico debate tarifário – do qual também se inteirava a população em geral, prejudicada pelo aumento dos preços decorrente da proteção alfandegária – era deste modo interpretado pelo autor: “Os que são contra o protecionismo dizem agir em nome dos consumidores: Fútil e mesquinho argumento! Não é, com efeito, o consumidor que faz o enriquecimento das nações, o seu poder, o bem-estar de todos seus habitantes; é, sim, o produtor, o que desenvolve os meios de trabalho, o que os cria e difunde.” (CORREA, 1903, p. 132).

condenava com veemência a facilidade com que os produtos importados dominavam o mercado interno¹¹⁷:

Não é pelo aumento de importação, não é conservando-nos tributários em tudo do estrangeiro, que desenvolveremos a nossa riqueza, que haveremos de avigorar o nosso progresso, que aumentaremos a nossa produção, e é certo que sem uma sólida e crescente atividade nacional na ordem econômica seremos sempre um país empobrecido, sem nervos e sem sangue (CORREA, 1903, p. 258).

A já citada política tarifária empregada ao longo do século XIX era descrita por Correa como uma falsa tentativa de fomento à atividade industrial brasileira dado o objetivo unicamente fiscal a ela subjacente¹¹⁸: “Deixemos hipocritamente aparentar que defendemos o interesse nacional quando de fato o que fazemos é defender os interesses do comércio estrangeiro, não no que ele merecidamente deve ser atendido, mas naquilo que importa no sacrifício do nosso futuro e dos altos destinos da nossa pátria.” (CORREA, 1903, p. 132).

E foi justamente essa política equivocada que teria impelido o país, no alvorecer do regime republicano, à necessidade de importar “até bolachinhas e mostarda inglesa”. Daí a sua convicção de ter sido “a política de abandono de nossas indústrias, de proteção a tudo o que era estrangeiro e importado, que retardou o nosso progresso material, que impediu o nosso desenvolvimento industrial e na própria indústria agrícola nos deixou viver no regime da rotina e do atraso.” (CORREA, 1903, p. 131).

O protecionismo alfandegário não se apresentava, nesse contexto, como uma política totalmente original e inovadora. Correa recorria exaustivamente ao exemplo dos países europeus – em especial, o da Inglaterra –, os quais se utilizaram fartamente de políticas de proteção antes de pregar o liberalismo às nações com as quais mantinham relações comerciais¹¹⁹. Foi apenas após ter se tornado a principal economia industrial do planeta e a

¹¹⁷ Não raras foram as oportunidades em que o autor beirava a panfletagem com colocações de contornos chauvinistas, tais como: “Nós estamos em um país em que as preferências por tudo o que é estrangeiro é uma verdadeira moléstia.” (*apud* MACHADO, 1972, p. 137).

¹¹⁸ Serzedello manteve uma posição ambígua em relação à gestão econômica de Rui Barbosa. Em obras diferentes, publicadas no mesmo ano, porém, o autor refere-se à política econômica do governo revolucionário nos seguintes termos: “Vê o público que os monumentais planos do eminente Sr. Rui Barbosa nunca foram executados, senão criminosamente!!” (CORREA, 1919, p. 71). Em seguida, enaltece a reforma tarifária – anteriormente por ele descrita como “puramente fiscal” – empreendida por Barbosa: “Esta política [protecionista] iniciada no governo provisório pelo gênio do eminente senador Rui Barbosa.” (CORREA, 1959, p. 39).

¹¹⁹ Referindo-se ao “pragmatismo ideológico” britânico, Correa ratificava a concretude de uma política deliberadamente nacional orquestrada pelo Estado à qual também se refere Sodré (1959, p. 36): “O nacionalismo aparece, pois, num cenário histórico em que é a saída para uma situação real difícil, cujos sintomas ocorreram na existência cotidiana. Corresponde a um quadro real, a necessidades concretas – não foi inventado, não surge da imaginação de uns poucos, não vive da teoria, mas da prática.”

“senhora dos mares” que a Grã-Bretanha passou a incitar as vantagens ricardianas como política mais adequada para o desenvolvimento dos países subalternos (CORREA, 1919, p. 38).

Sem uma política efetivamente protecionista, e “sob o regime de leis absurdas”, seria inviável para o Brasil tornar-se uma nação verdadeiramente autônoma, de modo que o país haveria de continuar a ser, destarte, o que sempre havia sido: “Um povo colonizado, uma infeliz colônia das nações estrangeiras.” (CORREA, 1903, p. 170).

Em momentos de exacerbação retórica, Correa não se furtava de atacar impetuosamente os políticos que se mostravam favoráveis à retirada dos direitos de importações sobre determinados produtos, principalmente os que contassem com similares nacionais: “Seria um erro gravíssimo, seria a morte dessa indústria [papeleira], o aniquilamento do trabalho nacional que ao se exerce uma prova de nossa imbecilidade” (CORREA, 1903, p. 226); “Só a completa ignorância ou coisa pior que isso, só a falta de patriotismo e a nenhuma preocupação de interesse público e nacional nos podem explicar esses atos de verdadeira imbecilidade” (CORREA, 1903, p. 274); “Diminuir a tarifa sobre as indústrias de massa alimentícia não seria a meu ver, um erro, seria mesmo um crime.” (CORREA, 1903, p. 229).

Embora claramente favorável à adoção de uma política tarifária protecionista, Serzedello receitava moderação ao gestor público que dela se utilizasse. Assim como condenava o liberalismo comercial, reprovava com igual veemência o que ele denominou de “proibitismo de autossuficiência” (*apud* LUZ, 1975, p. 80). De acordo com o autor, havia uma série de estabelecimentos que se fizeram viáveis dispensando a proteção aduaneira. Favorecer essas empresas seria prejudicar o consumidor brasileiro, o qual se via desnecessariamente “coagido a aceitar o mau produto, ou a pagar muito mais caro o bom, porque este é onerado em benefício daquele.” (CORREA, 1893, p. 126).

Desse modo, Correa reconhecia os favores provenientes das boas práticas de comércio internacional, tido por ele como “uma instituição de grande valor para os povos, pois movimentava as riquezas e põe ao alcance do consumidor tudo o que ele precisa”, configurando, assim, “uma grande fonte de atividade e progresso humanos” (CORREA, 1919, p. 36). Não ignorava, por fim, as necessidades fiscais do Tesouro público, satisfeitas, àquela época, em quase três quartos de sua totalidade pela renda gerada nas alfândegas, de modo que uma política que aviltasse as importações não seria outra medida que um “desserviço à nação” (CORREA, 1893, p. 126).

A política aduaneira, portanto, responderia pelo principal instrumento de que um governo cômico de suas responsabilidades pátrias deveria utilizar-se para não apenas ensinar o desenvolvimento de seu parque industrial, como também coordenar o processo de independência econômica indispensável aos países subdesenvolvidos os quais desejassem livrar-se do jugo estrangeiro.

3.5 Considerações finais

A despeito dos diferentes momentos por que passou e das distintas nuances que sempre a caracterizaram, a causa nacionalista não se notabilizou apenas por suas reivindicações próprias, mas também pelo embasamento que ofereceu a diversas outras manifestações políticas e intelectuais. Não se deve a outro motivo a sua consagração no prenome na ideologia que, aliada a outras ideias, viria posteriormente a formar: o “nacional”-desenvolvimentismo.

Das revoltas nativistas que se opunham ao pacto colonial à luta pós-Independência pela emancipação econômica do país, a formação do sentimento de nação que permeou os movimentos patrióticos veio a desembocar no “nacionalismo republicano”, do qual Serzedello Correa fez-se um de seus principais propagandistas.

Personagem de participação direta no golpe que encerrou o regime monárquico em 1889, Correa atuou como um verdadeiro primeiro-ministro do governo de Floriano Peixoto. Responsável pela concepção das políticas intervencionistas pró-industrialização deste período, consagrou-se pela defesa enfática da nacionalização da oferta de bens e serviços comercializados no Brasil. Militar de manifesta tradição positivista, enxergava na atuação do Estado o meio mais adequado de se coordenar os instrumentos necessários para o desenvolvimento do país.

Ao contribuir para a sistematização de uma corrente de pensamento que havia muito se expressava através de movimentos revoltosos, Serzedello antecipava o propósito de medidas nacionalistas que visassem ao amparo dos interesses pátrios, tal qual a política desenvolvimentista adotada décadas mais tarde. A concepção harmônica entre os diferentes segmentos produtivos, aliada à intransigência acerca da nacionalização das riquezas brasileiras discerniam o projeto de Correa em relação ao dos demais autores nacionalistas.

Consustanciava a sua posição uma enfática defesa de políticas tarifárias protecionistas para toda a produção nacional, com destaque para o setor manufatureiro – tido por ele como único capaz de superar a condição de atraso da economia brasileira –, visão compartilhada com os atores essencialmente industrialistas, conforme será exposto no capítulo subsequente.

4 AMARO CAVALCANTI E A LUTA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

O segundo conjunto de atores cujas ideias serviram de base para a formação do desenvolvimentismo foi o dos defensores da industrialização. Durante muito tempo inibida pela desde sempre alegada vocação agrária do país, a causa industrial percorreu longo caminho até firmar-se como política pública adotada por sucessivos governantes a partir de 1930.

Caracterizada por distintas nuances, a atuação deste grupo heterogêneo foi marcada por dissidências das mais variadas ordens. O eufemismo subjacente ao conceito de “indústria artificial” permeou o debate acerca da conveniência de se industrializar o país, atuando, assim, como um dos principais entraves ao avanço das ideias pró-industrialização durante o século XIX.

Não obstante, diversas foram as vozes que se levantaram a favor de um processo deliberado de industrialização encampado pelo governo; dos que advogavam em causa própria aos que o faziam por convicção doutrinária. Dentre estes, Amaro Cavalcanti consagrou-se como um dos mais aguerridos defensores do nascente órgão fabril brasileiro. Homem público sem ligação direta com a classe empresarial, Cavalcanti não apenas dedicou à causa industrial parte relevante de sua produção intelectual, como também dela fez a principal bandeira de sua atuação política desde meados dos anos 1880.

Após uma sucinta descrição das principais interpretações das origens da manufatura no Brasil, reconstituir-se-á brevemente evolução do pensamento industrial brasileiro através das primeiras entidades de representação classista surgidas durante o regime imperial. Em seguida, apresentar-se-á a trajetória de Amaro Cavalcanti, sucedida, por fim, pela análise de sua contribuição para o estabelecimento da causa industrial no alvorecer da República.

4.1 O longo amanhecer: o surgimento da indústria no Brasil oitocentista

Conquanto o objetivo deste trabalho seja o de sistematizar as ideias de um dos principais industrialistas brasileiros, não se pode desvincular a evolução destas do curso histórico em que estavam inseridas. Não se pretende corroborar a premissa de que o pensamento se move por si e através de si. Antes, admite-se que os fatos históricos balizaram efetivamente a consolidação da ideologia desses personagens, de modo que se buscará ratificar o adágio segundo o qual “fora do ambiente histórico e das necessidades a que

tentaram responder, os argumentos de uma escola não passam de puro exercício de raciocínio lógico.” (PRIORI, 2009, p. 16).

Eventos de cunho econômico e político enquadraram as diretrizes do pensamento da elite burocrática do Império. Quanto aos primeiros, o surgimento paulatino de plantas industriais, ainda que espasmódico e hesitante, reforçou a convicção daqueles que procuravam corroborar a viabilidade do estabelecimento manufatureiro no país. Mais do que o sucesso, portanto, foram os limites do modelo agro-exportador que suscitaram a formulação de estratégias alternativas. Do ponto de vista político, a aura de renovação decorrente da transição republicana também ensejou o aparecimento de propostas que contestavam o *status quo*. Ao interrelacionar fatos a ideias, a observação de Bielschowsky e Mussi (2005, p. 2) sanciona este entendimento: “O pensamento econômico brasileiro [...] foi fortemente condicionado pela história real, econômica e política, pois, como é óbvio, ele tem sido forjado ao sabor de um debate historicamente determinado quase que em seus mínimos detalhes.”

Assim sendo, faz-se oportuno resgatar, em linhas gerais, as origens e o desenvolvimento do órgão industrial no Brasil, de modo a embasar e qualificar as apreciações posteriormente tecidas acerca do pensamento industrial de Amaro Cavalcanti.

4.1.1 As origens da indústria brasileira

O aparecimento das primeiras manufaturas no Brasil, muitas das quais ainda se utilizavam de técnicas e métodos semi-artesanaís, remonta ao início do século XIX¹²⁰. Foi a partir dos anos 1880, porém, que o movimento auferiu envergadura coletiva e passou a ser identificado como um processo de valor histórico propriamente dito.

O cerne das teses clássicas que procuram elucidar as origens da indústria no Brasil circunscrevia o papel das crises externas como indutores da produção industrial. Os formuladores da interpretação posteriormente consagrada como “teoria choques adversos”, Simonsen (1973), Furtado (1982) e Tavares (1972), destacam a oportunidade gerada pelas perturbações nos países centrais as quais dificultavam a capacidade de importar, gerando, assim, um efeito protecionista ao produtor brasileiro. Os principais eventos históricos subjacentes a esta análise foram a Primeira Guerra Mundial e, mais especificamente, a crise

¹²⁰ A maioria das 4.250 oficinas contabilizadas em 1858 dedicava-se a setores de tecnologia e valor agregado limitados e diretamente relacionados às atividades primárias, tais como a benfeitoria de produtos de couro e madeira, vestuário e alimentos (LEOPOLDI, 2000, p. 36).

econômica da década de 1930, momento a partir do qual o setor manufatureiro passou a encabeçar o crescimento da economia brasileira.

Já os que se opõem à relevância dos choques exógenos como desencadeadores do crescimento industrial buscam explicar a origem e o desenvolvimento do setor secundário através da trajetória das exportações. Autores como Peláez (1972), Dean (1976), Nicol (1974) e Leff (1982) atentam para a existência de um já relevante parque fabril anterior à década de 1930, além de destacarem os efeitos negativos das crises externas sobre a produção nacional. Para os que sustentam este entendimento, haveria uma correlação positiva entre as exportações de produtos primários e as inversões no setor industrial.

Uma terceira interpretação consagrada na historiografia econômica foi a tese do “capitalismo tardio”, cujos principais adeptos foram Silva (1976), Mello (1982) e Cano (1978). Para estes autores, deve-se analisar o fenômeno da industrialização à luz da relação dialética (unidade e contradição) entre o complexo do café e a indústria infante: o capital industrial, extensão do capital cafeeiro, era a este subordinado, pois ao mesmo tempo em que o estimulou – através de sua própria acumulação, da monetização da economia, da urbanização e do aumento da demanda por bens manufaturados –, impôs limites ao seu desenvolvimento, uma vez que a prioridade da política econômica permaneceu voltada aos interesses do setor agro-exportador, cuja hegemonia não haveria de ser contestada.

Esses intérpretes também ressaltam a questão da origem étnica da nascente burguesia industrial, cujos principais nomes teriam emanado do grupo de imigrantes europeus que atuavam no comércio importador. Em épocas de objeção às importações – em função, por exemplo, da desvalorização cambial –, os negociantes procuravam diversificar os lucros através de investimentos na produção indígena, a qual teria surgido na figura de companhias de médio e grande porte (SILVA, 1976, p. 89).

O último ensaio que procurou explicar as origens da industrialização brasileira tratou de focalizar a atuação deliberada do governo através de sua política tarifária e, de modo coadjuvante, da concessão de empréstimos e subsídios. Esta tese foi defendida, principalmente, por Versiani e Versiani (1978), cuja metodologia utilizada buscou distinguir as fases em que houve aumento da produção industrial de fato (focada pela tese tradicional) daquelas em que se verificou uma elevação da capacidade produtiva (ênfatisada pela revisionista). Analisando dados do setor têxtil, os autores atestam que o emprego de tarifas protecionistas, como as aprovadas nas reformas de 1879 e 1896, concorreu de modo inequívoco para o desenvolvimento da indústria brasileira.

Reforça esta apreciação a visão de que a política econômica adotada durante o período agrário-exportador não se caracterizou pelo objetivo deliberado de embarçar o desenvolvimento do ramo industrial; não se tratava, portanto, de opções excludentes entre si. O foco dos *policymakers* recaía, apenas e tão somente, sobre os interesses do setor primário, atuando de maneira que não lhes faltassem capital e, principalmente, mão de obra. Por fim, ratifica este entendimento o fato de que, a partir dos anos 1920, o governo estimulou deliberadamente o desenvolvimento de setores fabris específicos após a primeira conflagração mundial, em virtude, basicamente, da impossibilidade de se importar determinados bens dos países que havia pouco subscreveram o armistício (SUZIGAN, 2000).

Foi durante esse estágio primitivo do desenvolvimento industrial brasileiro que algumas lideranças políticas e empresariais passaram a propor, de forma ainda pouco concatenada, uma política deliberada de industrialização da economia brasileira.

4.2 O pensamento industrial brasileiro no século XIX

Faz-se notório que, baseado no então recente, porém já acelerado processo de industrialização por que passavam alguns dos países europeus, a gênese do pensamento industrial brasileiro tenha antecedido a própria origem do empreendimento manufatureiro no país.

Apreciações pontuais a respeito do tema já se faziam observar ainda na primeira metade do século XIX. João Severiano Maciel da Costa (o Marquês de Queluz), magistrado mineiro formado em Coimbra, foi um dos primeiros políticos a se manifestarem acerca da necessidade de se proteger a produção nacional. Crítico da condição agro-exportadora a que sempre havia se submetido o Brasil¹²¹, Queluz propunha, em 1821, a promoção de uma estratégia abertamente protecionista:

Se é demonstrado que da indústria protegida e universalizada no território pátrio dependem a riqueza, a população e a força dos Estados modernos, como pode caber em razão que sejamos consumidores de indústria alheia e não produtores? Se para obter este fim importantíssimo é preciso por limites à concorrência da indústria estrangeira com a nacional, por que não o fazemos? (COSTA, 1988, p. 26).

¹²¹ A especialização produtiva beneficiaria, na opinião do autor, apenas os países cujo órgão industrial já se encontrava formado. Para os demais, não haveria a perspectiva de se desenvolver economicamente explorando apenas as atividades primárias: “Uma grande nação puramente agrícola e, por consequência escrava de outras mais avançadas no que toca à indústria é um ente imaginário, porque não pode haver sólida grandeza sem indústria e comércio.” (COSTA, 1988, p. 24).

Indo além, Costa delegava ao Estado a operacionalização dessa tarefa. Caberia ao ente público a incumbência de salvaguardar a nascente indústria nacional da concorrência estrangeira. Era, pois, a este fim que se prestavam as alfândegas, “impondo direitos bem calculados que, sem destruir a emulação entre produtores nacionais e estrangeiros, deem mais facilidades aos primeiros, ou proibindo inteiramente os produtos estranhos, como já pratica judiciosamente a Inglaterra.” (COSTA, 1988, p. 30).

Do ponto de vista macroeconômico, a argumentação das lideranças que propugnavam a industrialização do país circunscrevia a questão do desequilíbrio do balanço de pagamentos. A solução para o recorrente déficit externo repousava, na opinião desses atores, sobre a coordenação de instrumentos – em especial, as políticas tarifária e monetária – os quais favorecessem o desenvolvimento do setor produtivo e, por consequência, dispensassem as importações.

Ocupando o lado oposto do espectro ideológico, diversos foram os representantes que se levantaram contra a adoção de expedientes que se contrapusessem aos ditames da economia clássica¹²². A crítica deste grupo, por sua vez, apontava para o ônus em que a gestão heterodoxa daquelas variáveis resultaria: a carestia e a baixa do câmbio. Dentre esses, destacam-se figuras como a do desembargador João Rodrigues de Brito, em cuja resposta a uma consulta realizada pela Corte portuguesa acerca da situação social na Bahia, em 1807, teceu uma verdadeira ode ao liberalismo (não apenas econômico, mas também político) e à especialização produtiva.

O livre-cambismo não balizou apenas a gestão econômica do novo país ao qual se concedera autonomia política em 1822. De modo ainda mais emblemático, as ideias liberais influenciaram sobremaneira a formação intelectual do *establishment* imperial, meio em que se encontrava o mais influente economista político brasileiro do século XIX, o Visconde de Cairu – cujo prestígio erigiu-se sobre a crítica contundente ao protecionismo, muito embora condenasse apenas a proteção alfandegária, e não a industrialização em si¹²³.

¹²² Ciente da hegemonia do liberalismo econômico entre a elite imperial brasileira, Maciel da Costa utilizou-se de uma digressão para, resignado, dirigir-se ao leitor nos seguintes termos: “Merecemos desculpa ao leitor, sabendo que esta opinião contra a criação de manufaturas atualmente no Brasil é muito acreditada e por isso pareceu-nos bom insistir sobre a matéria.” (COSTA, 1988, p. 56).

¹²³ A esse respeito, atesta Hugon (1955, p. 304, grifos meus): “Sua [José da Silva Lisboa] doutrina será liberal não resta dúvida, mas nacionalista e não cosmopolita. Com uma antecipação de quarenta anos, apresentara Cairu, em seus *Princípios de Economia Política*, o essencial das idéias que List vai reunir em seu célebre *Sistema Nacional de Economia Política*. Graças a Cairu deve-se, pois, o fato de, concomitantemente com a entrada, no Brasil, da ciência econômica clássica, constituir-se aqui uma doutrina liberal que, ao invés de cosmopolita como a de Smith, é **nacionalista, comercialista e industrialista.**”

A penetração da teoria econômica ortodoxa entre setores da elite brasileira atuou para difundir as teses contrárias aos interesses da manufatura nacional. No dizer de um dos mais eminentes políticos do I Reinado e um dos artífices da Independência, Bernardo Pereira Vasconcelos¹²⁴, o livre-comércio traria benefícios para todos os países que dele se aproveitassem, de modo que “deveríamos comprar produtos estrangeiros, e quanto mais comprarmos, mais promoveremos a nossa indústria.” (*apud* BASTOS, 1952, p. 40).

Diante do predomínio da ideologia convencional, homens de negócio até então descoordenados¹²⁵ – como os do setor chapeleiro, vanguardistas entre os fabricantes fluminenses a se organizarem socialmente – passaram a reunir esforços que desembocaram na formação das primeiras associações de produtores. Foi a partir do surgimento dessas entidades – as quais tiveram por mérito inegável a tarefa de retirar a matéria dos gabinetes e transladá-la para as arenas da imprensa e do parlamento – que o movimento pró-industrialização ganhou voz no debate que viria a determinar o futuro da indústria brasileira.

4.2.1 O surgimento das associações industriais

A chegada da Família Real não decretou apenas o fim do exclusivismo metropolitano; conforme a expressão cunhada por Oliveira Lima, o ano de 1808 estabeleceu, à reboque, a “emancipação intelectual” da nação. Muitas foram as instituições, no sentido mais amplo do termo, surgidas a partir do rompimento do pacto imposto pela Coroa portuguesa: a abertura dos portos, a criação das primeiras faculdades de Medicina, a inauguração das aulas de Comércio, a vinda da missão artística francesa, o advento de instituições secretas, a inauguração da Biblioteca Nacional, a criação de diversos jornais, entre outros eventos, marcaram a primeira “revolução cultural” no país prestes a se tornar independente de fato (*apud* CARONE, 1978, p. 15).

¹²⁴ O jurista mineiro ratificava a plausibilidade política da teoria das vantagens comparativas, de David Ricardo, ao afirmar explicitamente que “devemos aplicar-nos às produções em que eles [países estrangeiros] nos são inferiores.” (*apud* BASTOS, 1952, p. 40).

¹²⁵ Na visão de um observador contemporâneo, além da infra-estrutura precária e da ausência de uma política creditícia favorável, a desagregação da classe empresarial respondia pelo principal motivo do limitado desenvolvimento industrial brasileiro: “Ninguém há talvez que possa duvidar serem os maiores empecilhos para o desenvolvimento [industrial] o tráfego, a usura e a falta de espírito de associação.” (*apud* BASTOS, 1952, p. 72). De acordo com Leme (1978), o operariado apresentava, nos início dos anos 1920, um grau de agregação social expressivamente mais elevado do que os industriais. Neste mesmo sentido, Vieira Souto afirmava que “a vitória da produção estrangeira se deve muito mais à tibieza dos empresários brasileiros do que à força dos nossos adversários.” (*apud* CARONE, 1978, p. 73).

Foi neste contexto que a luta pela industrialização brasileira ganhou novo formato com o surgimento, ao longo do século XIX, das primeiras associações voltadas aos interesses da classe. Mais do que a simples defesa da causa industrial, o aparecimento dessas instituições conferiu um novo significado à relação entre o Estado e os empresários daquela época, os quais Carone (1978) caracterizou como sendo a “primeira geração de industrialistas.”¹²⁶

A peculiaridade deste fenômeno reside no fato de a primeira delas ter sido fundada em uma época que raros eram os estabelecimentos fabris existentes no território brasileiro. Nas palavras do mesmo autor (1977, p. 6), “o singular é ter nascido no Brasil uma associação profissional favorável à industrialização antes de existir uma indústria propriamente dita.” Essa inversão dos fatos talvez explique, em parte, a reconhecida dificuldade de se transformar ideias em política pública durante todo o período monárquico.

Constituídas em sua maioria por pequenos produtores e comerciantes, a atuação destas entidades não se restringia à divulgação de informativos técnicos ou à publicação de artigos em seus respectivos periódicos. No decorrer do século XIX, passaram, também, a organizar exposições nacionais e internacionais as quais contribuíram de modo relevante para a difusão dos interesses do setor manufatureiro¹²⁷.

4.2.1.1 A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904)

A primeira associação a ser criada, ainda no Primeiro Reinado, foi a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Por iniciativa do proprietário de uma destilaria carioca, Inácio Álvares Pinto de Almeida, enviou-se ao representante da Corte a proposta para sua fundação em 1816. Considerada precoce pela burocracia lusitana, dada a evidente escassez de unidades fabris estabelecidas em território brasileiro¹²⁸, Almeida teve negada a autorização para o seu intento. Foi somente em 1825 que o imperador aprovou a instalação da

¹²⁶ Ocupado por temas do cotidiano produtivo, este grupo de atores, mais pragmáticos em relação àqueles que os sucederam, provinha, em sua maioria, da geração 1870. Já a segunda geração, cuja atuação fez-se presente a partir de meados do século XX, foi encabeçada por Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi, Rômulo de Almeida, entre outros autores, os quais ofereceram à causa industrial uma contribuição mais técnica e teórica do que a geração pioneira.

¹²⁷ O reconhecimento da causa industrial foi sendo paulatinamente construído ao longo do século XIX. Todavia, a visibilidade social de suas reivindicações extrapolou o meio empresarial somente após a participação ativa da SAIN nas edições da Exposição Nacional de 1861 e 1866.

¹²⁸ A ausência de manufaturas no Brasil devia-se, em grande medida, aos efeitos do alvará de proibição ao estabelecimento de plantas industriais em todo território colonial português nas Américas, expedido em 1785, sob a inspiração do primeiro-ministro Martinho de Mello e Castro.

SAIN, cuja inauguração formal deu-se no dia 19 de outubro de 1827, tendo sido a primeira diretoria empossada no ano subsequente¹²⁹.

A entidade pioneira¹³⁰ – uma associação de caráter privado cujo objetivo basilar era fomentar as práticas, procedimentos, descobertas científicas em prol do avanço da produção nacional – exibia em seu estatuto inaugural o desígnio de “promover por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e prosperidade da indústria no Império do Brasil.” (*apud* BARRETO, 2008, p. 3).

A despeito de seu epíteto referir-se diretamente ao setor manufatureiro, a SAIN ocupava-se de questões referentes à produção em geral, já que, naquele tempo, o significado do termo “indústria” abarcava todas as atividades econômicas das quais se pudessem auferir lucro. De modo que, durante as primeiras décadas de sua existência, a Sociedade dedicou parte relevante de seu trabalho à promoção de benfeitorias no âmbito agrícola através de inovações técnicas baseadas na fronteira do conhecimento científico¹³¹.

A fim de divulgar as novidades surgidas no campo da lavoura, e, de modo mais abrangente, difundir suas ideias em favor da produção nacional, o órgão valia-se de *O Auxiliador da Indústria Nacional*, periódico lançado em 15 de maio de 1833, o qual circulou, mensalmente, até 1892. Além de dados, atas, relatórios, artigos nacionais e estrangeiros¹³² e monografias de interesses específicos, o veículo também publicava pareceres que tratavam dos mais variados assuntos: da construção de estradas de ferro a receitas de medicina caseira.

A SAIN promoveu, ainda, um dos mais importantes eventos da classe empresarial realizados durante o Segundo Reinado: a primeira Exposição da Indústria Nacional. Inaugurada em 2 de dezembro de 1861, a mostra – que contou com a presença da Família

¹²⁹ De acordo com Carone (1978), três foram os presidentes em cujos mandatos fizeram-se as mais relevantes contribuições da entidade para o desenvolvimento do setor industrial no Brasil imperial: Marquês de Abrantes (1848-1865), Visconde do Rio Branco (1865-1880) e Nicolau Joaquim Moreira (1880-1894).

¹³⁰ O surgimento da SAIN baseou-se na experiência de duas organizações europeias com fins homólogos: a francesa *Société D’Encouragement à L’Industrie Nationale* e a portuguesa Sociedade Promotora da Indústria Nacional. A entidade brasileira, surgida sob a jurisdição do governo imperial e ligada ao Ministério dos Negócios do Império, passou, posteriormente, aos domínios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras. A partir de 1860, acumulou a função de órgão consultivo do Estado, concedendo licenças e prêmios àqueles que se dispusessem a desenvolver novas técnicas e máquinas agrícolas (BARRETO, 2008, p. 3).

¹³¹ A atividade da SAIN caracterizou-se, durante período significativo da sua existência, mais pela atuação como órgão de divulgação científica do que como representante da classe industrial propriamente dita. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, em 1838, representa o apreço que a entidade mantinha pela causa intelectual.

¹³² Com o objetivo de propagar no Brasil as ideias e as técnicas difundidas nos países desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos, a SAIN encarregou-se de publicar em seu periódico a tradução de trechos de veículos estrangeiros, como o norte-americano *American Farmer*, o inglês *Agriculture and Arts Semanal* e o francês *Journal des Connaissances Utiles* (MURASSE, 2006, p. 5).

Real e de representantes de onze províncias – serviu como um ensaio para a participação do Brasil na Exposição Universal de Londres de 1862, na qual as nações desenvolvidas expuseram suas riquezas e conquistas no campo da produção.

O desenvolvimento hesitante do setor industrial fez com que o tema tarifário dominasse paulatinamente a pauta da associação. Em 1877, instigada pela situação aflitiva dos fabricantes de chapéus, a Sociedade incitou um acalorado debate acerca da questão alfandegária. A direção da entidade solicitou que as seções da Indústria e do Comércio elaborassem dois pareceres paralelos a fim de subsidiar o seu posicionamento institucional. Com visões antagônicas, os documentos propunham medidas opostas para solucionar o conflito, levando a diretoria a acatar o relatório do ramo industrial sem impedir que se formasse, porém, a cisão insuperável que selaria o destino da organização¹³³.

A proclamação da República, vinte e dois anos depois, decretou o ocaso da SAIN. Composta, em sua maioria, por simpatizantes da Monarquia, a entidade, que recebera vigoroso apoio do governo imperial ao longo de sua existência, não reunia mais condições políticas para dar prosseguimento a suas atividades, não lhe restando opção que não a de aliar-se a outro órgão de representação para formar, no início do século XX, o Centro Industrial do Brasil.

4.2.1.2 A Associação Industrial (1881-1883)

A segunda instituição surgida com o intuito de defender os interesses do setor industrial no Brasil foi a Associação Industrial (AI). Ocupando o espaço não contemplado pelos escopos demasiadamente amplos da SAIN, a AI nasceu a partir da reunião de dissidentes convocada, em 1880, pelo comendador Malvino da Silva Reis – um ardoroso defensor da causa dos fabricantes cariocas por ocasião da “questão chapeleira”.

Seu primeiro e mais influente presidente foi o médico mineiro Antonio Felício dos Santos, proprietário de uma fábrica têxtil fundada por seu pai em 1877. Para veicular as ideias defendidas por esses homens práticos, a diretoria empossada em 26 de março de 1881 criou o periódico *O Industrial*, em cuja primeira das 57 edições lançou-se o manifesto da Associação.

¹³³ A formação de entidades dissidentes contribuiu de modo decisivo para o progressivo esvaziamento da Sociedade. Ao longo da última década de sua existência, diversas foram as associações surgidas a partir de grupos descontentes com os rumos da SAIN, tais como: o Clube da Lavoura e do Comércio (1870), a Associação Industrial (1881), o Centro Industrial (1890), a Associação Comercial de São Paulo (1894) e a Sociedade Nacional da Agricultura (1897).

A principal bandeira da organização residia na adoção de uma política moderadamente protecionista. Ao criticar o “vício” da especialização ricardiana, Felício dos Santos recorria ao cotidiano dos negócios para rechaçar a existência de uma economia política abstrata e absoluta: “Tamanho erro provém em linha reta da educação viciosa bebida nas academias pelos diretores do país, teóricos puros, sem conhecimentos positivos, mais literatos do que homens de ciência.” (*apud* CARONE, 1977, p. 22).

Coerente com a sua posição nacionalista, Felício dos Santos repudiava a divisão internacional do trabalho a qual submetia o Brasil à condição de mero produtor de gêneros primários. Para ele, o livre-cambismo era “sinônimo de protecionismo ao estrangeiro”, de modo que a aceitação da teoria clássica do comércio internacional depunha contra as conveniências do país:

Os nossos poetas financeiros, por amor da rima de um liberalismo extravagante, levantaram a propaganda antinacional e funestíssima do livre câmbio, que tende a conservar o Brasil no estado colonial de um país exclusivamente agrícola, produtor de café e de matérias-primas que lhe reverterem fabricadas pelo duplo preço (*apud* OLIVEIRA, 2002, p. 34).

Atuando de forma muito mais incisiva do que o fazia a SAIN, a Associação Industrial reclamava a intervenção direta do governo na questão tarifária. Em seu manifesto inaugural, a AI afirmava que a indústria era “ridicularizada e ignorada pelo governo”, alertando que a ele não poderia ser dada a opção de abster-se da tarefa de defender seus interesses: “Cruzar os braços, confiando no calor e na umidade, desertando da guarda dos interesses do futuro, não é por certo compreender a alta missão de um governo nacional e patriótico.” (*apud* CARONE, 1977, p. 22).

A causa industrial ganhava eco nas manifestações ufanistas estimuladas pelo amadurecimento do movimento republicano. Neste contexto, Felício dos Santos apelava ao chauvinismo para tentar provar obrigatória a relação entre a defesa dos interesses pátrios e a causa industrial: “Embora o taxem [o governo] de incoerente, porque sendo liberal adiantado a outros respeitos, é inclinado à escola protecionista; o certo, porém, é que antes de tudo é brasileiro e como tal entende que em matéria de indústria não se podem seguir em absoluto os princípios de liberdade absoluta.” (*apud* OLIVEIRA, 2002, p. 32).

A atuação da entidade sofreu um revés significativo com a aprovação da tarifa de 1881, de acentuado viés liberal. A partir de então, a AI passou por um processo de esvaziamento

paulatino, culminando com a renúncia de Felício dos Santos de sua presidência em 1882¹³⁴. Logo após a Exposição Industrial, realizada em janeiro desse ano, o deputado licenciou-se do comando da Associação pela ameaça que sofria o seu mandato de parlamentar, uma vez que presidia, concomitantemente, uma organização a qual celebrava contratos com o governo. O encerramento oficial de suas atividades deu-se no ano de 1883.

4.2.1.3 O Centro Industrial do Brasil (1904-1931)

O terceiro e mais bem organizado representante da classe empresarial estabelecido durante a República Velha foi o Centro Industrial do Brasil (CIB), surgido da fusão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional com o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão (CIFTA), em 1904. De acordo com Leopoldi (2000, p. 64), tratou-se o CIB da “primeira entidade de caráter permanente de classe da indústria organizada sem qualquer interferência estatal”. Já para Carone (1978, p. 73), a proposta do Centro fez-se mais ambiciosa do que a das entidades que o precederam na medida em que a sua atuação deveria ser mais focalizada do que a da SAIN e, ao mesmo tempo, mais abrangente do que a do CIFTA.

A temática de que se ocupava o CIB não desviou de modo substancial daquela abordada pelos órgãos que o antecederam. Na inexistência de um embate político-ideológico¹³⁵, o epicentro do debate ainda circunscrevia a pragmática questão tarifária, no qual a causa protecionista continuava a balizar a luta dos produtores brasileiros contra o comércio importador.

Assim como as demais associações, o CIB veiculou suas ideias no *Boletim do Centro Industrial do Brasil*, panfleto que circulou entre os anos de 1904 e 1907, apenas. O principal conteúdo ventilado em seu periódico abrangia a polêmica proposta de reforma tarifária de

¹³⁴ Aproximadamente uma década mais tarde, Antônio Felício dos Santos fundou no Rio de Janeiro outra organização de defesa dos interesses da classe, o Centro Industrial (1890-1892), cuja existência fez-se ainda mais efêmera em relação à de seu primeiro empreendimento.

¹³⁵ Foi a partir da década de 1930, apenas, que estes industriais passaram a se organizar politicamente. Em 1932, embebidos na aura da Revolução Constitucionalista, lideranças paulistas criaram o Partido Economista, uma reunião de empresários de São Paulo, o qual foi incorporado, posteriormente, ao Partido Democrático (LEME, 1978, p. 30).

autoria do deputado mineiro João Luiz Alves¹³⁶, em cujo apoio o CIB publicou farta documentação estatística procurando corroborar a plausibilidade da medida.

As duas maiores realizações capitaneadas pelo órgão, entretanto, foram a realização de um importante, ainda que limitado, levantamento da situação das indústrias no país – o censo de 1907 – e, do ponto de vista intelectual, a publicação do trabalho *Brasil, suas riquezas, suas indústrias*, encomendado pelo então ministro da Fazenda, Lauro Muller, à direção da entidade. Dividida em três volumes¹³⁷, a obra tornou-se, na opinião de Carone (1978, p. 78), um marco para historiografia econômica brasileira em função da minuciosa reconstituição de dados estatísticos apresentada por diversos autores. Por fim, o Centro foi ainda convidado a participar da organização de eventos importantes, como a Exposição Industrial Brasileira na Argentina e no Uruguai, em 1917.

As sucessivas diretorias¹³⁸ do CIB enfrentaram os mesmos problemas que acometeram as duas entidades de cuja fusão o órgão fora criado. A postura pouco ativa da direção em relação a diversos temas administrativos impôs-lhe grandes dificuldades de atuação: uma política omissa de comunicação institucional, aliada à incapacidade de instalar um museu permanente e de realizar conferências, cursos e exposições periódicas enfraqueceu sobremaneira a sua representatividade.

A nova relação de apoio – e não mais de proteção – que a instituição procurou estabelecer com o governo contribuiu, por sua vez, para que a autonomia vislumbrada se transformasse em isolamento definitivo. Além da privação do apoio governamental de que gozava a SAIN, o CIB deixou de contar com a verba oficial imprescindível para o financiamento de suas atividades, fatos que debilitaram ainda mais o seu desempenho. Após anos de funcionamento estéril, a organização foi finalmente incorporada pelo Centro das Indústrias do Rio de Janeiro (CIERJ) no início da década de 1930.

Conquanto Amaro Cavalcanti não tenha se associado a nenhuma dessas entidades diretamente, faz-se relevante sumarizar o contexto da representação classista da época a fim

¹³⁶ Considerado o mais ambicioso experimento de uma política tarifária verdadeiramente protecionista, proposto por um dos mais ativos representantes da indústria no parlamento, o projeto foi arquivado em 1904, após anos de intenso debate.

¹³⁷ O primeiro deles, de autoria de Capistrano de Abreu, recebeu o título de *Noções de história do Brasil até 1800*. O segundo tomo, de autoria anônima, é dedicado à indústria agrícola, sendo que o último volume, redigido por diversos autores, discorre acerca da indústria fabril e de transportes.

¹³⁸ Serzedello Correa ocupou a direção da instituição por oitos anos consecutivos – de 1904, quando de sua fundação, até 1912 –, sendo sucedido pelo médico e industrial Jorge Street (1912-1926), o qual, por sua vez, foi substituído por Francisco de Oliveira Passos (1926-1931).

de caracterizar o ambiente que em o político norte-riograndense travou a sua luta pela industrialização do Brasil.

4.2.2 A industrialização na obra de Amaro Cavalcanti

A obra de Amaro Cavalcanti apresenta um desafio aos pesquisadores que dela se utilizam como fonte de informação primária. Jurista por formação, o autor ofereceu farta contribuição ao debate econômico nacional ao empunhar uma defesa intransigente da industrialização. De modo específico, o tema ao qual Cavalcanti ofereceu maior destaque foram as questões financeiras, matéria que ocupa porção significativa de suas publicações.

A análise de seu pensamento econômico exige a determinação de um procedimento metodológico próprio. Suas ideias pró-industrializantes, por exemplo, encontram-se diluídas em toda sua bibliografia, de modo que se deve empreender um esforço de depuração para se apartar os aspectos do imediatismo prático “da ciência a serviço da arte econômica”, conforme ressalva Vieira (1960, p. 18). Estudioso minucioso dos fatos, amparava sua argumentação em descrições com elevado grau de detalhamento, caracterizando o método histórico-analítico predominante em sua obra.

Uma das características mais marcantes de seus trabalhos é o aspecto combativo, por vezes dogmático, subjacente às suas opiniões. Intelectual orgânico, Cavalcanti discursava como se duelasse com um adversário invisível o qual haveria de ser persuadido. Ainda assim, o otimismo não se lhe desacompanhava o raciocínio, pois, crente no destino virtuoso do país, apresentava, ao lado de cada crítica tecida, uma proposta de solução para os problemas nacionais¹³⁹.

A produção de Amaro Cavalcanti concentrou-se na década de 1890, não por acaso o período em que a crise da abolição e o advento republicano lhe forneciam insumo farto para o desenvolvimento de suas ideias. Foram utilizadas como fonte de pesquisa para este trabalho as suas principais obras econômicas, arroladas, assim, por ordem cronológica: **Resenha financeira do ex-Império do Brasil** (1890), uma minuciosa descrição da situação financeira das províncias durante o período imperial; **Política e Finanças** (1892), uma compilação de

¹³⁹ O otimismo com que vislumbrava o futuro do país pode ser aferido pelas palavras do próprio autor: “Sou um dos que tem fé inabalável na futura grandeza desta enorme região que a Providência nos reservou; e quaisquer que sejam as vicissitudes e as transições tormentosas da vida nacional, um dia, embora ainda distante de nós, a história dos grandes povos há de assinalar o nosso, como muito rico, muito culto, muito feliz [...] porque, como sabeis, a grandeza real de um povo é, antes de tudo, a acumulação paciente e sucessiva dos trabalhos, saber e esforços das suas gerações.” (*apud* FERNANDES, 2001, p. 4).

todos os discursos realizados pelo autor durante o tempo em que exerceu o mandato de senador; **O meio circulante nacional** (1893), uma narrativa minuciosa da história monetária brasileira desde a chegada da Corte portuguesa; **Elementos de Finanças: Estudo teórico-prático** (1896), um tratado sobre economia financeira em que Cavalcanti aborda os principais temas relativos ao orçamento público; **Taxas protetoras nas tarifas aduaneiras** (1903), artigo no qual o autor, em colaboração ao periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, discorre acerca da política aduaneira do governo brasileiro; e, por fim, **A vida econômica e financeira do Brasil** (1915), artigo redigido para uma conferência realizada no Rio de Janeiro, em 1914.

4.3 Amaro Cavalcanti e o auto-retrato do Brasil

Amaro Cavalcanti nasceu em Caicó, interior do Rio Grande do Norte, em 1849. Filho de uma dona de casa e de um professor primário que servira ao Exército, migrou ainda muito jovem para São Luís (MA) imbuído da responsabilidade de lecionar latim em troca de instrução gratuita no curso de Humanidades.

Acompanhando um vendedor itinerante da Paraíba, com o qual começou a trabalhar como caixeiro assim que se diplomou, mudou-se para o Recife onde se empregou no comércio local. Aprovado em um concurso para ensinar a mesma disciplina que ministrara na capital maranhense, seguiu para Baturité, interior do Ceará, onde fixou residência em 1872.

Enquanto exercia a atividade docente, Cavalcanti embrenhou-se nos assuntos jurídicos por iniciativa própria, tendo sido autorizado pelo governo local a advogar em toda a província por tempo indeterminado. Diante da necessidade da titulação formal de bacharel em Direito para atuar no restante do país – e da impossibilidade de locomover-se periodicamente ao Recife –, requereu autorização para realizar os exames referentes aos cinco anos do curso de Ciências Jurídicas e Sociais de forma simultânea, solicitação que lhe foi negada pelas autoridades acadêmicas de Pernambuco.

Dado o seu interesse por temas educacionais, foi designado pelo governador cearense a visitar os Estados Unidos para inteirar-se da realidade da instrução pública norte-americana e, assim, contribuir para a reformulação do sistema educacional do estado¹⁴⁰. Diante do prolongamento de sua estadia naquele país, matriculou-se no curso regular de Direito da

¹⁴⁰ A exemplo da influência britânica sobre o pensamento de Rui Barbosa, a analogia com os Estados Unidos, tão presente na obra de Amaro Cavalcanti, deve-se ao período em que lá residiu, entre os anos de 1875 e 1881.

Universidade de Albany, em Nova Iorque, diplomando-se em 1880¹⁴¹. Após uma breve passagem pela Secretaria de Educação do estado do Ceará, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde exerceu a advocacia, dirigiu a companhia Viação Central do Brasil e atuou como procurador do Banco da República.

Sua iniciação na vida política nacional deu-se após a proclamação da República, quando se elegeu senador (1890-1893) e compôs a comissão responsável pela redação da nova Constituição. Crítico contundente das arbitrariedades cometidas pela ditadura militar, foi nomeado, em 1894, ministro plenipotenciário no Paraguai, meio encontrado pelo marechal Floriano Peixoto para afastá-lo do cotidiano político da capital brasileira.

Eleito deputado federal em 1893, teve de renunciar ao mandato para assumir o Ministério da Justiça do governo de Prudente de Moraes. Em 1899, seu nome foi indicado para a função de consultor jurídico do Ministério do Exterior, cargo exercido até 1906, quando foi designado para o Supremo Tribunal Federal, posto que ocupou até 1914.

Já aposentado do funcionalismo público, exerceu, ainda, o cargo de prefeito do Distrito Federal (1917-1918), o de representante brasileiro na Corte Internacional de Haia (1918), o de professor de Finanças na Academia de Altos Estudos e, por fim, o de ministro interino da Fazenda do governo Delfim Moreira, entre 1918 e 1919. Faleceu em 1922, no Rio de Janeiro, vítima de ataque cardíaco.

Amaro Cavalcanti utilizou-se da própria biografia para projetar suas ideias acerca da potencialidade econômica do Brasil. Da origem modesta à recompensa social galgada ao final de uma vida marcada pela perseverança individual, a analogia entre a sua trajetória pessoal e o desenvolvimento da nação sumarizava o seu pensamento e a sua proposta de ação política: tal qual a sua história pertinaz, a conquista da civilização dependeria única e exclusivamente da atuação determinada dos governantes brasileiros.

4.4 O Estado e suas razões: a intervenção estatal com vistas à industrialização

A principal particularidade do pensamento econômico de Amaro Cavalcanti reside na convicção de que, em detrimento dos setores agrícola e comercial, o desenvolvimento do país passaria, necessariamente, pela constituição de um órgão industrial robusto. O autor repudiava

¹⁴¹ Ao defender tese sobre a responsabilidade do Estado na instrução pública (*Is education a legal obligation?*), Cavalcanti recebeu o título de *Counsellor at Law*, o qual lhe outorgou o direito de exercício pleno da profissão jurídica em todo território norte-americano, tendo sido o primeiro cidadão brasileiro a gozar desta regalia.

as atividades importadoras por considerá-las a causa primordial do constante desequilíbrio do balanço de pagamentos e, em última análise, o entrave maior à estabilidade financeira do Brasil.

Em seu entendimento, a resolução estrutural dos permanentes déficits externos recaía, exclusivamente, sobre o desenvolvimento da indústria nacional. De posse desta asserção, Cavalcanti empreendeu verdadeira luta em favor da industrialização do país, atuando em dois diferentes *fronts*: o político (no qual haveriam ser confrontados os interesses hegemônicos dos cafeicultores) e o econômico (através das políticas tarifária, creditícia e de infra-estrutura).

O apelo à razão prática, característica central desse grupo de pensadores, faz-se presente em toda sua argumentação. Discorrendo acerca da inevitabilidade da atuação estatal em determinados segmentos da vida social, política e econômica do país, Cavalcanti procurava demonstrar, assim, que “a teoria da não-intervenção absoluta apenas existe na concepção dos autores e nos livros em que ela se acha exposta.” (CAVALCANTI, 1892, p. 316).

Na ausência de um corpo teórico que embasasse tecnicamente a sua arguição, os advogados da intervenção estatal recorriam aos exemplos do cotidiano administrativo, procurando imprimir sobre as teorias liberais uma aura de descolamento da realidade produtiva¹⁴²: “Por mais que se pretendam em contrário os economistas ortodoxos, porque uns e outros entendem que toda a intervenção do Estado, na ordem econômica é indébita e funesta; **todavia, na prática geral dos povos**, nunca foi, não é assim em parte alguma; e não sei mesmo se um dia virá a sê-lo.” (CAVALCANTI, 1892, p. 315, grifos meus).

Defensor da livre-iniciativa individual, Cavalcanti pressupunha, todavia, uma intercessão a qual não embaraçasse a atuação irrestrita dos agentes econômicos¹⁴³. De modo que a ação do poder público far-se-ia adequada contanto que este não se tornasse “o

¹⁴² De um modo geral, os defensores de uma política deliberada de desenvolvimento da manufatura nacional procuravam conferir um ar bacharelesco às teorias econômicas convencionais. Na representação dos industriais enviada ao Congresso Nacional, em 1892, tornou-se patente esta apreciação pejorativa: “Infelizmente, o zelo farisaico dos nossos adversários por nossos interesses tem seduzido alguns brasileiros, e especialmente os que se deixam eivar de teorias abstratas e doutrinas sugestivas, bebidas em compêndios que, mesmo na Europa, só servem para o currículo acadêmico, porque a verdadeira política sempre se inspira mais nos interesses concretos do que no idealismo puro... A proteção às indústrias nacionais não é uma questão de doutrina ou de escola, mas sim de bom-senso e patriotismo.” (*apud* CARONE, 1977, p. 242).

¹⁴³ A negação da ingerência estatal nos assuntos inerentes à iniciativa privada torna-se clara em diversos trechos de sua obra: “Que o Estado promova o desenvolvimento material do país, resultantes das boas leis e das boas práticas – é o seu direito e o seu dever. [...] Mas, que ele se imiscua diretamente nos misteres industriais, fornecendo o dinheiro do Tesouro em auxílio de uma indústria determinada, interceptando os meios da iniciativa privada, estabelecendo preferências odiosas, obstando a expansão natural da livre concorrência e inutilizando o mérito do esforço individual, é erro grave, que somente serve para facilitar aos mais espertos ou mais protegidos.” (CAVALCANTI, 1890, p. 50).

empresário de fábricas e oficinas em concorrência prejudicial aos interesses dos particulares.” (CAVALCANTI, 1890, p. 12). Empregando a acepção moderna do conceito de Estado¹⁴⁴, o autor a ele delegava a tarefa de velar pela manutenção das condições favoráveis ao desenvolvimento, mas não a de produzir diretamente os mais variados bens e serviços¹⁴⁵: “A cada um, o seu ofício. Naquilo, em que a indústria particular [...] realiza importantes benefícios, o Estado não encontra de ordinário senão prejuízos. Ele pode saber bem governar os negócios públicos; mas não entende absolutamente nada dos negócios comerciais.” (CAVALCANTI, 1896, p. 64). Na sua concepção, caberia ao ente público, portanto, a incumbência de induzir o desenvolvimento econômico, zelando pelo ambiente institucional para que se viabilizassem os investimentos produtivos.

Neste sentido, Cavalcanti distinguia os conceitos de intervencionismo e estatização. A defesa por ele empunhada não pressupunha como regra a exploração direta das atividades econômicas por considerar o Estado um gestor ineficiente. A intervenção far-se-ia funcional somente nos setores em que a iniciativa privada não alocasse os recursos de modo a satisfazer as demandas sociais¹⁴⁶. Nessas situações, o Estado deveria “empreendê-los ou, ao menos, subvencionar a sua realização”, atuando de modo supletivo e auxiliar (CAVALCANTI, 1892, p. 322).

Além do fomento indireto a indústrias que do Estado necessitassem para fazerem-se viáveis, a participação do governo em determinados segmentos econômicos justificar-se-ia no caso dos setores considerados estratégicos, como, por exemplo, a indústria de base e de materiais bélicos: “O Estado não só pode, como até deve, tomar a si a exploração de certas indústrias, já no interesse imediato do serviço público e já no pensamento de desenvolvê-las no país, quando as forças individuais se mostrarem insuficientes ou incapazes de bem fazê-las.” (CAVALCANTI, 1896, p. 132).

¹⁴⁴ O limite de atuação do ente estatal mostrava-se bastante claro para Cavalcanti. Entretanto, a responsabilidade do governo deveria extrapolar a simples manutenção da ordem: “Nem o Estado pode ser reduzido a um simples guarda da ordem pública, nem tampouco lhe cabe a atribuição de verdadeira providência de múltiplos fins e interesses do povo e território, que o constituem. [...] Não há dúvida que a segurança pública e a defesa do país no exterior são as duas funções absolutamente essenciais ou irredutíveis do Estado, mas é desrazoado e até contra a experiência dos fatos, pretender-se daí que estas duas funções exclusivas lhe bastam, para o cabal desempenho do seu papel em um povo civilizado.” (CAVALCANTI, 1896, p. 40).

¹⁴⁵ Para Vieira (1960, p. 104), o fato de Cavalcanti estabelecer limites claros para a conveniência da intervenção do Estado fez de seu nome um dos pioneiros do “neoliberalismo” no Brasil. Muito provavelmente, o termo neoliberal não auferia a significação atual à época em que Vieira redigiu seu trabalho (década de 1950), pois claro está que, a despeito da relevância dada pelo autor à atuação do mercado para o desenvolvimento econômico, Cavalcanti jamais poderia ser considerado um intelectual liberal *ipsis litteris*.

¹⁴⁶ O autor arrolou, desta maneira, os setores nos quais se faria conveniente a intervenção direta do Estado: “(1) Instrução elementar e superior; (2) Aumento das vias de comunicação (estradas de ferros e aproveitamento dos rios navegáveis); (3) Favores à imigração; (4) Melhoramento satisfatório dos portos; (5) Favores à navegação; e (6) Proteção eficaz ao trabalho e as indústrias indígenas.” (CAVALCANTI, 1896, p. 68).

A intervenção preconizada por Cavalcanti haveria de ser, ainda assim, moderada e seletiva. O programa por ele vislumbrado como sendo o ideal à realidade nacional não apenas defendia, como também demonstrava os benefícios da atuação estatal na tarefa de promover a manufatura indígena. Todavia, discurso do autor mostrava-se parcimonioso ao tornar evidente sua rejeição à total planificação da economia brasileira:

Correndo o risco de passarmos por socialista não recusaremos jamais ao Estado o direito de cooperar com a iniciação privada para a obra indispensável da prosperidade comum: mas exigimos por condição que o faça com inteligência e com critério, a fim de que a despesa daí resultante traga justa compensação aos que fornecem, pelo imposto, os meios precisos de semelhante despesa (CAVALCANTI, 1896, p. 68).

Se declinava a exploração direta das distintas atividades econômicas, Cavalcanti consentia, porém, com a guarida a determinadas empresas que se encontrassem em dificuldades financeiras e operacionais, oferecendo-lhes, por exemplo, financiamentos subsidiados. Ao contrário dos controversos “auxílios à lavoura” concedidos pelo governo imperial aos cafeicultores endividados, o autor refutava a ideia de que a proteção pecuniária a indústrias em crise representava desperdício de recursos públicos. Condizente com a sua crença na harmonia entre a liberdade de atuação do mercado e a coordenação governamental, Cavalcanti restringia este tipo de assistência a situações excepcionais ou de crise¹⁴⁷:

Em primeiro lugar, não se trata de donativos, mas de empréstimos, cujo reembolso será uma realidade; em segundo lugar, seria ajuizar muito mal o critério do governo, para admitir que ele desvirtuasse o fim dos auxílios indo aplicá-los, de preferência, a indústrias arruinadas; em terceiro lugar, importa saber que [...] os interesses econômicos dos contribuintes se identificam com os das próprias indústrias – ou como proprietários capitalistas e produtor, ou como empresário, operário ou consumidor (CAVALCANTI, 1892, p. 326).

A proteção estatal não poderia ser censurada por aqueles que a ela se opunham por creditarem-lhe a carestia em que constantemente se encontrava a população brasileira. Na opinião de Cavalcanti, o desenvolvimento do setor manufatureiro, ainda que incipiente, deveu-se ao amparo histórico do governo àqueles que se arriscavam na seara industrial, sem os quais o país encontrar-se-ia em condições materiais as mais arcaicas possíveis: “Não afirmo que a intervenção dos nossos governos tenha sido sempre a melhor ou a mais acertada;

¹⁴⁷ “Não há dúvida que em épocas normais, e tratando-se de indústrias já feitas, consolidadas, estou de acordo que o governo somente intervenha pelos meios ou favores indiretos; mas, em crises terríveis, ou prolongadas, como aquela que nos oprime, e tratando-se de indústrias no seu período inicial, ainda que bem adiantado, penso diversamente.” (CAVALCANTI, 1892, p. 346).

mas é certo, que sem ela não teríamos tido muitos outros melhoramentos materiais, cuja realização era superior às forças do capital e do crédito particular, somente.” (CAVALCANTI, 1892, p. 334).

Contanto que programada e comedida, a atuação do Estado far-se-ia, destarte, imprescindível para o desenvolvimento estrutural da economia brasileira. Não caberia ao ente público substituir o papel do mercado na produção direta dos bens e serviços, mas, apenas e tão somente, o de balizar a atuação dos agentes privados para que pudessem atingir o melhor resultado possível em suas operações.

4.4.1 O papel da indústria para o desenvolvimento econômico

A luta pela industrialização do Brasil não tinha em Amaro Cavalcanti um advogado em causa própria. Intelectual quase que exclusivamente dedicado à vida pública, o jurista assim procedia por convicção ideológica.

O autor definia a indústria como a “classe produtora por excelência”, a única geradora potencial de prosperidade, sendo, portanto, o meio mais adequado de se reverter a situação de privação econômica que acometia o Brasil: “A prosperidade financeira não tem base mais sólida, mais larga, nem mais garantidora, do que o desenvolvimento progressivo da indústria nacional.” (CAVALCANTI, 1892, p. 326).

Diante das condições “precárias, ou melhor, patológicas” em que se encontravam as empresas indígenas¹⁴⁸, Cavalcanti julgava ser não apenas constrangedor, mas também o verdadeiro motivo do atraso brasileiro o fato de um país com tamanha potencialidade depender da importação dos mais variados tipos de bens de consumo:

Não obstante o caso feliz de nos haver tocado por sorte um território que a nenhum outro cede em boas condições ou fontes de riqueza natural, – continuamos, todavia, na dependência das outras nações em quase tudo que respeita ao desenvolvimento material do país. [...] Vivemos hoje, como nos tempos coloniais, a importar do estrangeiro quase absolutamente tudo o que consumimos, não obstante podermos sabidamente havê-lo, ao menos em grande parte, da produção nacional (CAVALCANTI, 1915, p. 12).

A existência de setores produtivos eficientes e rentáveis tornava-se, assim, pré-condição para o progresso material e o engrandecimento geral do país, de modo que a

¹⁴⁸ A resiliência dos empresários nacionais que ofereciam alguma competitividade em relação aos produtos estrangeiros foi assim descrita por Cavalcanti: “A indústria brasileira sobreviveu, até agora, apenas pela força de vontade de alguns crentes.” (*apud* CARONE, 1977, p. 235).

industrialização traria, ainda, benefícios de outra natureza: dado que o poderio econômico representava o alicerce da soberania política, esta só poderia ser alcançada, portanto, através do fortalecimento do setor industrial. Além disso, a própria coesão social dependeria do vigor da manufatura nacional, sem a qual a sociedade brasileira estaria fadada ao pauperismo: “Nenhum povo poderá ser grande, respeitado e feliz nas suas relações, seja de ordem interna, seja de ordem externa, sem a condição essencial de possuir riqueza sua própria.” (CAVALCANTI, 1920, p. 13).

Para embasar suas propostas, Cavalcanti recorria à taxonomia esquemática dos modelos de Estado os quais ele assim estipulou: o sistema socialista, o individualista e o positivo, sendo, este, a doutrina da qual se pretendia integrante. O autor refutava a adoção dos demais por creditar-lhes fórmulas rígidas e absolutas: o primeiro por confiar o desenvolvimento unicamente aos agentes supostamente racionais; o segundo por transmitir exclusivamente ao governo a tarefa de explorar diretamente as atividades econômicas.

O sistema positivo, por sua vez, mostrava-se o mais adequado aos países novos em função da racionalidade e da plasticidade com que se adaptava às necessidades de cada realidade social. Baseado na interação harmônica entre o indivíduo e o Estado, Cavalcanti considerava legítimo somente o embate travado entre as diferentes nações no plano internacional, de modo que, internamente, far-se-ia possível e desejável a coadunação dos interesses. É por este motivo que, no caso dos países atrasados, o autor delegava ao ente público a incumbência de balizar o processo de desenvolvimento:

O limite das atribuições do Estado tem de ser fixado, não em vista da teoria ou dos princípios abstratos, mas, sobretudo, em vista das suas condições peculiares – em um país intelectual e economicamente assaz desenvolvido, o poder público deverá abster-se de auxiliar certas instituições ou empresas, as quais, em situação diferente, podia ou devia auxiliar (CAVALCANTI, 1892, p. 319).

É nesse sentido que Vieira (1960, p. 72) o caracteriza como o ícone maior do Sistema Nacional de Economia Política no Brasil. Assim como o fazia Cavalcanti, List apregoava o fortalecimento dos setores produtivos a fim de tornar a economia nacional suficientemente forte de modo a ser tratada com igualdade pelas demais. A atuação deliberada do Estado tornava-se, assim, o único meio capaz de sentir, em toda sua plenitude, os interesses pátrios, formando um aparelho completo e orgânico, ou seja, um verdadeiro *sistema* de economia política.

Na concepção de Amaro Cavalcanti, o desenvolvimento do setor manufatureiro representava o futuro das nações que almejassem superar a condição de subdesenvolvimento a elas imposta pela divisão internacional do trabalho. E somente através da criação de um robusto órgão industrial, portanto, que o autor vislumbrava a solução dos principais problemas econômicos do Brasil.

4.4.2 As atividades agrícola e de importação: o atraso da economia brasileira

Conforme ressalva anteriormente feita, a crítica que o autor tecia ao comércio importador e à agricultura não se baseava em interesses dos quais ele próprio pudesse retirar proveitos financeiros. Amaro Cavalcanti opunha-se à teoria ricardiana da especialização produtiva por acreditar que somente a constituição de um órgão industrial autônomo poderia resolver duas das principais adversidades conjunturais enfrentadas pelo país: o estrangulamento do balanço de pagamentos – o qual seria superado via redução das importações – e, por consequência, a instabilidade cambial.

No momento em que se firmavam os conceitos de indústria natural e artificial, Cavalcanti demonstrava-se hesitante quanto à consonância dos interesses agrícolas e industriais. Não poderia o país repousar sua estrutura produtiva em uma atividade por ele caracterizada como “fonte precária e irregular de riqueza”.

Ao analisar o desenvolvimento atrofiado das províncias do norte do país, as quais dependiam exclusivamente de sua indústria extrativa, Cavalcanti apontava para a fragilidade econômica dessa região cuja geração de renda repousava, basicamente, sobre a coleta de produtos naturais: “Sob esse regime exclusivo de troca de produtos pelos gêneros necessários ao seu consumo, o Pará e o Amazonas podem progredir, mas a base de seu futuro se mostra muito precária.” (CAVALCANTI, 1890, p. 198).

Era o caráter inerentemente instável da cultura agrícola que o fazia rechaçá-la como fonte de desenvolvimento. Na compreensão de Cavalcanti, um país cuja base econômica repousasse sobre essa atividade insegura e suscetível a uma série de intempéries naturais estaria condenado ao subdesenvolvimento e à dependência das economias industriais. Tratava-se, esta, de uma atividade primitiva típica das sociedades subordinadas às nações por ele definidas como “normais”: aquelas que lograram desenvolver todo o seu potencial manufatureiro.

A agricultura remetia, por fim, ao passado pouco lisonjeiro do regime colonial; à República caberia, agora, a tarefa de fomentar os meios “modernos” de desenvolvimento econômico. Sua concepção embasava-se na do economista alemão supracitado, para quem a fragilidade da agricultura diante das crises econômicas internacionais conferia à prosperidade agrícola “um efeito parecido com o do ópio, que excita por um momento, mas debilita por toda a vida.”

A restrição do autor às atividades importadoras, por sua vez, caracterizava-se pelo seu efeito oneroso sobre o saldo do balanço de pagamentos. Defensores de uma política tarifária liberal, os representantes do comércio internacional – classe em que se fazia notar a expressiva influência das casas estrangeiras que aqui atuavam – constituíam um empecilho concreto à industrialização e ao desenvolvimento do Brasil: “É intuitivo que os importadores não vêem com bons olhos [a industrialização], pois o desenvolvimento da indústria nacional, poderá fazer cessar o monopólio, de fato, de que eles gozam, acerca do consumo do país.” (CAVALCANTI, 1892, p. 348). Em suas palavras, tornava-se evidente o movimento patrocinado pelas empresas importadoras contra o desenvolvimento industrial brasileiro:

Não se ignore que a representação do comércio está firmada por muitos indivíduos que são agentes, consignatários ou representantes de fábricas estrangeiras, os quais [...] só têm a lucrar, como simples intermediários, dispondo de nossos mercados, como de outros tantos *debouches* para os produtos que recebem (CAVALCANTI, 1892, p. 347).

Conforme o raciocínio holístico do autor, os aspectos negativos da atividade importadora acentuavam-se nos países de base predominantemente agrícola. Ao drenar para o exterior as riquezas aqui exploradas, os comerciantes internacionais reforçavam a pressão contra a valorização do câmbio, um dos principais entraves ao desenvolvimento da economia brasileira. Foi por esses motivos, portanto, que Amaro Cavalcanti condenou as práticas de importação por entrever em seus representantes uma atuação determinada contra o desenvolvimento industrial do Brasil.

4.4.3 A falsa dicotomia entre as indústrias artificiais e naturais

Assim como os demais industrialistas, Cavalcanti oferecia ferrenha oposição ao suposto maniqueísmo “bizantino” criado pelos conceitos de indústria natural e artificial. Tratava-se, na sua concepção, de um eufemismo surgido apenas para embaraçar o desenvolvimento das ideias protecionistas e da própria industrialização do país.

Em primeiro lugar, o autor censurava o método subjacente ao debate. A impossibilidade de se aceitar essa categorização aludia ao critério adotado para determinar quais seriam as indústrias verdadeiramente naturais a um país. Ainda que não contasse com uma definição clara, a ideia de indústria artificial remetia àquelas que, além da necessidade de proteção aduaneira, dependiam de matérias-primas importadas. Por esta medida, atestava que todas as fábricas brasileiras seriam consideradas artificiais, pois até mesmo as indústrias inglesas utilizavam-se de insumos produzidos no além-mar¹⁴⁹.

Além disso, sua crítica direcionava-se, também, ao mérito da polêmica¹⁵⁰. O fato de as tais indústrias naturais não serem exclusivas a um só país atenuava a argumentação livre-cambista. Conforme o exemplo didaticamente construído pelo autor, a proximidade geográfica de dois países deporia contra a lógica em que se baseava a vantagem quando não, o exclusivismo, reclamado por algumas nações para a produção de determinados bens:

Suponham-se dois Estados limítrofes – um tendo começado mais cedo e se achando já com sua indústria natural em situação próspera e largamente desenvolvida. [...] Dada inteira liberdade de concorrência, o primeiro desses países invadirá os mercados do segundo e, pela sua superioridade de condições produtoras, não tardará em assenhorear-se dos referidos mercados, isto é, – levará a indústria incipiente do segundo Estado à completa ruína e desaparecimento. E como, agora, remediar a sorte desgraçada do último, continuando ele no mesmo regime de livre-câmbio? (CAVALCANTI, 1903, p. 13).

Convencido de que seria não apenas oportuno, mas necessária a criação de indústrias que atuassem nos mais distintos setores da economia, Cavalcanti procurava justificar a atuação deliberada do Estado para proteger os estabelecimentos fabris existentes no Brasil, os quais, sem o amparo tarifário do governo, sucumbiriam à concorrência internacional oferecida pelos produtos estrangeiros.

¹⁴⁹ De acordo com Carone (1977, p. 8), a Inglaterra importava, em meados do século XIX, cerca de 80% das matérias-primas consumidas em suas indústrias. E conforme ressaltava Vieira Souto, por esse critério, todas as indústrias brasileiras seriam artificiais, à exceção da produção de café, dado que os outros segmentos, em sua totalidade, utilizavam-se de insumos importados.

¹⁵⁰ A questão da maturidade produtiva reforçava a argumentação pró-industrial. Ao atenuar a impertinência das indústrias artificiais, Jorge Street demonstrava, por exemplo, que, “no início, todas o são [artificiais]”, uma vez que a maioria das indústrias necessitaria de amparo tarifário para inaugurar, estabelecer e viabilizar as suas operações (*apud* CARONE, 1977, p. 161).

4.5 Industrialização e soberania nacional: o protecionismo tarifário

Um dos mais importantes instrumentos sobre os quais desde sempre repousaram as propostas de defesa do setor manufatureiro era a proteção tarifária substitutiva de importações. A temática galgou tamanha relevância no cenário político brasileiro do século XIX em função do destaque econômico e social dos atores diretamente interessados na questão: o governo (dada dependência da arrecadação fiscal em relação aos impostos alfandegários), os importadores, os industriais (pela proteção conferida pela tarifa aos produtos indígenas) e, por fim, os exportadores de produtos primários (os quais temiam uma retaliação por parte dos mercados consumidores).

Diversos foram os autores contemporâneos os quais se dedicaram a este controverso tema que permeou o debate econômico no Brasil imperial: Luz (1959; 1975), Carone (1977) e Leopoldi (2000), por exemplo, expõem de que modo a argumentação dos principais próceres industrialistas baseou-se na guarida aduaneira.

Um primeiro evento de relevância histórica e historiográfica remonta à aprovação da primeira tarifa com viés pretensamente protecionista, instituída, em 1844, pelo então ministro da Fazenda Manuel Alves Branco. Tratou-se, contudo, de uma medida isolada, tendo-se em vista que a política alfandegária adotada ao longo de todo o período monárquico caracterizou-se somente pela necessidade de atenuar picos inflacionários e, principalmente, pelo esmero em relação à arrecadação tributária¹⁵¹.

A relação dicotômica entre o complexo cafeeiro e a produção industrial ensejou o fortalecimento do discurso protecionista devido à instabilidade do preço do café no mercado internacional ao longo da última década imperial. Na opinião de Cavalcanti, tratava-se de uma nova fase em que se celebrava a vitória dos conceitos positivistas e industriais:

Todas as nações que nos precederam no desenvolvimento da indústria, para bem satisfazer as necessidades da sua vida ordinária –, todas elas, não obstante, entenderam, neste último decênio, que deviam formar uma nova política financeira internacional, fechando a era das teorias livre-cambistas, e entrando, resolutas, em fase abertamente protecionista, caracterizada pela guerra das tarifas aduaneiras (CAVALCANTI, 1892, p. 344).

¹⁵¹ Além disso, havia uma clara motivação política subjacente à tarifa de 1844, utilizada pelo governo brasileiro como um revide às pretensões inglesas de abolir o tráfico transatlântico de escravos.

As práticas livre-cambistas passaram a ser paulatinamente abandonadas pela maioria dos países centrais a partir da década de 1870¹⁵², contribuindo para que o autor atribuísse o êxito da industrialização europeia à utilização dos instrumentos de proteção comercial. A própria Grã-Bretanha, berço da Revolução Industrial e dos principais autores clássicos, protegeu sua indústria nascente até, pelo menos, meados dos anos 1840, quando seu parque industrial já se encontrava praticamente formado¹⁵³. Deste modo também agiram os dirigentes do Império Austro-Húngaro, ao estipularem tarifas protecionistas ao longo da década de 1880, os da Alemanha pós-unificação e, em duas ocasiões em menos de cinco anos, os da Itália: tratava-se, estes, de alguns dos países¹⁵⁴ que “adotaram medidas quase proibitivas contra a introdução de gêneros estrangeiros, desde que já houvesse similares, ou a possibilidade de obtê-los da produção nacional.” (CAVALCANTI, 1892, p. 345).

Cavalcanti reclamava, dessa forma, a transposição histórica das experiências forâneas para o Brasil. Se os próprios patrocinadores do livre-cambismo se utilizaram desses instrumentos para viabilizar suas indústrias, não deveria ser o Brasil, país novo e periférico, que haveria de acatar a tese clássica da especialização produtiva:

Se este é o exemplo que nos oferecem as suas nações mais ricas, que já tem a sua indústria feita e próspera, como é que nos outros, em condições diferentes para pior, queremos dar exemplo do mais extravagante liberalismo econômico, atirando nossas indústrias ao abandono e à ruína, e preferindo, que o estrangeiro continue a ditar-nos a lei a sua talante, em matéria de tamanha relevância? (CAVALCANTI, 1892, p. 346).

Com base nesta contradição entre o discurso e a prática histórica das nações industrializadas é que o autor negou a serventia das políticas de cunho liberal. Cavalcanti não chegou a considerá-las um instrumento de dominação geopolítica; supunha, apenas e tão somente, ser a estratégia equivocada para se alcançar o desenvolvimento.

¹⁵² No diagnóstico oferecido por Vieira Souto, o ocaso do liberalismo comercial mostrava-se inevitável diante do abandono da especialização ricardiana pelos países europeus: “A alvorada do século XX está assistindo à agonia do sistema livre-cambista. E, no entanto, ele existia praticamente há apenas meio século.” (*apud* CARONE, 1977, p. 48).

¹⁵³ O governo inglês abraçou e patrocinou o liberalismo comercial a partir de 1846, sob o gabinete de Robert Peel, depois de praticar, nas palavras de Souto (1904), uma política tarifária que beirava o “proibitismo” (*apud* CARONE, 1977, p. 49).

¹⁵⁴ Dois outros exemplos aos quais o autor se referia eram o caso francês, país que veio a adotar práticas comerciais liberais somente após 1860, e o da Suíça, nação de cultura ultra-liberal, mas que, entre os anos de 1884 e 1903, adotou tarifas progressivamente protecionistas.

4.5.1 Do político liberal à negação do liberalismo

Se a crítica ao liberalismo econômico permeou toda a obra de Amaro Cavalcanti, esta não se fez, contudo, por pragmatismo político. O cerne da sua censura à teoria clássica se concentrava no suposto “caminho natural” que a ortodoxia imprimia ao processo de desenvolvimento. Inutilizada a ação do governo, a incumbência de se lograr o progresso material dependeria, exclusivamente, das vantagens comparativas de que dispunham as diferentes nações: “O livre-comércio pressupõe o universo dividido em países, cada um com aptidões naturais e exclusivas, que a prosperidade de cada povo se faria sem outra condição, que não fosse a simples aplicação do seu capital e trabalho ao desenvolvimento das suas indústrias naturais.” (CAVALCANTI, 1903, p. 12).

Para além das discussões teóricas, o debate entre os defensores da causa industrial e os representantes dos interesses agrários também abarcava questões práticas do cotidiano dos negócios. O argumento liberal repousava, inicialmente, sobre o receado processo inflacionário. Além disso, dada a diminuição da demanda por bens importados, atentava-se para uma conseqüente queda na arrecadação pública em função da expressiva dependência do fisco brasileiro em relação aos impostos alfandegários¹⁵⁵. Tecnicamente simplório, o raciocínio subjacente à lógica protecionista invertia o sentido do ciclo virtuoso: quanto mais industrializado fosse um país, maior a oferta de bens disponíveis em seu mercado, fato que atuaria contra o aumento dos preços. Ademais, maior seria, ainda, a renda interna, o que evitaria a diminuição da arrecadação tributária dado o aumento da demanda por novos produtos importados.

Assim sendo, a proteção tarifária justificar-se-ia, em primeiro lugar, pela necessidade de se prover os bens necessários à crescente população brasileira. O aumento da procura por bens manufaturados resultante da migração maciça de trabalhadores europeus não-ibéricos ia ao encontro da necessidade de se estimular a oferta interna: “A doutrina clássica do *laissez faire, laissez passer* já não é capaz de dar a solução satisfatória que a atividade consciente dos povos livres reclama, em nome da justiça, distributiva dos bens e gozos da vida comum.” (CAVALCANTI, 1896, p. 44). Objetivo, este, que só seria alcançado através do inevitável amparo estatal ao produtor nacional.

¹⁵⁵ De acordo com Luz (1975, p. 123), os recursos recolhidos através das tarifas de importação, cuja participação representava cerca de 70% do total arrecadado, respondiam pela principal fonte de receita do governo federal nos últimos anos do século XIX.

O debate tarifário jamais logrou a unanimidade, contudo. A opinião pública, pautada por veículos de comunicação alinhados à causa liberal, tornava-se hostil à pauta protecionista, responsabilizando a ineficiente indústria nacional pela situação de carestia em que se encontrava¹⁵⁶. Além disso, acusavam-se os industriais protegidos de auferirem lucros extraordinários à custa das condições de penúria em que vivia a maior parte da população.

Na opinião de Cavalcanti, os sacrifícios impostos pelos direitos protecionistas seriam, futuramente, mais do que recompensados pelo desenvolvimento do setor industrial brasileiro. Além de habilitá-la a produzir bens a preços inferiores aos praticados naquele momento, a proteção à indústria nacional beneficiaria os próprios trabalhadores através da maior demanda por mão de obra: “Se os direitos protetores acarretam um sacrifício de valores, este é compensado pela aquisição de forças produtivas, e elas, somente asseguram a nação uma soma assaz superior de riquezas materiais no futuro.” (CAVALCANTI, 1903, p. 21).

Diante da ênfase no amparo à produção nacional como o único meio de se fomentar o desenvolvimento econômico do país, Cavalcanti concluía o seu raciocínio com o seguinte corolário: tratava-se o livre-comércio de teoria válida somente se estabelecido entre países iguais; caso contrário, beneficiaria apenas os mais avançados¹⁵⁷. Reproduzindo o aforismo do chanceler alemão Otto Von Bismarck, atestava o autor: “O livre-cambismo é o direito do mais forte.” (*apud* BASTOS, 1952, p. 67).

Dessa forma, a política tarifária encontraria lógica no contexto de conflito de interesses entre as distintas nações, pois “se é verdade que a liberdade política é a proteção dos fracos, a liberdade comercial é o triunfo do mais forte”. De posse desta convicção, o político, extrapolando sua aguerrida atuação intelectual, empenhou-se aplicadamente na defesa da produção nacional.

4.5.2 O protecionismo aduaneiro: a proposição de um projeto político

O projeto alfandegário de Amaro Cavalcanti não preconizava a transformação do Brasil em uma economia autárquica. Em sua visão, não haveria contradição entre os

¹⁵⁶ O debate tarifário e inflacionário fazia-se presente no cotidiano de todos os segmentos sociais. Conforme a nota de Luz (1975, p. 138), o assunto extrapolou a seara política para, em uma clara crítica à causa protecionista, transformar-se até em marchinha de carnaval. Reforçava este entendimento a posição de atores sociais importantes, como o político e intelectual carioca João Pandiá Calógeras, o qual se referia à questão como a “maldita política protecionista” (LUZ, 1975, p. 151).

¹⁵⁷ Nas palavras do próprio autor, “a experiência tem mostrado que os tratados comerciais, a não ser entre nações cujo desenvolvimento econômico seja relativamente igual, embora sob aspectos diferentes, são quase sempre, ou só e exclusivamente, em proveito da nação mais adiantada.” (CAVALCANTI, 1896, p. 219).

benefícios de uma política de proteção e os proveitos do livre-mercado: “Protecionismo é uma condição preliminar de melhor aplicação da liberdade; ele não aspira exclusivismo de ação, nem mesmo a estar de maneira permanente na vida econômica de um povo.” (CAVALCANTI, 1903, p. 19). Neste sentido, o autor eximia suas propostas de ação política de provocarem o isolamento comercial do país:

O protecionismo não é, de forma alguma, a proibição, ao contrário, pressupondo e querendo a concorrência estranha, ele procura apenas auxiliar, melhorar, robustecer os elementos e forças da indústria nacional, afim de que tenha ela o que possa oferecer, em permuta do que recebe da produção estrangeira (CAVALCANTI, 1903, p. 19).

Sua ferrenha oposição ao liberalismo comercial não repousava, portanto, sobre a rigidez da convicção doutrinária. Antes, alicerçava-a na crença de que se tratava de expediente inadequado a um país novo, mostrando-se, assim, contrário ao protecionismo *per se*: “O modo é um expediente de ocasião, ele não pode ser fixado *a priori*; são as circunstâncias econômicas do país, as condições e as necessidades especiais de cada indústria, que deverão decidir da sua preferência, da sua escolha e da sua eficácia.” (CAVALCANTI, 1903, p. 36).

Desta feita, a estratégia aduaneira apregoada por Amaro Cavalcanti pressupunha uma política circunstancial e moderada. O senador defendia uma proteção pragmática e temporária, “não indo além do que for necessária, para que o produto indígena se ponha em pé de concorrer com o produto estrangeiro similar.” De modo que a atuação do Estado far-se-ia conveniente apenas em um estágio inicial: “Como todo menor, ela precisa de proteção e amparo; enquanto a indústria não houver atingido o seu inteiro desenvolvimento, de modo a conseguir [competir com as importações], pelo emprego de suas próprias forças”, a proteção estatal deveria exercer-se (CAVALCANTI, 1892, p. 324).

Além disso, a adoção de uma política protecionista corresponderia a um simples exercício de soberania dos Estados nacionais. Diante da legítima incongruência de interesses entre os diferentes países, far-se-ia imperativa a utilização de mecanismos que abarcassem as necessidades dos produtores e trabalhadores brasileiros inseridos no mercado altamente globalizado daquele momento histórico – a *Belle Époque* do capitalismo comercial do fim do século XIX: “A chamada família das nações não é na verdade uma realidade, a não ser que a mera justaposição e intercâmbio das várias nações, guiadas cada uma delas em suas relações

internacionais por seus próprios interesses e ambições peculiares, seja aceita como tal.” (*apud* VIEIRA, 1960, p. 66).

Ainda assim, Amaro Cavalcanti não sugeria a adoção desses instrumentos de forma indistinta. O autor salientava a existência de critérios imprescindíveis para a aplicação de uma política aduaneira bem-sucedida. Em primeiro lugar, dever-se-ia considerar a importância da renda tarifária na composição do orçamento público. Outrossim, o governo haveria de distinguir quais as indústrias que, de fato, necessitavam de proteção alfandegária. Por fim, atentava para os riscos de se utilizar da tarifa como simples política de curto prazo: “Dar hoje proteção aduaneira à certa indústria e, amanhã, diminuí-la [...] antes da possibilidade de alcançar o efeito desejado sem o devido critério [...] é erro condenável, prejudicialíssimo, sobretudo, ao capital.” (CAVALCANTI, 1903, p. 39).

Dessa forma, o autor não apenas procurava evidenciar a incoerência teórica do modelo liberal como estratégia de desenvolvimento econômico, mas também oferecia sugestões e alternativas de atuação política, às quais deveriam se somar outros instrumentos de ação pública, como uma política monetária favorável ao setor industrial.

4.6 A política monetária pró-industrialização: o papelismo em Amaro Cavalcanti

O projeto de intervenção estatal em defesa da industrialização preconizado por Amaro Cavalcanti não pressupunha apenas a adoção de uma política de proteção alfandegária. No seu entendimento, o governo deveria lançar mão de outros instrumentos para fomentar o desenvolvimento industrial, como uma política monetária condizente com as necessidades dos negócios, além da concessão de empréstimos e financiamentos diretos realizados pelo Estado.

A originalidade do pensamento de Cavalcanti reside na visão sistêmica através da qual o autor pensava o desenvolvimento econômico. Os economistas ligados ao Sistema Nacional de Economia Política não pleiteavam a moeda fiduciária como meio de fomento à produção nacional, de modo que se tratava, esta, de uma ideia totalmente adaptada às circunstâncias brasileiras daquele momento histórico. Não por outro motivo Amaro Cavalcanti fez das questões financeiras e monetárias o cerne de seus estudos e de sua atuação política.

A confiança no poder da moeda como mecanismo de desenvolvimento das atividades produtivas amparava-se, novamente, na experiência dos países industriais – com destaque para o dos Estados Unidos, por ele observado *in loco* durante o período em que lá residiu.

Cavalcanti delegava à instituição do curso forçado não apenas a recuperação econômica do país após a Guerra de Secessão (1860-1864), como também o próprio êxito do processo de industrialização encetado posteriormente. Diante do resultado por ele descrito como “a maior prosperidade industrial e econômica que jamais se viu em povo algum e uma solidez financeira invejável”, os governantes daquele país lograram retornar à emissão metálica em tempo considerado diminuto. A comparação entre o caso norte-americano e a situação brasileira no crepúsculo imperial incitava-o ao cotejamento das diferentes conjunturas:

Não é preciso dizer como se operou este último milagre: é fácil de ver, que a barateza do dinheiro bancário para todas as indústrias trouxe o engrandecimento descomunal da produção. [...] Por pouca que seja a vista do observador, se aperceberá que a nossa situação atual é, feitos os descontos, assaz semelhante: **nós precisamos hoje de dinheiro, muito dinheiro em movimento, para satisfazer aos vários reclamos econômicos das nossas condições** (CAVALCANTI, 1890, p. 62, grifos meus).

Trata-se, esse, de apenas um dos diversos exemplos que fariam com que Cavalcanti delegasse à insólita perseguição ao padrão monetário parte dos males que tolhiam o desenvolvimento da economia brasileira.

4.6.1 A crítica ao padrão-ouro e a inviabilidade da moeda metálica

Amaro Cavalcanti, bem como a maioria dos autores papelistas, aceitava o mérito inquestionável da estabilidade inerente à moeda metálica, não repudiando, *a priori*, a sua adoção. Sua repulsa ao padrão-ouro atentava simplesmente para a impossibilidade da emissão ao par em um país de desenvolvimento rudimentar como era o Brasil imperial.

Neste sentido, sua argumentação reforçava a tese de que se tratava a moeda apenas de um símbolo sem valor intrínseco algum. A sua utilidade restringia-se, desse modo, à facilitação das trocas comerciais, devendo existir, portanto, em quantidade equivalente às necessidades de circulação: “A utilidade da moeda não vem da sua substância, mas da sua função, a qual é: fazer circular os valores. O ouro não traz nenhuma satisfação àquele que o possui, salvo no momento em que o possuidor se separa dele, para comprar o objeto que pode consumir.” (CAVALCANTI, 1893, p. 5).

A adoção da moeda metálica far-se-ia conveniente somente quando a economia nacional estivesse preparada para gerar riqueza interna e, assim, equilibrar o fluxo do balanço de pagamentos. Antes disso, a condução da política monetária e, mais especificamente, a

credibilidade do sistema bancário, estariam sob ameaça quando da ocorrência de qualquer perturbação exógena: “Não será preciso uma grande exportação da moeda; bastaria simplesmente o aspecto de uma crise, a ameaça de grandes males na atmosfera política [...] para que todos corressem às portinholas do banco, em um momento, ele se acharia sem um ceitel de metal.” (CAVALCANTI, 1892, p. 196).

Dessa forma, Cavalcanti previa que os países novos os quais aderissem à ortodoxia estabelecida pelo padrão-ouro teriam seu desenvolvimento inevitavelmente limitado por uma política monetária não condizente com as necessidades dos setores produtivos. A análise do autor flerta com o conspiracionismo ao sugerir uma suposta imposição de regras financeiras como instrumento de dominação política por parte dos países desenvolvidos:

As nações pobres, pelas condições naturais da própria existência, e outras, pela inexploração e desaproveitamento dos ricos elementos que possuem, subsistam quase todas, no que se refere às condições monetárias, na dependência daquelas poucas felizes, as quais lhes ditam a lei, segundo melhor convém aos seus interesses (CAVALCANTI, 1893, p. 14).

Conquanto a inconversibilidade mostrava-se inevitável às economias periféricas, o autor reconhecia o principal risco atinente à adoção do curso forçado: o seu emprego desabusado por parte dos gestores públicos¹⁵⁸. Ainda assim, Cavalcanti tinha o excesso de emissão como pecado menos nocivo se comparado à escassez de numerário, motivo pelo qual não deveria haver, a princípio, baliza pré-estabelecida para a emissão: “O limite da circulação depende das necessidades da mesma circulação. Se a moeda é um meio, deve estar de acordo com as exigências do fim, que é a multiplicidade das transações, o desenvolvimento econômico.” (CAVALCANTI, 1892, p. 219).

Além disso, Cavalcanti rechaçava a relação direta que os defensores do padrão-ouro asseguravam haver entre a emissão inconversível e a desvalorização cambial¹⁵⁹. Mais do que simplesmente negar esta tautologia teórica, assim como o fez Rui Barbosa, o autor ainda invertia a causalidade: a melhora do câmbio só se daria com o “aumento da produção nacional, que faz importar menos ou habilita a exportar mais”. Ou seja:

¹⁵⁸ A tentação do papel não se lhe escapou a Cavalcanti, cujo receio em relação a este perigo real era manifestado nos seguintes termos: “Quando o poder público recorre ao papel moeda, raramente para onde deve parar; em vez de emitir, rigorosamente o indispensável para a necessidade urgentíssima da ocasião; deixa-se seduzir pela barateza da moeda, e faz emissão maior ou mesmo sucessivas do papel moeda.” (CAVALCANTI, 1892, p. 278).

¹⁵⁹ Cabe frisar que, em determinadas situações, a depreciação cambial atuava a favor tanto dos exportadores de café, quanto dos industriais que não dependiam de matérias-primas importadas. Essa coordenação de interesses levou Leopoldi (2000, p. 167) a sugerir a existência de uma suposta aliança fugaz entre cafeicultores e alguns industriais em relação à política cambial em determinadas situações.

Não aceitamos a teoria por demais vulgar, e que o papel moeda seja entre nós a causa da sua oscilação desfavorável ao país. [...] Não é a moeda papel a causa primária eficiente do câmbio desfavorável, muito embora possa concorrer acessoriamente para isto até certo ponto; o que cria as oscilações é a abundância ou carência de saldos brasileiros nas praças estrangeiras (CAVALCANTI, 1890, p. 37).

Por fim, Amaro Cavalcanti refutava, ainda, a acusação de que o excesso de crédito traria, como consequência inevitável, instabilidade financeira e desarranjos no setor produtivo. Apesar de o expediente do curso forçado eventualmente resultar em crises, tratava-se do único meio de se desenvolver uma economia subalterna. De modo que os países industrializados também já haviam enfrentado as mesmas vicissitudes, uma vez que todos se utilizaram de crédito abundante para viabilizar o seu aparelho industrial nascente. As crises eram, portanto, inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista: “Não há país algum moderno, no qual a história do seu desenvolvimento econômico não seja a de crises industriais, comerciais e financeiras, mais ou menos sucessivas, segundo o movimento da própria expansão.” (CAVALCANTI, 1890, p. 63).

Foi de posse dessa convicção que, mesmo após a crise do início dos anos 1890, Cavalcanti tornou-se uma das únicas vozes a manter defesa intransigente da experiência heterodoxa levada a cabo durante a gestão de Rui Barbosa frente o Ministério da Fazenda. No seu entender, deveu-se à política deflacionista adotada posteriormente – já sob os governos de Floriano Peixoto, Prudente de Moraes e, principalmente, Campos Sales – a instabilidade financeira da transição republicana: “Não usar da moeda de crédito, neste momento de expansão econômica do país, equivale ao proceder de um indivíduo que se deixa morrer à fome ele, mulher e filhos, só para não comprar fiado aquilo que carece para os misteres da alimentação.” (CAVALCANTI, 1892, p. 226).

4.6.2 O papel-moeda e a industrialização

A defesa da moeda inconvertível não tinha, para Amaro Cavalcanti, um fim em si mesmo. A ferrenha oposição oferecida ao padrão metálico justificar-se-ia pelo objetivo maior da adoção daquele expediente: o desenvolvimento da produção nacional.

O curso forçado não era, conforme alegavam os metalistas, a causa da instabilidade monetária, mas o efeito da subserviência financeira das economias atrasadas. Cavalcanti invertia o sentido do caminho proposto pelos advogados do padrão-ouro para se lograr a

circulação metálica: fazia-se necessário, em primeiro lugar, fomentar e otimizar as condições da oferta interna para, desse modo, dirimir a dependência e a restrição externa a fim de se alcançar, por fim, a circulação metálica:

Tenhamos por verdade iniludível: enquanto a situação econômica do país for tal que dependamos da importação de produtos estrangeiros, não poderemos contar com circulação metálica. O valor do nosso meio circulante ficará sempre dependente do desequilíbrio anual nas contas que tivermos de saldar no estrangeiro (CAVALCANTI, 1892, p. 232).

A lógica implícita em seu raciocínio amparava-se sobre a almejada transformação estrutural da economia brasileira. O governo só emitiria moeda metálica caso houvesse equilíbrio no balanço de pagamentos, o que, por sua vez, requeria o desenvolvimento das atividades industriais para satisfazer, ainda que minimamente, a demanda interna. Dessa forma, o autor desautorizava a viabilidade da emissão ao par sem o prévio e robusto desenvolvimento da indústria nacional¹⁶⁰: “Só acreditamos na possibilidade de circulação metálica [...] se esta for uma consequência reversiva do aumento de nossa prosperidade; tudo que não for assim, será ilusório, insubsistente, ou de efeitos contraproducentes e prejudiciais.” (CAVALCANTI, 1890, p. 40).

Convicto de que o desenvolvimento das economias subalternas dar-se-ia somente através do progresso industrial, Cavalcanti fez do crédito questão a central de suas propostas de política pública. Em sua opinião, muitas vezes expressa com ênfase excessiva, o êxito de todas as atividades sociais, e não apenas o crescimento econômico, dependia do funcionamento a contento da política creditícia: “Não há quem ignore o desenvolvimento extraordinário do crédito público neste século. Sabem todos que a ele devem todas as nações modernas a sua própria independência. [...] Todos eles são devidos, não ao metal, mas à força quase ilimitada do crédito público.” (CAVALCANTI, 1892, p. 200).

Assim sendo, o autor delegava uma posição de destaque ao crédito como propulsor das atividades econômicas. Valendo-se da analogia com a experiência individual de um empreendedor que se utiliza do financiamento para explorar determinada atividade econômica, Cavalcanti extrapolava o raciocínio para um macroambiente agregado no qual a

¹⁶⁰ A emissão conversível não se tratava da realização de um desejo, mas sim de uma possibilidade. Por este motivo é que o autor delegava a moeda metálica a um segundo momento: “Não tem o país que a quer, mas o país que a pode ter; isto é, a conversão metálica só pode ser uma realidade quando a produção nacional e a fortuna pública forem bastantemente desenvolvidas, além das necessidades ordinárias – de modo que uma parte da riqueza acumulada possa ser aplicada ou esterilizada na mercadoria – metal, que vai desempenhar as funções de moeda. Sem tais condições, todo o esforço será inútil ou de resultados efêmeros.” (CAVALCANTI, 1892, p. 200).

disponibilização prévia de recursos atuaria no sentido de incentivar o espírito animal dos empresários brasileiros¹⁶¹.

Por fim, Amaro Cavalcanti negava, ainda, a causalidade direta entre a adoção do padrão metálico e o desenvolvimento estrutural da economia de um país. Ao contrário: supunha o curso forçado como pré-condição para o progresso das atividades produtivas, o qual, por sua vez, permitiria o retorno à emissão ao par estabelecido pelo governo imperial em 1846:

Esta fé cega e exclusiva na onipotência do metal já não se justifica, nem pela teoria, nem pela prática: um país pode ter a sua circulação, inteiramente de metal e nem por isso deixar de ser pobre; um outro, sem ter ouro, pode, não obstante, desenvolver a sua produção, por intermédio do crédito ou da moeda fiduciária somente e, desta sorte, elevar-se a maior prosperidade possível, obtendo, então, o próprio ouro como um efeito reversivo da sua prosperidade (CAVALCANTI, 1890, p. 36).

Diante das considerações expostas acima, evidencia-se o pensamento sistêmico de Amaro Cavalcanti acerca da intervenção estatal com vistas à industrialização. Ao rechaçar o livre-mercado como meio de se lograr o “progresso definitivo”, o autor propunha uma atuação coordenada do governo a qual se utilizasse de diferentes instrumentos de política econômica a fim de fomentar o desenvolvimento da manufatura nacional.

4.7 Considerações finais

A contribuição de Amaro Cavalcanti para a causa industrial pode ser aferida pelo lugar de destaque ocupado pelo autor na galeria dos pensadores que dela fizeram a sua bandeira política. A defesa ponderada, mas, ainda assim, intransigente da industrialização como meio de superação dos entraves econômicos e sociais marcou toda a sua produção intelectual.

Não se deve ignorar, contudo, a visão um tanto idílica que o autor projetou sobre o desenvolvimento industrial. O estabelecimento do setor manufatureiro não resolveria todos os problemas estruturais da economia brasileira, como supunha Cavalcanti. A própria importação de bens de capital, condição *sine qua non* para a formação de um parque fabril competitivo, atuaria, ao menos no curto prazo, contra a estabilização das contas externas.

¹⁶¹ “Do mesmo modo que o indivíduo, que não tem dinheiro, mas dispõe de crédito, trata de explorar, com os recursos destes, algum ramo do comércio ou da indústria, e depois de algum tempo, chega a obter e a acumular, mesmo, fortuna [...]; assim também, um país novo, sem riqueza bastante para as suas necessidades, pode e deve usar dos meios de crédito para fomentar e desenvolver seu trabalho e indústrias.” (CAVALCANTI, 1892, p. 209).

Além disso, Cavalcanti não vislumbrou a entidade industrial como uma relação social. Conforme a célebre ressalva de Marx, o autor entendeu a indústria como uma “reunião de coisas para fabricar coisas”, subestimando, assim, as dificuldades que a causa encontraria para se estabelecer em uma base econômica, social e cultural pouco propícia como era a realidade do Brasil oitocentista.

Ainda assim, faz-se notória a trajetória desse homem público cujo pensamento e ação política influenciaram sobremaneira os acontecimentos de um dos períodos mais conturbados da história contemporânea do país. Sua atividade não se limitou à defesa de uma simples política protecionista. A análise do sistema financeiro brasileiro empreendida por Cavalcanti concorreu de modo decisivo para emoldurar o debate acerca da conveniência de se confrontar os ditames do padrão-ouro. Esta concepção de política monetária ganharia fôlego com a contribuição dos autores pertencentes à terceira vertente formadora do ideário desenvolvimentista: os papelistas.

5 O INTERVENCIONISMO ESTATAL PRÓ-CRESCIMENTO ECONÔMICO: RUI BARBOSA E O PAPELISMO

Os defensores da intervenção do Estado com vistas ao crescimento econômico também representaram um papel relevante para a origem do desenvolvimentismo. Deveu-se a este grupo a ousada tarefa de contestar um dogma consensual à época: o das finanças “sadias”. Ao questionarem um princípio basilar da política econômica clássica, os papelistas passaram não apenas a atenuar relevância do equilíbrio orçamentário, como também, e principalmente, a propugnar a necessidade de se adotar uma política monetária ativa em benefício dos setores produtivos.

Não se deve pressupor, contudo, uma intersecção obrigatória entre a causa defendida por esta vertente e o propósito dos industrialistas. Entendia-se por produção, àquele momento histórico, a atividade agrícola, de modo que a simples intervenção econômica do Estado não traduzia, ainda, a totalidade das ideias desenvolvimentistas.

Atores relevantes para a consolidação do ideário econômico heterodoxo no Brasil independente, os papelistas – ou pelo menos, a essência de suas principais propostas – ocuparam um espaço proeminente na agenda econômica brasileira pós-1930. Marginalizado durante a vigência do padrão-ouro, o alvitre papelista passou a protagonizar a política de diversos países quando da deflagração da mais grave crise do capitalismo liberal.

A constituição desta corrente de pensamento econômico alternativo derivou, em larga medida, da recorrente escassez de divisas típica de uma economia agro-exportadora. Somada a um constrangido sistema bancário incapaz de corresponder às necessidades de liquidez adequadamente, a temática monetária encetou, a partir do Segundo Reinado, a célebre disputa de cujo lado papelista Rui Barbosa fez-se um de seus mais eminentes próceres.

5.1 As controvérsias monetárias no Brasil imperial

O debate monetário ao longo do século XIX circunscreveu a questão da conversibilidade da moeda. De forma sumarizada, os políticos de formação liberal tendiam a abraçar as medidas preconizadas pelo padrão-ouro – enfatizando a importância da estabilidade cambial e monetária –, ao passo que aqueles de algum modo relacionados às atividades produtivas procuravam deslocar o eixo da política econômica para outra variável: o nível de

liquidez mais condizente com o ânimo dos negócios. Para estes, a atenção dos *policymakers* deveria recair também sobre a taxa de juros e não apenas sobre a de câmbio.

Aos analistas de concepção ortodoxa, a ousadia no campo financeiro não refletia outra atitude que não a irresponsabilidade. De acordo com Franco (2008, p. 5), o enredo cambial ao longo do século XIX pode ser resumido nos seguintes termos: o câmbio, ou era fixo, ou era um termômetro da imprudência. Reproduzindo a argumentação conservadora, o autor afirma que, à época, “o padrão-ouro representava, no terreno das finanças, o paradigma da civilização, ao passo que, correspondentemente, o papel-moeda, sua negação.” (FRANCO, 2008, p. 6).

Já para os economistas de tradição estruturalista, o debate econômico aqui travado pouco se desvencilhou da imposição normativa advinda do velho continente. Neste sentido, argumenta Furtado (1982, p. 160) que:

Ao historiador das idéias econômicas no Brasil não deixará de surpreender a monótona insistência com que se acoima de aberrativo e anormal tudo que ocorre no país: a inconvertibilidade, os déficits, as emissões de papel-moeda. [...] Todos os esforços se gastam numa tarefa que a experiência histórica demonstrava ser vã: submeter o sistema econômico às regras monetárias que prevaleciam na Europa. Esse enorme esforço de mimetismo derivava de uma fé inabalável nos princípios de uma doutrina que não tinha fundamento na observação da realidade. [...] A ciência econômica europeia penetrava através das escolas de direito e tendia a transformar-se em um ‘corpo de doutrina’, que se aceitava independentemente de qualquer tentativa de confronto com a realidade.

Assim como grande parte dos bens de qualidade superior que se lhe entrava pelos portos, a controvérsia cambial e monetária brasileira também foi importada das tradicionais escolas britânicas. Se o pensamento econômico europeu já havia desembarcado no Brasil, este não se fez, todavia, sem a incorporação de traços da realidade nacional. Em oposição à ressalva de Furtado, Gambi (2011, p. 7) atesta que, deste lado do Atlântico, a ideologia “já era processada de modo a refletir as particularidades da economia brasileira”. Tropicalizado ou não, faz-se conveniente recorrer à argumentação original para uma melhor compreensão acerca da formação do pensamento econômico brasileiro oitocentista.

5.1.1 O padrão-ouro e o debate monetário europeu do século XIX

O período compreendido entre o fim das guerras napoleônicas (1815) e o início da Primeira Guerra Mundial (1914) testemunhou uma profunda transformação na natureza

intrínseca da moeda, fenômeno do qual não se pode desvencilhar a economia brasileira. A consagração do curso forçado nos países desenvolvidos influenciou de modo incontestemente não apenas o debate, como também a condução da política monetária nas economias latino-americanas¹⁶².

A natureza desta “revolução” apresentava uma feição teórico-doutrinária que remontava a David Hume e, especialmente, a David Ricardo, o mais proeminente representante do pólo ortodoxo da contenda. A inovação trazida pela moeda inconversível questionava um dogma profundamente enraizado nos sistemas financeiros organizados de acordo com os cânones do padrão-ouro, segundo o qual o metal era a única e verdadeira moeda consagrada ao redor do mundo; ao passo que o papel-moeda, a sua rejeição, nada mais era do que uma simples representação de determinada quantidade de ouro.

O padrão-ouro estabelecia, no plano monetário, a adoção de uma taxa de câmbio fixa e totalmente conversível em ouro ou na moeda de transação internacional, a libra esterlina. Em casos de emissões excessivas que desequilibrassem a relação entre ouro e papel, tudo se passaria como se “o Estado mandasse fazer mais moedas de ouro do que existe para fundir, o que necessariamente levaria à redução do conteúdo de ouro nas moedas.” (FRANCO, 2005, p. 9).

Mas diante da dificuldade real de se alcançar a paridade legal estabelecida entre o papel e o metal, por que os governos não abandonavam esta meta para permitir, simplesmente, que o câmbio flutuasse ao sabor do desempenho do balanço de pagamentos? A moeda não era, ao fim das contas, apenas um pedaço de papel? Tratava-se, estes, de questionamentos impertinentes para a época em que a força da convenção estabelecia que a moeda de curso legal deveria ser, apenas e tão somente, o ouro (FRANCO; LAGO, 2011, p. 7).

Eis o cerne da primeira polêmica econômica que, antes de aportar no Brasil, havia muito já dissentia a opinião dos chamados *bullionists* e *anti-bullionists* em diversos países europeus, especialmente na França e na Grã-Bretanha. Os primeiros – cujos principais representantes, Henry Thornton e John Wheatley, recorriam aos pais da economia clássica,

¹⁶² A exceção que se tornou o acolhimento do padrão-ouro ao redor do mundo é ilustrada pela pertinente ressalva de Franco (2005, p. 7), segundo o qual “século que se inicia [XX] consumido pelos pavores gerados pela inovação representada pela moeda fiduciária, e em especial com os pânicos financeiros por ela provocados, termina com uma rendição de *facto*, embora não de *jure*, aos poderes do ‘papel’. Uma rendição não incondicional, especialmente no plano doutrinário, pois, em toda parte, resguardou-se zelosamente as aparências até quando não fosse mais possível, após a crise de 1929. A rigor, pode-se até mesmo dizer que o século que termina em 1914 não pertence, na verdade, ao padrão-ouro, mas é de adaptação e aprendizado a esta extraordinária inovação – a moeda fiduciária – cujos poderes seriam descobertos e redescobertos, usados e abusados, inúmeras vezes em todas as regiões deste planeta, no Brasil inclusive, ao longo desses anos.”

como Smith, Ricardo e Mill – estendiam à moeda a mesma teoria geral do valor, outorgando-lhe um valor intrínseco expresso pela quantidade de trabalho nela incorporada.

Os *bullionists* tinham por cláusula pétrea os ditames do padrão-ouro e apregoavam os benefícios da conversibilidade do papel como instrumento monetário de combate à inflação. A certeza de que a neutralidade da moeda a longo prazo não afetaria as variáveis reais reforçava a prioridade oferecida à estabilidade dos preços em detrimento dos supostamente ineficazes e onerosos estímulos creditícios à produção.

Por outro lado, a principal causa dos *anti-bullionists* residia no atendimento às “necessidades do mercado”, as quais deveriam incumbir o governo de minimizar os efeitos das flutuações e das crises de liquidez. Incluíam-se neste grupo desde os defensores extremados do curso forçado àqueles que admitiam uma ancoragem em títulos públicos. Em comum, todos pareciam convergir para o entendimento da moeda apenas como signo, sem valor inerente algum.

Ademais, os *anti-bullionists* eximiam a inconversibilidade da moeda e o excesso de emissão pelos surtos inflacionários, delegando-os a causas alheias à política monetária expansiva. Desta feita, repudiavam, *a priori*, práticas de enxugamento dos meios de pagamentos, pois acreditavam que, dada uma queda da velocidade de circulação, a contração da atividade econômica seria inevitavelmente superior à esperada, com efeitos deletérios sobre a economia real.

A segunda controvérsia financeira verificada neste período apresentava uma especificidade em relação à primeira. Havia, subjacente ao debate entre os adeptos da *currency* e os da *banking school*, um ponto de convergência: ambos assumiam a conversibilidade-ouro da moeda como regra necessária, levando a uma “ortodoxização da discussão”, conforme a qualificação de Fonseca e Mollo (2012, p. 9).

A principal divergência entre essas duas correntes, portanto, recaía sobre a necessidade de se adotar controles quantitativos de curto prazo. Para os integrantes da primeira escola, a quantidade de meio-circulante, o nível dos preços e da taxa de câmbio respondiam, fundamentalmente, ao desempenho das contas externas, de modo que a base monetária deveria ser expandida somente quando houvesse entrada líquida de ouro no país. A execução deste controle, por fim, deveria ser delegada a um único banco monopolista, o qual se tornaria responsável, por excelência, pela emissão de moeda.

Já para os advogados da *banking school*, não se fazia necessária a instituição de mecanismos de controle sobre as emissões de moeda. Crentes na auto-regulação do sistema financeiro, atestavam que os bancos, interessados no bom desempenho dos negócios, não executariam uma política monetária que viesse posteriormente a prejudicá-los.

Além disso, compactuavam com a *real bills doctrine* (também conhecida como lei do refluxo), segundo a qual os empréstimos concedidos, uma vez saldados, retornariam ao sistema bancário, não resultando, portanto, em excesso de meio-circulante. É neste sentido que a pluralidade emissora consagrou-se como a principal bandeira da *banking school*, cujos principais porta-vozes foram Bernard Bosanquet, Robert Torrens, Henry Boase e, especialmente, Thomas Attwood, da Birmingham School (FONSECA; MOLLO, 2012).

Sabe-se que o debate financeiro europeu sugestionou diretamente a formação do pensamento econômico nacional. Procurando ratificar este entendimento é que se buscará evidenciar a influência desses pensadores estrangeiros sobre a gênese das ideias monetárias no Brasil, bem como sobre condução das políticas aqui adotadas pelos sucessivos gabinetes durante o regime imperial.

5.1.2 A paridade cambial e a unidade bancária: os metalistas

Os representantes das ideias defendidas pelos autores europeus ortodoxos foram por aqui categorizados como metalistas. As políticas preconizadas por este grupo podem ser sumarizadas em dois pontos principais: a adoção do padrão monetário metálico e do monopólio emissor.

Simpáticos aos preceitos estipulados pelo padrão-ouro, consideravam imperiosa a relação entre a política monetária e o balanço de pagamentos: metais preciosos ingressariam naturalmente no país se a economia nacional demonstrasse sinais de estabilidade, de modo que qualquer oferta de moeda sem lastro em ouro resultaria, inevitavelmente, em inflação.

A concepção metalista repousava sobre embasamento teórico robusto, não obstante a trivialidade do raciocínio matemático a ele subjacente. A virtude basilar da moeda metálica residia, simplesmente, na estabilidade de seu valor intrínseco, a qual, o papel-moeda dela desvinculado, não apresentava. Esta particularidade outorgava-lhe uma prerrogativa que se tornou a essência do pensamento e da política metalista: o mecanismo de ajustamento natural inerente às moedas metálicas (e ausentes às fiduciárias), cujo principal benefício, portanto,

derivava de seu equilíbrio cambial automático – um dos mais profícuos atenuantes dos riscos e incertezas, desde sempre embaraçosos ao desenvolvimento das economias capitalistas¹⁶³.

Desse modo, a adesão à doutrina tão logicamente erigida tornava-se atraente até para os intelectuais versados em obras heterodoxas. Por convicção teórica ou interesse prático, o fato é que muitas das principais lideranças políticas cerraram suas fileiras, tendo merecido destaque os nomes de Francisco Belisário Soares de Sousa, Francisco de Sales Torres Homem e Joaquim Duarte Murinho.

5.1.3 A moeda fiduciária e a liberdade emissora: o papelismo

O grupo que se contrapunha às teses supracitadas, posteriormente consagrado como papelista, defendia propostas diametralmente opostas: a conveniência da inconvertibilidade e da pluralidade emissora. Composto, em sua maioria, por industriais, produtores rurais e comerciantes, apontavam para a necessidade de se expandir a base monetária face ao aumento da demanda por moeda e crédito verificada no último quartil do século XIX.

Frente à ausência de um corpo teórico de mesma envergadura para defender o desapego ao que consideravam amarras às políticas monetária e cambial, os papelistas recorriam à razão prática: a experiência, e não uma teoria, é que deveria balizar o caminho mais apropriado a ser seguido. A preocupação central deste grupo repousava sobre o nível de atividade, fazendo da oferta monetária mais condizente com o ânimo dos negócios a principal variável da política econômica.

O raciocínio papelista – bastante intuitivo, ainda que pobre no plano doutrinário – baseava-se na premissa de que a determinação da taxa de câmbio extrapolava os aspectos monetários, sendo determinada, de fato, pelo desempenho do balanço de pagamentos. Não seria a expansão do papel, portanto, a responsável pela baixa do câmbio, conforme a acusação de que foi vítima Rui Barbosa a partir de 1890. O aumento da liquidez com vistas ao incentivo da produção justificaria eventuais ônus inflacionários, conforme atestava o ex-ministro da Fazenda Bernardo de Souza Franco (1857-1858): “É princípio incontestável que o

¹⁶³ Este processo espontâneo de controle imanente à moeda metálica é didaticamente sumarizado por Franco (2005, p. 9) nos seguintes termos: “Quando ‘estamos’ no padrão-ouro, o papel-moeda é conversível, ou livremente trocável por ouro à taxa de paridade, como se moeda metálica fosse. [...] Se a razão entre o ouro em circulação na forma de moedas nacionais e estrangeiras e a quantidade total de papel moeda é menor que um, tudo se passa como se o papel tivesse menos ouro embutido do que deveria ter. O ouro se torna escasso relativamente ao papel, e assim se tornará caro relativamente à paridade, ou seja, terá ágio.”

valor da moeda vem do uso que ela presta, mais do que da matéria que é formada.” (FRANCO, 1983, p. 91).

Baseados na *real bills doctrine*, seguros estavam de que a emissão de papel-moeda representava uma legítima transação de compra e venda a crédito ocorrida espontaneamente que, por este motivo, dificilmente resultaria em inflação. Era como se, na presença de bancos de emissão, as “necessidades do comércio” criassem a moeda necessária para o giro das atividades produtivas. Mesmo que não fosse metálica, a expansão monetária não diminuiria o seu próprio valor se este aumento correspondesse ao crescimento dos negócios (GREMAUD, 1998, p. 4).

Os papelistas não negavam, *a priori*, as vantagens da emissão conversível; apenas atentavam para os benefícios de se priorizar o desenvolvimento das atividades produtivas, mesmo que em detrimento da estabilidade monetária. Para atender esta demanda, a liberdade dos bancos emissores apresentava-se como a melhor receita: ancorados nos princípios divulgados pela *banking school*, acreditavam que um sistema de pluralidade impediria, *per se*, o excesso de oferta de moeda.

O grupo simpatizava, além disso, com a ideia de que as notas deveriam ser emitidas pelo setor bancário, e não pelo Tesouro. Dadas as dificuldades de o monopólio público se adequar às demandas do mercado – tanto do ponto de vista temporal (para acompanhar as flutuações conjunturais da produção), quanto do geográfico (para fazer chegar a moeda aos locais que dela necessitava) –, a emissão a cargo das casas bancárias apresentava, ainda, mais esta vantagem.

O primeiro, ainda que inibido, ensaio de uma política papalista ocorreu ainda na década de 1850, sob a liderança de Souza Franco. Em discurso proferido em 1857, ano em que uma nova crise cambial fora totalmente debitada em sua reforma de viés heterodoxo, o ex-ministro defendeu as medidas por ele adotadas através do didático raciocínio: “Quais são as queixas atuais da população? [...] O primeiro reclamo é contra a alta do juro [...]; o juro alto [resultado da falta de liberdade bancária, em sua opinião] é grave obstáculo à produção, e quando passa de certos limites impede que o empreendedor tenha lucro, por consequência impede que ele trabalhe.” (FRANCO, 1983, p. 83).

Outro importante crítico da suposta relação entre a inconversibilidade da moeda e a instabilidade da taxa de câmbio foi o empresário Irineu Evangelista de Souza¹⁶⁴. Em *O Meio-circulante no Brasil*, panfleto publicado em 1878, Mauá defendia explicitamente as vantagens da moeda sem lastro metálico para a economia brasileira.

Diante de medidas de inegável ousadia, um problema inevitável que se colocava aos papelistas concernia ao controle da emissão monetária. Mesmo para um dos mais aguerridos críticos do engessamento imposto pelo padrão-ouro, como o foi o Barão de Mauá, não se tratava, esta, de uma questão de menor importância: “Como, porém, conhecer a quantidade indispensável desse precioso meio-circulante que possuímos para mover as transações de todo o país? É sem dúvida a questão mais difícil a resolver de todas quantas subleva a apreciação desse magno assunto de interesse nacional.” (*apud* FERNANDES, 1974, p. 26).

Com o abandono da conversibilidade, portanto, esvaía-se também o expediente de autocontrole do sistema bancário, o qual passava a depender, fundamentalmente, da prudência dos gestores públicos. Ou, na melhor das hipóteses, da concorrência bancária operacionalizada através da difusão das informações acerca da alavancagem do setor. Tratava-se, este, do principal argumento papalista em favor da pluralidade emissora.

Diante do exposto, faz-se pertinente o predicativo a eles atribuído por Fonseca (2008a), para quem os papelistas formavam um grupo herético, embora contassem com adeptos advindos de setores politicamente tradicionais, como comerciantes e latifundiários¹⁶⁵. Para o Brasil, e possivelmente para outros países periféricos, a adoção da moeda fiduciária e da liberdade emissora representava uma revolução de grande valor simbólico e de profundas implicações políticas. Ao afrouxar a correlação entre o crescimento econômico e as contas externas, as inovações propugnadas pelos papelistas significavam um rompimento doutrinário

¹⁶⁴ Por ocasião da comissão de inquérito responsável pela averiguação das causas da crise cambial de 1857, Mauá assim se pronunciou acerca desta causalidade: “Para mim, é fora de dúvida que a importância da nossa produção agrícola exportável, regulada pelos seus valores nos mercados consumidores, é o que determina o curso do câmbio.” (*apud* BARBOSA, 1891c, p. 258).

¹⁶⁵ A despeito da controvérsia acerca da disposição social ao redor da temática econômica durante o período imperial, faz-se profícuo o recurso a esquematizações dualistas, muito embora por vezes apresentem definições excludentes entre si. De acordo Faoro (2001), o Partido Liberal estava relacionado, de modo geral, aos interesses da propriedade rural e do poder político local. Já o Partido Conservador cultivava relação mais aproximada com os setores urbanos vinculados ao comércio exportador e importador, e, em determinados momentos, com os rentistas e agenciadores de crédito urbanos. Para Prado (2010, p. 4), porém, esta divisão deve ser atenuada quando se verifica que nomes como Mauá e Souza Franco, diretamente ligados aos setores urbanos manufatureiros, também integravam o PL. A recíproca também era verdadeira, uma vez que se encontravam no PC representantes das causas agrárias e da vida urbana. Na realidade, o conflito entre os diversos atores sociais poderia ser mais bem expressado através de suas concepções de política financeira: os papelistas angariavam a simpatia de grupos ligados a interesses urbanos, particularmente daqueles envolvidos com as atividades bancária e industrial, ao passo que os metalistas pareciam apoiar-se na intelectualidade de formação liberal e conservadora, assim como nos representantes das causas da lavoura agro-exportadora.

na exata medida em que dotavam o país de um sistema monetário que desatrelava o seu desenvolvimento das condições impostas pelo seu instável balanço de pagamentos.

5.1.4 O papelismo na obra de Rui Barbosa

Observa-se, desse modo, que o papelismo já se fazia presente no cenário político brasileiro pelo menos desde o início da segunda metade do século XIX. Apesar de salientes nuances conceituais, pode-se destacar entre os seus defensores, além dos já citados Bernardo de Sousa Franco e Irineu Evangelista de Sousa, nomes como o de Jerônimo José Teixeira Júnior (o Visconde de Cruzeiro), Afonso Celso de Assis Figueiredo (o Visconde de Ouro Preto), João Alfredo Correia de Oliveira e Lafayette Rodrigues Pereira.

O principal componente do grupo, entretanto, foi, indiscutivelmente, o jurista baiano Rui Barbosa. A relevância de seu nome para a formação do pensamento econômico brasileiro deve-se não apenas à extensão de sua obra, mas também, e principalmente, à controvérsia e ao alcance das medidas adotadas durante a breve gestão do primeiro ministro da Fazenda do período republicano.

O interesse de Rui Barbosa por assuntos econômicos avultou-se, de modo particular, ao longo de 1888, quando do debate acerca dos condicionantes e das consequências econômicas da libertação do cativo. Foi a partir de março de 1889, porém, que Rui, ao assumir a redação do *Diário de Notícias*, debruçou-se mais detidamente sobre a temática econômica nacional, tornando-se, então, o mais corrosivo crítico do gabinete Ouro Preto.

Compilados sob o sugestivo título de *Queda do Império*, os artigos publicados por Rui ao longo desses nove meses reuniam mais críticas de natureza política do que fruto de divergências técnicas propriamente ditas. A virulência de seu verbo fez com que se ventilasse pela Corte o boato de que a Monarquia havia sido derrubada “pela espada de Deodoro e pela pena de Rui Barbosa”. Dessa forma, o ataque à economia de Ouro Preto deve ser relativizado tendo-se em vista que seu governo não apenas manteve, como aprofundou as principais linhas do programa de seu antecessor.

É neste sentido que o recurso metodológico adotado neste trabalho privilegiou os escritos do já ministro Rui Barbosa, bem como os publicados após a sua passagem pela pasta da Fazenda, período em que fez de sua experiência política insumo para atingir o patamar mais elevado de sua atividade intelectual.

Sua primeira publicação econômica de vulto foi um longo discurso realizado no Senado Federal, em 16 de novembro de 1890, sob o título **Organização das Finanças Republicanas**. Trata-se de uma defesa aguerrida de seu plano orçamentário para o ano subsequente, o qual pode ser interpretado como uma ode a esforços fiscais anticíclicos no momento em que a economia brasileira adentrava a primeira década de instabilidade do período republicano.

Considerada a mais completa e importante obra econômica subscrita por Rui Barbosa, o **Relatório do Ministro Fazenda de 1891** foi apresentado em janeiro deste ano, dias antes de deixar a pasta. Além de uma exaustiva análise do desempenho da economia quatorze meses após a instalação do governo provisório, Barbosa valeu-se de destacados autores estrangeiros para coadunar a sua gestão a teóricos internacionalmente consagrados.

Meses após deixar o governo, Rui retornou à temática proferindo, novamente no Senado, seus mais célebres discursos econômicos: o primeiro e mais bem elaborado (**O papel e a baixa do câmbio**), ocorreu em 3 de novembro de 1891 – dia em que Deodoro desferiu o golpe de Estado que fechou o Congresso Nacional, postergando compulsoriamente os outros dois para os dias 12 e 13 de janeiro, já sob a presidência de Floriano Peixoto. Compilados sob o título **Finanças e Política da República**, trata-se de um verdadeiro clássico do pensamento econômico brasileiro e expõem, de modo minucioso, suas opiniões acerca de questões como inflação, câmbio e moeda.

Em duas outras ocasiões, Rui voltou a se manifestar sobre assuntos financeiros – agora através da imprensa, uma vez que havia renunciado ao mandato de senador em janeiro de 1892. Sob o título **À Nação**, Barbosa apresentou, em 12 artigos veiculados em *A Imprensa*, uma defesa incisiva de sua condução frente ao Ministério da Economia. Já em setembro de 1900, em **Liquidação final**, em uma série de textos publicados por diversos meios de comunicação tratou de refutar as críticas à sua gestão tecidas por aquele que posteriormente viria a consagrar-se na historiografia como sua antítese doutrinária: Joaquim Murinho, ministro da Fazenda do governo Campos Sales.

A sexta e última obra apresenta o famoso discurso realizado na cidade de Campinas, no dia 19 de dezembro de 1909, por ocasião de sua primeira campanha presidencial. Além de expor nova defesa pormenorizada de sua única passagem pelo Poder Executivo, Rui aproveitou o ensejo para atacar o avanço das armas sobre o poder civil, textos que foram publicados sob o título **Contra o militarismo: discurso financeiro**.

Faz-se conveniente apresentar, a título epigráfico, uma breve resenha biográfica da personagem, não apenas para contextualizar a sua atuação política, mas também para contemplar de modo mais preciso a complexidade do pensamento de Rui Barbosa.

5.2 O combatente em constante formação: apontamentos biográficos

Rui Barbosa de Oliveira nasceu no ano de 1849 em Salvador, capital da Bahia. Recebeu uma educação espartana de seu pai, o médico João Barbosa de Oliveira, por quem foi enormemente influenciado ao longo de sua formação intelectual¹⁶⁶. Além da rigorosa rotina de estudos seguida sistematicamente durante toda a vida, sua infância foi marcada por uma insólita introspecção social e pela fragilidade de sua saúde¹⁶⁷.

Iniciou-se nos estudos superiores na escola de Direito do Recife, onde se aproximou de Castro Alves e, por consequência, da causa abolicionista. Concluiu sua formação, entretanto, na Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo, após uma crise nervosa desencadeada pela reprovação em uma disciplina ter-lhe ameaçado a vida na capital pernambucana.

Ao lado de outros estudantes, fundou os periódicos *Clube da Reforma* e *Radical Paulistano*, nos quais já se fazia notar seu pendor por ideias liberais. Sua carreira jornalística tomou corpo, porém, na redação do jornal soteropolitano *Diário da Bahia*, para onde havia retornado assim que se diplomara.

Dois fatos impactantes marcaram seu regresso a Salvador: o falecimento de seu pai, quando Rui havia recém-completado 25 anos de idade e, um ano mais tarde, o de sua primeira noiva. Meses depois, casou-se com uma antiga amiga de infância, Maria Augusta, com quem se mudou para o Rio de Janeiro, em 1876, com o intuito de exercer a profissão de advogado e, assim, honrar o débito assumido após o óbito de seu pai¹⁶⁸.

¹⁶⁶ A proficiência de seu reconhecido poder retórico remonta à tenra idade, quando seu pai lhe obrigava a praticar exercícios de oratória cotidianamente. Na formatura da escola secundária, proferiu um discurso que impressionou todos os presentes, em especial, os líderes baianos do Partido Liberal que prestigiavam o rito do jovem prodígio (AMARAL, 2001, p. 60).

¹⁶⁷ Na ausência de uma solução clínica para a doença que lhe fustigaria pelo resto da vida, seus pais o enviaram para a Europa em busca de uma possível cura. O diagnóstico recebido dos médicos franceses: fome (AMARAL, 2001, p. 72).

¹⁶⁸ O idealista João Barbosa, muito mais próximo da política do que da medicina, não amalhava recursos em nome da manutenção de seu espaço no Partido Liberal. Ao fim da vida, deixou uma dívida de 12 contos de réis, cuja quitação tornou-se questão de honra para o primogênito dos Barbosa.

Durante a disputa da eleição para deputado provincial pelo Partido Liberal, em 1879, Rui Barbosa inaugurou a sua batalha verbal contra um alto representante do Império, o então ministro da Fazenda, Silveira Martins. Foi a partir dessa ocasião que Rui passou a abandonar paulatinamente suas convicções monarquistas para, já no ocaso do regime, e ainda de forma um tanto hesitante, engrossar as fileiras republicanas. As crescentes rugas surgidas entre o imperador e os líderes militares ao longo da primeira metade da década de 1880 perfizeram a sua primeira grande mudança de posicionamento político¹⁶⁹ – ou evolução, como ele muitas vezes tentaria eufemisticamente justificar: “Da República disto apenas uma linha”, afirmava às vésperas da queda de D. Pedro II (*apud* BARBOSA, 1949, p. 80).

Ao longo da segunda metade dos anos 1880 – período em que não ocupou cargos públicos e que, por este motivo, amargou o ostracismo político –, as principais bandeiras empunhadas por Rui foram a abolição¹⁷⁰ e, principalmente, a federação. Sua atuação a favor da primeira causa, entretanto, foi marcada mais pelo brilho de seu poder oratório do que pela força de suas ideias propriamente ditas.

Destituído o imperador, o nome de Rui Barbosa – cuja participação no movimento revolucionário limitou-se a coadjuvar os republicanos históricos – foi praticamente aclamado para ocupar a principal pasta do governo provisório. A hesitação demonstrada ante o cortejo dos líderes do novo regime baseava-se mais em um preciso cálculo político do que na sua propalada exigência de compromisso com a causa federalista.

O desempenho da economia durante os 14 meses em que Rui ocupou o cargo serão posteriormente analisados de forma mais detida; mas o fato é que a sua atuação na máquina do governo extrapolou as atividades inerentes ao Ministério da Fazenda. A confiança que o marechal Deodoro depositava em sua capacidade de trabalho garantiu a sua nomeação ao posto de vice-chefe do governo provisório. Na prática, fazia as vezes do agora extinto papel de primeiro-ministro¹⁷¹: “Rui é o para-raio do governo provisório. Provê tudo, tudo prevê”,

¹⁶⁹ Em 1884, Rui saiu derrotado da eleição para deputado federal, adentrando ainda mais o isolamento político a que a causa abolicionista o empurrara. Esta segregação dentro de seu próprio partido ensejou a radicalização de seu discurso e a decisão de finalmente bandear-se para as fileiras republicanas (GONÇALVES, 2000, p. 47).

¹⁷⁰ Uma das medidas mais controversas por ele posteriormente adotada foi a queima de todos os arquivos referentes à escravidão existentes na sede do Ministério da Fazenda, em dezembro de 1890. Aplaudido pelos abolicionistas, justificou a decisão como meio de inviabilizar possíveis indenizações requeridas pelos ex-proprietários de escravos.

¹⁷¹ No último dia de 1889, Rui Barbosa foi nomeado por Deodoro como vice-chefe do governo provisório, cargo que o levaria à Presidência da República caso tivesse aquiescido ao desejo de renúncia manifestado pelo marechal, em abril do ano seguinte. Sua negativa peremptória teria demovido o presidente deste ensaio político ainda pouco esclarecido entre os historiadores (BARBOSA, 1892, p. 233).

atestou, certa vez, o ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva (*apud* AMARAL, 2001, p. 138).

O desentendimento pessoal com Deodoro, fruto de um caso comezinho¹⁷², somado ao progressivo distanciamento entre eles – Rui não coadunava com o progressivo apetite do presidente por poderes dignos de um regime de exceção; ao passo que o marechal já não o isentava pelas crises cambial e inflacionária vivenciadas ao longo de 1890 – puseram fim à sua curta experiência como executor da política econômica.

Em 1893, já no governo Floriano Peixoto, Rui posicionou-se fervorosamente a favor dos marinheiros revoltosos durante a Revolta da Armada, despertando a ira e a vingança do marechal. Temendo não apenas por sua liberdade, mas também pela integridade física de seus familiares, decidiu exilar-se no Chile, partindo, logo em seguida, para Buenos Aires, onde permaneceu por seis meses. Da capital argentina, seguiu para um retiro em Londres de aproximadamente um ano, período de grande influência para a cristalização de suas ideias econômicas.

De volta ao Brasil, elegeu-se novamente senador, cargo que ocupou por mais de duas décadas até renunciar ao mandato, pela segunda vez, em 1921. Além da senatoria e a da atuação como advogado, outros dois fatos marcaram-lhe a biografia política: a consagrada participação na segunda conferência da paz de Haia¹⁷³, em 1907, e as duas candidaturas fracassadas à Presidência da República, em 1910 e 1919. Faleceu em 1923, na cidade de Petrópolis, vítima de paralisia bulbar.

A vida e a obra de Rui Barbosa tornaram-se, desde então, objeto de pesquisa de analistas, dos críticos aos entusiastas, pertencentes aos mais variados setores do conhecimento.

A mitificação construída ao redor da sua vasta cultura por vezes extrapola a razoabilidade. A adjetivação sempre maiúscula a ele dirigida beira o panfletismo ao conferir-lhe capacidades sobre-humanas. Qualificações heróicas a exaltar o seu saber enciclopédico pululam entre os seus defensores: “Rui é um mundo” (BUZAID, 1973, p. 6); “Impossível seria abarcar as múltiplas faces do colosso” (BARBOSA, 1949); “Vivo, era o maior dos

¹⁷² De posse dos poderes que o cargo lhe outorgava, Rui colocara à venda um terreno, localizado no cais do porto do Rio de Janeiro, por um preço considerado aquém do desejável pelo presidente, gerando a discórdia que levaria à exoneração coletiva do ministério em janeiro de 1891.

¹⁷³ A sua mais conhecida alcunha, “Águia de Haia”, foi-lhe conferida após a atuação na segunda Conferência da Paz, realizada na Holanda, durante a qual sustentou, em francês fluente e de forma improvisada, a tese da igualdade dos estados perante a ordem jurídica internacional.

nossos homens. Morto, tornou-se o maior de nossos símbolos” (MANGABEIRA, 1999, p. 354).

Por outro lado, e com paixão equivalente, não faltou quem se dedicasse a vituperar-lhe a imagem¹⁷⁴. Para seus desafetos, tratava-se de um homem de ideias pouco originais, sempre a procurar a imagem da Inglaterra no mapa do Brasil. Foi considerado, “sob vários aspectos, um desenraizado no ambiente político da sua pátria.” (BELO, 1966). A vastidão de seus conhecimentos contribuiu para estigmatizá-lo como um típico representante do formalismo bacharelesco, definição que sua prosa intrincada, fértil em hipérboles, ajudou a reforçar. A erudição com que se pronunciava sugeria certo descolamento da realidade de um país composto majoritariamente por analfabetos, e concorreu para caracterizar sua longa vida parlamentar por uma imensa esterilidade.

Para este grupo, a arrogância indefectível, sua característica pessoal mais sobressalente, jamais o abandonou. Rui Barbosa era, de fato, um sujeito vaidoso e irascível. Nas palavras de um de seus principais biógrafos, tratava-se de um indivíduo “ácido, contundente, obsessivo, por vezes agressivo, pedante e pretensioso.” (AMARAL, 2001, p. 105).

O orgulho não lhe acometia apenas a esfera privada, tendo dele feito a marca de sua estratégia de atuação política. Sempre que contrariado, não hesitava em colocar o cargo à disposição de Deodoro, pois seguro estava de que o marechal arbitraria a seu favor, fortalecendo-o, assim, perante seus antagonistas¹⁷⁵.

Diversas outras críticas, das mais distintas naturezas, foram-lhe direcionadas durante e após a sua vida: a ausência de uma visão ampla e segura da realidade social do país, o acobertamento de casos de corrupção¹⁷⁶, a relutante negação do direito a voto aos analfabetos e a aderência tardia à causa republicana são alguns dos principais exemplos de que se

¹⁷⁴ A obra de Magalhães Jr. (1965) dispõe-se a desconstruir a imagem heróica de sua figura. A magnitude da pretensão deste autor é proporcional à envergadura do alvo a ser atingido e, também, às inúmeras réplicas que recebeu. Carvalho (2000b) também apresenta uma apreciação um tanto depreciativa acerca da conduta ética de Rui Barbosa.

¹⁷⁵ Não foram raros os momentos que, em apenas 14 meses, Rui utilizou-se deste estratagema. Para Mangabeira (1958, p. 49), foram 8 as vezes que tentou demitir-se; para Silva (2009, p. 29), dez; Gonçalves (2000) contabilizou-as em 7; já Vasconcelos (1975), em 11. Além disso, ao ter questionado o apoio que haveriam recebido suas medidas no seio do governo, exigiu que todo o ministério publicasse uma nota conjunta em desagravo ao seu nome (BARBOSA, 1892, p. 260).

¹⁷⁶ Os aviltamentos não se limitavam apenas à sua figura pessoal. Muito se especulou acerca dos supostos benefícios financeiros de que Rui teria desfrutado por sua proximidade do banqueiro Francisco de Figueiredo, a quem foi outorgado o monopólio de emissão em dezembro de 1890. A tentativa de defender sua honra revela, acima de tudo, o alcance de sua vaidade, refletida em comparação não casuística: “A presunção de igualar-me a Alighieri em engenho não mereceria sequer o qualificativo de loucura; mas em dignidade não me considero inferior a ninguém: *ma per cuore to non mi stimo secondo a nessuno.*” (apud AMARAL, 2001, p. 173).

utilizaram aqueles dispostos a demonstrar que se tratava, Rui, muito mais de um liberal do que de um democrata propriamente dito.

Se marcada pela vilania ou pelo heroísmo, sua trajetória foi, de fato, singular. Combatente político aguerrido e intelectual multifacetado, sua obra continuará servindo aos estudiosos dos mais variados campos das ciências sociais; para a historiografia econômica, ela foi suficiente para perenizar o seu nome na vanguarda do pensamento papalista brasileiro.

5.3 O liberalismo em Rui Barbosa

A adoção de políticas conflitantes com as boas práticas sugeridas pela economia clássica não traduz a história de sua formação intelectual. A já citada influência exercida por seu pai, um admirador fervoroso da civilização britânica, refletiu-se de modo direto em sua iniciação escolar, baseada, predominantemente, em autores liberais.

O fascínio pelo progresso material alcançado pela Inglaterra reforçou sua convicção teórica no liberalismo econômico de Smith, Ricardo e Say. Transigiu da sua orientação livre-permutista, entretanto, ao assumir a pasta da Fazenda e corroborar a célebre e perspicaz ressalva eternizada por Mill, segundo o qual o livre-escambo era plenamente defensável, exceto nos casos “em que as leis econômicas se conciliam com o uso de direitos protetores.”

Sua defesa do setor industrial não pressupunha, por exemplo, a simples proteção alfandegária como um fim em si mesmo. Ancorado nos economistas clássicos, Rui apregoava os benefícios do livre-cambismo sem incorrer, entretanto, no vaticínio das vantagens ricardianas. Revela-se a parcimônia de suas ideias quando da crítica ao engodo do protecionismo comercial em detrimento do aumento da produtividade através da educação formal do trabalhador¹⁷⁷: “A indústria queixa-se, e definha. Que remédio lhe aconselham? A instrução? Não! O regime protetor, isto é, uma combinação de impostos; o protecionismo não passa de uma finta imposta ao consumidor em benefício de uma classe de produtores indígenas.” (BARBOSA, 1882, p. 254).

Abriava, além disso, teses caras aos simpatizantes do Estado mínimo. Ratificou, reiteradas vezes, a proficuidade de se manter um nível de tributação moderado, tido por ele como um “princípio inconcusso e definitivo”: a renda disponível ao consumo interno e,

¹⁷⁷ Rui Barbosa dedicou enorme atenção aos assuntos educacionais. Condizente com o que hoje pregam os autores neoclássicos da teoria do capital humano, já se fazia notar em sua obra a inquietude com a baixa produtividade dos trabalhadores brasileiros.

mormente, ao investimento, deveriam ser os vetores mais apropriados para estimular o crescimento da demanda agregada. A recusa ao endividamento público levou-o a flertar, ainda, com a proposta do que hoje se conhece por superávit primário, a fim de aliviar as contas do governo republicano de encargos não produtivos (BARBOSA, 1891a, p. 188).

A despeito da relevante influência liberal sobre sua formação política e jurídica, a gestão de Rui Barbosa no Ministério da Fazenda caracterizar-se-ia pelo abandono de ideias ortodoxas em benefício de uma atuação deliberada do Estado com vistas ao crescimento e à industrialização.

5.3.1 As influências anglo-saxônicas

A ascendência do mundo anglo-saxão sobre a constituição intelectual de Rui Barbosa faz-se clara não apenas na formação de seu pensamento, mas também no programa por ele capitaneado durante o governo provisório. A recorrência com que Rui invocava o processo de desenvolvimento norte-americano refletia sua verdadeira obsessão com o projeto regido por Alexander Hamilton no início do século XIX:

Por mais distantes que sejam as duas situações, o espírito se me inclina a comparar o que se está presenciando atualmente, entre nós, com o que se passava, há um século, na América do Norte. Nem tudo são analogias, é certo, entre as duas situações. Há contrastes entre elas; mas esses mesmos contrastes reforçam a conclusão, a que pretendemos chegar (BARBOSA, 1890, p. 149).

Embebido nos exemplos ingleses, reforçados *in loco* após o período em que lá se auto-exilou¹⁷⁸, deslumbrava-se com o nível de civilização alcançado por este país: “A Inglaterra é a melhor das nações atuais. [...] Este país minha pátria espiritual”, atestou certa vez. A exaltação do modelo inglês e, por transbordamento histórico, do norte-americano, residia, em primeiro plano, na concretização do ideal liberal exibido nesses países. Afirmava Rui que a “Inglaterra é o país entre todos onde a humanidade tem a sua maior glorificação, porque é aquele onde a liberdade é mais perfeita, onde o direito é mais seguro, onde o indivíduo é mais independente, onde por isso mesmo, o homem é mais feliz.” (*apud* PIRES, 1942, p. 8).

Em sua leitura, o desenvolvimento da cultura institucional britânica perpassava pelo seu avançado arranjo social. O espírito de ordem, exatidão e regularidade não presidiam

¹⁷⁸ Orgulhoso de sua formação internacionalista, afirmava que a sua “livraria inglesa é a maior entre nós. Ninguém estudou mais do que eu, em nossas terras, as coisas inglesas.” (*apud* PIRES, 1942, p. 20).

somente a vida política e econômica da nação. Para ele, o homem inglês era também um mecanismo da mais alta precisão, e dele Rui se deixou igualmente impressionar:

Na casa, como na sociedade política, não se sente quase a necessidade do governo. A distribuição dos deveres (lei imposta, ou convencional, escrita ou não) atua, por assim dizer, *da se*. O fenômeno desta disciplina moral, generalizada a todas as classes é, a meu ver, o aspecto mais notável da civilização inglesa e o segredo do seu vigor (*apud* PIRES, 1942, p. 9).

A inspiração no exemplo inglês e, em particular, no modelo de industrialização levado a cabo nos Estados Unidos, refletiu-se nas medidas adotadas quando da ascensão do governo republicano. A tentativa de transpor a experiência norte-americana extrapolou a importação do mesmo epíteto designativo¹⁷⁹: “Dei à minha pátria a adaptação das instituições americanas. Tenho sido, durante 30 anos, um laço entre o Brasil e os homens dos Estados Unidos da América.” (*apud* PIRES, 1942, p. 6).

5.3.2 A defesa da federação

A simpatia de Rui Barbosa pelo modelo anglo-saxônico não se limitava à funcionalidade que o liberalismo havia encontrado nesses países. A arquitetura descentralizada de governo consagrada pela Constituição norte-americana de 1787 vinha ao encontro de sua mais cara aspiração política: o federalismo. A explicação por ele oferecida à sua vacilante adesão à causa republicana repousava sobre a insistente negativa dada pelo Império aos anseios federalistas que havia muito se faziam notar pelo país:

Eu era federalista, antes de ser republicano. Não me fiz republicano, senão quando a evidência irrefragável dos acontecimentos me convenceu de que a monarquia se incrustara irredutivelmente na resistência à federação. A mais grave responsabilidade, a meu ver, dos que presidiram à administração do país no derradeiro estágio do Império está na oposição obcecada, inepta, criminosa de uns, na fraqueza imprevidente e egoística de outros contra as aspirações federalistas da nação (BARBOSA, 1890, p. 148).

As particularidades históricas do país, no entanto, fizeram-no admitir uma estratégia escalonada para se lograr seus ideais federativos. A compreensão de que o Brasil já nascera uno protelava seu anseio pela descentralização política a um estágio posterior à experiência prévia de um governo confederativo:

É depois de ter assegurado à coletividade nacional os meios de subsistir forte, tranquila, acreditada, que havemos de procurar se ainda nos sobram

¹⁷⁹ Rui participou ativamente da criação dos primeiros decretos do governo provisório, sendo de sua autoria a sugestão para o nome oficial do novo país: Estados Unidos do Brasil (GONÇALVES, 2000, p. 61).

recursos, que proporcionem às partes desse todo a esfera de independência local anelada por elas. A União é a primeira condição rudimentar da nossa vida como nacionalidade. O regime federativo é uma aspiração de nacionalidade adulta, que corresponde a uma fase superior de desenvolvimento econômico. A federação pressupõe a União, e deve destinar-se a robustecê-la (BARBOSA, 1890, p. 158).

Nesse sentido, a posição moderada de Rui compactuava com alguma centralização administrativa, uma vez que as diferenças e os desequilíbrios regionais traduzir-se-iam em proficuidade apenas se mantidos sob um governo coeso. De modo que a defesa regular da causa federativa acompanhou toda a sua trajetória política, tendo destaque especial na formulação de sua política monetária instrumentalizada pela reforma bancária de janeiro de 1890.

5.4 O primeiro gabinete republicano: a práxis do pensamento papalista

A instauração e a consolidação da República brasileira, processos eminentemente políticos, estiveram intrinsecamente relacionadas às consequências econômicas da abolição do cativo e, mais especificamente, da disseminação do trabalho assalariado. Os desdobramentos deste evento histórico influenciaram sobremaneira a condução da política monetária ao longo da primeira década republicana.

A economia cafeeira, cuja produtividade ascendia desde pelo menos a década de 1870, quando a cultura – lavrada, agora, por trabalhadores livres, compostos, em sua grande maioria, por imigrantes não-ibéricos – já havia deixado o sul do Rio de Janeiro e avançava rumo ao oeste paulista. O crescimento da demanda, seguido pelo aumento dos preços, resultaram, na segunda metade dos anos 1880, no superávit externo o qual reforçava a convicção na especialização preconizada por Ricardo e, em última análise, na primazia do livre-mercado.

Na ausência de projetos de prazo mais dilatado que visassem à diversificação da estrutura produtiva, o debate contemporâneo e a ação cotidiana do governo restringiam-se, em grande medida, à condução e à operacionalização bancária das políticas cambial e monetária¹⁸⁰. Neste sentido, a reconstituição do contexto financeiro em que Rui assumiu a

¹⁸⁰ Na carência de uma autoridade monetária formalmente instituída durante o período monárquico, a responsabilidade das políticas da moeda e do câmbio esteve a cargo, basicamente, dos bancos privados. A Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) foi criada em fevereiro de 1945 e o Banco Central do Brasil, somente em março de 1965.

pasta da economia atuam no sentido elucidar os meandros do pensamento e da ação do primeiro ministro da Fazenda do Brasil republicano.

5.4.1 A conjuntura financeira do crepúsculo imperial

Às vésperas do apogeu do modelo de desenvolvimento voltado para fora, tornava-se justificável a prioridade oferecida pelo governo a questões que influenciassem diretamente os termos de troca. Mesmo ciente da baixa elasticidade-preço da demanda dos produtos que compunham a pauta de exportações brasileira, poucos instrumentos se lhe restavam além da condução de uma política cambial que favorecesse o comércio dos produtos nacionais no mercado estrangeiro.

Desde 1846, a paridade legal do câmbio mantinha-se constante e inalterada, à taxa de *27 pence* de libra esterlina por mil-réis. Contudo, a flutuação cambial era a verdadeira regra observada na prática, devido, primordialmente, aos constantes déficits em transações correntes resultantes da enorme dependência de produtos manufaturados importados. Imobilizado, o governo via-se incapaz de agir no sentido de atenuar essas oscilações, na maioria das vezes, para “abaixo do par”.

Diante dessa inevitabilidade, o expediente do curso forçado fora largamente utilizado quando da eclosão de crises cambiais, como, por exemplo, a de 1875, situação em que o governo conservador viu-se compelido a acatar a moeda fiduciária¹⁸¹, acirrando, como nunca antes visto, o debate entre papelistas e metalistas.

5.4.1.1 O ministério João Alfredo (03/1888 – 06/1889)

Uma atmosfera de otimismo recaía sobre a economia brasileira ao final dos anos 1880. O volume dos investimentos ingleses aumentara de forma substancial, devido à solução pacífica oferecida à questão servil e à quantidade de capitais ociosos, os quais havia muito aportavam na vizinha Argentina. Esta onda inesperada de prosperidade representava uma verdadeira dádiva para os desígnios do novo primeiro-ministro, mas trazia consigo, porém,

¹⁸¹ A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi o grande marco divisor na política e na economia do Segundo Reinado. O custo desta verdadeira vitória de Pirro não foi apenas financeiro. A partir daquele momento, a política monetária conservadora tornou-se inviável em função do número sem precedentes de indivíduos que passaram a receber salário, o que, por consequência, ampliou sobremaneira a quantidade de transações monetárias no país.

um antigo problema prático: o limitado desenvolvimento do sistema bancário nacional e a sua incapacidade de apoiar o crescimento da economia.

O entesouramento, hábito corrente para a maior parcela da população brasileira, somado à baixa velocidade de circulação da moeda, faziam com que o atrofiado aparelho de intermediação financeira brasileiro não cumprisse a contento o seu dever de financiar o desenvolvimento da economia do país.

Os recorrentes problemas de escassez de numerário, agravados em época de colheitas afastadas da praça do Rio de Janeiro, levou o gabinete João Alfredo a constituir, em maio de 1888, um comitê bipartidário – liderado pelo conservador Visconde de Cruzeiro e pelo liberal Visconde de Ouro Preto – com o objetivo de elaborar uma lei que restabelecesse a emissão de moeda inconvertível pelos bancos. Os líderes da comissão não defendiam, por princípio, a adoção da moeda fiduciária, mas atentavam para os problemas que a perseguição da conversibilidade plena enfrentava em um contexto de baixa liquidez. Tratava-se, conforme a definição de Gremaud (1998), dos “metalistas realistas”.

O projeto tratou de conciliar as expectativas papelistas de ampliação da base monetária com os anseios metalistas de se evitar um excesso de liquidez. O resultado deste ensaio foi materializado pela possibilidade de dupla emissão: sobre lastro metálico ou ancorada em títulos públicos. Paralelamente, o governo comprometeu-se a incinerar papel-moeda quando as emissões estivessem próximas do limite, de modo a não aumentar significativamente a circulação.

Transcorridos seis meses, promulgou-se, em 24 de novembro de 1888, a lei 3.403, a qual foi regulamentada apenas em 5 de janeiro do ano subsequente. Deliberou-se que, a partir daquele momento, a emissão baseada em ouro ou em apólices não poderia ultrapassar 2/3 do capital do banco, estipulando um teto de 20 mil contos para as notas lançadas sobre títulos e de 60 mil contos sobre base metálica.

Os resultados da nova lei não corresponderam ao esperado pelo governo. O próprio ministro João Alfredo surpreendeu-se com o fato de que, até maio de 1889, nenhum banco havia se apresentado para emitir nos termos da nova legislação: “A lei e seu regulamento não foram devidamente compreendidos ou não satisfizeram a expectativa pública.” (*apud* BARBOSA *et al.*, 2011, p. 6). O caráter claramente ambíguo da medida tornou-se o principal responsável pelo fracasso do projeto. Na tentativa de conciliar propostas contraditórias, o governo acabou por liquidar as possibilidades de êxito da reforma: “É, de certo modo,

paradoxal que uma lei tão longamente discutida pudesse ter falhas tão flagrantes e que a comprometiam totalmente.” (FRANCO, 1983, p. 71).

O insucesso do programa econômico, somado a compromissos políticos cada vez mais prementes ao monarca catalisaram a queda do gabinete João Alfredo. Na tentativa de salvar o regime, D. Pedro II nomeou para a chefia do ministério o liberal Visconde de Ouro Preto, ao qual a história impôs a alcunha pouco honrosa de “o último chanceler do Império”.

5.4.1.2 O interregno Ouro Preto (06/1889 – 11/1889)

A breve gestão de Ouro Preto, que assumiu a testa do governo em 7 de junho de 1889, caracterizou-se pela adoção de medidas econômicas ousadas. Em primeiro lugar, o governo surpreendeu ao fixar a taxa de câmbio à paridade legal definida em 1846, permitindo, conseqüentemente, a restauração dos bancos de circulação metálica.

Por motivos alheios a qualquer empenho deliberado das autoridades brasileiras, a situação favorável do balanço de pagamentos permitira que, em outubro de 1888, fosse restabelecida a equivalência cambial perseguida havia décadas¹⁸²: “Inesperadamente, por obra e graça da pujança das nossas contas externas, e da entrada de capitais em particular, a taxa de câmbio apreciou de modo a atingir os mágicos 27 *pence* por mil-réis.” (FRANCO, 2005, p. 11). De modo que, em 6 de julho de 1889, o ministro aprovou uma nova regulamentação (Decreto 10.262/1889) para a lei 3.403/1888, autorizando bancos privados a emitirem papel-moeda conversível em ouro, àquela paridade, na razão do triplo do capital subscrito em moeda metálica.

A medida recebeu julgamento mordaz de Rui Barbosa não pelo seu mérito inegável, mas pelo embuste que nela vinha embutido. Com efeito, fazia-se notório o oportunismo do arranjo, o qual se valia de condições excepcionais e efêmeras do balanço de pagamentos para propagandear um feito caro à sociedade. Uma de suas cláusulas denunciava, assim, a argúcia do decreto, uma vez que a conversibilidade das emissões estava garantida “salvo os casos de guerra revolução, crise política ou financeira, em que o governo providenciaria, quanto ao troco, como fosse mais conveniente.” (FRANCO, 2005, p. 12).

¹⁸² No decorrer de 1887, “as condições econômicas e financeiras começaram a melhorar sobremodo: o déficit orçamentário reduzira-se apreciavelmente; na balança comercial, a exportação excedera de 54 mil contos a importação; o crédito no exterior avigorara-se; o câmbio subira, e as cotações dos títulos do Estado avizinham-se do valor nominal.” (BORMANN, 1945, p. 12).

Subjacente à crítica de Rui havia mais motivos de natureza política do que conceitual. Tratava-se, deveras, da via rápida para o estabelecimento do curso forçado, ou, nas palavras daquele autor (2005, p. 12), de um “sacrifício de uma virgem ao altar das convenções.” Levando-se em consideração que a reforma por ele levada a cabo meses depois representou exatamente a consagração da emissão inconversível, sua diatribe contra Ouro Preto deveria ser assaz relativizada. Na realidade, ambos chegariam à moeda fiduciária por diferentes caminhos, e a partir de distintos apelos simbólicos.

Tratou-se o empréstimo contraído em Londres em 27 de agosto – a título de indenização aos fazendeiros dos quais a abolição havia subtraído importantes “ativos” – da segunda medida adotada por Ouro Preto a ser hostilizada por Rui. Sua condenação não se assentava apenas na reprovação moral que este tipo de ação evocava, mas no ônus fiscal e cambial por ela acarretado. Em primeiro lugar, os “auxílios à lavoura” envolveram quantias da ordem de 100 mil contos, valor que representava quase $\frac{3}{4}$ da receita tributária do Império, caracterizando um vasto programa de clientelismo político à custa do dinheiro público. Além disso, implicava encargos cambiais sobressalentes, uma vez que “recebíamos em libra para pagarmos em ouro”, política veementemente repudiada por Barbosa enquanto esteve à frente da pasta da Fazenda.

O terceiro ponto de dissensão entre Rui e o gabinete Ouro Preto concernia à fundação do Banco Nacional do Brasil em sociedade com o *Banque de Paris et des Pays Bas*, em outubro de 1889. Os privilégios concedidos a esta instituição financeira outorgavam-lhe uma condição que beirava o monopólio no setor, uma vez que seu capital alcançava a cifra de 90 mil contos, sendo-lhe permitido, portanto, uma emissão de 270 mil (sobre um total em circulação, à época, de 200 mil contos). Mais uma vez, Rui abraçaria a contradição tendo-se em vista que ele próprio viria a adotar medida muito assemelhada ao final de seu mandato, a despeito de todo o esforço retórico de que se utilizou para negar a evidente similitude entre os casos.

Conquanto tenha recolocado o país no padrão-ouro, Ouro Preto não repudiava, por princípio, a emissão inconversível. Pelo contrário. Baseado no caso dos *national banks* norte-americanos – os quais influenciaram a concepção de Rui em relação à conveniência da utilização deste expediente heterodoxo – o último primeiro-ministro do regime imperial ratificou tanto a ousadia de seu antecessor quanto a razoabilidade do sucessor, que tão contundentemente o fustigara:

Sincera e francamente, nas condições do nosso país, com uma circulação fiduciária inconversível, sob o regime do déficit permanente, sem exportação que chegue, para pagar o que importa e os compromissos que tem no estrangeiro, contar com bancos de fundo metálico é **ser por demais otimista, e uma verdadeira utopia** (*apud* BARBOSA, 1891a, p. 34, grifos meus).

Neste contexto é que a conjuntura econômica do crepúsculo imperial balizou a estrutura conceitual da política adotada pelo primeiro ministério do novo regime. A atuação do Visconde de Ouro Preto despertou violenta reação dos republicanos de plantão. No epicentro da campanha contra a economia de seu antecessor estava ninguém menos do que diretor de *O Diário de Notícias*, Rui Barbosa. A compilação de seus artigos dirigidos contra o “grande chanceler” ocupa nada menos do que oito volumes de suas obras completas, experiência que o credenciou para ocupar o posto de ministro da Fazenda uma vez vitorioso o movimento revolucionário.

Deposta a Monarquia, instaurou-se verdadeira campanha entre os próceres do movimento revolucionário para que Rui Barbosa assumisse a principal pasta do governo provisório¹⁸³, uma vez que, aos quarenta anos de idade, “seu espírito hospedava umas tantas ideias econômicas e financeiras.” (BALEEIRO, 1952, p. 37).

Seu desempenho como ministro da Fazenda foi e continua cercado de forte polêmica, em grande parte reforçada pelas supostas traições que o agora ministro cometeu contra as convicções do então ensaísta Rui Barbosa. Para os seus correligionários, tratou-se da mais profícua experiência de desenvolvimento a que jamais se havia assistido, de modo que os eventuais ônus resultantes de sua gestão são de redenção obrigatória, já que esta ocupou “um lapso curto de sua longa vida política, uma pequena fase de 14 meses na sua grande existência combativa.” (MANGABEIRA, 1958, p. 94).

A seus detratores, porém, não lhes cabe a prerrogativa de acusá-lo por inibição administrativa. Ainda que estreita do ponto de vista temporal, a passagem de Rui pela pasta da economia foi marcada pela adoção de medidas de largo alcance. A celeridade com que instituía medidas salta à vista se comparada, até mesmo, aos dias atuais. Nas palavras de um observador contemporâneo, o vice-chefe do governo provisório atuava com uma “rapidez quase mágica”. O motivo de tanta pressa? A singularidade de um momento único e histórico,

¹⁸³ Para uma descrição minuciosa da articulação política desencadeada para a composição do ministério, ver, por exemplo, Cotias e Silva (1999).

que exigia a atuação do ente público para recuperar décadas de atraso em matérias econômicas (BASTOS, 1949, p. 42).

E foi neste contexto que, em 17 de janeiro de 1890, o ministro da Fazenda promulgou a mais importante medida de sua passagem fugaz pelo Poder Executivo: a reforma do sistema bancário¹⁸⁴, cuja análise detalhada contribui para esquadriñar o que pode ser considerado o mais controvertido ensaio político do pensamento papalista brasileiro do século XIX.

5.4.2 A reforma bancária e a política monetária desenvolvimentista

A reformulação do sistema financeiro empreendida por Rui Barbosa não apenas discriminou a transição econômica entre dois regimes políticos distintos, como também permitiu que lhe fosse postumamente outorgada a distinção de vanguardista entre os “czares econômicos” do Brasil, em reconhecimento ao que talvez mereça ser tomado como o primeiro grande plano econômico do período republicano¹⁸⁵.

Os dois principais pontos da reforma – a emissão inconvertível e a pluralidade bancária – não podem ser preconizados pelo seu ineditismo, uma vez que já haviam sido largamente empregados durante o Império¹⁸⁶. Concorreram para que a gestão de Rui fosse estigmatizada pela historiografia econômica como o primeiro e mais célebre ensaio papalista *o sentido, a consciência, a significação, a motivação* oferecidos pelo formulador da política.

A despeito de seu vasto conhecimento, tratava-se, Rui, de um jurista, e não propriamente de um teórico forjado em matérias econômicas. É na justificativa das suas medidas, portanto, que melhor se evidencia o horizonte de suas ideias acerca dos referidos temas.

¹⁸⁴ A reação do mercado, e da sociedade como um todo, à reforma bancária de 17 de janeiro foi de absoluto deslumbramento. A aura que envolveu a medida foi cirurgicamente descrita nas crônicas de Machado de Assis, que repetida e ironicamente se referia àquela data como “o primeiro dia da criação”.

¹⁸⁵ A reforma de Rui Barbosa é tida como o primeiro ensaio nitidamente papalista desde a gestão de Souza Franco, na década de 1850. E tal como naquele caso, quando se responsabilizou a “criatividade” do ministro pela crise cambial de 1857, Rui passou a carregar o ônus da instabilidade econômica dos anos 1890 pelo resto de seus dias.

¹⁸⁶ Para uma análise detalhada da evolução histórica do sistema monetário brasileiro, ver Andrada (1923), Calógeras (1960), Vieira (1962) e Aguiar (1973).

5.4.2.1 A emissão lastreada em títulos públicos

Tal como na contemporaneidade, a política econômica empreendida pelos governantes brasileiros do século XIX se lhes admoestava do estrangeiro, e a esta regra não fugiu a emissão de papel-moeda sem lastro em metais preciosos. A experiência internacional estava repleta de casos – até certo ponto, bem sucedidos – de países que adotaram este expediente na ausência de uma situação favorável de suas contas externas.

Tendo-se por premissa que, em termos monetários, o ordinário respondia pela emissão ao par estabelecido em 1846, era inevitável que se associasse o fracasso de se recorrer ao curso forçado a um drama maior: claro estava que apenas por acidente, ou por improváveis progressos nas tecnologias de mineração, a natureza forneceria ouro e prata no exato tamanho das necessidades de moeda de uma economia em rápido e volátil crescimento.

No Brasil do século XIX, portanto, tratou-se o padrão-ouro de um paradigma de enorme carga doutrinária, mas que raramente foi adotado na prática em função da escassez de lastro em que constantemente o país se encontrava. Foi essa condição de penúria que, segundo Franco (2008, p. 8), ensejou o surgimento de políticas heterodoxas: “Estando, na prática, alienados do padrão-ouro, fomos forçados a viver permanentemente sobre a exceção. Nesse contexto, os apologistas da exceção encontraram uma atmosfera especialmente hospitaleira.”

Conforme já mencionado, Rui Barbosa não negava, por princípio, as vantagens da emissão sobre o metal. Sua restrição ao padrão-ouro atentava, apenas e tão somente, para a impossibilidade prática desta instituição em um país cuja normalidade, no que se referia ao câmbio, era a instabilidade. Quando da desvalorização cambial, havia sempre uma corrida aos bancos para a troca das notas ao par, resultando em prejuízo para os mesmos até que este ciclo de baixa se encerrasse.

Se o recurso ao papel já havia sido largamente empregado durante o antigo regime, a justificativa e o propósito oferecidos por Rui ao seu empreendimento financeiro é que fizeram de seu nome o maior ícone do papelismo do Brasil oitocentista: a **consciência** da necessidade de emissão monetária, condicionantes *sine que non* do desenvolvimento, incorporava-se, de forma inédita, aos discursos de um *policymaker*:

Por mais nocivo que seja o papel-moeda no seu emprego ordinário, não há governo que possa repudiá-lo sob uma fórmula explícita ou implicitamente absoluta. **Por mais triste que seja a história do curso forçado, em todos os países, ainda naqueles que tragaram até às fezes a taça de calamidades acumuladas pelo seu abuso, impossível seria desconhecê-lo, não diremos só a utilidade, mas a imprescindibilidade fatal em**

emergências das mais melindrosas na existência dos povos modernos
(BARBOSA, 1892, p. 205, grifos meus).

A reforma da estrutura bancária levada a cabo por Rui baseou-se, desse modo, na criação de caixas regionais de emissão de moeda lastreada em apólices da dívida pública. A decorrência imediata de sua iniciativa foi um aumento de liquidez responsável por um vultoso crescimento da atividade produtiva, bem como dos níveis de inflação, sem par na história imperial.

O decreto de 17 de janeiro fixou a quantia a ser emitida em 450.000 contos, mantendo o sistema híbrido de garantia em ouro e em papéis da dívida pública. Além desta concessão, Rui alargava de modo significativo o poder de atuação das instituições financeiras¹⁸⁷ através de, basicamente, duas medidas: aumento do prazo de funcionamento dos bancos para 50 anos e a ampliação das operações bancárias, transformando-as em verdadeiras empresas industriais ou comerciais – uma vez que se permitia às mesmas proceder em descontos, depósitos, hipotecas, crédito agrícola, adiantamentos sobre instrumentos de trabalho, empréstimos industriais, compra e venda de terra, empresas de colonização etc. (AGUIAR, 1973, p. 240).

A primeira justificativa para a permissão dada aos bancos para emitirem sobre apólices – medida que, em última análise, visava claramente a aumentar a liquidez e, portanto, sustentar o desenvolvimento das atividades produtivas – residia sobre a necessidade latente de numerário que abarcasse a nova realidade econômica do país, reconhecido por sua cultura de entesouramento, em um novo contexto pós-abolição:

Os auxílios de papel-moeda, autorizados pela lei de 18 de julho, caíram sobre o mercado ávido, como gota d'água indiferente. Um vasto afluxo de empresas e transações, que a revolução surpreendera, corriam risco iminente de esboroar-se em vasta catástrofe, assinalando com o mais funesto *krach* a iniciação da República. Foi entre essas perplexidades e sob o aguilhão desses perigos, que recorri à única salvação possível, em semelhante conjuntura: **assentar, como os Estados Unidos tinham feito, em circunstâncias análogas e sob a força de iguais necessidades, a garantia do meio-circulante sob os títulos da dívida nacional** (BARBOSA, 1891a, p. 53, grifos meus).

¹⁸⁷ As críticas à reforma bancária não foram dirigidas exatamente ao volume das emissões, mas à ampla liberdade de atuação concedida aos bancos: “Na desafinação furiosa de cóleras, que contra o decreto vociferaram em diabólico frenesi, a nota predominante não era então o horror às emissões, mas o horror aos privilégios, com que se acenava ao capital convidado à organização desses bancos.” (BARBOSA, 1892, p. 243).

A explicação para uma expansão monetária de tal monta recaía, por sua vez, sobre dois fatos interligados. Em primeiro lugar, revogada a escravidão e celebrado o trabalho assalariado, fazia-se necessária uma quantidade de papel-moeda em circulação dispensável em tempos de mão de obra cativa. Além disso, havia um potencial reprimido de crescimento da atividade produtiva, o qual deveria ser aproveitado por uma política monetária condizente com o bom ânimo da produção: “O primeiro despertar da atividade nacional [...] suscitara, na praça, empresas bancárias, comerciais e industriais, cuja importância, em só dezoito meses igualou a de todos os cometimentos aqui organizados em sessenta anos do regime anterior.” (BARBOSA, 1891a, p. 130).

Se a consagração da inconvertibilidade não era, para Rui, um fim em si mesmo¹⁸⁸, a sua funcionalidade não se lhe escapou ao ministro da Fazenda. Tratava-se, afinal, de uma inovação revolucionária, pois somente o papel permitiria um crescimento da oferta de moeda além do autorizado pelo extrativismo mineral. Ele, como tantos outros políticos de sua geração, enxergou a vantagem da moeda fiduciária apoiando-se não apenas no caso norte-americano¹⁸⁹, mas também na guarida imediata dos mais diversificados atores sociais contemporâneos:

Embalde vos fiz ver, com o testemunho irrecusável das estatísticas, a insuficiência da nossa circulação atual, ante os cálculos dos estadistas do Império, ante os juízos da imprensa contemporânea, ante os pareceres de apreciadores estrangeiros, ante as condições materiais, os usos e as necessidades de nossa terra, ante os anais da moeda fiduciária nos países de papel inconvertível, ante a soma das emissões nos Estados mais famosos pela excelência do seu regime financeiro (BARBOSA, 1892, p. 28).

Convencido da inevitabilidade do curso forçado¹⁹⁰, Rui fornecia, assim, o combustível ao desenvolvimento que o setor produtivo havia muito reclamava. O apoio efusivo angariado nos mais distintos e improváveis segmentos da sociedade reforçou a sua já solidificada convicção de que equivocados estavam os que lhe impunham censura. Mesmo se, para tanto, estes se utilizassem dos mesmos argumentos por ele anteriormente empunhados.

¹⁸⁸ Na tentativa de eximir-se pela consumação da moeda inconvertível, afirmou que não fora “o governo republicano que matou a circulação metálica. Ela era apenas um embrião incapaz de vida, e morreu pela impossibilidade orgânica de viver.” (BARBOSA, 1891c, p. 185).

¹⁸⁹ O governo dos Estados Unidos já havia recorrido ao curso forçado durante a Guerra de Secessão: “Para remediar a crise, lembrou-se Chase de um sistema monetário que consistia na emissão de bilhetes bancários garantidos por títulos da dívida pública.” (BORMANN, 1945, p. 24). O plano de Rui se inspirava fortemente neste modelo, iniciado em 1863, e que vigorou até a inauguração do *Federal Reserve System*, em 1913.

¹⁹⁰ Uma década após a sua saída do Ministério da Fazenda, Rui Barbosa ratificava a medida por ele adotada afirmando que “a circulação inconvertível era fatal, como era fatal, que, em vez de espécies metálicas, assentasse a sua base em títulos do Estado.” (BARBOSA, 1900, p. 202).

A defesa de seu programa monetário não se limitou apenas às manifestações de seus correligionários, como o Conselheiro Lafayette¹⁹¹ e o senador Amaro Cavalcanti – o qual, durante a sustentação feita por Rui no Senado, atestou peremptoriamente que “a emissão não é excessiva; eu o demonstrarei com algarismos.” (*apud* BARBOSA, 1892, p. 42). Encontrou eco, também, nas vozes de adversários situados em espectro político-intelectual antagônico, como o ex-ministro da Fazenda, José Saraiva¹⁹², defensor enfático do padrão-ouro.

Ratificava a sua política monetária, ainda, a opinião emitida pelos Condes de Figueiredo e Salgado Zenha – dois dos mais eminentes banqueiros da capital, os quais, em teoria, deveriam temer um descontrole inflacionário que corresse seus rendimentos financeiros –, acerca dos objetivos focados, e dos fins alcançados, por sua reforma financeira: tornava-se “não só conveniente, como preciso e urgente, ALARGAR A EMISSÃO BANCÁRIA, que a princípio poderia parecer excessiva e arriscada, mas que AGORA AS CIRCUNSTÂNCIAS MOSTRAM SER DE INDECLINÁVEL NECESSIDADE.” (*apud* BARBOSA, 1909, p. 253, grifos no original).

Por fim, a impressão causada no *establishment* internacional, verbalizada por editoriais jornalísticos outrora arestosos¹⁹³, robustecia a plausibilidade da inconversibilidade e consagrava não apenas a motivação, mas a premência da medida. No *The Economist*, de 23 de dezembro de 1890, assim se apreciava a necessidade de numerário na economia brasileira:

A emissão de \$ 51.700.000 não é, para o Brasil, volume suficiente de meio-circulante. A extensão do país é imensa; e o raro uso de cheques, com o hábito comum ali, de reterem os indivíduos em seu poder largas quantias, em vez de depositá-las nos bancos, torna necessária no Brasil uma emissão *per capita* muito maior do que nos Estados Unidos da América, na França ou na Grã-Bretanha (*apud* BARBOSA, 1900, p. 206).

É nesse sentido, portanto, que se faz simbolicamente eloquente o laconismo da justificativa oferecida por Rui Barbosa para a expansão da base monetária ao longo de sua

¹⁹¹ Assim se pronunciava o ex-chanceler a respeito do oportunismo de se recorrer à moeda fiduciária naquele momento: “O meio-circulante existente é absolutamente insuficiente para o Império, [...] de modo que as emissões sobre apólices, ao molde norte-americano, oferecem ao público, às pessoas que com eles entram em relações, maiores garantias que os bancos metálicos.” (*apud* BARBOSA, 1900, p. 201).

¹⁹² O conservador José Saraiva resignava-se diante da impossibilidade de se atingir a paridade estipulada em 1846: “Sou um pouco metalista [...], mas reconheço que organizar bancos com base metálica talvez não seja possível aqui, por muitos anos, visto como o Brasil está segregado de todas as praças onde o ouro abunda.” (*apud* BARBOSA, 1900, p. 201).

¹⁹³ O *South American Journal*, de 16 de agosto do mesmo ano, manifestava-se em termos semelhantes ao do diário londrino: “Uma emissão de 45.000.000 não é excessiva para este país cujas exportações anuais passam de £ 25.000.000 só em café, borracha e açúcar. O país é vasto, e grandes somas de dinheiro ficam praticamente imobilizadas no remoto sertão, nos centros de negócio, para objetos comerciais.” (*apud* BARBOSA, 1900, p. 206).

gestão: “Forçoso era abaixar a taxa de juros.” (BARBOSA, 1891a, p. 198). A conversibilidade não deixara de ser um objetivo a ser perseguido; àquele momento histórico, porém, a adoção de uma política monetária condizente com o crescimento econômico far-se-ia mais adequada às aspirações do novo governo. Tratava-se da atuação consciente e deliberada do poder público com vistas à expansão do crédito, criando uma nova praxe na qual caberia ao Estado a determinação da taxa de juros.

5.4.2.2 A pluralidade bancária

Se o debate entre metalistas e papelistas permeou a opção pela emissão inconvertível, a segunda grande medida contida na reforma bancária ruiana esteve balizada pela contenda travada entre monopolistas e pluralistas. Muito embora sua posição tenha variado ao sabor da conveniência política, Rui Barbosa subscrevia a tese dos primeiros¹⁹⁴, asserção refletida em sua campanha promovida na redação do *Diário de Notícias* contra a economia de Ouro Preto:

Então combati o monopólio emissor, com que se agraciara o banco Figueiredo. Mas como o combati? Negando acaso a superioridade da monoemissão, em teoria, ao sistema da pluralidade? Não. Demonstrando simplesmente que não estava nas mãos da coroa substituir pela forma de sua preferência a que o legislador estabelecera, e o governo regulara. Nunca discuti a questão de doutrina (BARBOSA, 1892, p. 210).

Tal como o curso forçado, o expediente da pluralidade já havia sido largamente utilizado durante regime imperial. A própria lei que então vigorava quando Rui assumiu o ministério – promulgada em novembro de 1888, sob o gabinete de João Alfredo – já previa a adoção deste regime emissor.

Ainda que os distintos experimentos pluralistas, com destaque para o caso norte-americano, não tivessem sido exatamente exitosos, o século XIX terminava sem demonstrações irrestritas de confiança no monopólio bancário, devido, em grande medida, à natureza privada de praticamente todas as instituições financeiras: aquela que fosse agraciada com a exclusividade emissora gozaria de vantagens desleais em relação a seus concorrentes. É neste sentido que a pluralidade desfrutava de certo perfume libertário, verdadeiro deleite aos pendoros federalistas da República recém-instaurada.

¹⁹⁴ O ministro reconhecia o dissenso teórico que circunscrevia a questão: “Pluralidade bancária na emissão de papel inconvertível é invenção que nunca teve foros de teoria entre os economistas.” (BARBOSA, 1891a, p. 55).

A formação doutrinária, entretanto, não se traduziu em política pública quando de sua ascensão ao Ministério da Fazenda. Por certo, a necessidade de consolidação do novo regime fê-lo sucumbir declaradamente ao pragmatismo político para usufruir, ainda que temporariamente, dos proveitos expansionistas imanentes à pluralidade.

O cerne de sua justificativa para a aparente incongruência em relação à sua própria pregação de épocas não muito longínquas repousava sobre a imperiosidade do momento histórico¹⁹⁵. A necessidade latente de aumento do numerário, oxigênio indispensável para a sobrevivência do edifício republicano, exigia celeridade e realismo por parte do gestor público: “Para solver esta questão, não devemos pairar na região abstrata das teorias, mas descer ao terreno raso da história, da prática, da experiência acumulada. Ela é decisiva.” (BARBOSA, 1891a, p. 277).

Na ausência de um corpo teórico de vulto que sustentasse a plausibilidade das teses papelistas, recorria-se à realidade de experiências bem-sucedidas. A certeza de que o pragmatismo dos homens do mercado deveria sobrepor-se à abstração de autores alheios ao cotidiano da gestão pública faz-se capital no pensamento heterodoxo de Rui Barbosa:

Supor que baste isso, para impressionar o país, é adormentar a história; supor que isso baste, para converter o triclinio em templo e o *champagne* nas espécies da eucaristia, disputadas pelos crentes como pão do espírito liberal... **é acreditar que uma grande nação possa governar-se por academias de teoristas, e que o segredo dos grandes problemas políticos, perdido nos debates dos parlamentos, fosse imergir a sua incógnita na facúndia espumosa dos postres.** (BARBOSA, 1892a, p. 59, grifos meus).

Subjazia a utilização deste expediente econômico com vistas à legitimação do regime, portanto, o desígnio consciente de se “vulgarizar o crédito” (BARBOSA, 1891a, p. 56). Não se tratava, porém, de um cálculo permeado apenas por variáveis políticas. A expansão da liquidez requerida pela nova conjuntura econômica do país fazia do sistema financeiro peça fundamental na engrenagem vislumbrada por Rui: “Quem ajudou a expansão inglesa, francesa, alemã? O Rei? Não, foram os Bancos da Inglaterra, da França e do Reich, espalhando o crédito, criando indústrias, alargando o comércio.” (*apud* BASTOS, 1949, p. 183).

¹⁹⁵ Rui Barbosa assumiu, desta feita, a coerência de sua contradição: “Na organização do regime das emissões entre nós tive ocasião, senhores, de variar em dois sentidos. E não me pesa de confessá-lo. Tenho-me por feliz em não ser um desses homens, a quem o tempo e a experiência nada ensinam. Politicamente eu me envergonharia antes de pertencer à turba de indivíduos, que não conhecem, na sua vida inteira, senão uma idéia só, com a qual nunca se puseram em contradição. (Riso.) Governar, senhores, é variar. Não há nada mais distante do absoluto, mais incompatível com ele, do que as necessidades práticas do governo.” (BARBOSA, 1892, p. 31).

No atendimento às “justas reivindicações localistas” assentava-se a segunda motivação para a reforma bancária. Inúmeras foram as declarações por ele oferecidas no sentido de delegar às pressões provinciais o experimento pluralista: “Força era dar ao país meio-circulante de que ele carecia. [...] Decidimo-nos pela pluralidade, porque não tínhamos o arbítrio da seleção. **A monoesmissão bancária, ao amanhecer da revolução federativa, seria uma provocação a forças contra as quais não havia poder que lutasse.**” (BARBOSA, 1900, p. 203, grifos meus).

As causas regionais soavam-lhe tão impreteríveis que, no seu entender, o êxito da República dependia diretamente do triunfo da descentralização bancária preconizada em sua reforma financeira:

Mas se o governo provisório se tivesse abalancado a associar à nova emissão o princípio da unidade, fazendo-a radiar de um grande estabelecimento central, o puritanismo federalista não toleraria o atentado contra a nova ordem de coisas: e a vozeria inconsciente dos incautos [...] teria arrebatado o próprio princípio da emissão, sem o qual os interesses nacionais teriam soçobrado em incalculável naufrágio (BARBOSA, 1891a, p. 212).

Mais uma vez, destituído de uma matriz teórica que corroborasse o seu empreendimento, Rui Barbosa recorreu exaustivamente a exemplos estrangeiros – em especial, aos dos países industrializados da Europa ocidental – para chancelar as suas medidas. O caso mais eloquente, porém, era o ainda recente processo de industrialização observado nos Estados Unidos. As afinidades históricas incitavam-no à constante analogia entre a realidade econômica alcançada por este país e o potencial de desenvolvimento, ainda contido, do Brasil¹⁹⁶. No que concernia à arquitetura financeira norte-americana, o relatório do Ministério da Fazenda por ele redigido demonstrou, de forma detalhada, como a adoção da unidade bancária, estipulada em 1811 por Hamilton e Madison, resultou em uma crise fiscal sem precedentes, da qual se recuperariam somente uma década depois.

Um terceiro argumento recorrentemente utilizado em defesa do princípio pluralista residia na alegada superioridade das notas emitidas por bancos privados, os quais isentavam o Tesouro dos riscos embutidos nessa operação¹⁹⁷. Torna-se nítida a concepção de Rui a este

¹⁹⁶ Chang (2004) oferece um detalhado estudo acerca da estratégia de desenvolvimento capitaneada pelo Estado norte-americano ao longo do século XIX, no qual defende a adaptabilidade dos instrumentos de política econômica lá utilizados aos países periféricos.

¹⁹⁷ Rui aceitava a ideia de que o Estado poderia delegar, mas que jamais deveria **abdicar** da função de emitir: “Nunca se negou, nesta folha, ao Estado, o direito de delegar a emissão de certa espécie de papel. O que lhe recusamos, é a competência de ‘abdicar’ essa faculdade. Dessa expressão nos servimos: nunca de outra. Ora,

respeito quando da crítica ao desmonte de seu programa realizado pelos ministros Araripe e Lucena, seus sucessores na pasta da Fazenda. Da tribuna do Senado, em janeiro de 1892, Rui Barbosa não se furtou de sua veemência retórica para atacar a assunção, por parte do erário público, da responsabilidade de emitir moeda aos portadores:

Não, senhores; não há, na história financeira do mundo, exemplo assimilável a este. Converter o bilhete de banco em papel-moeda, isto é, transferir dos bancos para o erário a responsabilidade das emissões, é fato virgem. O contrário tem-se visto: desafogar-se o Tesouro de emissões oficiais, resgatá-las, a troco da emissão bancária. Isso sim: é útil, é justo, é sensato. [...] Mas o contrário! Exonerar o governo os bancos emissores, e oprimir-se a si mesmo com o tremendo espólio das responsabilidades deles, é caso nunca visto. São farfândias de nababo arruinado, a quem, com a consciência e a fortuna, se esvaísse o sentimento da própria reputação (BARBOSA, 1892, p. 76).

Semanas antes de abandonar o cargo no governo de Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa editou uma última medida que atuou para alimentar o tão explorado paradoxo observado entre a sua pena de jornalista e a sua caneta de ministro. Em 7 de dezembro de 1890, o governo abdicou do empreendimento pluriemissor e, com a instituição do Banco da República da República dos Estados Unidos do Brasil (BREUB), de propriedade do Conde Francisco de Figueiredo, brindou o retorno à unidade bancária.

Rui Barbosa ancorava-se, nesse momento, nos ensinamentos de Adolph Wagner. Apesar de a pluralidade emissora atender de modo mais satisfatório as necessidades dos negócios, o economista alemão admitia que um nível adequado de liquidez também poderia ser atingido através de um grande banco central com filiais espalhadas pelo país, cuja principal vantagem respondia pela maior estabilidade em momentos de crise¹⁹⁸.

Um segundo benefício exclusivo a uma autoridade monetária centralizada era o seu poder alargado de atuação no mercado cambial, o que conferiria, por consequência, um maior equilíbrio à taxa de câmbio contra ataques especulativos. Desse modo, as políticas cambial e

entre abdicar e delegar medeia o infinito. Dentre as duas idéias, a primeira exprime a renúncia ao direito; a segunda, a renúncia ao uso temporário dele. Esta traduz uma transmissão passageira de autoridade, um mandato transitório; aquela interessa o direito mesmo, alienando-o. [...] Será, se quiserem, uma delegação a faculdade, liberalizada a estabelecimentos bancários, de emitir moeda fiduciária. Mas o Estado não abdica nisso o seu direito. Abdica-o, porém, se se privar, por ilimitado tempo, ou para sempre, da atribuição de emitir essa espécie de moeda.” (BARBOSA, 1892, p. 207).

¹⁹⁸ No Brasil, a formação de uma autoridade monetária formalmente instituída não pareceu responder a um processo de concentração do capital financeiro, tampouco demonstrou ser fruto dos ganhos de economias de escala nos negócios bancários. De acordo com Franco (1983), tratou-se a centralização bancária de um processo claramente induzido pelo governo, cuja motivação seria a de promover a estabilidade cambial e monetária através de uma organização robusta o suficiente para intervir no mercado quando necessário, assumindo, deste modo, as vezes de uma instituição pública.

monetária executadas por um único organismo estatal mereceriam fiscalização ainda mais rigorosa por parte do governo, resultando em um movimento sinérgico de dois dos principais instrumentos política econômica (GREMAUD, 1998, p. 22).

Rui procurou legitimar mais este recuo esposando-se, novamente, nos reclamos federalistas. Por que, então, o governo brasileiro não aderira ao monopólio já na reforma de 17 de janeiro? “Nos meus primeiros decretos não estabeleci a pluralidade senão como compromisso com as tendências federalistas, em cujo nome a revolução acabava de fazer-se. Mas nunca elevei semelhante solução à altura de doutrina. Nesse assunto enxerguei sempre uma questão de vantagens, nunca de princípios.” (BARBOSA, 1892, p. 32).

A despeito da metamorfose em que se transformou o discurso de Rui Barbosa sobre as mais distintas matérias – com direito a uma argumentação sectária quando nos dois pólos do debate –, não foram desprezíveis os apoios angariados ao seu plano econômico. De fato, não faltou quem aplaudisse o retorno ao monopólio bancário – uma clara tentativa, ainda que tardia, de exercer algum controle sobre a sua própria criatura no momento em que as crises cambial e inflacionária já se lhe respingavam sobre a credibilidade. Mais uma vez, o amparo não partiu apenas de seus pares¹⁹⁹, mas de setores que havia pouco lhe eram hostis, como os periódicos *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Comércio*.

Nota-se, diante do exposto, que a opção inicial pela pluralidade bancária calçou-se na consciência da necessidade emergencial de se expandir a base monetária. Para tanto, não haveria estrutura mais engenhosa do que a de se delegar a caixas regionais a tarefa de suprir os agentes econômicos com o numerário condizente com a nova realidade do país.

5.4.3 A política fiscal do governo revolucionário: o contracionismo do desenvolvimento

A política econômica do primeiro gabinete republicano não se limitou a confrontar a normatização monetária sugerida pelo padrão-ouro. O debate que circunscreveu a estruturação financeira da nova Constituição – e, de forma mais específica, a articulação parlamentar que antecedeu a aprovação da proposta orçamentária de 1891, jamais executada por Rui Barbosa – revelam algumas de suas principais ideias acerca da potencialidade e das limitações da política fiscal.

¹⁹⁹ A confiança que o ministro das Relações Exteriores, Benjamin Constant, depositava em seu par levou-o, no momento em que o plano já demonstrava sinais de fragilidade, a proferir o controvertido voto: “Acompanho, cada vez com mais confiança, o Sr. Ministro da Fazenda, com quem preferiria errar, a acertar com outros.” (apud BARBOSA, 1892a, p. 61).

O ministro da Fazenda empenhou-se pessoalmente para tentar demonstrar que os dispêndios realizados em sua gestão mantiveram-se em níveis equivalentes aos dos últimos gabinetes do Império. Rechaçado pelos fatos, procurou imprimir a aura de inevitável à sua política fiscal, a fim de inocentá-la em nome da sustentação do regime encetado a partir de 15 de novembro.

A diligência que envolveu a votação do orçamento federal para o ano de 1891 contribui para elucidar o raciocínio anticíclico de que dispunha o ministro. Convencido de que a conjuntura política exigia esforços excepcionais para legitimar o novo governo, Rui conferiu a tais dispêndios o predicado de “inadiáveis”, sugerindo que a austeridade colocaria sob risco a viabilidade do movimento republicano.

A imperiosidade revolucionária prestou-se, portanto, a escudar a política fiscal heterodoxa preconizada por Rui Barbosa. Valendo-se da analogia com acontecimentos históricos – como a França pós-napoleônica de 1815 e a Itália, recém-unificada, de 1870 –, certo estava de que o futuro promissor absolveria as despesas “incertas e incalculáveis” efetuadas ao longo de 1890: “Os governos revolucionários não são, não podem ser governos econômicos.” (BARBOSA, 1891a, p. 18).

O triunfo político do novo regime também lhe serviu, *a posteriori*, como argumento para justificar os excessos de sua expansão fiscal. Pacífico e ordeiro, o advento republicano isentaria historicamente os eventuais abusos do Tesouro:

A despesa descomediou-se; mas esse mal, de que ainda nenhuma revolução saiu indene, era o preço de benefícios, com que ainda nenhuma revolução se recomendou; era o mais benigno de todos os resgates, que se podiam estipular pela transição instantânea entre duas formas opostas de governo; era o tributo necessário da paz, primeira vítima de todas as revoluções e conquista magnífica da revolução de 15 de novembro (BARBOSA, 1892, p. 161).

A argumentação oficial extrapolava as causas de cunho político. A concepção fiscal do agora gestor público Rui Barbosa não se coadunava com o comedimento sugerido pela teoria liberal. Pelo contrário: ao assumir o cargo executivo, Rui passou a cortejar uma atuação econômica mais aprofundada do Estado. Ao contrapor-se à austeridade reclamada pelo parlamento para aprovar o projeto da nova carta magna, o ministro transpunha a conjuntura hodierna para responsabilizar a inelasticidade dos gastos públicos pelo não atendimento de demandas futuras, àquele momento, imprevisíveis:

Pois será possível fazer do orçamento de um exercício um círculo de ferro para todos os orçamentos futuros? Suponhamos que há grandes cortes, que dar, na despesa calculada agora. Podeis assegurar eternidade a essas economias? Se as fontes de renda, a que, na Constituição, reduzirdes o Governo Federal, não derem de si mais que a receita estritamente precisa ao país no ano vindouro, onde há de a União ir buscar meios de subsistência, quando as suas necessidades, nos anos subsequentes, transpuserem essa medida? (BARBOSA, 1890, p. 179).

Cabe ressaltar que, paralelamente aos gastos por ele classificados como “inerentes a governos revolucionários”, observou-se uma significativa priorização das rubricas relacionadas aos investimentos. Não se deve negligenciar esta qualificação quando se considera que este tipo de despesa – com destaque para os recursos destinados à melhoria da rede de transporte e da geração de energia – visava à redução dos custos e ao aperfeiçoamento do sistema produtivo nacional²⁰⁰.

Conquanto tenha anuído à expansão intencional dos dispêndios do governo, não se podia acusá-lo, entretanto, de irresponsabilidade em matéria fiscal²⁰¹. Evidencia-se a parcimônia em relação às contas públicas quando se tem em vista os diversos expedientes por ele adotados com vistas à racionalização das despesas – como o fim dos empréstimos à lavoura, a reforma na estrutura administrativa dos ministérios e a criação do Tribunal de Contas da União (TCU). Neste mesmo sentido, atuou para aumentar a arrecadação do Tesouro através de medidas como a repressão ao contrabando na fronteira sul e a elevação média dos impostos de importação. Se cotejado, o déficit fiscal de sua gestão foi proporcionalmente inferior ao verificado nos mandatos dos seus antecessores²⁰²:

Seria contra-senso esperar que um governo revolucionário pudesse obstar ao crescimento da despesa pública. Por outro lado, executou com muito engenho o orçamento de 1890, obtendo aumento apreciável na arrecadação da receita. Esta vantagem, aliada à prudência com que despendeu, na hora

²⁰⁰ Em comparação aos investimentos realizados pela gestão Ouro Preto, Bormann (1945, p. 76) quantifica os esforços do governo discricionário nos seguintes termos: “Rui teve a peito, quando ministro, ampliá-los em alto grau. [...] Em dispêndios desta natureza aplicou Rui – afora a verba orçamentária – 20.491 contos de réis, isto é mais do dobro da quantia desembolsada por Ouro Preto. Empregou tão apreciável porção das rendas públicas em promover a construção de vias férreas e o prolongamento de muitas outras.”

²⁰¹ O conceito de superávit primário, ainda que por ele não tenha sido colocado em prática, já se fazia presente na concepção fiscal do ministro: “O lema do novo regime deve ser, pois, fugir dos empréstimos, e organizar a amortização; não contrair novas dívidas, e reservar, ainda que com sacrifício, nos seus orçamentos, quinhão sério ao resgate.” (BARBOSA, 1891a, p. 185).

²⁰² O confronto com a execução fiscal dos últimos dois gabinetes do Império foi, segundo o próprio Rui Barbosa, favorável à sua gestão: “Cumprê dizê-lo, apesar das dificuldades inerentes ao período inicial do novo regime, [...] o Ministério da Fazenda não aumenta a sua despesa: redu-la. De feito, no projeto de orçamento apresentado às câmaras, pelo ministério João Alfredo, a despesa da pasta da Fazenda é avaliada em 62.102:163\$851. Pois bem: para o exercício de 1891, essa seção da despesa federal é orçada, agora, pelo Tesouro, em 61.016:194\$655. Diferença para menos a favor do orçamento republicano: 1.085:971\$196.” (BARBOSA, 1890, p. 172).

propícia ao desperdício, consentiram-lhe apurar um déficit de vinte e cinco mil contos de réis. Igualou-o, portanto, ao verificado no exercício anterior, cujo orçamento havia sido executado em ano normal e favorável (BORMANN, 1945, p. 99).

Depreende-se, diante do exposto, que a reconfiguração da política fiscal executada pelo ministro Rui Barbosa baseou-se, em larga medida, no deslocamento dos gastos correntes para os investimentos em infra-estrutura. Ainda assim, a despeito do esforço contracionista a que se propunha, o governo republicano assentiu deliberadamente na dilatação dos dispêndios para além daqueles reclamados pela legitimação do novo regime político, evidenciando a sua intenção deliberada de sustentar a demanda agregada no curto prazo.

5.5 Rui Barbosa e a origem do desenvolvimentismo

A heterodoxia do pensamento econômico de Rui Barbosa não se caracterizou apenas pelo combate aos ditames estabelecidos pelo padrão-ouro ou pela defesa do déficit orçamentário em momentos de retração da atividade econômica. Indo além, Rui também ofereceu uma precoce defesa da industrialização e da necessidade de “construção nacional”, motivo pelo qual pode ser considerado como um dos precursores do desenvolvimentismo brasileiro que ganhou expressão ao longo do século XX.

Figura central do movimento pró-industrialização surgido a partir da crise econômica dos anos 1890, Rui Barbosa delineou a política preconizada por este novo estágio do pensamento industrial brasileiro. Coube aos membros desse grupo qualificar as reivindicações da classe, para a qual o amparo ao órgão industrial deveria repousar não apenas sobre a política monetária, mas também em instrumentos de proteção alfandegária.

5.5.1 Industrialização e os primórdios da substituição de importações

A premência com que Rui Barbosa aspirava à industrialização da economia brasileira pode ser aferida pela frequência com que a questão foi evocada em seus discursos e escritos. A este tema, contudo, o autor não imprimiu o radicalismo manifestado em outras arenas, uma vez que o modelo de desenvolvimento por ele vislumbrado pressupunha uma complementaridade harmônica entre os setores agrícola e industrial: “Na adiantada civilização dos nossos tempos, a indústria é inseparável da agricultura.” (BARBOSA, 1882, p. 255).

Rui Barbosa defendia, em um estágio inicial, o estabelecimento de empresas relacionadas ao setor primário, como um transbordamento espontâneo de suas atividades. Entusiasta das vantagens de que dispunha a produção agrícola no Brasil, combateu, ainda assim, o exclusivismo oferecido à cultura cafeeira, aviltando exaustivamente os recorrentes “auxílios à lavoura”²⁰³:

Não pouca vantagem haverá em passarmos da condição de país exclusivamente consumidor, em matéria industrial, para a de país também produtor. O nosso grande erro tem sido aplicar ao Estado, o sistema em geral seguido pelos nossos ricos agrícolas: produzir muito café. Tratar exclusivamente do café, ainda que hajam de comprar tudo o mais, inclusive os gêneros de primeira necessidade, que eles mesmos facilmente poderiam produzir (BARBOSA, 1891b, p. 129).

Para se atingir este patamar avançado de desenvolvimento, entretanto, far-se-ia imprescindível, em sua opinião, a atuação deliberada do poder público. O privilégio dedicado à agricultura ao longo de todo o regime imperial oportunizara, a partir de então, a intervenção do Estado com vistas à industrialização, cujos proventos concorreriam para legitimar o governo recém-instituído²⁰⁴:

O desenvolvimento da indústria não é somente, para o Estado, questão econômica: é, ao mesmo tempo, uma questão política. [...] A República só se consolidará sobre alicerces seguros, quando as suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regime, que lhe trará o equilíbrio conveniente (BARBOSA, 1891b, p. 143).

Defesa tão aguçada de uma política excessivamente heterodoxa para um país periférico não poderia vir desacompanhada de censuras com igual veemência. Bandeira de Melo, por exemplo, aventou que Rui fazia de sua obsessão pela industrialização uma questão política, a qual extrapolava a razoabilidade econômica, contrariava o curso natural e não encontraria, portanto, foro em teorias ou experiências históricas (BASTOS, 1949, p. 139).

²⁰³ Rui não abdicava da ironia sempre presente em seus discursos para atacar as benesses oferecidas ao setor rural: “O rótulo [auxílios à lavoura] aludia à agricultura. Mas a indústria realmente favorecida foi a indústria eleitoral.” (BARBOSA, 1891a, p. 215).

²⁰⁴ O desenvolvimento pífio do setor industrial, e por consequência, da oferta nacional, ao longo do século XIX foi assim descrito pelo ministro republicano: “Após mais de sessenta anos de administração monárquica, o trabalho industrial, entre nós, vegetava ainda raquiticamente no estado mais rudimentar. [...] Contavam-se os estabelecimentos fabris de alguma importância; e nem o produto desses, nem o dos pequenos industriais, dispersos em exíguo número e circunscritos à esfera de suas tendas, representavam elemento considerável para a satisfação das nossas necessidades. Data do princípio de 1886, a emersão, da grande indústria, que, a respeito de alguns artigos de produção, já dois anos depois começava a concorrer com os similares estrangeiros.” (BARBOSA, 1891a, p. 141).

O emprego assíduo da expressão “renascença industrial” como sinônimo de desenvolvimento econômico também faz-se simbolicamente eloquente nos discursos de Rui Barbosa. A metonímia sugere que, para o autor, o processo de industrialização, por si só, abarcaria o sentido de desenvolvimento em sua totalidade, o que evidencia a centralidade daquele setor para que se atingisse este estágio superior da civilização. Denota-se que, apesar de o desenvolvimentismo extrapolar a simples defesa do órgão industrial, a consolidação da manufatura nacional fazia-se indispensável em sua concepção econômica (AGUIAR, 1973, p. 171).

Ratifica a coerência de seu projeto o fato de que o seu posicionamento pró-industrialização antecedia sua ascensão frente ao ministério republicano. Por ocasião da inauguração do curso profissionalizante do Liceu de Artes e Ofícios, Rui proferiu, ainda em 1882, um famoso discurso no qual manifestou a sua visão acerca da importância do desenvolvimento industrial para a economia brasileira:

Mas somos uma nação agrícola. E por que não também uma nação industrial? Falece-nos o ouro, a prata, o ferro, o estanho, o bronze, o mármore, a argila, a madeira, a borracha, as fibras têxteis? Seguramente, não. Que é, pois, o que nos minguia? Unicamente a educação especial, que nos habilite a não pagarmos ao estrangeiro o tributo enorme da mão d'obra. **Nenhum país, a meu ver, reúne em si qualidades tão decisivas para ser fecundamente industrial, quanto aqueles, como o nosso, onde uma natureza assombrosa prodigaliza às obras do trabalho mecânico e do trabalho artístico um material superior, na abundância e na qualidade** (BARBOSA, 1882, p. 255, grifos meus).

Evidencia-se, assim, o relevante papel do setor manufatureiro em sua concepção. Ao ser nomeado para o mais importante cargo do primeiro governo republicano, oito anos mais tarde, Rui Barbosa recorreria a instrumentos de política econômica os quais outrora condenara para lograr tais objetivos, como uma reforma tarifária protecionista e a cobrança em ouro dos impostos de importação.

5.5.1.1 A reforma alfandegária

O interesse que Rui dedicou à questão industrial adquire contornos ainda mais persuasivos quando, para além do seu discurso, se analisam os feitos por ele realizados. A reforma alfandegária aprovada durante a sua passagem pelo Ministério da Fazenda evidencia o deslocamento da prioridade do gabinete revolucionário em direção à manufatura nacional.

Com exceção das legislações tarifárias aprovadas em 1844 e 1879, a política aduaneira fora, durante todo o Império, um instrumento meramente fiscal. Neste sentido é que a reforma empreendida por Rui Barbosa consagrou-se na literatura por auferir, pela primeira vez, um caráter econômico com vistas ao fomento da produção nacional²⁰⁵.

Intelectual de formação ortodoxa, o agora *policymaker* Rui Barbosa aproximou-se de políticas posteriormente associadas ao desenvolvimentismo ao utilizar-se de meios tarifários de clara manifestação protecionista. Com intuito declarado de “naturalizar indústrias peregrinas, inteiramente adaptáveis às circunstâncias do país”, o ministro da Fazenda amparava-se em Mill – para quem havia casos “em que as leis econômicas se conciliam com o uso de direitos protetores” – a fim de atenuar a lógica da própria teoria clássica do comércio internacional em nome do pragmatismo de curto prazo (BARBOSA, 1891b, p. 127).

Assim sendo, o governo outorgou o Decreto 836, em outubro de 1890, o qual balizaria as novas pautas da política tarifária, cujos principais objetivos podem ser sumarizados em três pontos inter-relacionados: (1) Estimular a produção nacional e, assim, despressurizar a Balança Comercial; (2) Promover maiores rendas alfandegárias, eximindo o Tesouro de novos empréstimos externos; e, por fim, (3) Criar um poder de barganha suficiente para negociar com maior altivez junto aos demais parceiros comerciais.

A reforma almejava, primordialmente, facilitar a entrada de matérias-primas empregadas na incipiente produção nacional, mormente nas cadeias de alimentação e vestuário²⁰⁶. Seu caráter seletivo também revela o objetivo de embaraçar a entrada de artigos que competiam com similares nacionais²⁰⁷, sem vislumbrar, porém, o estabelecimento de setores considerados “artificiais” à economia brasileira, como a siderurgia ou a metalurgia:

²⁰⁵ A reforma tinha por objetivo principal incentivar a produção nacional. A variável fiscal, entretanto, jamais deixou de ser considerada nos cálculos do ministro: “Não é, porém, somente a interpretação dada aos interesses nacionais da indústria, ou da agricultura, não é esse elemento econômico o único fator nas variações do caráter das tarifas. Uma força de outra ordem, o peso dos orçamentos, a pressão da despesa pública associa-se, em toda a parte, mais ou menos, àquela causa, sobre a qual, não raro, chega a preponderar.” (BARBOSA, 1891b, p. 131).

²⁰⁶ A livre competição com economias de industrialização precoce tornava vantajosa a importação da maioria esmagadora dos bens de consumo não-duráveis. Em observação de forte simbolismo, o senador Amaro Cavalcanti alertava para o motivo de se importar até palitos-de-dente estrangeiros: “Simplesmente por preguiça.” (*apud* BASTOS, 1949, p. 60).

²⁰⁷ De forma sumarizada, pode-se exemplificar este objetivo através dos critérios utilizados para a elaboração da reforma. Os produtos cuja entrada no país foi facilitada pertenciam à classe dos insumos, como por exemplo: materiais químicos destinados a adubos ou corretivos da indústria agrícola, alambiques destinados às usinas de açúcar; máquinas, ferramentas e outros instrumentos de trabalho; óleos animais, indispensáveis à indústria; assim como o querosene, chumbo, zinco, estanho, cobre fundido, ferro e vergalhões, entre outros. Já aqueles que contavam com concorrentes nacionais tiveram suas tarifas elevadas, como a carne seca e o arroz; mobílias, colchões, espanadores, redes e vassouras; algodão, cobertores, flanelas, copos, frascos, doces, velas etc. (BASTOS, 1949, p. 141).

Para que esses auxílios não prejudiquem a indústria nacional, ficou igualmente estatuído que a isenção não poderá compreender gêneros, mercadorias e objetos, que tiverem similares fabris de produção nacional, nem matérias primas de que haja no mercado suficiente quantidade também de origem brasileira (BARBOSA, 1891b, p. 204).

Reforça o escopo de se substituir bens estrangeiros pelos produzidos internamente a aprovação, em novembro de 1890, da chamada “lei dos similares”. Conquanto Topik (1987, p. 155) a tenha classificado como uma “versão mais suave” da legislação sancionada em 1887²⁰⁸ – quando o governo imperial decretara que nenhum setor poderia receber isenção de direitos se uma mercadoria semelhante já fosse produzida no Brasil –, não se deixava de reconhecer a intenção de inibir a importação de produtos de consumo não-duráveis. Aplaudida pelos industriais, o projeto trouxe resultados aquém dos esperados pelo governo, porém.

Nesse sentido, Aguiar (1973, p. 177) corrobora o entendimento de que o ministro estruturou uma reforma “buscando retificar a corrente importadora, mediante uma política seletiva dos bens a adquirir e um estímulo à produção substitutiva daquilo que aqui se pudesse obter.” De modo que o seu inegável viés protecionista justificar-se-ia na medida em que a experiência adquirida pelos países de industrialização precoce conferira-lhes produtividade contra a qual não se poderia competir sem a introdução de mecanismos de defesa comercial:

Nenhum país reúne, nos seus recursos naturais, proporções tamanhas e tão variadas, como este, para o desenvolvimento de indústrias poderosas e opulentas. Mas outros, principiaram muito antes de nós; e, para esmagar a nossa concorrência, condenando-a à inferioridade, à atrofia e ao marasmo, bastam-lhes as vantagens inerentes a essa prioridade. Impossível será, pois, estabelecer-se a concorrência em condições equitativas, proporcionar-se ao trabalho nacional esse *fair play*, em que, aliás, consiste o objeto e o atrativo do regime livre, se não buscarmos ressarcir um pouco as desvantagens da nossa tardia entrada na arena da competência industrial mediante certa dose de proteção, moderada, temporária, mas compensadora (BARBOSA, 1891b, p. 128).

Para mitigar a evidente contradição entre a política adotada e as suas (antigas) convicções teóricas, Rui valia-se, mais uma vez, das mais distintas experiências internacionais. O relatório do Ministério da Fazenda apresentado em 1891 discorre longamente acerca do desenvolvimento europeu e norte-americano, tido como o mais profícuo caso de industrialização recente. Para ele, a pujança do órgão industrial estadunidense repousava,

²⁰⁸ A “suavização” da proposta de Barbosa respondia pela clara flexibilização subjacente à sua medida. Pelo Decreto 947/1890, apenas os bens produzidos em quantidade suficiente para satisfazer **toda** a demanda interna é que poderiam gozar de proteção alfandegária.

primordialmente, sobre sua política tarifária protecionista: “À aspereza de suas taxas se deve incontestavelmente a enorme acumulação de recursos financeiros.” (*apud* BASTOS, 1949, p. 129). Ademais, delegou a própria recuperação econômica daquele país após a guerra civil ao exitoso funcionamento de seu aparelho protetor: “A União Americana refez as suas finanças, aboliu o curso forçado, converteu a sua imensa dívida pública, e em grande parte a extinguiu, apoiando-se nas alfândegas.” (BARBOSA, 1891b, p. 142).

Faz-se imperativo ressaltar que, apesar do claro caráter substitutivo da reforma, Rui Barbosa não reclamava o uso perene do protecionismo como instrumento de industrialização *per se*. Em sua opinião, uma estrutura tarifária bem empregada satisfaria os objetivos finais da indústria nacional quando dela não mais necessitassem os empresários brasileiros: “Cultivada assim, ela [a indústria] encontrará em si própria o segredo de vencer, dispensando os obséquios do sistema protetor.” (BARBOSA, 1882, p. 257). Assim, a utilização moderada de mecanismos de defesa comercial renderia benefícios tanto para os capitalistas nacionais, quanto para os cofres públicos:

Fugindo à sistematização do protecionismo, [...] **pendemos por uma proteção módica e lenta, aplicada com critério a cada caso especial, estudado nos seus efeitos, ir preparando a indústria nacional, para, em época mais ou menos próxima, confiar exclusivamente em si mesma**, e criando simultaneamente um mecanismo de rendas internas, que nos habilite a recorrer cada vez menos, em suprimento das necessidades do Tesouro, aos direitos de fronteira (BARBOSA, 1891b, p. 129, grifos meus).

O modelo de fomento à industrialização concebido por Rui Barbosa continha outras medidas além dos estímulos fiscais, creditícios e alfandegários. Intrinsecamente relacionada à reforma tarifária, a controversa exigência de recolhimento dos impostos de importação em ouro perfazia a outra face do seu arquétipo de proteção à manufatura nacional.

5.5.1.2 O direito de importação em ouro

A política substitutiva de importações do primeiro governo republicano não se limitou à simples elevação de algumas das tarifas aduaneiras. A obrigatoriedade de se liquidar o direito de importação em ouro atuou como a segunda perna de uma mesma pinça, cujo objetivo final era revalorizar a taxa de câmbio através da arrecadação tributária em divisa

conversível, revertendo, assim, o déficit do balanço de pagamentos²⁰⁹: “O móvel dessa medida estava na intenção de auxiliar o governo a reunir no erário público a soma de moeda metálica indispensável às despesas, cuja satisfação não se pode realizar noutra espécie.” (BARBOSA, 1891b, p. 155).

O depósito compulsório em metal precioso²¹⁰ – medida à qual já se havia recorrido em outras situações, como na crise cambial de 1867 – operou, além disso, como um “moderador das importações”, atenuando os efeitos nocivos que a especulação com base na constante variação da taxa de câmbio trazia à economia brasileira²¹¹: “Essa reforma se destinava precisamente a acabar com a mais perigosa e poderosa classe de especulação: a que se exerce no comércio importador, provocada pela arrecadação dos impostos de consumo em papel.” (BARBOSA, 1892, p. 129).

A lógica implícita a essa medida repousava sobre a necessidade de se arrecadar recursos historicamente escassos para o cumprimento dos haveres externos. Diante da instabilidade inerente à exportação de produtos primários, a moeda nacional sofria constantes pressões de baixa (desvalorização). Com essa instrução, o governo procurava arrecadar divisas na mesma espécie em que eram realizados os pagamentos internacionais, de modo a forçar uma alta (valorização) da taxa de câmbio²¹².

²⁰⁹ A cobrança dos direitos alfandegários em ouro foi estipulada em duas fases. Em 10 de maio de 1890, o governo instituiu a cobrança de 20% em ouro se a taxa cambial estivesse entre 20 e 24 *pence* por réis, e de 10%, se entre 24 e 27, cessando logo que a mesma atingisse o par. Cinco meses depois, o governo baixou o decreto 804, em 5 de outubro, a partir do qual cobrar-se-ia em metal precioso a totalidade do direito de importação.

²¹⁰ Conforme indica Leopoldi (2000, p. 102), a cobrança dos direitos de importação em ouro foi solicitada ao ministro da Fazenda pelos próprios industriais. Antonio Felício dos Santos enviou outro documento assinado por empresários fluminenses e mineiros, no qual requeriam, também, a redução da tarifa sobre as matérias-primas importadas.

²¹¹ O processo de especulação no comércio internacional consistia em importar os bens em quantidade superior à demanda, forçando, assim, a baixa (desvalorização) do câmbio. Ao revendê-los no mercado interno em um segundo momento, o importador auferia maiores lucros quanto maior fosse a diferença entre a taxa no momento da compra e da venda. A esse respeito, assim se pronunciou Rui Barbosa: “As alternativas de alta e baixa no câmbio constituem, assim, copiosa fonte de renda para o especulador, que compra tanto mais barato, e vende tanto mais caro, quanto maior é a variação do câmbio, no período em que se desdobra a sua operação de compra e venda. Com essas variações, pois, nas quais o consumidor perde sempre, ganha as mais das vezes o especulador.” (BARBOSA, 1892, p. 130).

²¹² Joaquim Murinho estabeleceu com clareza as diferenças entre os dois processos de cobrança: o comum (em papel-moeda) e o que havia sido estabelecido por Rui Barbosa (em ouro): “Com o primeiro, o governo em épocas determinadas comprava grandes quantidades de libras esterlinas, em duas ou três praças da república; com o segundo, o governo, a todo momento, por intermédio de todos os importadores, em todos os pontos em que há alfândegas, retirava, por pequenas parcelas, o ouro de que precisava. Desse jeito, portanto, enfraquecia-se num mercado cambial sensível como o nosso, a pressão para a baixa, provocada por compras quantiosas de letras de câmbio. Nestas circunstâncias, a operação, pelo segundo processo, se efetuava a todos os momentos e em todos os lugares, diluindo-se por essa forma sua ação perturbadora em uma continuidade de tempo e de espaço.” (*apud* BORMANN, 1945, p. 47).

No que concerne ao seu efeito substitutivo, Rui assegurava que a cobrança em ouro não constrangeria as importações. “Não é protecionismo barato”, afirmava o ministro. Todavia, ao amparar-se na defesa proferida pelo professor Luis Rafael Vieira Souto, a tese da neutralidade era novamente relativizada, dado que o mesmo catedrático aquiescia, em algum grau, à restrição imposta pela medida à livre entrada de bens estrangeiros no país: “Se a medida tivesse sido tomada desde o primeiro ano da República, como pretendeu fazer o ministro Rui Barbosa, as importações não teriam sido exageradas, como foram de 1892 a 1897, e o Brasil não teria tido necessidade de passar pelo vexame da moratória de 1898.” (SOUTO, 1925, p. 306).

O próprio ministro não excluía a possibilidade de esta obrigação trazer algum tipo de embaraço às importações. Neste caso, o efeito colateral seria, ainda assim, duplamente positivo, pois além de preservar as divisas em território brasileiro, atuaria no sentido de fomentar a produção nacional: “Suponhamos, todavia, que se dá a redução [das importações]: a prosperidade do país, estimulada pelo desenvolvimento de outras fontes de renda, a suprirá. A indústria nacional, assim fomentada, poderá tributar-se de modo a compensar a diferença.” (BARBOSA, 1891b, p. 165).

Torna-se manifesto, desse modo, o intuito protecionista da política comercial levada a cabo por Rui Barbosa. Seja através da reforma da alfândega, seja por meio da exigência de recolhimento do tributo de importação em ouro, o governo agia deliberadamente para incentivar as plantas industriais que aqui já haviam se estabelecido.

5.5.2 O nacionalismo em Rui Barbosa

A retórica nacionalista subjacente ao discurso de Rui Barbosa traz à liça outro elemento não convencional de seu pensamento. O sempre presente anseio de “construir” economicamente a nação caberia, agora, ao regime republicano: “O Império fora prudência. A República será a audácia”, prometia o jurista (*apud* VIANA FILHO, 1965, p. 197). Baseado no arquicitado exemplo norte-americano, o ministro da Fazenda procurava aqui reproduzir, com um século de atraso, o feito de Alexander Hamilton.

Erudito de vivência cosmopolita, Rui não se utilizava de elementos xenófobos para estruturar a sua ação. Ainda que tenha entrado em litígio financeiro com os países europeus – especificamente, com a Inglaterra –, seu projeto de desenvolvimento não excluía a

participação do capital estrangeiro; buscava apenas enaltecer e proteger a soberania do novo país que emergia a partir do 15 de novembro:

Mas o que lhe importa é que dê começo a governar-se a si mesmo; porquanto nenhum dos árbitros da paz e da guerra leva em conta uma nacionalidade adormecida na tutela perpétua de governos, que não escolhe. Um povo dependente no seu próprio território e nele mesmo sujeito ao domínio de senhores não pode almejar seriamente, nem seriamente manter a sua independência para com o estrangeiro (BARBOSA, 1921, p. 50).

A própria defesa da industrialização estava intimamente relacionada a essa necessidade de edificação nacional. Em nome dos interesses do país, Rui atestava que “a expansão da indústria tem que representar [...] um papel da maior importância, assegurando ao país a conservação dos capitais desenvolvidos pela exploração de sua natureza e da atividade dos seus habitantes.” (BARBOSA, 1891b, p. 180).

No seu entendimento, defender a nação era, antes de tudo, fazê-la crescer, ou seja, desenvolvê-la. Para tanto, fazia-se condição *sine qua non* a ruptura do monopólio comercial praticado por casas estrangeiras. Em um país em que a taxa de câmbio estava fortemente atrelada ao desempenho de suas exportações – baseadas em, praticamente, dois ou três produtos agrícolas –, o poder de especulação desses comissários internacionais fazia drenar para o exterior parcela relevante da renda aqui gerada:

Ninguém ignora que o comércio das nossas praças mais importantes reside, na sua maior parte, em mãos de estrangeiros. Esses acumuladores de riqueza reservam-na para a pátria, onde concentram as suas aspirações, e para onde retiram o capital adquirido, que, até hoje, não foi convenientemente taxada, ao menos para salvarmos, a benefício do país, uma quota módica dessas fortunas amontoadas à custa dele. Essa tendência constitui um fator permanente de depauperação nacional, invertendo contra nós a proporção real entre o ativo e o passivo das nossas relações comerciais com o estrangeiro (BARBOSA, 1891b, p. 218).

Em momentos de não rara ousadia retórica, advogava medidas que retivessem os lucros no país – ponto sepulcral do discurso nacionalista de setores da elite política brasileira do século XX –, pois somente assim cessaria “o monopólio da exportação dos nossos produtos, exercitada privativamente pelas casas estrangeiras no Brasil, as quais exploram o comércio dos frutos da nossa cultura a preços ditados pelo arbítrio dos interesses de uma especulação sem corretivos.” (BARBOSA, 1891b, p. 218).

Indo além, o ministro empreendeu uma obsessiva campanha contra a contratação de novos empréstimos junto às bancas europeias. Novamente, a justificativa para esta restrição

baseava-se na vulnerabilidade cambial da economia brasileira: quando do decreto de 17 de janeiro, Rui já havia determinado que os bancos estrangeiros os quais aqui operassem deveriam realizar pelo menos 2/3 do seu capital, dando-lhes, para tanto, o exíguo prazo de seis meses.

Essa postura um tanto contenciosa – e insólita para os primeiros-ministros da época imperial – fez com que os países centrais se indispussem com o novo governo brasileiro. Diversas foram as demonstrações da pouca vontade demonstrada pelos chefes de Estado europeus em relação aos planos econômicos preconizados por Rui Barbosa, a começar pela repulsa com que o golpe republicano havia sido recebido no velho continente²¹³. Conforme salienta Aguiar (1973, p. 173), Rui, com essas medidas, criava contra si “uma forte atitude de desconfiança por parte da finança alienígena”, a qual contribuiu decisivamente para a manutenção do baixo afluxo de capitais para a economia brasileira ao longo da década de 1890.

A experiência acumulada ao longo da vida não se lhe traduziu em complacência para com os países desenvolvidos. No papel de orador convidado para a formatura dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1921, o jurista, aos 72 anos de idade, desviou da temática doutrinária em mais de uma ocasião para, em tom chauvinista, exaltar a necessidade de se romper a dependência em relação às economias centrais:

Não busquemos o caminho de volta à situação colonial. Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigiemmo-nos das potências absorventes e das raças expansionistas. Não nos temamos tanto dos grandes impérios já saciados, quanto dos ansiosos por se fazerem tais à custa dos povos indefesos e mal-governados. Tenhamos sentido nos ventos, que sopram de certos quadrantes do céu. O Brasil é a mais cobiçável das presas; e, oferecida, como está, incauta, ingênua, inermes, a todas as ambições, tem, de sobejo, com que fartar duas ou três das mais formidáveis (BARBOSA, 1921, p. 50).

Ainda assim, não se poderia caracterizar o pensamento, e nem mesmo a ação de Rui Barbosa como abertamente beligerante em relação ao capital estrangeiro. A guinada nacionalista que passou a permear a retórica do novo governo era naturalmente explicável se contextualizada na conjuntura histórica do final do século XIX – período singularizado pelo nascimento da República e pelo início do processo de industrialização do país. Litigiosa ou

²¹³ Com efeito, a transição de regime não havia sido bem recebida na Europa. O contrato estabelecido por Ouro Preto para financiar a dívida brasileira, no valor de 5 milhões de libras esterlinas, fora cancelado logo após a proclamação da República: “O mercado estrangeiro, a City, o Sr. Rothschild tinham-nos declarado fechadas as suas portas, enquanto a constituinte não desse organização legal ao novo regime.” (BARBOSA, 1900, p. 199).

não, a manifestação ativa e altiva de um alto representante brasileiro (mais precisamente, o vice-chefe do movimento revolucionário) impunha-se pela primeira vez no cenário internacional, revelando uma ousadia inédita para o governo de um país periférico e subalterno.

5.6 Um balanço da gestão Rui Barbosa

A gestão de Rui Barbosa frente ao Ministério da Fazenda é tradicionalmente analisada pela historiografia sob a ótica de seus aspectos negativos. Se inserida no contexto histórico que a circunscreveu, porém, observa-se que a dicotomia “inflação *versus* industrialização” pode ser, em grande medida, relativizada. Tanto a carestia, agravada pela expansão monetária e pela crise cambial, quanto o surto de industrialização a reboque do encilhamento, devem ser condicionados a variáveis que acabam por atenuar apreciações absolutas.

O saldo positivo dos 14 meses em que o jurista comandou a pasta da economia responde pelo evidente impulso oferecido à manufatura nacional. Na visão sempre hiperbólica do próprio ministro, dir-se-ia que “medido por esses algarismos o nosso progresso, teríamos de concluir que, em dezoito meses, desembaraçados do cativo, andamos tanto, quanto em quase meio século sob o peso dele, e que, em menos de um ano sob a República, nos adiantamos 50% mais do que em toda duração do regime imperial.” (BARBOSA, 1891a, p. 158).

Mãe de todas as medidas adotadas pelo governo revolucionário, a reforma bancária de janeiro de 1890 foi celebrada não apenas pelo gabinete, mas principalmente pelos agentes produtivos de cujos desdobramentos dependiam para se tornarem economicamente viáveis: “O mercado monetário respirou então desassombrado, e o fôlego da renascença industrial, incipiente no dia imediato à abolição, dilatou-se, poderoso e criador, pelos amplos pulmões da República.” (BARBOSA, 1891a, p. 131).

Embora efêmeras em sua maioria, o número de empresas que registraram estatuto na junta da capital federal, superior a três centenas, expressa o ambiente de euforia que se instalou entre os negociantes do Rio de Janeiro ao longo de 1890. Mais relevante ainda, a expressiva acumulação de capital daqueles empresários já estabelecidos, sobretudo em São Paulo, permite julgar o período do encilhamento para além da “fumaça” em que seus críticos pejorativamente o envolvem (FRANCO, 2005; HANLEY, 2005).

A abundância de crédito, porém, não veio desacompanhada de consequências onerosas. O surgimento vultoso de novas companhias fictícias fez com que emergisse uma nova classe até então pouco influente: a dos especuladores, os quais lançavam no mercado ações de companhias insolventes que acabavam em falência, quase sempre, fraudulentas.

Os correligionários do ministro procuraram amenizar, mais uma vez, os efeitos deletérios desse fenômeno. Além de isentarem a expansão monetária pelo surgimento frenético e fugaz de novas companhias – delegando-o, principalmente, aos precedentes “auxílios à lavoura” –, Aguiar (1973) e Bastos (1949) argumentam, por exemplo, que os países de industrialização tardia padeceram do mesmo mal, sendo que, no Brasil, Rui Barbosa ainda tratou de remediar a situação através da reforma na lei das sociedades anônimas²¹⁴.

Por outro lado, as consequências negativas da gestão econômica ruiana – com destaque para a política monetária expansionista propiciada pela reforma bancária – ganharam evidência proporcional à envergadura de seu mentor. O ônus do programa de Rui Barbosa responde, principalmente, pelo surto inflacionário e pela crise cambial observados a partir de meados de 1890.

Da primeira acusação Rui logrou defender-se de modo menos embaraçoso. Formou-se determinado consenso de que, naquele caso, a elevação dos preços não resultou única e exclusivamente da tautologia quantitativista (TQM), não podendo ser delegada, portanto, somente ao aumento da base monetária²¹⁵. O fato é que a inflação já se avistava desde 1887, respondendo, em grande medida, à ampliação substancial da demanda interna²¹⁶. O próprio Visconde de Ouro Preto, adversário político de Rui, reconheceu esta herança deixada ao regime republicano: “Não contestaremos que a especulação – ou antes a agiotagem começou a

²¹⁴ Rui tratou de embargar a especulação da bolsa com o decreto de 13 de outubro de 1890, alterando a legislação vigente quanto à realização do capital das sociedades anônimas. Dispunha esta medida que “dali em diante não se haveriam por definitivamente constituídas as sociedades anônimas senão depois de subscrito por inteiro o capital social e efetivamente depositados em um banco, à escolha da maioria dos subscritores, 30% em dinheiro, se maior proporção não estipulassem os prospectos do valor de cada ação.” (BORMANN, 1945, p. 26).

²¹⁵ Cabe frisar que, se inédita para os padrões do Império, a expansão monetária levada a cabo por Rui Barbosa manteve-se em patamares inferiores se comparada à emissão realizada por seus sucessores: Rui Barbosa (1889-1890) \$ 105.000:000; Araripe-Lucena (1890-1891) \$ 215.927:000; Floriano Peixoto (1892-1894) \$ 199.727:000 e Prudente de Moraes (1895-1898) \$ 107.811:758 (BARBOSA, 1900, p. 237).

²¹⁶ O aumento generalizado dos preços respondia, por um lado, ao crescimento vertiginoso da demanda pós-libertação do cativo, e, por outro, à ineficiência da oferta nacional: “A alta geral dos preços é, portanto, na sua maior parte, resultado inevitável de uma dilatação imensa na procura, sem alteração apreciável nas condições da oferta ao menos quanto aos objetos de primeira necessidade, cujo fornecimento não podemos esperar do estrangeiro. [...] Encarecem os víveres; porque a pequena lavoura, a cultura parcelar não se desenvolve, e porque os nossos caminhos de ferro [...] não nos permitem irmo-nos sortir largamente nos vastos abastecedouros, que o interior do país nos depararia, se um amplo sistema de viação, pronta e barata no seu tráfego, animasse a agricultura na opulenta imensidade dos nossos sertões (BARBOSA, 1892, p. 139).

desenvolver-se na praça do Rio de Janeiro, ainda sob o Império.” (OURO PRETO, 1899, p. 87).

Da crise cambial, entretanto, Rui Barbosa não pôde desvencilhar-se com a mesma facilidade. A despeito da profundidade dos três famosos discursos proferidos no Senado Federal – nos quais se utilizou de seu famigerado poder retórico para tentar provar a inexistência de correlação entre “o papel e a baixa do câmbio” –, raros são os analistas que não delegam à política monetária expansionista alguma responsabilidade pela desvalorização cambial.

Neste ponto em específico, Rui contaria, anos mais tarde, com um incisivo argumento a seu favor: a crise internacional de 1890, iniciada com um *default* na Argentina e com a consequente falência do banco *Baring Brothers*, teria tido efeito devastador sobre a entrada de capitais no Brasil, impedindo quaisquer novos lançamentos de títulos sul-americanos em Londres a partir de 1891.

Desse modo, o déficit da conta de capital do balanço de pagamentos – sempre invocado pelo lado papalista no debate sobre a relação entre o “ágio sobre o ouro e a superabundância de papel-moeda” – tornou-se um poderoso pretexto, de modo que o próprio ministro enumerou exatos doze tipos diferentes de efeitos sobre o mercado cambial que explicariam a baixa do câmbio independentemente do que se passasse com o papel.

Em que pese a plasticidade com que se pode analisar os dados referentes a um diminuto período histórico, a tabela 1 ilustra o comportamento de algumas variáveis macroeconômicas ao longo das duas últimas décadas do século XIX as quais ilustram os argumentos aqui apresentados. Além da evidente aceleração inflacionária e da desvalorização do mil-réis, observa-se, por exemplo, que: (1) A tão propalada expansão monetária da gestão Rui Barbosa não se fez superior à dos ministros que o sucederam; e (2) As importações apresentaram, de fato, uma significativa retração a partir da proclamação da República, corroborando a tese de Fishlow (1972) acerca das origens do processo de substituição de importações.

Tabela 1 – Evolução de determinadas variáveis macroeconômicas (1881-1890)

Ano	Inflação (1)	Taxa de câmbio (2)	Base Monetária (3)	Importações (4)	Balanco de pagamentos (5)
1881	1,8%	21,9	212,3	14,3%	4.021
1882	2,9%	21,2	212,0	-6,3%	1.906
1883	-0,6%	21,6	210,6	6,7%	916
1884	-6,5%	20,7	209,3	12,5%	4.048
1885	22,5%	18,6	211,8	-11,1%	6.595
1886	-23,0%	18,7	205,7	6,3%	1.367
1887	-2,6%	22,4	205,0	0,0%	6.246
1888	-2,8%	25,3	203,2	17,6%	12.561
1889	16,0%	26,4	218,9	20,0%	11.525
1890	3,5%	22,6	335,0	-4,2%	3.696
1891	25,0%	14,9	501,3	8,7%	-1.023
1892	47,4%	12,0	552,7	8,0%	2.804
1893	8,8%	11,6	617,4	-3,7%	3.301
1894	-2,9%	10,1	694,9	3,8%	-172
1895	-5,4%	9,9	689,7	11,1%	5.188
1896	32,2%	9,1	714,5	-3,3%	30
1897	18,2%	7,7	757,2	-13,8%	72
1898	1,6%	7,2	773,9	4,0%	2.180
1899	-6,6%	7,4	732,4	-15,4%	5.905
1900	-10,2%	9,5	701,9	-22,7%	13.735

Fonte: IPEADATA

Notas:

(1) Custo de vida - Alimentação (Média 1820 = 100) - Rio de Janeiro

(2) Taxa de câmbio média no fim do período, em réis por *pence* - Rio de Janeiro

(3) Em conto de réis (mil)

(4) Variação total das importações em relação ao ano anterior (Média 2006 = 100)

(5) Saldo no fim do período, em Libra esterlina (mil)

É neste sentido que, consoante Franco (2005, p. 17), tornou-se bastante legítima a dúvida se a jovem República viu-se abandonada por volúveis capitais estrangeiros “assustados com eventos ocorridos em outros países [...] ou se a crise foi causada pelos nossos próprios excessos”. Questionamento, este, ao qual o próprio autor já havia se referido ao sugerir que “a influência das novas emissões de 1891 sobre a desvalorização cambial parece ter sido marginal”, eximindo parcialmente, portanto, a expansão do papel sobre a baixa do câmbio (FRANCO, 1983, p. 141).

O legado da gestão de Rui Barbosa frente ao Ministério da Fazenda continua a dividir a opinião dos distintos analistas. Autores como Sodré (1964, 1979), Villela e Suzigan (1973),

Fishlow (1972) e Topik (1987) defendem que Rui empreendeu um verdadeiro projeto consciente e deliberado de desenvolvimento industrial. Já para Carone (1970), Schulz (1994) e Perissinotto (1994), a sua política monetária expansionista, por exemplo, não passou de um subterfúgio para beneficiar determinadas frações da antiga elite imperial, sobretudo banqueiros e latifundiários prejudicados pela abolição do trabalho escravo.

Se heróica ou malograda, a breve passagem de Rui Barbosa pelo Poder Executivo mantém-se cercada por controvérsias. Jactada e hostilizada por argumentos de veemência equivalentes, a obra política e intelectual deste sujeito de corpo exíguo foi, sem dúvida, a de um grande. Homem público que qualificou o debate de seu tempo, Rui Barbosa contribuiu para a formação do pensamento econômico heterodoxo no Brasil, legitimando, pois, o seu lugar de destaque na galeria perene dos brasileiros ilustres.

5.7 Considerações finais

Face às considerações expostas acima, faz-se notória a importância maiúscula dos papelistas na história do desenvolvimento econômico brasileiro ao admitirem o crédito e o déficit público como indispensáveis para alavancar a economia. Ao Estado, portanto, não caberia apenas a tarefa de prover os bens públicos, como justiça e segurança, mas também a de utilizar-se dos instrumentos de política econômica para fomentar as atividades produtivas (FONSECA; MOLLO, 2012, p. 29).

Político de ideias ortodoxas, Rui Barbosa abdicou de parte de suas convicções teóricas para empreender, na prática, um plano consciente de crescimento econômico, naquele que pode ser considerado um primeiro e embrionário ensaio desenvolvimentista quatro décadas antes da revolução estrutural empreendida a partir do governo Vargas. No campo monetário, tal qual no alfandegário, o sacrifício de suas antigas propostas, em nome das necessidades do setor produtivo, demonstra a intencionalidade de se levar a cabo uma política de “desenvolvimento nacional”, expressão por ele cunhada, ineditamente, ainda nos anos 1890.

A ação de Rui Barbosa não se limitou a materializar os princípios papelistas. A defesa consciente da industrialização, envolta a uma retórica nacionalista, evidencia a visão sistêmica de seu pensamento. Tratava-se o desenvolvimento, portanto, mais do que uma opção deliberada, mas de um objetivo a ser atingido através da atuação ordenada do Estado. Por meio de um de seus discursos – talvez o mais preciso e eloquente deles –, observa-se cenas explícitas do que viria a compor, anos depois, o cerne da política desenvolvimentista:

Não nos basta, porém, ser austeros. Carecemos, não menos imperiosamente, de impulsar o espírito de progresso. Não nos encerremos nas teorias estreitas de certos utopistas, notáveis pela intransigência do seu fanatismo e pela sua incapacidade na prática das coisas humanas, que pretendem modelar o mundo por fórmulas abstratas, nunca experimentadas, querem reduzir o papel do Estado a uma perpétua desconfiança contra as maravilhas das grandes organizações industriais, e negam a vantagem, para as nações, da interferência discreta da administração provocando, acoroçoando, favorecendo os empreendimentos do capital, da riqueza acumulada, das grandes aglomerações do trabalho ao serviço da inteligência, da fortuna e da ambição temperada pelo patriotismo. [...] **Ao Estado, nesta fase social, cabe sem dúvida um grande papel de atividade criadora, acudindo a todos os pontos onde o princípio individual reclame a cooperação suplementar das forças coletivas** (BARBOSA, 1889, p. 175, grifos meus).

Nas palavras de Fonseca (2004a, p. 11) a importância dos papelistas – cujo nome de maior destaque foi, indiscutivelmente, o de Rui Barbosa – para a origem do desenvolvimentismo deve-se ao fato de este grupo ter afrontado “dogmas consensuais, por inaugurar uma concepção de política econômica que a tornava *responsável* pelo crescimento: o Estado poderia e deveria atuar como agente anticíclico.” Dessa forma, a adoção de medidas contrastantes com a normatividade ortodoxa, como a aceitação de déficits fiscais e a concessão de crédito público, permitiu que o governo Getúlio Vargas inaugurasse uma nova era da economia brasileira: a do nacional-desenvolvimentismo.

6 CONCLUSÃO

O debate acerca do desenvolvimentismo não carece de análises diversificadas, das críticas às entusiastas, tecidas por distintos autores, muitos dos quais vivenciaram ativamente sua experimentação como *policymakers*. A relevância do legado desenvolvimentista para a atual configuração da sociedade brasileira potencializa a controvérsia de muitas de suas particularidades, em especial, daquelas que se referem à sua origem.

Assunto controverso e exigente de apreciação forçosamente histórica, sofreu revisões e recebeu qualificações das mais variadas ordens. Esta pesquisa procurou alargar a compreensão do tema ao buscar evidências que ratificam a hipótese segundo a qual a política econômica e as ideias que posteriormente encadeadas vieram a formar o desenvolvimentismo faziam-se presentes, ainda que de forma parcial e embrionária, em experiências locais e no debate político e intelectual do final do século XIX. Assim, o trabalho robusteceu a aceção de que o desenvolvimentismo resultou de um processo de amadurecimento construído ao longo do tempo, alimentado por críticos e defensores de suas teses e experiências, e não de uma simples oportunidade histórica resultante da Grande Depressão da década de 1930.

O termo escolhido para o título desta tese – “pré-história” – concorre para reforçar a plausibilidade desse entendimento. Não se poderia esperar que o desenvolvimentismo emergisse plenamente configurado em suas principais determinações já em seu nascedouro, como se fosse um fato anistórico. Faz-se oportuno assinalar, em decorrência, que tanto as ideias quanto as diferentes experiências regionais ou mesmo nacionais (como a de Rui Barbosa) não abarcavam, ainda, todas as determinações constitutivas do fenômeno, as quais só iriam configurar-se plenamente no século XX.

Procurou-se, todavia, realçar a ousadia e a originalidade daquelas iniciativas no contexto em que se fizeram presentes, a saber, o de predomínio da ortodoxia econômica liberal. Da mesma forma, pretendeu-se evitar a polarização muitas vezes artificial entre práticas e ideias, argumentando-se a favor da coexistência paralela das mesmas e da influência recíproca de uma sobre a outra. Assim, resta-nos apontar como de frágil sustentação a concepção de que tais ideias surgiram como racionalizações *a posteriori* das medidas levadas a cabo pelos governantes.

O nacionalismo de Serzedello Correa, a defesa da industrialização adotada por Amaro Cavalcanti e o ensaio papelista encetado por Rui Barbosa não estavam deslocados no tempo ou no espaço. Antes, traziam à baila sua razão de ser ao emergirem em um período ímpar da

história brasileira. O advento republicano e a abolição do cativo, aliados a sinais de fragilidade do modelo agrário-exportador, emolduravam um ambiente político, social e econômico propício para o lançamento de novas ideias e experiências. Nas palavras de Carvalho (1990, p. 139), “o Brasil se lhes apresentava como às portas de grandes transformações”, momento singular para a criação de um novo modelo de desenvolvimento.

Assim, torna-se oportuno ressaltar que o corolário resultante dessas propostas não poderia ser enquadrado como simples medidas de estímulo à demanda agregada. O crescimento de curto prazo pressupunha a manutenção do arcabouço vigente, não exigia rupturas nem implicava em conflitos. A percepção de que havia um *status quo* a ser suplantado exigia mudanças de caráter estrutural, as quais encaminhariam soluções aos principais problemas do país através de uma política estatal, consciente e deliberada de superação do atraso.

Na distinção feita por Jaguaribe (1972, p. 13), o crescimento econômico referir-se-ia “ao simples aumento quantitativo da riqueza ou do produto *per capita*”, enquanto o desenvolvimento abrangeria “o sentido de um aperfeiçoamento qualitativo da economia”. O autor corrobora, assim, o imperativo da *intencionalidade* ao definir o desenvolvimento como “a explicitação de virtualização pré-existente no processo histórico-social. Essas virtualidades são os modos de exercício da **racionalidade**.” (JAGUARIBE, 1972, p. 16, grifos meus).

Nesse sentido, a responsabilidade do Estado brasileiro após a Revolução de 1930 extrapolaria as incumbências a ele até então delegadas. Conforme conclui Fonseca (2004a), com o desenvolvimentismo, ia-se além: “O objetivo passaria a ser o crescimento sustentado e de longo prazo, capaz de oferecer transformações estruturais e de encaminhar a sociedade a um nível superior de bem-estar: o desenvolvimento.”

REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano de. Modernidade e desenvolvimento econômico em Azevedo Amaral. XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011.

AGUIAR, Manuel P. de. Rui e a economia brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973.

ALCÂNTARA, Aspásia B. A teoria política de Azevedo Amaral. Revista Dados, Rio de Janeiro, n. 2/3, 1967.

ALONSO, Ângela. O Positivismo de Luís Pereira Barreto e o Pensamento Brasileiro no Final do Século XIX. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo: IEA/USP, 1995.

_____. Críticas e contestação: o movimento reformista da geração 1870. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44, Out. 2000.

_____. Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Azevedo. Ensaio Brasileiro. Rio de Janeiro: Omena e Barreto, 1930.

_____. A Aventura Política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

_____. Estado Autoritário e a Realidade Nacional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

AMARAL, Marcio T. d'. Rui Barbosa. Cajamar: Três, 2001.

ANDRADA, Antonio Carlos de. Bancos de emissão no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Leite Ribeiro, 1923.

ANUATTI NETO, Francisco. Competição e complementaridade dos centros de pós-graduação em economia. In: LOUREIRO, Maria Rita G. (Org.). 50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições e depoimentos. Petrópolis: Vozes, 1997b.

ARENDT, Hannah. Sobre a revolução. São Paulo: Ática, 1988.

AUGUSTO, José. Amaro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1956.

AZEVEDO, Jussara França de. Discursos e idéias: A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil: a Associação Industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1888). 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BACKES, Ana Luiza. Nacionalismo no Congresso Brasileiro no início da República. Cadernos Aslegis, Brasília, n. 44, p. 93-110, Set./Dez., 2011.

BALEEIRO, Aliomar. Rui, um estadista no Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1952.

BARIANI JUNIOR, Edison. O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional. Cadernos do CRH, Salvador, v. 20, p. 161-168, 2007.

BARBOSA, Bruno S.; CARVALHO, Guilherme Luís N. P.; CASTRO, Kleber P. de. O último chanceler do Império. XXXVII Encontro Nacional de Economia. Foz do Iguaçu, 2009.

BARBOSA, Francisco de A. João Pinheiro: documentário sobre a sua vida. Belo Horizonte: APM, 1966.

BARBOSA, Mario de L. Rui Barbosa: na política e na história 1849-1914. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1949.

BARBOSA, Rui. O desenho e a arte industrial. Obras completas de Rui Barbosa, v. IX, t. II, 1882. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1882.

_____. Organização das Finanças Republicanas. Obras completas de Rui Barbosa, v. XVII, t. I, 1890. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1890.

_____. Relatório do Ministro da Fazenda. Obras completas de Rui Barbosa, v. XVIII, t. II, 1891a. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1891a.

_____. Relatório do Ministro da Fazenda. Obras completas de Rui Barbosa, v. XVIII, t. II, 1891b. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1891b.

_____. Finanças e política da República: discursos e escritos. O papel e a baixa do câmbio. Obras completas de Rui Barbosa, v. XVIII, t. I, 1891c. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1891c.

_____. Finanças e política da República: discursos e escritos. À nação. Obras completas de Rui Barbosa, v. XIX, t. I, 1892. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1892.

_____. Liquidação final. Obras completas de Rui Barbosa, v. XXVII, t. V, 1900. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1900.

_____. Contra o militarismo: discurso financeiro. Obras completas de Rui Barbosa, v. XXXVI, t. I, 1909. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1909.

BARRETO, Patrícia Regina C. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens. XIII Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro, 2008.

_____. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: o templo carioca de Palas Atena. 2009. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BASTOS, Humberto. Rui Barbosa: Ministro da independência econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

_____. O pensamento industrial no Brasil. São Paulo: Martins Editora, 1952.

BASTOS, Pedro Paulo Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, 2012.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. Um novo estado desenvolvimentista? *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 3, n. 27, p. 4-5, 2009.

BELO, Jose Maria. Rui Barbosa. São Paulo: s. e., 1966.

BENNASSAR, Bernard; MARIN, Richard. *História do Brasil*. Lisboa: Teorema, 2000.

BENTIVOGLIO, Julio C. O império das circunstâncias: o Código Comercial e a política econômica imperial (1840-1860). 2002. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BIANCHI, Ana Maria; NUNES, Rubens. Ainda sobre os conceitos de paradigma e cânon como instrumentos de reconstrução da história do pensamento econômico. *Revista Econômica*, Niterói, v. 4, n. 2, Dez. 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro, 1930-1964: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimento*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____. *Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (Orgs.). *Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: IPEA, 2002.

_____. *O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005*. Seminário Brasil-Chile: Una Mirada Hacia América latina y sus Perspectivas. Santiago, Jul. 2005.

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe; REGO, José Marcio. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1995.

BORMANN, Oscar. Prefácio. *Relatório do Ministro da Fazenda Ruy Barbosa em janeiro de 1891*. *Obras completas de Rui Barbosa*, v. XVIII, t. II, 1891. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

_____. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. São Paulo em Perspectiva, 20 (3), p. 5-24, 2006.

_____. Doença holandesa e indústria. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. Do velho ao novo desenvolvimentismo. In: OCAMPO, José Antônio; ROSS, Jaime (Orgs.). Handbook of Latin American Economics. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Márcio. A grande esperança em Celso Furtado. São Paulo: Editora 34, 2001.

BUZAID, Alfredo. Atualidade de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, s. e., 1973.

CALÓGERAS, João Pandiá. A política monetária do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1960.

CAMPOS, Francisco. Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1942.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: Difel, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique. Pensadores que Inventaram o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARONE, Edgard. A República Velha. Instituições e classes sociais. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

_____. O pensamento industrial no Brasil (1889-1945). São Paulo: Difel, 1977.

_____. O centro industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

CARNEIRO, Ricardo. Velhos e novos desenvolvimentismos. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

_____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. Topoi, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, Jan. 2000a.

_____. Rui Barbosa e a razão clientelista. DADOS, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000b.

CAVALCANTI, Amaro. Resenha financeira do ex-Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

_____. Política e finanças. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

_____. O meio circulante nacional (1808-1835). Brasília: Editora UnB, 1893.

_____. Elementos de finanças. Estudo teórico-prático. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

_____. Taxas protectoras nas tarifas aduaneiras. Boletim da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, 1903.

_____. A vida econômica e financeira do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

CHACON, Vamireh. História das idéias sociológicas no Brasil. São Paulo: Grijalbo, 1977.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CINTRA, Wendel A. Uma história autoritária? Os sentidos da história do Brasil em Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. Sociologia e Política, Curitiba, v. 8, Set. 2011.

CIOTOLA, Marcelo. O pensamento autoritário de Francisco Campos. Direito, Estado e Sociedade, n. 37, p. 80-112, Jul./Dez. 2010.

CORREA, Inocencio Serzedello. Relatório Ministério das Relações Exteriores. Imprensa Nacional, 1892.

_____. Relatório Ministério da Fazenda. Imprensa Nacional, 1893.

_____. O problema econômico no Brasil. Rio de Janeiro Imprensa Nacional, 1903.

_____. Discurso sobre a Caixa de Conversão. Rio de Janeiro, 1906.

_____. Elementos de economia política, 1919.

_____. Uma figura da República: páginas do passado. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1959.

CORRÊA, Maria Letícia. As ideias econômicas na Primeira República: Serzedelo Corrêa, Vieira Souto e Nilo Peçanha. 1996. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

_____. O debate de idéias econômicas na implantação da República no Brasil: progresso, modernização e construção da nação. XIII Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, Emília V. da. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTA, Carlos Guilherme da (Org.). Brasil em Perspectiva. 15 ed. São Paulo: Difel, 1982.

_____. Da Monarquia a República: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editoria da UNESP, 1999.

COSTA, João Cruz. O positivismo na República. Notas sobre a história do positivismo no Brasil. São Paulo: Nacional, 1956a.

_____. Contribuição à história das idéias no Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956b.

COSTA, João Severiano M. da. Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil. In: Memórias sobre a escravidão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.

COTIAS E SILVA, Artur. Rui Barbosa e as finanças públicas brasileiras. Brasília: Tribunal de Contas da União, 1999.

COUTINHO, Carlos. Nelson. Cultura brasileira: um intimismo deslocado, à sombra do poder? Cadernos de Debate, São Paulo, n. 1, 1976.

CRIPPA, Adolpho (Coord.). As ideias filosóficas no Brasil. Séculos XVII e XIX. São Paulo: Convívio, 1978.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo (1880-1945). São Paulo: Difel, 1976.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DULCI, Otávio S. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

FALLANGIELLO, Helena. Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico. 1972. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

FAORO, Raymundo. Existe pensamento político no Brasil? Estudos Avançados, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9-58, 1987.

_____. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

_____. História concisa do Brasil. São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES, Florestan. A revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDES, Maria Fernanda L. Alberto Torres e o conservadorismo fluminense. Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria, Ilhéus, v. 10, n. 17, p. 277-301, 2007.

FERNANDES, Santiago. Ouro, a relíquia bárbara: de Bretton Woods ao FMI no Rio. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1974.

FERNANDES, Suzana Cristina. Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira. 2001. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FISHLOW, Albert. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. *Revista de Estudos Econômicos*, v. 2, n. 6, 1972.

FONSECA, Pedro Cezar D. Estado e industrialização consciente: 1930-1945. *Questões de Economia Política*, Porto Alegre, ano 3, n. 4, p. 20-32, 1987.

_____. As origens e vertentes do pensamento cepalino. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 333-358, 2000a.

_____. O pensamento econômico alemão no século 19. In: HELFER, Inácio (Org.) *Os pensadores alemães dos séculos XIX e XX*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000b.

_____. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n. 1 (89), p. 133-48, Jan./Mar. 2003.

_____. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004a.

_____. Do progresso ao desenvolvimento: Vargas no contexto da I República. XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC. João Pessoa, 2004b.

_____. A controvérsia entre metalismo e papelismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil. XXXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Salvador, 2008a.

_____. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 4 (112), 2008b.

_____. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. 2013 (versão original).

FONSECA, Pedro Cezar D.; MOLLO, Maria de Lourdes R. Metalistas x Papelistas: origens Teóricas e antecedentes do Debate entre Monetaristas e Desenvolvimentistas. *Nova Economia*, Belo Horizonte, 22 (2), p. 203-233, Mai./Ago., 2012.

FONTOURA, João C. da. Documentação para o histórico das Tarifas Aduaneiras no Brasil (1808-1889). Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1899.

FONTOURA, João N. da. Serzedelo Correia, uma figura da República. In: CORREA, Innocencio Serzedello. *Uma figura da República: páginas do passado*. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1959.

FRANCO, Bernardo de S. Os bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1983.

FRANCO, Gustavo Henrique B. Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.

_____. *Cursos de Economia: catálogo de listas de leitura de cursos oferecidos em centros membros da ANPEC*. Brasília: ANPEC, 1992.

- _____. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. O papel e a baixa do câmbio: um discurso histórico. Rio de Janeiro: Reler, 2005.
- _____. Uma longa adolescência. Fases da história monetária brasileira. In: LEWIN, Sergio (Org.) Idéias e consequências. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008.
- FRANCO, Gustavo Henrique B.; LAGO, Luiz A. C. do. A Economia da República Velha, 1889-1930. Texto para Discussão. Departamento de Economia PUC-RJ, n. 588, 2011.
- FRANCO, Maria Sylvia de C. As idéias estão em seu lugar. Cadernos de Debate, n. 1. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- FURTADO, Celso M. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.
- GAMBI, Thiago F. R. O segundo Banco do Brasil no debate entre papelistas e metalistas. XXXIX Encontro Nacional de Economia Política. Foz do Iguaçu, 2011.
- GANEM, Ângela; TOLIPAN, Ricardo. A formação do Economista no Brasil: o papel atual do ensino de Pós-graduação. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2000.
- GERSCHENKRON, Alexander. Economic Backwardness in Historical Perspective. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- GOMES, Ângela de Castro (Org.). Minas e os fundamentos do Brasil moderno. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- GONÇALVES, João Felipe F. Rui Barbosa. Pondo as ideias no lugar. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 112, Out./Dez. 2012.
- GREMAUD, Amaury P. As controvérsias monetárias no Brasil agroexportador. In: XXVI Encontro Nacional de Economia, Vitória, p. 141-160, 1998.
- _____. A penetração da economia política no Brasil e seu ensino durante o período imperial. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, v. 8, p. 46-71, 2001.
- GUEDES, Pelino Joaquim da C. Biografia de Amaro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1897.
- HAMILTON, Alexander. Relatório sobre Manufaturas. Rio de Janeiro: Movimento de Solidariedade Ibero-Americana, 1995.
- HANLEY, Anne G. Native capital: financial institutions and economic development in São Paulo, Brazil, 1950-1920. Stanford, Stanford University Press, 2005.
- HUGON, Paul. A Economia Política no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de (Org.). As Ciências no Brasil. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1955.

IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. Tendências do pensamento brasileiro. *Tempo Social*, São Paulo, 12 (2), p. 55-74, Nov. 2000.

IGLÉSIAS, Francisco. Política econômica do estado de Minas Gerais (1890-1930). In: V Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

JAGUARIBE, Helio. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

KUGELMAS, Eduardo. Revisitando a geração de 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 52, Jun. 2003.

LACOMBE, Américo J. À sombra de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

LEFF, Nathaniel H. Underdevelopment and Development in Brazil. *Economic Structure and Change*, 1822-1947. Londres: George Allen & Unwin, 1982.

LEME, Marisa S. A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945). Petrópolis: Vozes, 1978.

LE MOS, Renato Luís do C. N. Benjamin Constant. Vida e história. 1997. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Política e interesses na industrialização brasileira. As associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LESSA, Carlos Francisco Theodoro M. R. de. Quinze Anos de Política Econômica. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Nação e Nacionalismo. *Estudos Avançados*, São Paulo, 22 (62), 2008.

LIMA, Heitor F. 3 Industrialistas brasileiros. Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. História do Pensamento Econômico no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

LIMA, Hermes. Significação do nacionalismo. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). Pensamento nacionalista e os “Cadernos do nosso tempo”. Brasília: Editora UnB, 1988.

LINS, Ivan M. de B. História do Positivismo no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

LIST, Gregor Friedrich. Sistema Nacional de Economia Política. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

LOUREIRO, Maria Rita G. Os economistas no governo: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997a.

_____. 50 anos de ciência econômica no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1997b.

LUIS NETO, Washington. Introdução. In: CORREA, Innocencio Serzedello. O problema econômico no Brasil. Brasília: Senado Federal, 1980.

LUZ, Nícia V. Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro (I, II e III): esforços em prol da industrialização. Revista de História, n. 34, p. 305-333, Out./Dez. 1959.

_____. A luta pela industrialização no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

MACEDO, Ubiratan B. O Liberalismo Moderno. São Paulo: Ed. Massao Ohno, 1997.

MACHADO, Eurico S. Um Republicano. A vida de Inocêncio Serzedello Corrêa. Rio de Janeiro: CEA, 1972.

MACHADO NETO, Antonio Luiz. História das ideias jurídicas no Brasil. São Paulo: Grijalbo, 1969.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. Rui, o homem e o mito. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MALTA, Maria Mello de. (Org.) Ecos do Desenvolvimento. Uma História do Pensamento Econômico Brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea e Centro Celso Furtado, 2011.

MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio. O pensamento de Ignácio Rangel. São Paulo: Editora 34, 1998.

MANGABEIRA, João. Rui: o estadista da República. Brasília: Senado Federal, 1999.

MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. Petrópolis: Vozes, 1984.

MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. Conversas com Economistas Brasileiros II. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAUÁ, Visconde de. O meio circulante no Brasil In: GANS, Cláudio. Visconde de Mauá – Autobiografia. Rio de Janeiro: Editora Zélio Valverde, 1943.

MAZA, Fabio M. O idealismo prático de Roberto Simonsen. Ciência, tecnologia e indústria na construção da nação. 2002. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MEDEIROS, Jarbas. A Ideologia Autoritária no Brasil (1930-45). Rio de Janeiro: FGV, 1978.

MELLO, João Manuel C. de. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDONÇA, Sônia Regina de. O Ruralismo Brasileiro. São Paulo: Hucitec, 1995.

MOLLO, Maria de Lourdes R. As controvérsias monetárias do século XIX. Ensaio FEE, Porto Alegre, 15 (1), p. 80-97, 1994.

MOLLO, Maria de Lourdes; FONSECA, Pedro Cezar D. Desenvolvimentismo e Novo-Desenvolvimentismo: Raízes Teóricas e Precisoões Conceituais. Revista de economia política, v. 33, n. 2, p. 222-239, 2013.

MURASSE, Celina M. O Auxiliador da Indústria Nacional e a educação. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação. Goiânia, 2006.

NASCIMENTO, Benedicto H. Desenvolvimento e dependência no sistema nacional de economia política de Frederico List. IV Congresso Brasileiro de História Econômica e V Conferência Internacional de História das Empresas. São Paulo: ABPHE, 2001.

NEVES, Lucia Maria B. P. Estado e política na independência. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). O Brasil imperial (1808-1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NICOL, Robert N. V. C. A agricultura e a industrialização no Brasil (1850-1930). Tese de Doutorado. 1974. Universidade de São Paulo, São Paulo.

NOGUEIRA, Marco A. As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NUNES, Rubens; BIANCHI, Ana Maria. Duas maneiras de contar a história do pensamento econômico. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, n. 5, 1999.

OLIVEIRA, José Luiz de. Antonio Felício dos Santos. Um Deputado Industrialista no Império. Augustus, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, Jan./Jun., 2002.

OLIVEIRA, Lúcia L. de. O pensamento de Azevedo Amaral. In: OLIVEIRA, Lúcia L. de, VELLOSO, Mônica P.; GOMES, Ângela Maria C. Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OURO PRETO, Visconde de. A década Republicana. Rio de Janeiro: Cia. Typ., 1899.

PAIM, Antônio. História das ideias filosóficas no Brasil. São Paulo: Grijalbo, 1967.

PAULA, João Antônio de. Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro. Pesquisa & Debate, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 257-282, 2004.

_____. Adeus ao desenvolvimentismo: a opção do Governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PAULANI, Leda Maria. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. Estudos Avançados, São Paulo, 27 (77), p. 237-261, 2013.

PELÁEZ, Carlos Manuel. História da industrialização brasileira. Rio de Janeiro: Apec, 1972.

PEREIRA, Antônio B. Rui Barbosa, o organizador da República. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.

PERISSINOTTO, Renato M. Classes dominantes e hegemonia na República Velha. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

PINHEIRO, Manoel Carlos. Innocencio Serzedello Corrêa: vida e obra. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

PIRES, Homero. As influências políticas anglo-americanas em Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Laemmert, 1942.

PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução Política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Brasiliense: 1957.

_____. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PRADO, Luiz Carlos D. A Economia Política das Reformas Econômicas da Primeira Década Republicana. IV Encontro da Sociedade de Economia Política. Porto Alegre, 1999.

PRIORI, Ângelo (Org.). Dilemas do desenvolvimento brasileiro: ideias, política e economia no Brasil do século XIX. Curitiba: Instituto Memória, 2009.

RIBEIRO JUNIOR, João. O que é positivismo. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REGO, Clovis M. Serzedello Corrêa. Homem de Pensamento. Belém: TCE-PA, 1989.

REZENDE, Maria José de. Organização, coordenação e mudança social em Alberto Torres. Estudos de Sociologia, Araraquara, n. 8, Jan./Jun., 2000.

RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma. Ainda as “idéias fora do lugar”. Lua Nova, São Paulo, 73, p. 59-69, 2008.

ROCHA, Antonio. P. A Economia Política na Sociedade Escravista. Um estudo dos textos econômicos de Cairu. São Paulo: Hucitec, 1996.

RODRÍGUEZ, Ricardo V. Castilhismo. Uma filosofia da República. Caxias do Sul: Editora UCS, 1980.

_____. A Presença de Tocqueville no Brasil. Revista Carta Mensal, Rio de Janeiro, v. 44, n. 528, Mar. 1999.

ROUANET, Sérgio Paulo. Contribuição para a dialética da volubilidade. Revista da USP, n. 9, 1991.

RUY, Affonso. A primeira revolução social brasileira. São Paulo: Ed. Nacional, 1970.

SABOIA, João; CARVALHO, Fernando C. de (Orgs.). Celso Furtado e o século XXI. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2007.

SAES, Guillaume A. M. de. Militares e desenvolvimento no Brasil: uma análise comparada dos projetos econômicos da oficialidade republicana de fins de século XIX, do tenentismo e da cúpula militar do Estado Novo. 2011. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Antônio F. Anais do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1880.

SALDANHA, Nelson. História das ideias políticas no Brasil. Recife: UFPE, 1963.

SCHULZ, John. O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar - 1850-1894. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. A crise financeira da abolição: 1875-1901. São Paulo: EDUSP, 1996.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SICSÚ, João; PAULA, Luis Fernando de; MICHEL, R. Introdução. In: Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SILVA, Adelmo José da. A moral positivista em João Pinheiro da Silva. Revista Estudos Filosóficos, n. 7, 2011.

SILVA, Francisco de A. História do Brasil. São Paulo: Moderna, 1992.

SILVA, José Luiz W. Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877. Dissertação de Mestrado. 1979. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SILVA, Leandro de A. O discurso modernizador de Rui Barbosa (1879-1923). Dissertação de Mestrado. 2009. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

SILVA, Sergio S. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. 8ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SIMONSEN, Roberto. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.

SOARES, Mozart P. O positivismo no Brasil. 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

SODRÉ, Nelson W. Raízes históricas do nacionalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

_____. O significado do Florianismo. In: SANTOS, Joel Rufino dos. História nova do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1964.

- _____. História militar do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SOUTO, Luis Rafael V. O papel-moeda e o câmbio. Paris: s.e., 1925.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. *Sociologias*, n. 13, p. 302–323, 2005.
- SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000.
- SZMREZANYI, Tamás; COELHO, Francisco da S. (Orgs.). Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo. São Paulo: Atlas, 2007.
- TAVARES, Maria da C. Auge e declínio da substituição de importações. In: *Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- TEIXEIRA, Palmira P. Pensamento e ação industrial de Jorge Street (1894-1939). Tese de Doutorado. 1989. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur (Orgs.). Pensamento econômico brasileiro contemporâneo II. In: *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, n. 43, Set./Dez. 2001.
- TOPIK, Steven. A Presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- TORRES, Alberto de S. M. O Problema Nacional Brasileiro. Brasília: Editora UnB, 1982a.
- _____. A Organização Nacional. Brasília: Editora UnB, 1982b.
- TORRES, João Camilo de O. O positivismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1943.
- VASCONCELOS, Justino. Rui. Porto Alegre: Publicações OAB-RS, n. 4, 1975.
- VERSIANI, Flávio R. A Anpec aos 25 Anos: Passado e Futuro. In: *Revista ANPEC*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 219-259, 1997.
- VERSIANI, Flávio R.; VERSIANI, Maria Teresa. A Industrialização Brasileira antes de 1930: uma contribuição. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 5, n. 1, 1978.
- VIANA, Francisco José de O. O idealismo na constituição. Rio de Janeiro: Cia. Nacional, 1999.
- VIANA FILHO, Luiz. A vida de Rui Barbosa. São Paulo: Martins Editora, 1965.
- VIEIRA, Clarice C.; MAXIMO, Mário M. de A. A “Escola Histórica Alemã” no Pensamento Econômico: Uma Análise a partir da “Alemanha” No Século XIX. XVIII Encontro Nacional de Economia Política. Belo Horizonte, 2013.
- VIEIRA, Dorival T. A obra econômica de Amaro Cavalcanti. São Paulo: FEA, 1960.
- _____. Evolução do sistema monetário brasileiro. São Paulo: FEA, 1962.

_____. A História da Ciência Econômica no Brasil. In: FERRI, Mário G.; MOTOYAMA, Shozo (Orgs.). História das Ciências no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1981.

VIEIRA, Rosa Maria. O pensamento industrialista de Roberto Simonsen: análise de ideologia. Dissertação de Mestrado. 1987. Universidade de São Paulo, São Paulo.

VILLELA, Anníbal V.; SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

VITA, Luís Washington. Desenvolvimento industrial e tarefas do pensamento. São Paulo: Serviço de Publicações da FIESP e CIESP, 1959.

WEFFORT, Francisco C. Formação do pensamento político brasileiro. Ideias e personagens. São Paulo: Atica, 2006.

WEID, E. von der *et al.* Apontamentos para a história do Centro Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, s.e., 1977.

ZYSMAN, John. How institutions create historically rooted trajectories of growth. *Industrial and corporate change*, v. 3, n. 1, p. 243-283, 1994.